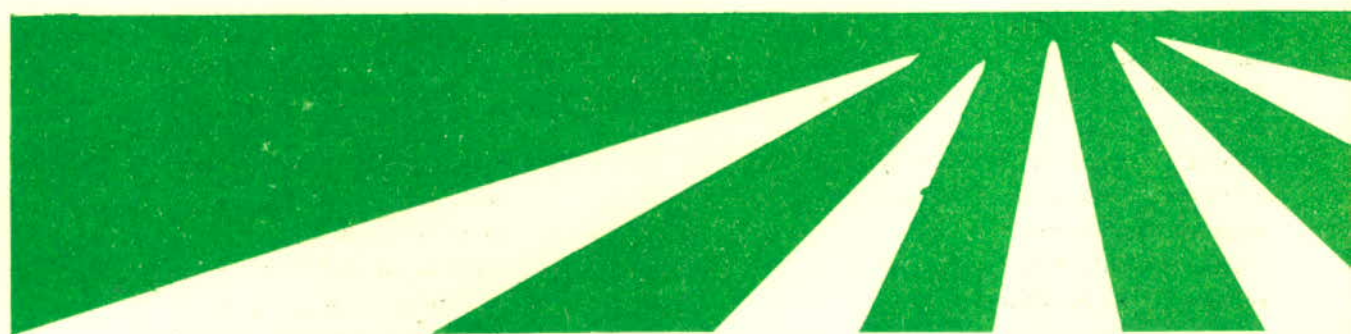
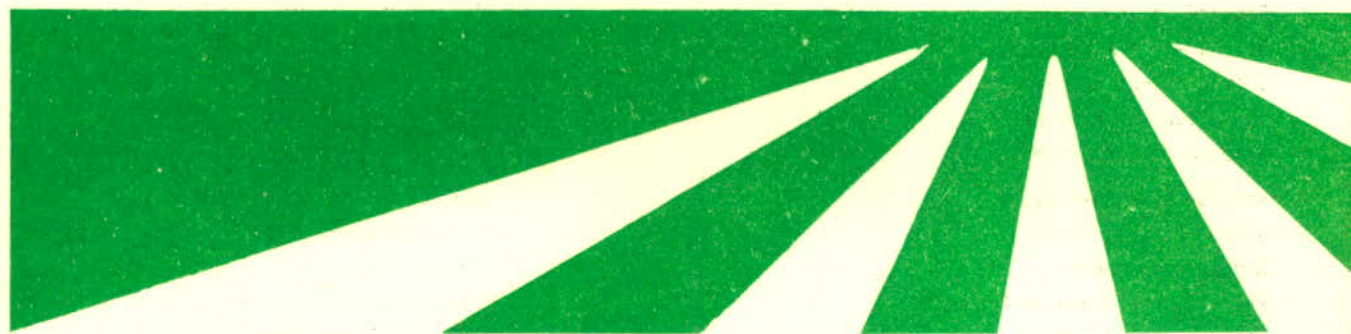
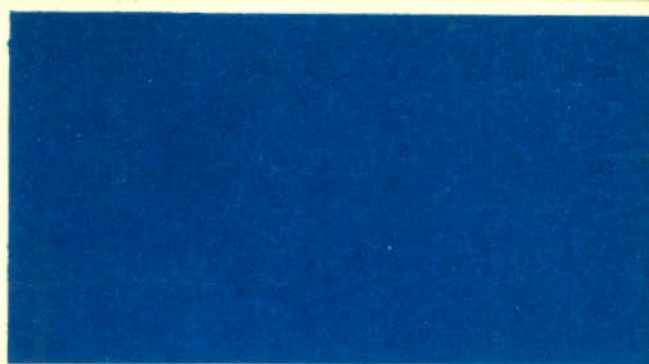


Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Instituto de Economia Agrícola



Diretor Geral: Alberto Veiga

Assessoria de Programação:

Paulo David Criscuolo

Divisão de Economia da Produção

Diretor: Iby Arvatti Pedroso

Alfredo de Almeida Bessa Junior
Arthur Antonio Ghilardi
Devancyr Aparecido Romão
Elcio Umberto Gatti
Ernesto Américo Rodrigues
Gabriel L.S. Peixoto da Silva
Hiroshige Okawa
Irene José E. Goldenberg
José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira
José Roberto Viana de Camargo⁽¹⁾
Luiz Carlos Assef
Maria Aparecida Sanches da Fonseca
Milton Nogueira de Camargo
Minoru Matsunaga
Nelson Batista Martin
Nelson Kazaki Toyama
Nilda Tereza Cardoso de Mello
Paulo Edgard Nascimento de Toledo⁽¹⁾
Regina Junko Yoshii
Richard Domingues Dulley
Roxana Maria Moraru Topel
Sílvia Toledo Arruda
Sônia Santana Martins
Zuleima Alleoni Pires⁽¹⁾

Divisão de Comercialização

Diretor: Alberto Veiga

Afonso Negri Neto
Antônio José Braga do Carmo
Célia Regina Roncato Penteado
Flavio Condê de Carvalho
Gabriela Toscano
Jovelino de Souza Barbosa Filho
Lídia Hatue Ueno⁽¹⁾
Maria Elisa Benetton Junqueira⁽¹⁾
Maria de Lourdes do Canto Arruda
Mauro de Souza Barros
Vicente de Paula Melo Figueiredo⁽¹⁾
Waldemar Pires de Camargo Filho

Biblioteca

Helena Souza e Silva de Oliveira
Aguri Sawatani
Gabriella Menni Ferreri
Maria Luiza Alexandre Peão
Maria Rodrigues

Assessoria Técnica

Caio Takagaki Yamaguishi
Clóvis de Toledo Piza Junior
Natanael Miranda dos Anjos
Paul Frans Bemelmans

Divisão de Política e Desenvolvimento Agrícola

Diretor: Antônio Ambrósio Amaro

Alfredo Tsunehiro⁽¹⁾
Ana Perina Rabello Arruda
Antônio Roger Mazzei
Clotilde Cantos
Eduardo Pires Castanho
Eloisa Elena Bortoleto
Francisco de Paula Coutinho Gouvêa
Ismar Florêncio Pereira
José Matheus Perosa
José Roberto da Silva
Luiz Flávio Barbosa Cancegliero
Luiz Moricochi
Marina Brasil Rocha
Nelson Giulietti
Paulo Augusto Wiesel⁽¹⁾
Sebastião Nogueira Junior
Sylvia Regina Hellmeister
Yuly Ivete Miazaki de Toledo⁽¹⁾

Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas

Diretor: Dêcio Sodrzeieski

Abel Ciro Minniti Igreja
Alceu de Arruda Veiga Filho⁽¹⁾
Ana Maria Montragio Pires de Camargo
Elizabeth Alves
Fernando Antônio de Almeida Sêver⁽¹⁾
Francisco Alberto Pino⁽¹⁾
Geraldo Leite
Julio Humberto Jimenez Ossio
Luiz Carlos Miranda
Luiz Henrique de Oliveira Piva
Manuel Joaquim Martins Falcão
Maria Angélica Ferraz de Toledo Machado
Maria de Fátima Packer
Maria de Lourdes Barros Camargo
Maristela Simões do Carmo
Maura Maria Demetrio dos Santos
Rosa Maria Pescarin Pellegrini

Comunicação Técnico-Científica

Antônio Augusto Botelho Junqueira
José Francisco Coluço

⁽¹⁾ Realizando programa de pós-graduação ou de aperfeiçoamento.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA AGRICULTURA
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA



PROGNÓSTICO 77/78

PROGNÓSTICO 77/78

ÍNDICE

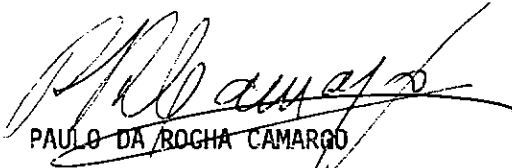
1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - RESULTADO ECONÔMICO E CUSTO OPERACIONAL.....	3
3 - POLÍTICA AGRÍCOLA.....	21
4 - MERCADOS DE PRODUTOS.....	35
- Batata.....	35
- Pecuária Leiteira.....	42
- Cebola.....	47
- Mamona.....	55
- Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool.....	62
- Milho.....	71
- Algodão.....	79
- Trigo.....	87
- Pescado.....	90
- Pecuária Suína.....	104
- Pecuária de Corte.....	110
- Mandioca.....	117
- Arroz.....	128
- Silvicultura.....	134
- Hortaliças.....	140
- Avicultura.....	149
- Café.....	162
- Feijão.....	176
- Oleaginosas: soja e amendoim.....	182
- Frutas.....	193
- Comentários, Perspectivas e Eventos Climáticos.....	210
5 - MERCADOS DE FATORES.....	213
- Fertilizantes.....	213
- Tratores.....	231
- Mão-de-obra.....	235
- Terra.....	243
- Sementes.....	250
- Defensivos Agrícolas.....	253
- Tendências dos Mercados de Fatores.....	257
6 - PROJEÇÕES DE OFERTA E PROCURA.....	259
7 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA.....	265

APRESENTAÇÃO

Mais uma vez a Secretaria da Agricultura traz a lume o Prognóstico Agrícola para o Estado de São Paulo, com a finalidade de oferecer informações detalhadas sobre os fatores que podem condicionar a evolução da produção e dos mercados no ano agrícola que se avizinha. Espera-se, com tais informações, facilitar a tomada de decisões por parte dos agricultores e do próprio poder público, a fim de que, em conjunto, possam assegurar uma posição de crescente destaque ao setor agrícola, dentro da economia do Estado. Para tanto, o Prognóstico, como em seus números anteriores, analisa a situação e perspectivas dos mercados de produtos e de fatores de produção, os custos e a rentabilidade das explorações, as medidas de política agrícola e o desempenho global da agricultura paulista.

Este trabalho do Instituto de Economia Agrícola representa, assim, mais uma contribuição da Secretaria da Agricultura e do Governo PAULO EGYDIO MARTINS à efetiva integração do setor agrícola paulista aos objetivos de uma economia de mercado sob sólidas bases empresariais.

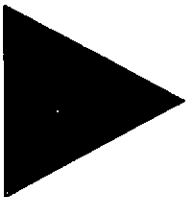
São Paulo, agosto de 1977


PAULO DA ROCHA CAMARGO
Secretário da Agricultura

IEA

1

INTRODUÇÃO



1 - INTRODUÇÃO

Em 1976, os países industrializados apresentaram um desempenho econômico médio bastante superior ao de 1975, não só tendo em vista as taxas anuais de crescimento mas também a evolução do nível geral de preços. Com isto observou-se uma acentuada recuperação no comércio internacional naquele ano, embora com marcadas dificuldades impostas pelos países importadores.

Isto exigiu dos países importadores de capital uma adaptação à nova sistemática vigente no comércio internacional, como forma de poderem superar os constantes e crescentes déficits em seus balanços de pagamentos.

Felizmente, o preço de algumas matérias-primas e produtos primários apresentou sensível reação no período, mais do que compensando o decréscimo verificado em outros produtos igualmente importantes na composição da receita cambial de alguns desses países.

De qualquer forma, do ponto de vista internacional, 1976 fez renascer as utópicas esperanças de que uma nova ordem econômica seria possível trazendo riqueza e bem-estar indistintamente a todos os que se dispusessem a participar da reconstrução econômica universal.

Os óbices e limitações impostos pelos países industrializados às importações de manufaturados, altamente competitivos com suas indústrias domésticas, logo refrearam aquelas perspectivas.

O Brasil, no entanto, soube tirar partido da situação, através de uma política externa independente e voltada, fundamentalmente, à consecução dos objetivos nacionais. Isto possibilitou ao País encerrar o exercício com superávit em seu balanço de pagamentos, fato que não ocorria há dois anos.

Do ponto de vista interno a economia apresentou a mesma estacionalidade observada nos países industrializados, face a conduta das autoridades governamentais decididas a efetivarem, com maior vigor, sua estratégia de desaceleração como forma de alcançar-se um certo equilíbrio no balanço de pagamentos concomitantemente a uma maior estabilidade monetária.

Obviamente, o comportamento do nosso balanço de pagamentos, se altamente favorável do ponto de vista externo, concorreu sobremaneira para dificultar o alcance das metas de estabilização dos preços, face à entrada líquida de capitais, pressionando assim, os meios de pagamento e, conseqüentemente, o índice geral de preços.

Este fato levou o Governo a manter a taxa cambial sensivelmente abaixo dos seus níveis de paridade, dificultando a exportação dos produtos agrícolas que não encontrassem, no mercado internacional, cotações anormalmente elevadas, uma vez que diferentemente dos produtos manufaturados, estes não gozam dos favores fiscais.

Preocupados, pois, com a solução de dois problemas até certo ponto conflitantes - o equilíbrio do balanço de pagamentos e a contenção do ritmo inflacionário - procuraram as autoridades governamentais, como já foi dito, refrear o nível de atividade econômica, notadamente a partir de meados do ano.

Através de medidas de restrição às importações, inclusive de bens de capital, bem como da efetivação de uma política de maior controle dos meios de pagamento, pode o Governo restringir de modo sensível a atividade econômica, resultando em uma taxa de crescimento (8,8%) até certo ponto surpreendente para os formuladores da política econômica brasileira.

Como se aconteceu, a agricultura brasileira foi sensivelmente afetada por estas medidas, pois representam elas uma contenção aos preços de seus produtos e uma elevação no dos insumos que utiliza, em grande parte dependentes do exterior.

Mascaram esta situação os elevados preços alcançados pela soja, face a um mercado altamente carente de proteína para consumo animal e do café, estes anormalmente elevados em virtude da redução da produção brasileira pelas geadas de 1975. Paralelamente, a redução dos estoques existentes permitiu a agricultura brasileira a obtenção de elevada receita no decorrer do ano.

Como consequência, feita abstração desses dois produtos, as relações de troca do setor se apresentaram deterioradas ao longo de todo o ano, como se depreende da análise dos indicadores disponíveis. É de se notar, ainda, que o crescimento apresentado pelo setor teve suas causas na sensível ampliação da área cultivada, inclusive com o objetivo do produtor buscar algumas compensações pelos prejuízos sofridos em 1975 e não em uma melhoria nas cotações dos produtos.

Caracterizou-se assim, em 1976, a existência de dois segmentos bastante distintos na agricultura brasileira: um, dispondo de elevada receita, nem sempre calcada em produção realizada no período, e outro, apresentando resultados senão deficitários, pelo menos bastante modestos.

Neste primeiro semestre de 1977 não foram perceptíveis quaisquer mudanças neste panorama. O café e a soja continuaram alcançando elevados preços, situação esta verdadeira para poucos outros produtos, dentro os quais o feijão de cores. Para o setor como um todo, abstração feita dos dois citados produtos, as relações de paridade com o segmento fornecedor de insumos foram marcadamente prejudiciais à agricultura.

A situação atual exige das autoridades governamentais uma redobrada vigilância, na medida em que um desempenho pouco satisfatório do setor pode ser de consequências graves para o controle da inflação e para o equilíbrio do balanço de pagamentos.

*

* *

Este ano, mais uma vez, o Instituto de Economia Agrícola torna público o seu Prognóstico, com o objetivo de levar sua contribuição às autoridades governamentais, entidades de classe ligadas ao setor agrícola e produtores rurais, no sentido de fornecer elementos essenciais para opções mais eficientes.

Para isso procurou-se reunir informações sobre o mercado interno e internacional dos principais produtos de nossa agricultura e sobre elas, tecer uma análise de seu provável comportamento futuro. Apresenta também o documento uma discussão sobre como, provavelmente, se apresentarão os mercados dos principais fatores e insumos utilizados na produção agropecuária.

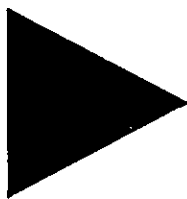
Paralelamente, é feita uma estimativa do desempenho do setor no período atual - a primeira anualmente realizada por este órgão - com o objetivo de dimensionar a contribuição social da agropecuária paulista.

Ao trazer a lume estas informações, espera o IEA estar contribuindo, de forma efetiva, para o fortalecimento de nossa agricultura, através do aperfeiçoamento do processo de tomada de suas decisões, em moldes mais empresariais.

IEA

2

**RESULTADO ECONÔMICO
E CUSTOS OPERACIONAIS**



2 - RESULTADO ECONÔMICO E CUSTO OPERACIONAL

São apresentados neste capítulo o resultado econômico das principais atividades agrícolas em 1976/77 e as estimativas de custo operacional para 1977/78.

O custo operacional é representado pelos encargos efetivos pagos pelo empresário: mão-de-obra, combustível, lubrificante, reparos e máquinas, fertilizantes, sementes, corretivos do solo, defensivos, herbicidas, juro bancário, etc; mais a depreciação das máquinas e, no caso de culturas permanentes, depreciação do pomar.

O valor estimado para a mão-de-obra familiar, se utilizada, também é somado ao custo operacional. A diferença entre o preço (ou receita média) recebido pelo produtor e o custo operacional estimado pelo IEA, constitui o resíduo para retribuir ao capital fixo e ao empresário, devendo idealmente ser positivo. Uma vez coberto esse custo operacional, o empresário terá condições para permanecer na atividade a curto prazo, constituindo inclusive, reserva para reposição da maior parte do capital fixo empregado.

Do ponto de vista de administração da empresa, o agricultor procura tornar o resíduo global, do sistema de produção da fazenda, o maior possível, visando não só a uma taxa de retorno ao capital empatado que compense o custo de oportunidade dos investimentos feitos, mas também uma remuneração satisfatória à sua própria atividade empresarial, como tomador de decisões e riscos.

- Resultado Econômico, 1976/77

Os custos operacionais das culturas anuais e perenes são apresentados nos quadros 2, 3, 4 e 5. Os resultados econômicos de café, laranja, pêssego, uva e das principais culturas anuais, podem ser vistos nos quadros 6, 7, 8 e 9.

A diária da mão-de-obra para o Estado de São Paulo foi corrigida para Cr\$41,45 apresentando assim um aumento de 10% em relação ao valor projetado para a mesma safra 1976/77 no último Prognóstico. A diária do tratorista foi corrigida para Cr\$62,00. No sentido de chegar mais próximo da realidade regional, essas diárias foram calculadas para cada DIRA, de acordo com informações obtidas nas mesmas.

Em vista de se constatar tendência para utilização de tratores de maior potência, e que até então tomava-se como base nas estimativas de custo operacional o trator de 44HP, passou-se a adotar o trator de 61HP como referência. Essa alteração representou uma elevação de cerca de 21% no custo diário do trator.

Para as culturas das águas, ano agrícola 1976/77, levando-se em conta o ciclo da cultura, os encargos financeiros foram incluídos na base de 15% sobre a metade da quantia necessária às despesas com operação e de insumos enquadrados como "não modernos", enquanto que so-

bre os outros, não foram computados juros. Foi mantido também o subsídio de 40% sobre o valor global dos fertilizantes e computados encargos financeiros de 15%. No custo de formação das culturas perenes, foram computados juros em cada ano de formação, o que não ocorria anteriormente. Em se tratando de formação de cultura permanente, do seu custo de formação foi deduzido o valor da produção inicial que ocorre nesse período. Para as culturas da seca, cujo plantio foi iniciado em 1977, quando foi retirado o referido subsídio, não se computou qualquer encargo financeiro sobre os fertilizantes químicos.

No item "outros", estão incluídos o juro bancário, sacaria, empreitas de modo geral, exceção a de colheita, operação animal, mourões, arame, etc.

Exploração de maior custo por hectare é o tomate envarado, variedade Santa Cruz. Seguem-na, por ordem decrescente, outras culturas intensivas como tomate envarado caqui, batata e cebola de bulbilho.

Tomando-se como exemplo a cultura do milho no Estado, o custo operacional por hectare foi da ordem de Cr\$2.393,48 para uma produtividade média de 37 sacos por hectare e, consequentemente, o custo por saco de 60kg, é de Cr\$64,69. Considerando o preço médio recebido pelo produtor de Cr\$70,00, chega-se a uma receita líquida de Cr\$5,31 por saco de 60kg. Este resultado, entretanto, é apenas indicativo, e não tem a pretensão de refletir a realidade de cada produtor pois, assim como os custos variam de produtor para produtor, dependendo de fatores como área cultivada, tecnologia empregada, condições de fertilidade natural do solo e proximidade de mercados, entre outros, também as receitas médias variam em função de qualidade do produto, época e condições de venda. Das culturas relacionadas nos quadros 6, 8 e 9, figo, tomate e arroz apresentam resíduos negativos.

Na análise do resíduo, cada agricultor individualmente pode atribuir valores anuais para remunerar o uso do capital, administração e terra própria. Os critérios para avaliar esses valores são arbitrários, variando desde taxas fixas e pré-determinadas em função dos preços nos mercados de fatores e dados sobre a participação relativa dos fatores no custo operacional, até outros tantos critérios que se fundamentam em razões muito pessoais.

- Estimativa de Custo Operacional, 1977/78

Estimativas de custo operacional para o próximo ano agrícola são apresentadas nos quadros 10 a 15 agrupando-se as atividades em cereais, oleaginosas, outras (batata, cana-de-açúcar, cebola, mandioca e tomate), perenes e de origem animal.

Face a algumas pequenas alterações no cálculo das estimativas no sentido de efetuar e aperfeiçoar a regionalização dos custos, tornam-se necessárias algumas considerações.

Mão-de-obra - na projeção dos custos, a mão-de-obra comum foi estimada à razão de Cr\$58,00 e o tratorista a Cr\$87,00 por dia, valores médios para o Estado calculados em função do salário mínimo vigente, de Cr\$1.106,40. Com base neste valor e na participação percentual de mensalistas, diaristas e volantes no trabalho, indicada por levantamentos do IEA, estimaram-se as diárias a serem pagas pelos produtores, em cada DIRA (quadro 1). Tais diárias refletem o provável aumento no custo do fator ao longo do ano agrícola em cada região.

Máquinas - na operação de máquinas houve aumento ponderável em relação a 1976/77, devido a elevações nos preços de máquinas e de equipamentos agrícolas, da ordem de 24%, e em combustíveis e lubrificantes de 91%. O preço do óleo diesel utilizado foi de Cr\$3,30 por litro.

QUADRO 1. - Valor da Mão-de-Obra por DIRA, Estado de São Paulo, 1977/78

DIRA	Mão-de-obra	
	Comum	Tratorista
Araçatuba	55,00	82,00
Bauru	60,00	90,00
Campinas	61,00	92,00
Marília	53,00	79,00
Presidente Prudente	55,00	82,00
Ribeirão Preto	68,00	102,00
São José do Rio Preto	61,00	92,00
São Paulo	56,00	84,00
Sorocaba	59,00	88,00
Vale do Paraíba	50,00	75,00
Estado de São Paulo	58,00	87,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Encargos financeiros - neste aspecto, foi utilizado o critério de incluir uma taxa de 15% sobre a metade da quantia necessária às despesas de operação e de insumos em geral, excluindo os fertilizantes químicos que gozam de isenção de juros. No custo de formação das culturas perenes, adotou-se o mesmo critério, não tendo sido computado o subsídio aos fertilizantes e isenções de juro sobre insumos modernos que vigoraram na safra anterior.

Defensivos - sobre os preços vigentes em maio de 1977, foi estimado um acréscimo de 10%, no sentido de compensar o espaço de tempo que decorre desde o cálculo das atuais estimativas e aquele em que efetivamente se concentram as aquisições dos mesmos.

A elevação dos custos operacionais estimados para 1977/78 é da ordem de 42% em relação a 1976/77. Entre os itens mais onerosos, por cultura, encontram-se: colheita por empreitada no amendoim (23%) e algodão (31%); operação de máquinas no arroz irrigado (34%); mão-de-obra no feijão (35%) e mandioca (51%); adubo e corretivo em milho (31%), sorgo (20%), trigo (35%) e arroz de sequeiro (27%); semente na batata (40%); e corte, carregamento e transporte em cana-de-açúcar (46%).

Para a cebola e tomate alternam-se a mão-de-obra e semente como itens mais onerosos sobre a estimativa de custo operacional, dependendo da tecnologia e da região.

A mão-de-obra nas culturas permanentes é praticamente o item mais dispendioso em todas elas.

No caso do café, consideraram-se quatro níveis de produtividade (20, 15, 10 e 5 sacos beneficiados, por hectare) e incluíram-se despesas gerais e administração. A depreciação foi calculada a partir das máquinas utilizadas no processo da produção, das benfeitorias específicas (terreiro, lavador e tuiha) e do cafezal, para uma vida útil de 30 anos.

Na atividade avícola, foi calculado o custo operacional para produzir ovo e frango de

corde, partindo-se de um plantel de 1.000 aves. No caso do frango de corte o custo operacional soma Cr\$14.876,00. Considerando a produção de esterco pelo lote, deduziu-se Cr\$474,00 da quele total chegando-se ao custo por quilo de ave viva de Cr\$8,16. A alimentação representa 67% no custo operacional, portanto, o item mais oneroso da atividade.

O custo operacional de ovos foi calculado para uma produtividade anual de 656 caixas de 30 dúzias para 1.000 aves, chegando-se a Cr\$120.639,00, já deduzidos os rendimentos indiretos. A caixa de ovos é estimada em Cr\$183,01 (Cr\$6,10/dz.). A alimentação onera em 69% o custo operacional.

O leite "C" está calculado para três níveis de produção. A pequena empresa é a que possui produção até 100 litros por dia; a empresa que produz de 100 a 300 litros diários é considerada média e a com mais de 300 litros por dia, é especificada no grupo das grandes. Este estudo refere-se especificamente ao Vale do Paraíba, onde foram obtidos os coeficientes técnicos. Computados os desembolsos, depreciações das máquinas e das benfeitorias específicas, e mais a mão-de-obra do empresário, obteve-se um custo operacional do qual foi deduzida a receita referente a venda de esterco, descarte de animais, sacaria vazia, etc. O custo operacional para a pequena exploração foi de Cr\$3,42/litro. Se se admitir o preço médio de Cr\$2,85/litro o resíduo será negativo. Em parte, este resíduo é explicado pela maior participação da mão-de-obra familiar que, no entender do produtor não representa desembolso efetivo, fazendo assim, com que o pequeno produtor de leite continue na atividade.

Na maioria dos casos, não se incluíram as despesas decorrentes do FUNRURAL, por dependerem do preço obtido pelos produtores.

Considerando o espaço de tempo existente entre a época atual, em que foram estimados os custos operacionais, e as do início efetivo das operações referentes às culturas das águas e mais ainda no que diz respeito às da seca, o IEA se propõe, através da sua publicação mensal "Informações Econômicas", a apresentar, um mês antes da colheita, a atualização das presentes estimativas, visando dar melhores subsídios à comercialização. Na oportunidade, serão levadas em conta as alterações que por ventura surjam no decorrer desse prazo, quanto à preço de mão-de-obra, combustíveis, lubrificantes, adubos, sacaria, enfim, todo tipo de material necessário ao processo produtivo.

QUADRO 2 .- Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1976/77

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita por empreita	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Arroz irrigado (TM) (Sub-região do Vale do Paraíba)	37	60kg	951,34	265,20	462,14	122,85	1.420,47	590,11	-	433,49	4.245,60	114,75
Arroz de sequeiro (TM) (Município de Olímpia)	14	60kg	850,83	144,30	534,60	44,18	588,20	279,86	450,00	185,52	3.077,49	219,82
Feijão das águas (TA) (Sub-regiões Itapeva e Avaré)	9	60kg	741,91	372,02	169,34	58,23	10,78	468,04	-	26,24	1.846,56	205,17
Feijão das águas (TMA) (Sub-regiões Itapeva e Avaré)	9	60kg	657,38	369,49	191,03	58,23	429,57	133,29	-	133,66	1.972,65	219,18
Feijão da seca (TA) (Sub-regiões Itapeva e Avaré)	11	60kg	862,49	320,87	338,08	101,90	11,57	568,36	-	29,19	2.232,46	202,95
Feijão da seca (TMA) (Sub-regiões Itapeva e Avaré)	11	60kg	717,04	386,87	382,77	101,90	563,21	155,89	-	193,81	2.501,49	227,41
Milho (TM) (Estado)	37	60kg	441,45	57,00	442,26	-	799,03	434,95	-	218,79	2.393,48	64,69
Milho (TM) (Região Ribeirão Preto)	48	60kg	269,11	58,41	641,86	12,94	631,88	488,00	-	201,00	2.303,20	47,98
Milho (TMA) (Sub-regiões Tatuí e Capão Bonito)	31	60kg	659,54	53,49	330,43	13,35	380,50	362,23	-	113,97	1.913,51	61,73
Sorgo granífero (TM) (Jaboticabal)	43	60kg	322,49	76,95	304,56	19,91	432,67	390,15	602,00	110,07	2.258,80	52,53
Trigo (TM) (Sub-região de Assis (1976))	23	60kg	76,77	781,25	599,93	161,22	529,59	88,69	-	130,53	2.367,98	102,96

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos, operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 3 .-Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1976/77

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo (1) e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas (2)	Outros (3)	Colheita por empreita	Depreciação (4)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Algodão (TMA)(Sub-região Orilândia)	109	arroba	810,28	94,77	1.069,10	978,14	505,92	566,49	2.180,00	159,50	6.364,20	58,39
Algodão (TM)(Sub-região Orilândia)	118	arroba	827,59	87,97	800,11	1.092,42	714,93	528,50	2.360,00	218,81	6.630,33	56,19
Algodão (TMA)(Sub-região Avaré)	96	arroba	947,46	100,00	996,10	897,61	488,11	510,57	1.920,00	170,65	6.030,50	62,82
Algodão (TMA)(Sub-regiões Campinas,Limeira e S.João da Boa Vista)	119	arroba	663,71	93,38	911,41	671,35	503,99	531,87	2.380,00	167,77	5.923,48	49,78
Algodão (TM)(Sub-regiões Campinas,Limeira e S.João da Boa Vista)	119	arroba	532,33	93,38	911,41	671,35	795,48	503,41	2.261,00	228,47	5.996,83	50,39
Algodão (TM)(Sub-região Araçatuba)	76	arroba	510,92	101,40	247,82	649,95	783,45	391,49	1.368,00	225,13	4.278,16	56,29
Amendoim (TA)	52	25kg	991,48	756,00	624,66	418,06	27,23	250,71	709,80	74,80	3.852,74	74,09
Amendoim (TM)	64	25kg	697,83	858,00	624,66	437,93	789,33	156,03	873,60	226,20	4.663,58	72,87
Mamona	21	60kg	1.514,58	13,87	247,82	17,52	403,14	259,22	-	131,84	2.587,99	123,24
Soja(TM)(Região Ribeirão Preto)	26	60kg	245,38	202,50	572,11	299,27	369,20	77,36	-	127,86	1.893,68	72,83

(1) Considerado subsídio de 40% sobre o valor de adubo.

(2) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(3) Foram incluídos, operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários, seguro obrigatório para o algodão.

(4) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 4 - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Raízes e Tubérculos, Cana-de-Açúcar, Batata, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1976/77

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita por empreita	Depraciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Batata das águas (TA) (Município de Divinolândia e S.S. da Gramma)	144	60kg	3.118,86	4.680,00	1.516,14	981,70	23,95	1.402,13	-	66,92	11.789,70	81,87
Batata das águas (TMA) (Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	152	60kg	3.024,83	4.856,00	1.883,10	860,31	341,98	1.464,11	-	151,08	12.581,41	82,77
Batata da seca (TMA) (Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	116	60kg	3.993,49	7.719,85	3.847,14	1.128,70	1.705,30	1.399,96	-	592,61	20.387,05	175,75
Batata da seca (TM) (Municípios de Itapetininga e Capão Bonito)	291	60kg	2.769,88	16.438,55	12.057,90	9.309,15	2.708,06	3.167,55	-	874,39	47.325,48	162,63
Batata das águas (TM) Municípios de Itapetininga e Ibiúna)	283	60kg	2.771,60	9.874,80	4.904,76	7.470,73	2.750,88	2.695,29	-	1.274,29	31.742,35	112,16
Cana-de-açúcar (nova) (TM) (4)	103	t	1.249,53	1.209,00	1.668,64	230,87	1.478,62	1.017,72	3.605,00 (5)	423,32	10.882,70	105,66
Cana-de-açúcar (soca) (TM)	62	t	550,47	-	596,55	230,87	575,41	396,36	2.170,00 (5)	160,58	4.680,24	75,49
Cana-de-açúcar (ressoca) (TM)	50	t	550,47	-	596,55	230,87	575,41	364,80	1.750,00 (5)	160,58	4.228,68	84,57
Cebola de muda (TMA) (Sub-região Casa Branca)	210	45kg	3.705,49	3.001,50	4.210,58	1.011,19	1.003,50	1.624,98	-	302,53	14.859,77	70,76
Cebola de muda (TA) (Sub-região Sorocaba)	290	45kg	5.745,65	3.841,92	3.049,47	1.702,75	259,70	2.150,58	-	149,83	16.899,90	58,28
Cebola de muda (TM) (Sub-região Sorocaba)	265	45kg	5.047,53	3.841,92	4.106,84	895,91	1.664,86	1.923,74	-	409,23	17.890,03	67,51
Cebola de bulbilho (TA) (Sub-região Sorocaba)	235	45kg	6.371,28	5.415,00	3.644,07	853,08	645,58	2.040,28	-	283,87	19.253,16	81,93
Cebola de bulbilho (TM) (Sub-região Sorocaba)	336	45kg	7.135,33	5.415,00	6.386,21	1.405,45	2.611,07	2.554,56	-	701,37	26.208,99	78,00
Mandioca (4)	20	t	1.331,34	467,20	200,88	8,62	3,34	526,80	-	10,84	2.549,02	127,45
Tomate Sta. Cruz envarado (TM)	1.077	cx.	29.418,89	123,21	10.654,96	3.953,29	3.483,58	19.452,47	-	2.078,52	69.164,92	64,22
Tomate caqui envarado	584	cx.	28.148,84	535,62	13.906,69	4.321,69	2.106,33	17.338,95	-	1.558,80	67.916,92	116,30
Tomate rasteiro (TM)	16	t	3.698,78	826,00	1.542,79	1.466,82	3.428,90	460,14	-	982,46	12.405,89	775,37

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos, operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Cultura de ano e meio.

(5) Inclui também carregamento e transporte.

Obs: Tecnologia utilizada: TA= tração animal; TM= tração motomecanizada; TMA= tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 5 .- Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1976/77

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Depreciação ⁽³⁾	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade									
Abacaxi (TA) implantação e 2º ano ⁽⁴⁾	21.000	kg	7.826,99	5.495,56	500,42	237,72	48,92	1.120,10	111,58	15.341,29	0,73
Abacaxi (TM) implantação e 2º ano ⁽⁴⁾	22.260	kg	7.018,82	7.793,80	2.490,90	538,72	2.226,54	1.492,80	645,65	22.207,23	1,00
Abacaxi (TMM) implantação e 2º ano ⁽⁴⁾	21.200	kg	6.723,83	5.320,00	3.032,40	442,82	1.718,58	1.769,21	509,25	19.516,09	0,92
Banana na varzea (ciclo - 14 meses)	22	t	3.164,85	-	1.430,28	738,00	100,31	702,94	14,22	6.150,60	279,57
Banana no morro (ciclo - 14 meses)	21	t	3.298,20	-	1.520,82	738,00	128,17	743,40	18,17	6.446,76	306,99
Café formação - 1º ao 4º (1.000 covas)	10	60kg	11.015,40	1.760,00	3.935,42	638,00	2.024,09	852,66	471,65	20.697,22	20,70 ⁽⁵⁾
Café	20	60kg	7.535,10	32,00	994,25	524,32	569,39	2.192,67	1.330,85	13.178,58	658,93
Café	15	60kg	7.355,10	48,00	619,00	524,32	569,39	2.049,42	1.318,39	12.483,62	832,24
Café	10	60kg	6.077,35	64,00	434,99	524,32	496,85	1.772,38	1.172,46	10.542,35	1.054,24
Café	5	60kg	5.643,60	-	-	484,32	424,29	1.537,51	1.088,45	9.178,17	1.835,63
Figo formação 1º e 2º ano(TM)(1.660 pés)	-	-	12.235,84	- ⁽⁶⁾	5.962,40	2.977,48	1.122,83	5.590,00	228,99	28.117,54	16,94 ⁽⁵⁾
Figo produção	6.204	engrad.	21.385,30	-	8.669,76	10.108,50	2.515,78	29.022,24	1.001,91 ⁽⁷⁾	72.703,49	11,72
Laranja formação 1º ao 4º (TM) - (200 pés)	-	-	4.365,08	1.750,00	1.375,30	1.796,48	2.943,69	1.185,13	923,34	14.339,02	71,70 ⁽⁵⁾
Laranja produção	340	caixa	1.412,75	-	812,07	1.226,13	851,53	315,03	600,98 ⁽⁷⁾	5.218,49	15,35
Maracujã formação (1.000 pés) (TMA)	-	-	4.681,81	3.150,00	1.142,35	248,90	1.887,15	17.451,52	646,00	29.207,73	29,21 ⁽⁵⁾
Maracujã produção	875	caixa	3.191,70	-	1.328,29	1.586,97	2.555,69	606,51	5.028,62 ⁽⁷⁾	14.297,78	16,34
Pêssego formação 1º ao 4º ano (TM)(220 pés)	-	-	30.315,21	2.032,81	13.258,54	7.012,96	5.352,84	16.919,01	1.895,90	76.787,27	349,03 ⁽⁵⁾
Pêssego produção (TM) (220 pés)	6.140	caixa	18.463,00	-	6.175,62	3.701,91	3.976,69	18.939,70	3.569,32 ⁽⁷⁾	54.826,24	8,93
Uva niagara formação 1º ao 3º ano(4.000 pés)	-	-	37.560,69	4.000,00	30.431,00	3.684,04	2.469,78	21.900,41	482,99	100.528,91	25,13 ⁽⁵⁾
Uva niagara em produção	1.500	caixa	15.064,82	-	13.128,00	1.697,38	569,46	7.549,81	3.865,68 ⁽⁷⁾	41.875,15	27,92

⁽¹⁾ Incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

⁽²⁾ Incluídos operação animal, juros bancários e no café administração de despesas gerais.

⁽³⁾ Somente do capital em máquinas; exceto para o café que inclui benfeitorias específicas e cafezal.

⁽⁴⁾ Semi-perene - tração animal (TA) e mecanizada (TM) na região de Baurū - mecanizada e manual (TMM) no Vale do Ribeira.

⁽⁵⁾ Custo de formação (unidade = pê) está incluído juros bancários e subsídio de 40% a fertilizantes.

⁽⁶⁾ O serviço de preparo das estacas está incluído na mão-de-obra.

⁽⁷⁾ Inclui depreciação do pomar baseada no custo de formação. Deste foi deduzida a receita auferida por produção no período.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 6 . - Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1976/77

(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Arroz irrigado (TM) (Sub-região Vale do Paraíba)	37	60kg	6.105,00	165,00	4.245,60	114,75	1.859,40	50,25
Arroz de sequeiro (TM) (Olimpia)	14	60kg	2.310,00	165,00	3.077,49	219,82	- 767,49	-54,82
Feijão das águas (TA) (Sub-região de Itapeva e Avaré)	9	60kg	5.850,00	650,00	1.846,56	205,17	4.003,44	444,83
Feijão das águas (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	9	60kg	5.850,00	650,00	1.972,65	219,18	3.877,35	430,82
Feijão da seca (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	11	60kg	7.150,00	650,00	2.232,46	202,95	4.917,54	447,05
Feijão da seca (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	11	60kg	7.150,00	650,00	2.501,49	227,41	4.648,51	422,59
Milho (TM) (Estado)	37	60kg	2.590,00	70,00	2.393,48	64,69	196,52	5,31
Milho (TM) (Região Ribeirão Preto)	48	60kg	3.360,00	70,00	2.303,20	47,98	1.056,80	22,02
Milho (TMA) (Sub-regiões Tatuí e Capão Bonito)	31	60kg	2.170,00	70,00	1.913,51	61,73	256,49	8,27
Trigo (TM) (Sub-região Assis)	23	60kg	4.374,60	190,20	2.367,98	102,96	2.006,62	87,24

⁽¹⁾ Rendimento estimado para o ano agrícola 1976/77, e variando segundo a tecnologia.

⁽²⁾ Receita líquida = receita menos custo operacional.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 7 - Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1976/77

(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Algodão (TMA) (Sub-região Orlândia)	109	arroba	10.900,00	100,00	6.364,20	58,39	4.535,80	41,61
Algodão (TM) (Sub-região Orlândia)	118	arroba	11.800,00	100,00	6.630,33	56,19	5.169,67	43,81
Algodão (TMA) (Sub-região Avaré)	96	arroba	9.600,00	100,00	6.030,50	62,82	3.569,50	37,18
Algodão (TMA) (Sub-região Campinas, Limeira, São João da Boa Vista)	119	arroba	11.900,00	100,00	5.923,48	49,78	5.976,52	50,22
Algodão (TM) (Sub-região Campinas, Limeira, São João da Boa Vista)	119	arroba	11.900,00	100,00	5.996,83	50,39	5.903,17	49,61
Algodão (TM) (Sub-região Araçatuba)	76	arroba	7.600,00	100,00	4.278,16	56,29	3.321,84	43,71
Amendoim (TA)	52	25kg	4.160,00	80,00	3.852,74	74,09	307,26	5,91
Amendoim (TM)	64	25kg	5.120,00	80,00	4.663,58	72,87	456,42	7,13
Mamona (TMA)	21	60kg	5.292,00	252,00	2.587,99	123,24	2.704,01	128,76
Soja (TM) (Região de Ribeirão Preto)	26	60kg	4.680,00	180,00	1.893,68	72,83	2.786,32	107,17

⁽¹⁾ Rendimento estimado para o ano agrícola 1976/77, e variando segundo a tecnologia.

⁽²⁾ Receita líquida = receita menos custo operacional.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração mecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 8 - Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1976/77 (em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Batata das águas (TA) (Divinolândia e S.S. da Grama)	144	60kg	29.808,00	207,00	11.789,70	81,87	18.018,30	125,13
Batata das águas (TMA) (Divinolândia e S.S. da Grama)	152	60kg	31.464,00	207,00	12.581,41	82,77	18.882,59	124,23
Batata da seca (TMA) (Divinolândia e S.S. da Grama)	116	60kg	24.012,00	207,00	20.387,05	175,75	3.624,95	31,25
Batata da seca (TM) (Itapetininga e Capão Bonito)	291	60kg	60.237,00	207,00	47.325,48	162,63	12.911,52	44,37
Batata das águas (TM) (Itapetininga e Ibiúna)	283	60kg	58.581,00	207,00	31.742,35	112,16	26.838,65	94,84
Cana-de-açúcar (nova) ((TM) ⁽³⁾)	103	t	15.638,49	151,83	10.882,70	105,66	4.755,79	46,17
Cana-de-açúcar (soca) (TM)	62	t	9.413,46	151,83	4.680,24	75,49	4.733,22	76,34
Cana-de-açúcar (ressoca) (TM)	50	t	7.591,50	151,83	4.228,68	84,57	3.362,82	67,26
Cebola de muda (TMA) (Sub-região de Casa Branca)	210	45kg	40.824,00	194,40	14.859,77	70,76	25.964,23	123,64
Cebola de muda (TM) (Sub-região de Sorocaba)	290	45kg	56.376,00	194,40	16.899,90	58,28	39.476,10	136,13
Cebola de muda (TM) (Sub-região de Sorocaba)	265	45kg	51.516,00	194,40	17.890,03	67,51	33.625,97	126,89
Cebola de bulbilho (TA) (Sub-região de Sorocaba)	235	45kg	45.684,00	194,40	19.253,16	81,93	26.430,84	112,47
Cebola de bulbilho (TM) (Sub-região de Sorocaba)	336	45kg	65.318,40	194,40	26.208,99	78,00	39.109,41	116,40
Mandioca (TMA) ⁽³⁾	20	t	12.000,00	600,00	2.549,02	127,45	9.450,98	472,55
Tomate Sta.Cruz envarado (TM)	1.077	cx.	89.261,76	82,88	69.164,92	64,22	20.096,84	18,66
Tomate caqui envarado (TM)	584	cx.	62.488,00	107,00	67.916,92	116,30	- 5.428,92	- 9,30
Tomate rasteiro (TM)	16	t	14.400,00	900,00	12.405,89	775,37	1.994,11	124,63

⁽¹⁾ Rendimento estimado para o ano agrícola 1976/77, e variando segundo a tecnologia.

⁽²⁾ Receita líquida = receita menos custo operacional.

⁽³⁾ Cultura de ano e meio.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 9.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1976/77

(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Abacaxi (TA) implantação e 2º ano ⁽³⁾	21.000	kg	23.100,00	1,10	15.341,29	0,73	7.758,71	0,37
Abacaxi (TM) implantação e 2º ano ⁽³⁾	22.260	kg	24.486,00	1,10	22.207,23	1,00	2.278,77	0,10
Abacaxi (TMM) implantação e 2º ano ⁽³⁾	21.200	kg	23.320,00	1,10	19.516,09	0,92	3.803,91	0,18
Banana na várzea (ciclo - 14 meses)	22	t	15.400,00	700,00	6.150,60	279,57	9.249,40	420,43
Banana no morro (ciclo - 14 meses)	21	t	14.700,00	700,00	6.446,76	306,99	8.253,24	393,01
Cafê	20	60kg	56.000,00	2.800,00	13.178,58	658,93	42.821,42	2.141,07
Cafê	15	60kg	42.000,00	2.800,00	12.483,62	832,24	29.516,38	1.967,76
Cafê	10	60kg	28.000,00	2.800,00	10.542,35	1.054,24	17.457,65	1.745,76
Cafê	5	60kg	14.000,00	2.800,00	9.178,17	1.835,63	4.821,83	964,37
Figo produção (TM)	6.204	engrad.	70.725,60	11,40	72.703,49	11,72	- 1.977,89	- 0,32
Laranja produção (TM)	340	caixa	10.200,00	30,00	5.218,00	15,35	4.982,00	14,65
Pêssego produção (TM) (220 pês)	6.140	caixa	76.688,60	12,49	54.826,24	8,93	21.862,36	3,56
Uva niagara produção (TM)	1.500	caixa	43.500,00	29,00	41.875,15	27,92	1.624,85	1,08

⁽¹⁾ Rendimento estimado para o ano agrícola 1976/77, e variando segundo a tecnologia.

⁽²⁾ Receita líquida = receita menos custo operacional.

⁽³⁾ Cultura do abacaxi: semi-perene; tração animal (TA) e mecanizada (TM) na região de Baurú e mecanizada e manual (TMM) no Vale do Ribeira.

Obs.: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMM = tração motomecanizada e manual.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 10.- Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1977/78

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita por empreita	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Arroz irrigado (TM)(Sub-região Vale do Paraíba)	39	60kg	1.333,50	299,20	972,66	168,35	2.086,17	779,77	-	574,30	6.213,95	159,33
Arroz de sequeiro (TM)(Município Olímpia)	19	60kg	1.144,52	162,80	1.213,00	54,50	861,29	240,34	598,50	240,10	4.515,05	237,63
Feijão das águas (TA)(Sub-regiões Itapeva e Avaré)	9	60kg	1.020,11	446,42	369,00	79,79	16,30	604,15	-	35,21	2.570,98	285,66
Feijão das águas (TMA)(Sub-regiões Itapeva e Avaré)	9	60kg	903,16	443,39	416,25	79,79	607,10	146,20	-	171,94	2.767,83	307,54
Feijão da seca (TA)(Sub-regiões Itapeva e Avaré)	14	60kg	1.185,90	385,04	391,50	139,63	17,10	899,08	-	38,49	3.056,74	218,34
Feijão da seca (TMA)(Sub-regiões Itapeva e Avaré)	14	60kg	984,93	464,24	443,25	139,63	804,59	190,60	-	211,03	3.238,27	231,31
Milho (TM) (Estado)	41	60kg	617,70	76,00	1.024,44	-	1.153,37	411,70	-	312,04	3.595,25	87,69
Milho (TM) (Região Ribeirão Preto)	47	60kg	371,62	77,88	1.258,08	15,96	910,41	443,00	-	246,65	3.323,60	70,72
Milho (TMA)(Região Tatuí e Capão Bonito)	37	60kg	907,27	71,32	720,00	16,46	511,29	361,50	-	145,44	2.733,28	73,87
Sorgo granífero (TM) (Jaboticabal)	43	60kg	445,06	128,25	648,60	27,02	627,87	378,57	836,76	163,02	3.255,15	75,70
Trigo (TM)(Sub-região Assis)	30	60kg	109,79	850,00	1.097,11	272,86	572,10	86,48	-	145,62	3.135,96	104,53

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 11.- Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1977/78

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita por empreita	Depreciação ⁽³⁾	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Algodão (TMA)(Sub-região Orlandia)	109	arroba	1.119,62	106,26	2.278,84	1.340,35	724,29	679,92	3.030,20	204,30	9.483,78	87,01
Algodão (TM)(Sub-região Orlandia)	118	arroba	1.141,72	117,18	1.712,87	1.496,96	1.037,45	801,92	3.280,40	265,33	9.853,83	83,51
Algodão (TMA)(Sub-região Avaré)	96	arroba	1.301,81	133,20	2.033,56	1.230,01	710,39	631,28	2.548,20	213,90	8.802,35	91,69
Algodão (TMA)(Sub-regiões Campinas, Limeira São João da Boa Vista)	119	arroba	922,35	124,38	1.919,22	827,95	734,17	636,54	3.308,20	215,00	8.687,81	73,01
Algodão (TM)(Sub-regiões Campinas, Limeira São João da Boa Vista)	119	arroba	740,56	124,38	1.919,22	827,95	1.149,32	618,32	3.308,20	286,41	8.974,36	75,41
Algodão (TM) (Sub-região Araçatuba)	76	arroba	715,30	135,06	540,00	890,63	1.129,80	638,26	2.143,20	280,22	6.472,47	85,16
Amendoim (TA)	70	25kg	1.387,36	1.008,00	1.118,25	515,52	41,84	353,12	1.347,50	101,02	5.872,61	83,89
Amendoim (TM)	87	25kg	976,43	1.144,00	1.118,25	540,08	1.142,63	254,13	1.674,75	285,65	7.135,92	82,02
Mamona	20	60kg	2.008,93	21,87	540,00	21,61	591,69	254,25	-	171,14	3.609,49	180,47
Soja (TM)(Região Ribeirão Preto)	27	60kg	338,64	405,00	993,62	369,08	530,47	92,01	-	153,68	2.882,50	106,76

⁽¹⁾ Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

⁽²⁾ Foram incluídos, operação animal, sacaria, beneficiamento, juros bancários e desbaste.

⁽³⁾ Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 12.-Estimativa do Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1977/78

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita por empreita	Depreciação(3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Batata das águas (TA)(Municípios Divinolândia e S.S.da Grama)	149	60kg	4.329,78	9.360,00	3.334,42	1.286,52	31,42	1.228,05	-	83,70	19.653,89	131,91
Batata das águas (TMA)(Municípios Divinolândia e S.S.da Grama)	157	60kg	4.199,86	9.712,00	4.071,35	1.340,13	590,88	1.327,50	-	192,64	21.434,36	136,52
Batata da seca (TMA)(Municípios Divinolândia e S.S.da Grama)	140	60kg	5.544,49	11.992,00	4.455,00	1.496,60	2.361,50	1.865,78	-	795,78	28.428,09	203,06
Batata da seca (TM)(Municípios Itapetininga e Capão Bonito)	278	60kg	3.804,27	20.170,00	14.454,14	12.137,23	3.864,74	3.469,98	-	1.143,12	59.043,48	212,39
Batata das águas (TM)(Municípios Itapetininga e Ibiúna)	313	60kg	3.806,43	15.600,00	10.531,65	11.242,99	3.936,35	3.507,03	-	1.126,81	49.751,26	158,95
Cana-de-açúcar (nova)(TM)(4)	103	t	1.748,41	1.531,40	3.185,29	333,63	2.137,72	1.609,81	7.226,66 (5)	531,93	18.304,85	177,72
Cana-de-açúcar (soca)(TM)	62	t	770,24	-	1.348,90	333,63	819,59	461,48	4.229,64 (5)	197,27	8.160,75	131,63
Cana-de-açúcar (ressoca)(TM)	50	t	770,24	-	1.348,90	333,63	819,59	400,08	3.411,00 (5)	197,27	7.280,71	145,61
Cebola de muda (TMA)(Sub-região Casa Branca)	230	45kg	5.155,43	5.600,00	4.388,60	1.376,86	1.415,96	1.949,81	-	380,64	20.267,30	88,12
Cebola de muda (TA)(Sub-região Sorocaba)	307	45kg	7.900,10	6.498,00	3.556,05	2.318,47	330,86	2.644,15	-	180,32	23.427,95	76,31
Cebola de muda (TM)(Sub-região Sorocaba)	281	45kg	6.937,73	6.498,00	4.790,85	1.219,87	2.324,96	2.397,01	-	514,36	24.682,78	87,84
Cebola de bulbilho(TA)(Sub-região Sorocaba)	173	45kg	8.829,35	9.232,00	4.245,75	1.161,57	824,93	2.157,52	-	343,17	26.794,29	154,88
Cebola de bulbilho (TM)(Sub-região Sorocaba)	248	45kg	9.806,73	9.232,00	7.436,70	1.913,68	3.694,43	2.563,50	-	885,43	35.532,47	143,28
Mandioca (TMA) (4)	20	t	1.842,81	554,80	449,10	12,53	4,95	700,20	-	14,14	3.578,53	178,93
Tomate Sta.Cruz envarado (TM)	1.715	cx.	41.237,50	180,71	18.542,35	6.177,66	5.044,22	41.674,11	-	2.801,84	115.658,39	67,44
Tomate caqui envarado (TM)	930	cx.	39.457,25	779,08	20.800,63	5.070,41	3.032,01	32.700,49	-	2.121,89	103.961,76	111,79
Tomate rasteiro (TM)	18,6	t	4.861,37	1.073,80	3.309,24	2.199,08	4.541,05	475,32	-	1.263,14	17.723,00	952,85

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos, operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Cultura de ano e meio.

(5) Inclui também carregamento e transporte.

Obs: Tecnologia utilizada: TA=tração animal; TM=tração motomecanizada; TMA= tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 13.- Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1977/78

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)	Outros (2)	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade									
Abacaxi (TA) Implantação e 2º ano (4)	21.000	kg	11.329,80	7.954,10	1.070,68	318,67	68,99	1.847,79	149,81	22.739,84	1,08
Abacaxi (TM) Implantação e 2º ano (4)	22.260	kg	9.993,60	9.075,00	5.552,20	770,81	3.217,62	1.940,44	813,11	31.362,78	1,41
Abacaxi (TMM) Implantação e 2º ano (4)	21.200	kg	9.084,04	7.700,00	6.759,20	633,60	2.478,51	2.058,71	639,82	29.353,88	1,38
Banana na varzea (ciclo-14 meses)	22	t	4.439,68	-	3.171,44	1.055,34	119,63	491,26	17,46	9.294,81	422,49
Banana no morro (ciclo-14 meses)	21	t	4.626,72	-	4.557,70	1.055,34	152,86	510,58	22,31	10.925,51	520,26
Café formação-1º ao 4º (1.000 covas)	10	60kg	14.561,43	2.200,00	5.316,90	1.199,52	2.703,38	1.425,20	2.060,88	29.467,31	29,47 (5)
Café	20	60kg	9.445,64	40,00	2.272,50	946,43	707,27	3.081,15	2.191,89	18.684,88	934,24
Café	15	60kg	9.174,94	60,00	1.416,25	946,43	707,27	2.988,71	2.370,92	17.664,52	1.177,63
Café	10	60kg	7.560,85	80,00	992,10	946,43	614,74	2.702,11	2.125,41	15.021,64	1.502,16
Café	5	60kg	7.002,56	-	-	887,06	529,26	2.823,68	2.774,87	14.017,43	2.803,49
Figo formação 1º e 2º ano (1.650 pés)	-	-	18.007,65	(6)	7.473,02	4.373,39	1.448,55	8.312,22	290,77	39.905,60	24,04 (5)
Figo produção	6.204	engrad.	31.471,73	-	11.598,00	14.245,56	3.000,46	38.842,92	2.570,71 (7)	101.729,38	16,40
Laranja formação 1º ao 4º (TM)-(200 pés)	200	caixa	5.994,19	2.000,00	2.775,71	2.661,65	4.182,86	1.143,26	1.105,81	19.863,48	99,32 (5)
Laranja produção	400	caixa	2.016,10	-	1.631,34	1.672,29	1.216,20	393,25	1.226,39 (7)	8.155,57	20,39
Maracujá formação (1.000 pés) (TAM)	-	-	6.529,20	4.200,00	1.326,36	356,13	2.718,35	24.641,15	822,89	40.594,08	40,59 (5)
Maracujá produção	875	caixa	4.436,00	-	3.011,58	2.278,95	3.671,03	792,32	6.536,49 (7)	20.726,37	23,69
Pêssego formação 1º ao 4º ano (TM) (220 pés)	-	-	42.526,40	2.376,00	21.628,00	10.678,68	8.429,29	25.347,20	2.310,02	113.295,59	514,98 (5)
Pêssego produção (TM) (220 pés)	6.140	caixa	25.900,00	-	10.784,00	5.636,81	5.298,62	29.702,76	8.554,65 (7)	85.876,84	13,99
Uva niagara formação 1º ao 3º ano (4.000 pés)	-	-	52.404,81	7.000,00	42.455,00	5.398,82	5.008,56	35.671,72	822,82	148.761,73	37,19 (5)
Uva niagara em produção	2.000	caixa	20.917,80	-	14.810,00	2.489,96	2.266,98	13.318,61	7.018,04 (7)	60.821,39	30,41

(1) Incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Incluída operação animal, juros bancários e no café administração e despesas gerais.

(3) Somente do capital em máquinas; exceto para café que inclui benfeitorias específicas e cafezal.

(4) Semi-perenes - tração animal (TA) e mecanizada (TM) na região de Bauru - mecanizada e manual (TMM) no Vale do Ribeira.

(5) Custo de formação (unidade=pé).

(6) O serviço de preparo das estacas está incluído na mão-de-obra.

(7) Inclui depreciação do pomar com base no custo de formação. Do custo de formação deve ser excluída a receita auferida por produção no período.

QUADRO 14.- Estimativa de Custo Operacional de Atividades de Avicultura, Pecuária de Leite e Sericicultura, Estado de São Paulo, 1977/78

(em cruzeiro)

Produto	Produção	Mão-de-obra	Compras (¹)	Alimentação	Vacinas medicamentos e defensivos	Reparos de máquinas e benfeitorias	Transporte até plataforma e FUNRURAL	Depreciação de máquinas e benfeitorias	Outros	Total	Custo por unidade produzida
Frango de corte (1.000 aves)	1.764kg	406,00	2.640,00	9.942,00	125,00	-	-	300,00	1.463,00	14.876,00 (²)	8,16
Ovo (1.000 aves)	656cx.	7.974,00	5.200,00	83.223,00	3.906,00	671,00	-	5.274,00	14.391,00 (³)	120.639,00	183,90
Leite (pequena) (⁴)	litro	1,449	0,373	0,717	0,108	0,486	0,321	0,324	0,357 (⁵)	-	3,421
Leite (média) (⁴)	litro	1,023	0,356	0,642	0,114	0,358	0,321	0,249	0,349 (⁵)	-	2,714
Leite (grande) (⁴)	litro	0,548	0,211	0,681	0,080	0,314	0,321	0,218	0,345 (⁵)	-	2,028
Casulo (7 criações/ano)	3.528kg	30.263,00	5.040,00	5.800,00(⁶)	2.020,00	-	-	4.220,00	1.836,00	49.179,00	13,94

(¹) Correspondente a reposição do plantel avícola; combustível e lubrificantes para a exploração de leite; e compra de ovos na sericicultura.

(²) Deduziu-se Cr\$474,00, referente à venda de esterco.

(³) Embalagem, funrural, perdas, despesas gerais e fiscais, juros bancários, menos os rendimentos indiretos.

(⁴) A produção média para pequeno, médio e grande tamanho é respectivamente de 22.111 litros, 47.209 litros e 148.274 litros.

(⁵) Outros rendimentos, como venda de animais, sacaria usada, estérco, etc, deduzidos do custo operacional.

(⁶) Corresponde à depreciação do amoreiral para as 7 criações.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 15.- Estimativa de Custo Operacional de Pastagens e Formação de Amoreiral, por Hectare, Estado de São Paulo, 1977/78

(em cruzeiro)

Item	Mão-de-obra	Operação de máquinas	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivos	Depreciação das máquinas	Doutros	Custo por hectare
Pastagem colônião (método CATI)	373,23	1.101,45	879,00	694,00	24,56	402,43	44,58	3.519,25
Pastagem colônião (plântio mudas)	481,40	1.147,95	(¹)	-	24,56	405,71	82,72	2.142,34
Pastagem brachiaria	646,70	1.184,96	(¹)	-	24,56	413,90	87,00	2.357,12
Pastagem Napier	861,30	1.180,51	(¹)	-	24,56	413,12	77,52	2.557,01
Amoreiral formação (1º a 3º ano 6.610 pés)	8.403,90	276,75	(¹)	7.546,62	33,90	171,56	1.057,29	17.490,02

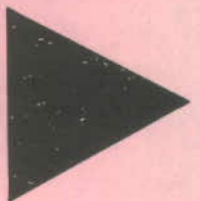
(¹) O custo das mudas está incluso na mão-de-obra.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

IEA

3

POLÍTICA AGRÍCOLA



Indubitavelmente nestes últimos dose meses a agricultura brasileira vem sofrendo o impacto das medidas governamentais de controle-monetário, tendo em vista um mais efetivo combate a inflação. Como não poderia deixar de ser, as relações de preços no setor e a política de crédito rural foram os setores mais afetados como se verá a seguir.

I

A política monetária do Governo brasileiro, em 1976, foi marcadamente influenciada por dois objetivos básicos: o ajuste do balanço de pagamentos e a contenção do ritmo inflacionário.

Como decorrência, foram implementadas diversas medidas de ordem fiscal e monetária, devendo-se destacar a elevação de 180 para 360 dias o prazo para restituição do recolhimento correspondente do valor FOB de mercadoria importada e a instituição do depósito de Cr\$12.000,00 sobre viagens ao exterior. Paralelamente, implementou-se o Programa Especial de Estímulo às Exportações e o Programa de Financiamento à Produção para Exportação, todos visando reduzir o deficit da balança comercial e melhorar a posição dos indicadores relativos ao endividamento externo do País.

Com vistas ao combate à inflação, procuraram as Autoridades Monetárias atuar tanto sobre a oferta quanto sobre a demanda de crédito. Assim, a taxa do recolhimento compulsório a que estão sujeitos os bancos comerciais foi elevada sucessivas vezes, atingindo em julho o máximo permitido em lei. Posteriormente modificou-se a estrutura desses recolhimentos, comprimindo-se ainda mais o multiplicador dos meios de pagamento, que passou de 2,477 em março para 2,135 em dezembro. Paralelamente elevou-se, por duas vezes, ao longo do ano, o custo da assistência financeira de liquidez prestada pelo Banco Central aos bancos comerciais. Coerentemente, os bancos comerciais tiveram liberadas as taxas de suas operações ativas a partir de setembro, excessão feita para determinadas operações, inclusive as típicas de crédito rural.

Simultaneamente foram intensificadas operações de mercado aberto, que apresentaram no final do ano um efeito contracionista líquido de ordem de Cr\$21.055 milhões.

Com isto se caracterizou uma política de grande limitação ao crescimento dos meios de pagamento, buscando-se enfraquecer a demanda global.

A busca de um maior equilíbrio na balança comercial, no entanto, exigia uma atividade econômica de gerar os excedentes exportáveis. Por outro lado, o elevado grau de endividamento de empresa privada impedia uma ação mais efetiva no controle do crédito. Optaram então as Autoridades Monetárias pela expansão do "crédito seletivo", instituto baseado no mecanismo de descontos e refinanciamentos por elas concedidos, o que permite uma elevada direcionalidade na aplicação dos recursos disponíveis. Com isto foram particularmente beneficiadas as atividades ligadas à exportação e a agricultura.

Como resultado, os meios de pagamento seexpandiram de 37,2% em 1976, incremento este bastante superior aos 25% previstos no Orçamento Monetário. Isto resultou, de um lado, do excelente desempenho do balanço de pagamentos, que apresentou um superavit de US\$1.192 milhões, com um aumento de US\$2,5 bilhões nas reservas internacionais, que atingiram assim a US\$6.544 milhões no final do ano; de outro, este incremento tem sua origem na expansão das demais operações ativas das Autoridades Monetárias, que se elevaram de 57,2% em 1976, quer através de empréstimos ao setor privado diretamente efetivados pelo Banco do Brasil, quer por meio da expansão dos descontos e refinanciamento concedidos aos bancos comerciais, especialmente dentro de programas de crédito seletivo. Assim, enquanto os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil ao setor privado evoluíram de 61,3%, o saldo dos créditos das Autoridades Monetárias aos bancos comerciais atingiu Cr\$99,0 bilhões em dezembro de 1976, representando incremento de 63,9% em relação a igual data do ano anterior. Aliás, os fundos e programas administrados pelo Banco Central do Brasil apresentaram, em dezembro passado, um saldo líquido de aplicações da ordem de Cr\$85,6 bilhões, do qual mais de 60% destinaram-se ao setor agrícola, representando um incremento superior a 65% em relação ao ano anterior.

É de se ressaltar, ainda, a neutralidade da execução orçamentária da União, que encerrou o exercício apresentando pequeno superavit de caixa.

Ao admitirmos um incremento de 8,8% para o produto interno bruto em 1976 (4,2% para o setor agrícola), verifica-se que o sistema encerrou o ano ainda pressionado por uma excessiva liquidez, o que explica a elevada taxa de 46,3% observada na inflação durante o exercício.

Há que se observar, porém, que o número de insolvências requeridas nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro, em 1976, atingiu a 3.602, apresentando um acréscimo de apenas 2,5% sobre o ano anterior, o que bem demonstra o critério das Autoridades Monetárias na implantação das medidas de contenção ao crédito.

Por outro lado, verifica-se que o saldo dos empréstimos à agropecuária atingiu o montante de Cr\$159.011 milhões em dezembro de 1976, dos quais Cr\$114.753 milhões (72,2%) devidos ao Banco do Brasil e Cr\$44.258 milhões (27,8%) aos bancos comerciais, e que representa uma nova expansão relativa do primeiro no mercado de crédito rural, situação esta extremamente comprometedor da viabilidade, a longo prazo, do Sistema Nacional de Crédito Rural. No Estado de São Paulo o saldo dos empréstimos dos bancos comerciais à agropecuária atingiu Cr\$16.955 milhões ao final de dezembro, representando um acréscimo de 21,1% em relação à igual data do ano anterior.

É interessante notar que o Orçamento Monetário previa uma expansão de 41,4% no crédito total e de 45,5% no caso do crédito rural; os dados finais referentes a 1976 indicam, no entanto, que o crédito ao setor privado cresceu de 55,2%, enquanto o crédito rural se expandiu à taxa de 51,3%. Isto mostra que não só a expansão prevista no Orçamento Monetário ficou bem aquém da efetivada, como também houve uma inversão nas taxas de crescimento do crédito rural e do destinado aos demais setores da economia. Isto se explica, em parte, pela necessidade das Autoridades Monetárias direcionarem os recursos para determinados setores, considerados prioritários ou mais críticos ao longo do ano.

Estes números indicam também um menor crescimento dos saldos dos empréstimos do sistema monetário à agropecuária em 1976 que no ano anterior, uma vez que naquele ano a expansão desses valores atingiu a 67%. Em termos reais, esta comparação se torna ainda mais notável, uma vez que a taxa de crescimento dessas aplicações passou de 30,8% em 1975 para apenas 7,1% no período seguinte.

Corroborar essa conclusão o fato de que o fluxo líquido carregado para o setor agropecuário em 1976 foi de Cr\$54,0 bilhões, contra Cr\$42,5 bilhões no ano anterior, representando, assim, um incremento de 27,4% em termos nominais, contra uma expansão de 61,8% no exercício anterior. Note-se que daquele total, Cr\$36,8 bilhões destinaram-se às lavouras e Cr\$17,2 bilhões às atividades pecuárias.

Os financiamentos formalizados em 1976, em todo o País, totalizaram Cr\$130.226 milhões, representando um incremento de cerca de 45% em relação ao ano anterior. Estes dados, além de confirmarem mais uma vez a conclusão anterior, estariam indicando que o crédito rural, naquele ano, manteve o mesmo nível de atendimento do período precedente.

Esta evolução está coerente com o comportamento dos agentes econômicos observado durante o ano passado. Se bem o crédito rural tenha permanecido nas manchetes dos jornais ao longo de todo o ano, ele foi mantido em evidência muito mais pelos setores industriais beneficiados pela política - particularmente a indústria de máquinas e equipamentos - que por ação dos produtores rurais. Alegaram aqueles setores que a então propalada restrição ao crédito rural era a responsável pela não concretização dos planos de expansão industrial, por motivar forte retração do consumo. Os números - ainda relativos aos financiamentos formalizados apenas nos primeiros nove meses do ano, em São Paulo - indicam, porém, o contrário. De fato, enquanto em 1976 foram efetivados financiamentos para aquisição de tratores no valor de Cr\$1.069,9 milhões, em igual período do ano anterior desses financiamentos haviam alcançado apenas Cr\$625,4 milhões, representando, assim, um incremento de 71,1%, em termos correntes e de 21,1% em termos reais.

No Estado de São Paulo foram contratados, em 1976, financiamentos no valor de Cr\$28.253 milhões, representando acréscimo de 33% em relação ao período anterior. Do total contratado, o custeio da produção respondeu por 43%, contra uma participação de 44% no ano anterior. Os investimentos, por sua vez, representaram 23% do valor contratado em 1976, contra 24% no período anterior, cabendo à comercialização o maior avanço, na medida em que sua participação passou de 32% em 1975 para 34% no ano seguinte.

No que se refere às operações dentro da política de preços mínimos, o saldo das aplicações no final de 1976 alcançava a cifra de Cr\$11,9 bilhões, representando um incremento de 75% em relação ao ano anterior. Daquele total, 32,2% referiam-se a aquisições do Governo Federal, contra uma participação de apenas 26,7% em 1975, indicando isto as piores condições por que passou o setor no que se refere a comercialização de sua produção. Em São Paulo o saldo dos financiamentos concedidos dentro dessa política atingiu o valor de Cr\$1,1 bilhão em dezembro de 1976, representando um incremento de 48,1% em relação ao ano anterior.

O grande problema enfrentado pelos produtores rurais em 1976 talvez tenha sido a satisfação das reciprocidades exigida pelas instituições bancárias, tanto privadas quanto oficiais. Esta peculiaridade de operação, sistematicamente tolerada pelo Banco Central, não são discriminada contra o produtor rural menos dotado de recursos financeiros - e portanto o mais necessitado de capital financeiro externo para realizar o empreendimento - como encarece sobremaneira o custo do financiamento.

O bom desempenho do balanço de pagamentos no ano passado, em particular a elevação das reservas cambiais do País, aliado ao equilíbrio que se vem observando no balanço comercial neste primeiro semestre - em parte devido à uma menor importação de bens de capital, complementada por uma excepcional participação das exportações - induziram o Governo Federal à adoção de medidas mais drásticas de combates à inflação, notadamente com vistas à minimizar os efeitos de sua componente de realimentação, já esvaziada com a alteração na fórmula do cálculo da correção mo-

netária efetuada em 1976. Pretende-se, agora, um mais agressivo controle dos preços, notadamente de alguns produtos considerados "críticos", enquanto complementarmente, procura-se exercer um rígido controle sobre os meios de pagamento, mantendo a liquidez do sistema dentro de estreitos limites, de forma a impedir-se o estímulo a uma maior pressão de demanda, limitando, no entanto, as taxas de juros vigentes no mercado.

O controle da expansão dos meios de pagamento neste ano de 1977 deverá ocorrer, basicamente, através da limitação da capacidade de criação de moeda pelas Autoridades Monetárias. Para tanto, o Conselho Monetário Nacional reformulou, em junho, o Orçamento Monetário, de forma a compatibilizá-lo com essa orientação.

Além disso, houve uma marcada preocupação nessa reformulação no sentido de direcionar os recursos disponíveis às atividades consideradas prioritárias, através dos mecanismos de crédito seletivo. Paralelamente procurou-se assegurar que o fornecimento desses recursos ao setor privado se desse, preferencialmente, através do Banco do Brasil.

Desta forma, se as metas propostas no Orçamento Monetário forem alcançadas, haverá uma expansão de 25% nos meios de pagamento em 1977, para um crescimento de base monetária de 37%, o que pressupõe que o multiplicador assuma valor próximo de 1,95. Os empréstimos do Banco do Brasil à agropecuária deverão apresentar um saldo, em 31 de dezembro, de Cr\$160 bilhões, enquanto o dos bancos comerciais atingirá Cr\$64 bilhões, fazendo com que o primeiro passe a responder por 71% das aplicações do sistema monetário no setor, contra uma participação inicialmente prevista de 69%.

Estes dados indicam um crescimento para o saldo das aplicações do sistema monetário na agropecuária de 41%, enquanto os empréstimos para os demais setores devem se expandir a taxa de 40%. Pelas previsões contidas no Orçamento Monetário aprovado em março, essas expansões eram de 40,4% e 31,5% respectivamente.

Não se deve, porém, esquecer que estes dados envolvem aplicações outras que não especificamente de crédito rural. É o caso dos recursos para aquisição do trigo nacional e dos destinados à comercialização do açúcar, que foram suplementados com recursos oriundos da reserva de contingência e das reduções previstas em alguns programas de crédito rural. Acredita-se, assim, que na prática os recursos líquidos destinados às aplicações em crédito rural em 1977 tenham sido reduzidos de Cr\$10,7 bilhões dos quais Cr\$7,1 bilhões referentes às aplicações do Banco do Brasil e Cr\$3,6 bilhões dos repasses do Banco Central aos bancos comerciais.

Paralelamente decidiu-se que o financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos fica limitado a 90% do valor na primeira compra do agricultor e a 60% no caso da aquisição da segunda máquina.

Se bem, informe-se que os recursos para comercialização agrícola foram ampliados, inclusive aqueles destinados à política de preços mínimos, que passaram de Cr\$18 bilhões para Cr\$21 bilhões, deve-se esperar maior contingenciamento nestas aplicações, através de modificações no percentual financiado nas operações com garantia de produtos, como na limitação do valor nas de monetização de títulos de venda a prazo. Deve-se aguardar, também, modificações nos prazos de remissão das operações de EGF's.

Como consequência, não se deve esperar o mesmo nível de atendimento do ano passado, por sinal já menor que o de anos anteriores. Da parte dos bancos comerciais, tanto oficiais quanto privados, deve-se esperar a execução de uma política de dinheiro difícil, com o objetivo de auferir maior remuneração nos recursos aplicados, caracterizada pela exigência de elevadas reciprocidades, como forma de compensar o menor volume de recursos. Deverão eles

aplicar suas disponibilidades em comercialização e investimento, conduzindo operações de custeio apenas em função da composição de suas carteiras.

O Banco do Brasil deverá continuar a ser o grande financiador do custeio da produção, em que pese a nítida prioridade que se deverá observar no direcionamento dos recursos para expansão de fronteira agrícola, com o objetivo de levar o agricultor que já explora a sua área agricultável a utilizar mais os recursos próprios. Também nas operações de investimento realizadas por esta instituição financeira deverá se esperar maior exigência de recursos pr^oprios.

Dependendo da evolução dessas aplicações, é lícito esperar-se uma modificação no cálculo do valor financiável de algumas culturas, notadamente aquelas mais rentáveis, visando assegurar maior participação de capital próprio dos produtores rurais. Esta sistemática deve ra levar os agricultores a reduzir a utilização de insumos, comprometendo, com isto, a produtividade. Em contrapartida, a aplicação criteriosa dessa sistemática poderá induzir estes agricultores a ampliar as áreas sob cultivo, como forma de obter maior volume de crédito, contrabalhando assim, pelo aumento de área cultivada, o menor rendimento físico.

Com relação a alguns programas especiais é de se esperar uma acentuada redução nas suas atividades. É o caso do PROCAL, uma vez que os recursos a ele alocados, da ordem de Cr\$1,3 bilhão, foram todos consumidos. De forma idêntica o POLOCENTRO ficará paralizado, já que da dotação de Cr\$1,7 bilhão prevista no orçamento monetário, já foram liberados Cr\$1,15 bilhão, sendo que o saldo existente já está comprometido com projetos em andamento. Também o PROPEC não deverá receber novas propostas, uma vez que as aprovadas já comprometem os recursos do programa, só se prevendo a possibilidade de novas contratações com base nas amortizações de empréstimos já realizados. Já o PROTERRA teve um reforço de dotação, que passou de Cr\$14 bilhões para Cr\$17 bilhões, a serem aplicados com ênfase nas lavouras cuja produção se destinar ao mercado externo, à expansão de fronteira agrícola e à aquisição de insumos. Quanto ao PROALCOOL admite-se que exista uma folga de recursos, já que os projetos em análise não atingem a dotação deste ano, fixada em Cr\$4,5 bilhões, Cr\$500 milhões abaixo da inicialmente programada.

Em síntese, pois, devem os produtores rurais, particularmente do Estado de São Paulo, se dispor a uma maior participação de recursos próprios em seus empreendimentos, como forma de levá-los a bom termo. Se o preços de comercialização compensarem este acréscimo dos custos de produção, é provável que se inicie uma nova fase para agricultura brasileira, mais empresarial e, por isso mesmo, menos dependente das benesses governamentais.

II

As principais medidas de política agrícola formalizadas nos últimos 12 meses são registradas a seguir enfatizando os aspectos normativos.

- Crédito Rural

- Taxa de juros

Os créditos rurais de investimentos serão concedidos a taxas de juros variáveis consoante o valor do financiamento. A Resolução 416 de 26/01/77 do Banco Central do Brasil estabeleceu que para estes créditos, não amparados por programas especiais, incidirão juros a taxas de 13%, 15%, 18% e 21% ao ano, dependendo do valor do empréstimo, além de determinar a participação obrigatória dos mutuários, com seus próprios recursos, em bases fixadas por aquela Resolução, também em função do valor pretendido.

Também foram majoradas as taxas de juros incidentes nos financiamentos para comercialização, recaindo em 22% ao ano os juros sobre o desconto de notas promissórias rurais, duplicatas rurais, cédulas de crédito industrial e notas de crédito industrial, 18% ao ano nas operações da política de preços mínimos (EGF) e 15% ao ano nas operações de pré-comercialização.

Para os créditos rurais de custeio foi extinto o desdobramento dos encargos financeiros, estando sujeitos apenas aos juros de 13% ou 15% ao ano, nos empréstimos de até 50 ou mais de 50 vezes o maior valor da referência.

Note-se que a partir de 19 de maio de 1977 o MVR foi atualizado de Cr\$638,30 para Cr\$877,70, conforme o Decreto Nº 79.611 de 28 de abril de 1977.

- Extinção de subsídios para financiamento de insumos

Encontra-se suprimido o benefício da isenção de encargos financeiros nas operações de crédito rural destinadas à aquisição de insumos, exceção feita aos fertilizantes químicos e minerais, em vigor a partir de 19 de janeiro de 1977.

Todavia, de conformidade com a Circular 329 de 10/01/77, são garantidos subsídios aos mutuários cujos empréstimos tenham sido contratados até 31/12/76 para pagamento de insumos que se destinem a lavouras já formadas ou em via de formação, ainda que as aquisições e a emissão da respectiva nota fiscal se efetuem em 1977.

Para os projetos integrados em prazo longo também serão mantidos os subsídios previstos para os períodos sucessivos, desde que o financiamento tenha sido contratado até 31/12/76.

- Programa Nacional de Armazenagem (PRONAZEM)

De conformidade com a Circular 335 de 25/01/77 do Banco Central, os limites de financiamento para empréstimos amparados pelo Programa Nacional de Armazenagem passaram a ser, respectivamente, de 90% e 80% para os projetos cujo valor alcance até 5.000 vezes o maior valor de referência (MVR) e acima deste valor.

Os juros incidentes serão variáveis a taxas de 15%, 18% e 24% ao ano, conforme o valor do projeto, ou seja até 5.000 MVR, entre 5.000 e 10.000 MVR e acima deste valor, respectivamente.

- Programa Nacional de Calcário Agrícola (PROCAL)

A Circular 332 de 26 de janeiro de 1977 do Banco Central do Brasil, introduziu modificações determinando que o limite de financiamento para instalação industrial variará de 90%, 80% e 75%, segundo o valor dos projetos, (até 5.000 vezes o maior valor de referência entre 5.000 e 10.000 MVR e superior a 10.000) enquanto que, as taxas de juros serão de 15%, 18% e 21% ao ano, respectivamente.

Os financiamentos para estocagem do calcário serão concedidos a taxa de juros de 18% ao ano.

No que tange aos empréstimos aos produtores rurais, para consumo do calcário em suas propriedades agrícolas, que pelo programa estavam isentos de juros, passaram a taxas de 13% e 15% ao ano, conforme seja o valor do financiamento até 50 vezes o maior valor de referência e superior a este valor.

- Programa de Desenvolvimento Cerrados (POLOCENTRO)

As condições operacionais do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados foram alteradas pela Circular 331 de 26/01/77 do Banco Central do Brasil, ficando os financiamentos a serem concedidos, dentre as várias alterações, subordinados aos limites e encargos financeiros a seguir discriminados.

As taxas de juros incidentes nos empréstimos para investimentos variarão de 7%, 10%, 15% e 18% ao ano, conforme a parcela do orçamento do projeto fixado de até 2.000 MVR, de mais de 2.000 MVR, de até 15.000 MVR e acima deste valor.

Os limites de financiamento serão calculados de acordo com o valor global do projeto, 100%, 85% e 75% para os projetos de até 5.000 MVR, acima deste valor até 15.000 MVR e de mais de 15.000 MVR, respectivamente, devendo o mutuário integralizar com seus próprios recursos.

Com relação aos empréstimos para custeio, incidirão juros a taxas de 13% ou 15% ao ano, para até 50 ou mais de 50 vezes o maior valor de referência, sendo que o pagamento do custeio agrícola do primeiro ano de exploração poderá ser feito com rendimentos de até 3 safras, em prestações anuais correspondentes a 50%, 25% e 25% do valor do crédito.

- Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (PROPEC)

Instituído pela Circular 334 de 26/01/77 incorporou os programas especiais de financiamento à pecuária, Programa Nacional de Pastagens (PRONAP), Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (PRODEPE), Programa de Desenvolvimento da Pecuária do Norte e Nordeste (PRODENOR), Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros ao Desenvolvimento da Pecuária Leiteira (PDPL) e o Programa Especial para Formação de Pastagens sob Técnicas Modernas.

O objetivo da consolidação dos programas de amparo à pecuária é compatibilizá-los e torná-los mais exequíveis, mediante a uniformização de critérios e simplificação de procedimento.

O deferimento dos pedidos de empréstimos do PROPEC, para aplicação em imóvel rural beneficiado por outro programa, dependerá da compatibilidade dos projetos cumulados, aplicando

a estes empréstimos as normas do Manual de Crédito Rural que não conflitarem com o Regulamento específico.

Todos os investimentos fixos e semi-fixos necessários à exploração da atividade são financiáveis, com exceção da aquisição de animais para recria ou engorda e compra de terras. O empréstimo requisitado não poderá ser inferior a 200 MVR e nem superior a 15.000 MVR.

Serão concedidos créditos de custeio convencional para atender às despesas normais das explorações, durante o triênio de implantação dos projetos referentes à pecuária bovina de corte ou mista.

Os créditos rurais de custeio estão sujeitos a taxa de juros de 15% ao ano, ao passo que para os de investimento, 15%, 18% e 21% ao ano, conforme o total da responsabilidade do mutuário, expressa em número do maior valor de referência (MVR).

Admitem-se nos créditos de investimento que a amortização seja feita em até 12 anos, com até 4 anos de carência e para custeio convencional, prazo de até 3 anos.

- Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL)

Pela Circular 325 de 23/12/76, nas operações de financiamento agrícola amparadas pelo PROALCOOL, incidirão juros a taxa de 13% ao ano para aquelas até 50 vezes o MVR e de 15% ao ano nos financiamentos acima deste valor.

O empréstimo poderá ser concedido até a totalidade do orçamento apresentado.

O regulamento do Programa também foi alterado, no que diz respeito às penalidades aplicadas aos beneficiários que abandonarem a produção da matéria-prima para fabrico do álcool ou a desviarem para outra finalidade. As sanções aplicadas, segundo a Circular 341 de 29/03/77 do Banco Central, consistem em multa e inabilitação do mutuário a novos créditos do PROALCOOL.

Com relação às operações industriais do Programa Nacional do Alcool, a Resolução 412 do Banco Central, em vigor desde 19 de janeiro de 1977, determinou o limite de financiamento em função do valor orçado para os investimentos fixos relacionados com a planta industrial compreendida nos projetos, sendo 90% para as Regiões Norte e Nordeste e até 80% nas demais regiões do País.

Também, o Instituto do Açúcar e do Alcool baixou o Ato 29 de 24/08/76, determinando a forma de preenchimento das propostas ao IAA para recebimento de empréstimo com recursos do Programa Nacional do Alcool, pelas destilarias de álcool.

- Colheitadeiras automotrizes

Os pedidos de financiamento para aquisição de colheitadeiras automotrizes, estão condicionados aos Índices de nacionalização, prazo para contratação e percentuais máximos previstos na Circular 333 de 26/01/77 do Banco Central.

As compras de colheitadeiras cujo projeto de fabricação esteja cumprindo o Índice de nacionalização de 95% em valor e peso, poderão ser financiadas integralmente se o orçamento alcançar até 200 MVR, 90% se acima deste valor até 5.000 MVR e 75% para orçamento superior a este último montante.

Não serão concedidos empréstimos com recursos do crédito rural para aquisição de co-

lheitadeiras automotrizes importadas ou com índices de nacionalização inferiores a 61%, em peso.

- Proteção do solo

O Poder Executivo baixou no Decreto 77.775 de 08/06/76, o regulamento da Lei nº 6.225/75, dispondo sobre a discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e combate à erosão.

Para fins de utilização da linha especial de crédito rural criada em 1975 pelo Programa Nacional de Conservação do Solo (PNCS) são declaradas prioritárias para implantações dos planos de proteção ao solo e combate à erosão as regiões com manifesta ocorrência do fenômeno, independentemente de portaria do Ministério da Agricultura.

- Previdência Rural

A concessão de auxílio por acidente do trabalho rural, regulamentada pelo Decreto 76.022/75, foi estendida a outros beneficiários pelo Decreto 77.911 de 24/06/76, que definiu como trabalhador rural, além dos previstos no regulamento, o produtor, proprietário ou não, que sem empregado, explore o imóvel rural sozinho ou em regime de economia familiar e o pescador produtor, que sozinho ou com a família, faça da pesca sua profissão habitual ou meio principal de sustento e esteja matriculado na repartição competente.

- Preços

- Fertilizantes

O Banco Central do Brasil, através da Resolução 402 de 22/12/76, divulgou a extinção, pelo Conselho Monetário Nacional, do subsídio de 40% sobre o preço de compra de fertilizantes.

Será, porém, assegurado o favor da bonificação dos 40% tanto aos pedidos contratados até 31/12/76, quanto aos períodos sucessivos previstos nos projetos integrados para implantação em prazo longo, desde que contratados até a data supra, conforme condições prescritas na Circular 328 de 10/01/77 do Banco Central.

Em substituição ao subsídio de 40% revogado, ficou estabelecido na Resolução 419 de 16/02/77 do Banco Central, com efeito retroativo a primeiro de janeiro deste ano, a não incidência de juros nos empréstimos realizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural para aquisição de fertilizantes.

A isenção de juros é extensiva às compras de fertilizantes amparadas por programas especiais.

- Cana, Açúcar e Alcool

O Instituto do Açúcar e do Alcool através do Ato nº 4/77, reajustou os preços da cana e do açúcar a partir de 17 de fevereiro de 1977.

O reajustamento dos preços de paridade e de comercialização do álcool e de todos os tipos de mel residual foi divulgado pelo ato nº 5/77 em vigor, também a partir de 17 de fevereiro de 1977.

Com base no ato nº 4 do IAA, a SUNAB fixou para a região Sudeste e Sul, na condição PVU, o preço máximo de venda do açúcar cristal "standart", em Cr\$185,62, por saco de 60kg, nas operações internas (ICM 14%) e Cr\$179,30 (ICM 11%) nas operações interestaduais. (Portaria Super de 03/03/77-SUNAB).

Para a safra de 1977/78, o IAA reajustou o preço da cana e do açúcar pelo Ato nº 10, em vigor a contar de 10 de junho de 1977, determinando que o preço base da tonelada da cana posta na esteira e fornecida às usinas do País será de Cr\$159,28, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, compreendendo: Cr\$138,46 no campo; transporte Cr\$19,63 e PIS Cr\$1,19.

O preço do açúcar cristal na condição PVU por saco de 60kg, foi reajustado para Cr\$207,89 nas operações internas e Cr\$200,83 nas operações interestaduais.

No Estado de São Paulo o preço de aquisição, pelo IAA, do açúcar demerara destinado à exportação, já incluído ICM incidentes sobre a cana, será de Cr\$178,95 por saco de 60kg.

O reajustamento dos preços de paridade de comercialização do álcool de todos os tipos do mel residual foi objeto do Ato nº 19/77 do IAA, em vigor a partir de 02 de junho de 1977.

- Comercialização

- Classificação

O Ministério da Agricultura expediu a Portaria nº 92 de 04/03/77 sobre padrões de identidade e qualidade para sucos e refrescos de goiaba, manga, limão e tamarindo.

A Portaria Ministerial nº 123 de 29/03/77, aprovou especificações para a padronização, classificação e comercialização interna da laranja in-natura.

Objetivando estabelecer em todo o País critério uniforme para classificação do arroz e do milho, foram baixadas pelo Departamento Nacional de Serviços de Comercialização, através das Portarias 01 e 02 de 12 de maio de 1977, instruções para a classificação de ambos os produtos.

A Portaria nº 111 de 18/03/77 do Ministério da Agricultura aprovou as especificações para padronização, classificação e comercialização interna do arroz. Determina a citada portaria que o arroz será classificado em grupos, subgrupos, classes, subclasses e tipos, conforme sua apresentação, observando-se as normas das especificações aprovadas.

Para a cebola também foram baixadas especificações objetivando sua padronização, classificação e comercialização interna. A Portaria de 07/02/77 que as aprovou, prescreve regras definindo as características de qualidade e embalagem para o consumo in natura no mercado interno.

- Armazenagem

Toda unidade armazenadora de produtos agropecuários e da pesca que faça parte do Sistema Nacional de Armazenagem, deverá informar ao CONAB, por intermédio da CIBRAZEM, os estoques e os fluxos de entrada e saída mensais de produtos armazenados. A determinação foi baixada pela Resolução 06 de 27/06/76 do CONAB, que comina várias sanções.

- Trigo

"Moagem Colonial" foi definida pela Lei 6.387 de 09/12/76 como sendo a realizada por unidades moageiras localizadas na zona de produção tritícola, que operam exclusivamente por conta do produtor e cujo resultado se destina ao consumo da própria família.

As unidades moageiras dessa categoria não estão sujeitas às exigências do Decreto-Lei 210/67, que trata do abastecimento do trigo no País, ficando, porém, a SUNAB, encarregada da sua fiscalização e cadastro.

- Tributos

- Incentivos fiscais para desenvolvimento florestal

Os empreendimentos florestais que sirvam de base à exploração econômica e contribuam para o desenvolvimento e conservação da natureza continuam sendo objeto de incentivos fiscais, embora o decreto 79.406 de 27/12/76 introduza algumas modificações sobre a legislação anterior. Essas modificações incluem:

- a) determinação de áreas prioritárias para a instalação de projetos de florestamento ou reflorestamento fora das quais só serão aprovados projetos de fins eminentemente conservacionistas ou a base de palmito e frutíferas. Essas áreas prioritárias serão determinadas pelo IBDF, que levará em consideração a proximidade de indústrias que usam a madeira como matéria-prima;
- b) a exigência de que a área mínima de plantio dos projetos de florestamento ou reflorestamento seja de 1.000 hectares;
- c) a redução do percentual dedutível pelas pessoas físicas para 20% do imposto de renda, desde que comprovem que o plantio foi de pelo menos 10.000 árvores no ano base. Nas áreas da SUDAM e SUDENE, esse percentual é de 42%;
- d) a determinação de que as pessoas jurídicas só poderão se beneficiar dos incentivos fiscais se optarem pelo Fiset. Nesse caso, o florestamento será realizado por uma empresa executora da qual serão acionistas as pessoas jurídicas que aplicarem seus incentivos fiscais; e
- e) preferência entre os projetos localizados nas regiões prioritárias florestais-industriais, para aqueles em que a empresa industrial for a responsável.

- Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM)

A alteração mais importante na sistemática do ICM foi a mudança das alíquotas máximas para o seu cálculo. Através da Resolução nº 98, de 22/11/76, o Senado Federal fixou as alíquotas máximas em 14% para operações internas e interestaduais e 13% para as operações de exportação. Estas alíquotas passaram a vigorar no Estado de São Paulo, a partir de 10 de dezembro de 1976.

Em decorrência do Convênio ICM nº 44/76 de 07/12/76, estabeleceu-se que, no caso das operações interestaduais, em que a mercadoria se destina a nova circulação no estado comprador, a base de cálculo será reduzida de 21,428%, para que se aplique depois sobre esta nova base a alíquota de 14%. O ICM poderá ser calculado, no caso dessas operações interestaduais destinadas a posterior circulação, através da multiplicação do valor da mercadoria pelo fator 0,11, o que mostra que, no caso dessas operações, não houve alteração na alíquota de cálculo do ICM.

Houve alterações no que tange ao pagamento de ICM relativo ao leite. O Convênio ICM 07/77, assinado a 15/04/77, isentou do pagamento de ICM as saídas de leite fresco, pasteurizado ou não, esterilizado ou reidratado, desde que se destine a consumo final. Nas operações interestaduais ficam isentas do pagamento de ICM as saídas de leite engarrafado ou envasado em embalagens invioláveis. No caso do leite se destinar à industrialização, o pagamento do ICM fica adiado para a saída do produto final.

Através do decreto 9.318 de 30/12/76, o milho foi incluído entre os produtos que gozam do benefício instituído pelo artigo 52 do Regulamento do ICM, ficando portanto o pagamento do imposto relativo a suas operações de venda em palha, em espiga ou em grão, diferido para o momento em que ocorrer sua saída com destino a outra unidade da Federação ou ao exterior ou para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização.

Houve várias alterações no tocante ao crédito fiscal relativo à exportação. A carne bovina industrializada foi excluída da relação que consta do artigo 465 passando portanto, a fazer juz ao crédito fiscal de exportação. Por outro lado, vários outros produtos foram excluídos desse benefício como é o caso do óleo de soja, da carne de eqüinos, suínos, aves, peixes, crustáceos e moluscos congelado ou resfriado. Essas alterações foram introduzidas através do decreto 9.318 de 30/12/76.

Este mesmo decreto inclui o café solúvel e o café descafeinado da relação dos produtos que, segundo o artigo 43 gozam de estorno integral do crédito fiscal nas operações de exportação e incluiu as farinhas de arroz e linhaça entre aqueles com direito ao estorno de 50% do crédito fiscal. Estabelece ainda o decreto que nas exportações de café descafeinado e solúvel efetuadas a partir de 1º de outubro de 1976, o exportador tem direito a receber o estorno.

Com relação à exportação de café, o Decreto nº 9.452 de 01/02/77 estabelece que o imposto incidente nas sucessivas saídas para o exterior de café cru, em coco ou em grão, promovidas por quaisquer estabelecimentos, será recolhido de uma só vez pelo estabelecimento que promover a exportação e, até o dia imediato ao da data mencionada como a de efetivo embarque no Conhecimento Marítimo, desde que o contribuinte tenha firmado contrato de câmbio com agência bancária localizada em território do Estado de São Paulo. Esta determinação retroage até 1º de janeiro de 1977.

O ICM devido nas entradas de frutas frescas provenientes de países membros da Associação

ção Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), pelos estabelecimentos dos respectivos importadores até 31 de dezembro de 1975, fica cancelado, por determinação do decreto 9.318 de 30 de dezembro de 1976, coerentemente com o Tratado de Montevideo que preceitua: "os similares da Zona de Livre Comércio, gozarão de tratamento não menos favorecido que o similar nacional".

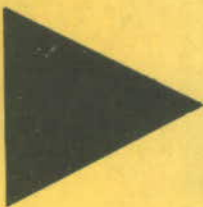
O Decreto nº 9.692 de 18/04/77 estabelece que o ICM será recolhido através de guia especial nas saídas de soja em vagem ou batida para outra unidade da Federação. A guia de recolhimento deverá ser emitida antes do início da remessa, autenticada pelo órgão recolhedor e acompanhar a mercadoria para ser entregue ao destinatário.

(IEA, 14/07/77)

IEA

4

MERCADOS DE PRODUTOS



4 - MERCADOS DE PRODUTOS

- Batata

- Panorama internacional

A média da produção mundial de batata nos três últimos anos atingiu a 293 milhões de toneladas, com produtividade média de 13,5 toneladas por hectare. Europa Ocidental e América do Norte são regiões que possuem alta produção e elevada produtividade, enquanto que a URSS e a Ásia são apenas grandes produtoras.

No mercado internacional são transacionadas anualmente cerca de 3 milhões de toneladas de tubérculos, com os Países Baixos, Polônia, França e Estados Unidos constituindo-se nos maiores exportadores mundiais. Os principais compradores são a República Federal da Alemanha, Itália, Reino Unido e Tchecoslováquia. O Brasil participa do mercado internacional apenas como importador de batata-semente, tendo a Holanda, Alemanha Ocidental e Suécia como seus principais fornecedores.

- Situação interna

A produção brasileira em 1976 alcançou cerca de 1.800 mil toneladas, com uma produtividade próxima de 10 toneladas por hectare. No último quinquênio o crescimento médio anual da produção foi de 5,9% ao ano. Embora a área tenha oscilado, a produtividade melhorou consideravelmente.

Principais estados produtores - Paraná, Minas Gerais e São Paulo - mostraram comportamento bastante diferenciado nos últimos 7 anos (quadro 16). No primeiro, verificaram-se aumentos substanciais na produção; no segundo ocorreram variações no volume produzido e no Estado de São Paulo manteve-se ela ao redor de 400 mil toneladas, porém com nítido declínio na área cultivada, particularmente na DIRA de Campinas.

Confrontando-se a participação relativa das produções da época das águas, seca e inverno (quadro 17), a partir de 1973/74 percebe-se uma tendência dos bataticultores passarem a produzir cada vez mais nas épocas de maiores preços. Embora os cultivos da seca e do inverno exijam mais capital e tecnologia, existe maior possibilidade de conseguir alta retribuição ao capital investido.

Em 1977 houve escassez de batata-semente certificada para o cultivo das águas e da seca, o que fez com que os preços se elevassem. A reprodução de tubérculos para sementes

certificadas no Brasil não tem tido um desenvolvimento capaz de atender a procura, enquanto os importadores encontram dificuldades de ordem financeira. Além disso, a sanidade dos tubérculos importados e multiplicados internamente deixa muito a desejar.

Analisando os índices de variação estacional média de preços recebidos pelos bataticultores (figura 1), pode-se observar dois níveis de preços: o primeiro, pouco abaixo da média, no período de dezembro a abril e o segundo, acima da média, de maio a novembro, com uma queda em julho.

Os preços médios mensais recebidos pelos produtores nos primeiros cinco meses de 1977 foram inferiores, em termos reais, apenas aos de 1974, quando se compara o mesmo período dos últimos 5 anos. Os preços reais no primeiro semestre de 1976 foram consideravelmente maiores que em 1975 pelo fato de ter havido, naquele ano, sensível redução na colheita (quadro 18). De fato, em 1976 o Entreposto Terminal do Jaguarê recebeu 2.314,9 mil sacas de batata, volume 9,8% menor que aquele entrado em 1975, resultando em preço médio anual ponderado 39,7% superior.

No primeiro quadrimestre de 1977 os preços médios mensais ponderados foram superiores aos observados no mesmo período de 1976, podendo-se afirmar que o movimento global, em termos de valor corrente de vendas, foi 45% superior, ou seja, praticamente igual em termos reais (quadro 19).

- Perspectivas

A oferta de batata para consumo até novembro deverá sofrer redução, face ao elevado custo de produção e relativa escassez de batata-semente, sugerindo um mercado firme para os bataticultores.

A safra das águas, colhida de dezembro a fevereiro, poderá acusar retração de área, em relação com as correspondentes semeaduras de anos anteriores, caso perdurem as preocupações dos bataticultores no tocante à liberação de créditos e importações de batata-semente em tempo hábil.

Previsões a médio prazo indicam que a bataticultura paulista manterá seu atual nível de produção, devendo acusar pequenos decréscimos de área plantada que serão compensados por acréscimos na produtividade, forte seleção de agricultores e, possivelmente, deslocamento da produção da época das águas para a da seca e, principalmente inverno.

(IEA, 08/07/77)

QUADRO 16. - Evolução da Produção de Batata no Brasil, 1971-76

Ano	Paraná		Minas Gerais		São Paulo		Brasil		Variação (%)
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	
1971	42,0	378,3	27,9	229,1	38,2	438,0	207,0	1.434,0	- 9,4
1972	38,6	354,1	29,4	258,5	36,2	420,0	250,0	1.650,0	+15,1
1973	44,9	326,9	30,5	199,4	34,5	403,8	188,6	1.336,8	-18,9
1974	40,5	420,0	34,0	372,6	33,6	416,4	181,3	1.672,5	+25,1
1975	42,1	426,2	31,5	306,8	32,3	423,0	186,1	1.668,9	- 0,2
1976	37,3	466,6	28,9	284,4	29,8	397,2	...	1.815,8	+ 8,8

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Fundação IGBE.

QUADRO 17. - Distribuição da Produção de Batata, por Época de Colheita, no Estado de São Paulo, 1970/71 a 1976/77

Ano agrícola	Águas			Seca			Inverno			Total do Estado		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Parti- cipa ção(%)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Parti- cipa ção(%)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Parti- cipa ção(%)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Varia ção (%)
1970/71	18,0	210,0	47,9	12,8	138,0	31,5	7,4	90,0	20,6	38,2	438,0	+ 3,8
1971/72	17,9	210,0	50,0	12,6	144,0	34,3	5,7	66,0	15,7	36,2	420,0	- 4,1
1972/73	17,0	198,0	49,0	9,8	109,8	27,2	7,7	96,0	23,8	34,5	403,8	- 3,8
1973/74	17,0	216,0	51,9	8,4	98,4	23,6	8,2	102,0	24,5	33,6	416,4	+ 3,1
1974/75	17,0	210,0	49,7	7,9	102,0	24,1	7,4	111,0	26,2	32,3	423,0	+ 1,6
1975/76	13,3	169,8	42,8	8,4	116,4	29,3	8,1	111,0	27,9	29,8	397,2	- 6,1
1976/77	12,3	175,8	...	10,2	132,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 18. - Preços Médios Mensais de Batata Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1973-77

(Cr\$/sc.60kg)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	35,48	88,03	66,40	140,93	55,61	88,19	67,36	81,92	161,80	133,82
Fev.	32,83	80,53	63,16	130,53	52,08	80,82	73,90	86,35	152,10	121,84
Mar.	39,24	94,91	68,39	135,21	45,51	69,50	103,60	116,66	166,30	128,00
Abr.	60,72	144,85	65,04	122,17	46,71	70,10	143,70	156,13	215,40	159,28
Mai.	72,77	171,70	82,18	149,19	53,92	79,27	210,50	220,94	215,00	153,48
Jun.	75,44	176,09	88,29	157,31	68,18	98,07	193,70	198,03	208,90	146,25
Jul.	82,66	191,39	62,06	109,23	76,24	107,35	159,20	156,84
Ago.	82,13	188,15	61,15	106,33	109,25	149,69	163,90	155,11
Set.	94,63	214,52	60,50	103,33	121,55	162,68	154,50	141,42
Out.	108,70	242,60	57,43	96,75	119,75	156,88	162,30	145,63
Nov.	101,90	225,10	57,21	94,91	78,26	100,25	187,30	164,33
Dez.	71,08	155,04	59,31	96,18	64,96	83,21	166,80	143,01

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 19. - Preços Médios Mensais no Atacado e Entrada de Batata no Entreposto Terminal do Jaguarê - CEAGESP, São Paulo, 1976-77

Mês	1976				1977			
	Não beneficiada		Beneficiada		Não beneficiada		Beneficiada	
	Quantidade (sc.60kg)	Preço (Cr\$/sc.)	Quantidade (sc.60kg)	Preço (Cr\$/sc.)	Quantidade (sc.60kg)	Preço (Cr\$/sc.)	Quantidade (sc.60kg)	Preço (Cr\$/sc.)
Jan.	200.092	52,95	39.592	61,38	195.094	128,29	33.152	144,40
Fev.	173.249	62,64	32.378	72,39	197.901	117,77	22.807	134,56
Mar.	210.406	116,29	34.827	125,62	215.140	125,72	23.532	145,87
Abr.	158.452	157,27	25.142	168,60	178.028	173,02	24.198	192,35
Mai.	137.035	168,83	33.416	179,91
Jun.	155.013	138,89	40.042	148,54
Jul.	158.865	139,83	45.637	147,36
Ago.	149.790	127,54	46.936	136,45
Set.	80.366	128,95	44.780	139,75
Out.	80.430	131,35	42.276	138,29
Nov.	152.380	123,40	43.802	136,51
Dez.	193.211	121,26	36.818	135,62
Total	1.849.289	118,95	465.616	132,20

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

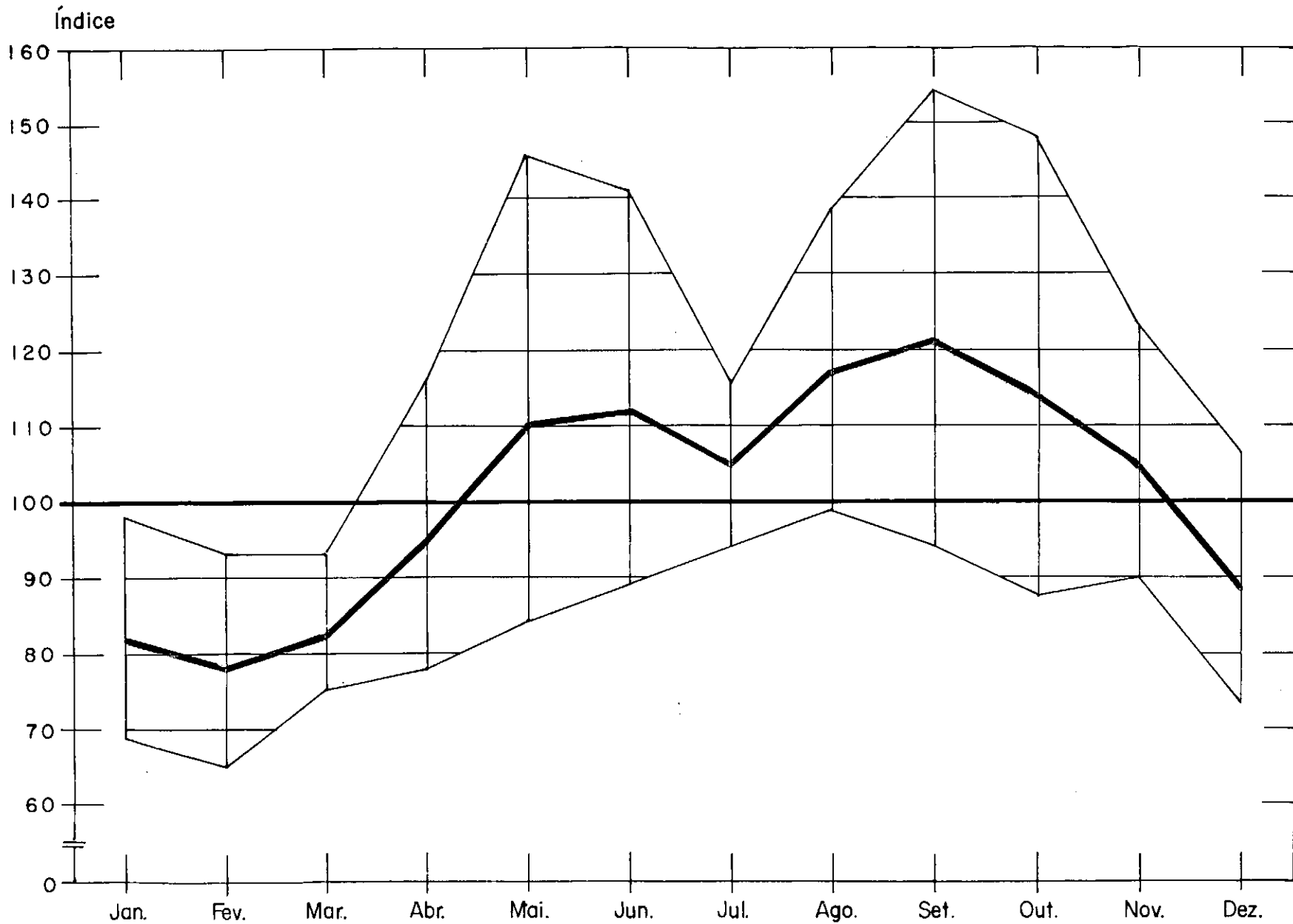


FIGURA 1. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Batata, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Pecuária Leiteira

- Panorama internacional

Confirmando as previsões, a produção mundial de leite em 1976 superou a do ano anterior, tendo alcançado o volume de 393 milhões de toneladas, 2% a mais que em 1975. Houve substancial aumento nos Estados Unidos (4,4%), induzido principalmente pelo aumento nos preços reais pagos ao produtor, em consonância com a orientação do Governo daquele País de refazer os baixos estoques de produtos lácteos, especialmente de queijo. No Canadá a diminuição na produção foi de 8%, também em resposta a medidas oficiais, desta feita, porém, visando diminuir a oferta do produto.

Na Comunidade Econômica Européia, passados os efeitos da severa seca de verão, as pastagens se recuperaram e o resultado foi o aumento na produção leiteira da ordem de 2% em 1976. Volume maior foi também alcançado na URSS (contrariando as expectativas iniciais), nos países da Ásia, África e América do Sul.

Para o corrente ano, segundo o USDA, a oferta mundial de leite deverá crescer de 2 a 3%, a menos que surjam alguns imprevistos (por exemplo, falta de disponibilidade de forra - gens e grãos), nas principais regiões produtoras.

Entre os países considerados grandes produtores, a Austrália e possivelmente o Canadá, poderão continuar apresentando a tendência de retração, já observada em 1976. Na URSS o desempenho poderá ser favorável no corrente ano. Mesmo na Comunidade Econômica Européia, região que tem enfrentado dificuldades com os elevados estoques de derivados, é esperado também uma produção maior, sendo a Irlanda, Itália e Reino Unido os principais responsáveis por esse aumento.

Em relação à produção mundial de derivados, o queijo manteve sua tendência de crescimento, tendo alcançado 7,6 milhões de toneladas em 1976, 5% a mais que em 1975, com os Estados Unidos respondendo por provável acréscimo desse aumento. Na CEE, onde se concentra grande parte da produção mundial, o aumento foi de 15%.

Estimulada principalmente pelo incentivo do preço de suporte, a produção de manteiga teve um crescimento perto de 2% em 1976, alcançando 5,7 milhões de toneladas. Seu consumo, entretanto, permanece aparentemente estagnado ou mesmo em declínio, em decorrência sobretudo da concorrência da margarina. Como reflexo da maior oferta e do relativamente baixo consumo, os estoques de manteiga na CEE e Nova Zelândia cresceram cerca de 20% em 1976, tendo atingido 600.000 toneladas.

O substancial aumento na produção de leite em 1975 não se repetiu em 1976, já que o volume de 4 milhões de toneladas produzidas no ano passado foi apenas 0,4% superior, tendo-se observado um moderado ganho na Europa e declínio na América do Norte e Oceania. Por outro lado, tanto o consumo como a exportação aumentaram 30%, graças principalmente aos esforços da Comunidade Econômica Européia de reduzir seus estoques, tendo destinado só para a alimentação animal cerca de 370.000 toneladas.

- Situação interna

Segundo estimativas oficiais, a produção brasileira de leite em 1976 teria alcançado o volume de 9,7 bilhões de litros, 6% superior à de 1975.

No Estado de São Paulo foram produzidos 1,54 bilhão de litros, o que corresponde a um aumento de apenas 2% em relação a 1975. Apesar de modesto (na década de 50 chegou a 10% ao ano), este crescimento pode ser explicado pela maior produção de leite B, ocasionando a reversão na expectativa, já que se esperava uma queda de produção no ano passado, a semelhança do que ocorreria em 1974.

Esse aumento ocorreu graças ao melhor desempenho do 2º semestre, contrariamente ao 1º semestre do ano, quando a produção foi inferior à de 1975. Na primeira metade de 1976 a falta do produto alcançou tal magnitude, que já em abril o Governo autorizou a reidratação do leite em pó (embora algumas usinas já o fizessem desde março), quando no ano anterior essa permissão só fora concedida em junho.

Reconhece-se que, em parte, o relativo insucesso da produção em 1976 deve ser atribuído às condições climáticas pouco favoráveis reinantes no começo do ano, que se caracterizaram por poucas e irregulares chuvas. A principal causa, todavia, foi o baixo preço que o produtor recebeu no 1º semestre, preço esse, em valor real, 14% inferior ao preço médio recebido em igual período de 1975. Os produtores do Centro-Sul só tiveram dois reajustes no ano passado, sendo que o primeiro deles, concedido em abril, além de muito espaçado em relação ao anterior (agosto/75), não acompanhou a evolução dos custos verificados no período, já que o acréscimo foi de apenas 6%, passando de Cr\$1,60 para Cr\$1,70/litro. Mesmo o segundo reajuste, elevando o preço para Cr\$2,10/litro em agosto, não conseguiu restabelecer o nível de agosto de 1975, com desajuste ainda da ordem de 10%.

Em 1976, com o objetivo de suprir a falta de leite na entressafra, o Governo pretendia financiar a estocagem de um volume superior a 20 mil toneladas de leite em pó, plano esse frustrado em decorrência sobretudo dos imprevistos surgidos por ocasião da liberação de verbas. Assim foram efetivamente estocados apenas 9 mil toneladas, tendo sido necessário, portanto, a importação adicional do produto. Mesmo com a importação, o total de leite distribuído em 1976 na Grande São Paulo se reduziu de 2% em relação a 1975, de 590 milhões para 581 milhões de litros, explicando as dificuldades cada vez maiores para a aquisição do produto, tendo em vista que a demanda por leite na Grande São Paulo, cresce a taxa superior a 5% ao ano.

O ano de 1977 teve início, portanto, dentro de um quadro geral bastante pessimista. O déficit de leite em janeiro era da ordem de 250 mil litros diários, agravando-se ainda mais em fevereiro, quando atingira 450 mil litros.

Diante dessa situação, o Conselho Nacional do Abastecimento (Resolução nº 02, de 24 de fevereiro de 1977) autorizou a SUNAB a fixar com antecedência os três reajustes concedidos em 1977. Assim, para o leite destinado ao consumo da Grande São Paulo, os preços fixados a nível de produtor foram Cr\$2,40, Cr\$2,85 e Cr\$3,20/litro, a partir, respectivamente, de março, maio e julho. Essa antecipação tinha como objetivo principal permitir ao pecuarista programar e ajustar suas atividades em função dos preços anunciados. Deve ser ressaltado o acerto dessa política, pois a incerteza com relação a remuneração futura tem induzido alguns produtores a abandonar essa atividade em favor de outras.

Quanto ao preço, acredita-se que nunca é demais insistir que o "preço justo", reclamado pelos produtores como sendo aquele que cobre o custo total de produção, não é, muitas vezes, o socialmente desejável, já que nem todos os produtores alocam seus recursos de modo a conseguir maior eficiência econômica, transferindo, assim, para o consumidor, o ônus dessa ineficiência. Por outro lado, pretender fixar o preço visando aumento de produção tão somente através da melhoria na produtividade, é desconhecer por completo a estrutura de produção e os aspectos sócio-econômicos ligados a atividade de pecuária. Estudos do IEA mostram que a estrutura de produção de leite é bastante atomizada, ou seja, existe grande número de pequenos produto -

res, o que dificulta sobremaneira os trabalhos de assistência técnica. Ademais, deve ser levado também em conta que o processo de assimilação e adoção de nova tecnologia para a atividade em questão é bastante lento, e vultosos os investimentos exigidos.

O estabelecimento dos preços do leite torna-se ainda mais complexo face a necessidade de sua conciliação com os objetivos gerais da política econômica do Governo Federal, cuja tônica nos últimos anos tem sido a do combate à inflação. Acredita-se ser essa a principal causa pela qual os reajustes concedidos têm sido insuficientes para dar estímulo adequado ao setor.

Dessa forma, a análise mostra que embora o preço médio real que o produtor de leite C vem recebendo no corrente ano seja superior ao de 1976, ele é ainda inferior ao valor que recebia em agosto de 1975 (Cr\$1,60/litro), considerado satisfatório na época pelos próprios pecuaristas.

Face a essa situação desfavorável para o leite tipo C, vem aumentando o número de produtores que se transfere para a produção do leite B, cujo volume produzido deve representar mais de 15% da produção global de leite no Estado. A propósito, os dados estatísticos mostram que a produção de leite B praticamente duplicou a partir de 1974 nas Regiões do Vale do Paraíba, Campinas e Ribeirão Preto, principais zonas produtoras de São Paulo. Como consequência, sua participação no abastecimento da Grande São Paulo vem aumentando significativamente (quadro 20), favorecida, evidentemente, pela situação em que se encontra o leite C.

Com relação ainda ao abastecimento, deve-se destacar que a escassez do produto vem se acentuando também em algumas cidades do interior, o que pode ser atribuído em grande parte ao diferencial de preço pago ao produtor em função da destinação do produto. Com efeito, de acordo com disposições da SUNAB, o leite destinado ao consumo da Grande São Paulo tem uma remuneração maior que o destinado ao consumo do próprio município, fato esse que tem levado muitos produtores a condicionarem a entrega do produto às usinas, desde que seja enviado à Capital. Aparentemente a indústria de derivados tem também contribuído para a escassez, já que em algumas regiões tem pago aos produtores melhores preços que as usinas, cujas margens de comercialização são mais rigorosamente controladas pelo Governo.

- Perspectivas

Do ponto de vista internacional, as previsões são que a produção de queijo continue aumentando, atribuindo-se esse fato à firme demanda mundial pelo produto. Da mesma forma deverão continuar crescendo a produção de manteiga, sendo lícito esperar-se, portanto, uma elevação ainda maior em seus estoques. Finalmente, com relação ao leite em pó, mantida a tendência de produção e consumo observadas em 1976, seus estoques deverão alcançar no corrente ano o mesmo volume alcançado no final do ano passado, estimado oficialmente em 2,1 milhões de toneladas.

Internamente, apesar das dificuldades enfrentadas pelo setor, as previsões são de que a produção leiteira no corrente ano deverá ainda superar a do ano passado, à menos que ocorra algum imprevisto, que reduza a disponibilidade de alimentos, sobretudo de volumosos. Uma valorização acentuada no preço dos bezerras (possibilidade um pouco remota ainda neste ano) poderia também alterar essa previsão, já que há estudos sugerindo que a relação de preços leite sobre bezerro é um dos fatores responsáveis pela variação na produção de leite.

Pode-se antecipar, todavia, que mesmo com o aumento esperado na produção, a Grande São Paulo deverá continuar apresentando problemas de abastecimento uma vez que o potencial de consumo é superior a 1,8 milhão de litros diários.

Dessa forma, o Governo provavelmente continuará com sua política de importação de leite em pó, sendo que até o momento cerca de 40 mil toneladas do produto já teriam sido efetivamente contratadas. Essas importações estão sendo realizadas a preços vantajosos, ou seja, a menos de US\$400/t, face a grande disponibilidade de leite em pó no mercado mundial, cujos estoques deverão ainda permanecer em níveis bastante elevados no decorrer de 1977. Estas importações, no entanto, não seriam suficientes para assegurar o possível abastecimento interno.

(IEA 08/07/77)

QUADRO 20. - Participação do Leite Tipo B na Distribuição Total na Grande São Paulo, 1974-77

(1.000 litros)

Mês	1974		1975		1976		1977	
	Total de leite		Total de leite		Total de leite		Total de leite	
	(B+C)	(B)	(B+C)	(B)	(B+C)	(B)	(B+C)	(B)
Jan.	44.443	9.841	45.965	8.456	54.495	8.389	47.285	13.688
Fev.	38.762	10.340	43.142	8.194	50.618	9.951	37.855	13.822
Mar.	40.784	11.789	48.759	9.264	53.167	12.013	43.703	16.214
Abr.	36.697	11.477	46.000	11.097	46.858	14.616	44.933	17.202
Mai.	35.562	11.603	46.733	13.068	46.491	15.529	49.943	19.032
Jun.	34.953	11.954	43.292	15.516	35.126	16.021
Jul.	39.741	11.970	49.667	9.332	44.700	16.506
Ago.	45.230	13.217	52.167	9.234	45.402	17.243
Set.	43.146	13.777	51.515	9.212	48.555	16.972
Out.	44.622	13.497	54.777	9.152	51.771	15.920
Nov.	44.568	10.559	53.720	8.426	51.900	14.348
Dez.	45.027	9.297	54.244	8.560	51.662	13.544
Total	493.535	139.321	589.981	119.511	580.745	171.052

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

- Cebola

- Panorama internacional

A produção mundial de cebola atingiu em média nos últimos três anos 16,1 milhões de toneladas, com uma produtividade de 11,4 toneladas por hectare. As grandes regiões produtoras e com alta tecnologia de cultivo situam-se na Europa, América do Norte e Oriente próximo.

Os maiores exportadores mundiais de cebola são Holanda, Espanha e Egito, sendo os principais compradores a República Federal da Alemanha, Reino Unido e França. O Brasil, a partir de 1975, suspendeu as importações de bulbos, passando a participar do mercado internacional apenas como importador de sementes de cebolas claras precoces.

- Situação interna

A produção brasileira de cebola, em 1976, segundo a FIBGE foi de 385,5 mil toneladas, com uma produtividade média de 6,8 toneladas por hectare. No último quinquênio o volume produzido apresentou um crescimento médio de 6,4% ao ano, portanto superior ao aumento estimado de consumo. Os estados produtores que mais evoluíram no cultivo de cebola foram São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco; o Rio Grande do Sul ainda é o principal produtor nacional de bulbos e a cultura manteve-se estacionária no período de 1974 a 76, sem aumento de área cultivada ou de produtividade. Os dados estimativos para 1977 prevêm substancial aumento no Estado de São Paulo, tornando-o primeiro produtor (quadro 21).

No Estado de São Paulo, a produção em 1976, atingiu a 133,5 mil toneladas, correspondente a 34,6% do total brasileiro, com uma produtividade média de 9.600 quilos por hectare. No último quinquênio o crescimento médio anual na produção foi de 20,7%, com pequena retração apenas em 1974. Entre as três divisões regionais agrícolas maiores produtoras, a DIRA de Sorocaba foi a que mostrou melhor performance relativa, com substancial aumento na produtividade, além de incremento na área plantada (quadro 22).

Nessa região produtora o cultivo de cebola se processa em duas épocas: a de muda - semeada em março-maio, e a de soqueira - semeada em julho-agosto, oferecendo bulbos a serem comercializados de novembro a julho, observando-se assim melhor distribuição do produto. Combinando-se com as demais regiões produtoras, tanto a cebolicultura paulista como a brasileira, conseguem oferecer bulbos para o consumo durante o ano todo (quadro 23).

Em 1976 o mercado mostrou comportamento nitidamente distinto nos dois semestres, resultando em preços recebidos pelos produtores bastante desiguais nas diferentes regiões produtoras em função da época de colheita. Dentre elas a que apresentou melhor desempenho de renda foi a de "soqueira", cuja colheita termina em junho, pois apesar de uma média produtividade, conseguiu os melhores preços do ano.

A produção de cebolas claras precoces, que poderia ter aproveitado o mercado firme no início do segundo semestre de 1976, foi prejudicada por intempéries e doenças (quadro 24), rebaixando a qualidade do produto. No final de 1976 e início de 1977 registrou-se uma grande safra de cebola baía periforme, o que fez com que os preços baixassem violentamente, sendo a renda do produtor salvaguardada apenas pela alta produtividade. Nesta safra o preço atingiu

os menores índices dos últimos 5 anos.

A variação estacional de preços recebidos pelos produtores de cebola no Estado de São Paulo mostra uma contínua elevação de janeiro a abril, devido a diminuição na quantidade ofertada. De abril até setembro os preços mantêm-se em índices acima da média anual, apesar da crescente oferta de claras precoces. Em maio registra-se uma pequena queda em virtude da entrada de cebola soqueira que aumentou consideravelmente a oferta. No trimestre junho-agosto os índices de preços atingem seus pontos mais altos, em razão da reduzida oferta constituída pelos estoques remanescentes do Sul, pela produção de "soqueira" (ou de bulbinho), ainda pequena para as necessidades do País, e pelo escasso volume de claras precoces. É ainda nesse período que se registra a maior variação ao redor da média (instabilidade) provocada pelas ofertas inconstantes, o que em anos anteriores provocava a importação do produto atraída pelos altos preços no mercado. De outubro a março, período de oferta mais intensa de claras precoces, e de baía periforme, as cotações declinam, situando-se abaixo da média anual (figura 2).

O Entreposto Terminal do Jaguaré recebeu em 1976 867,5 mil sacas de 45kg, apenas 1,5% acima da quantidade entrada no ano antecedente. Nos primeiros quatro meses de 1977 a quantidade entrada atingiu a 322,8 mil sacas, superando em 12,2% o volume observado no mesmo período do ano anterior (quadro 25).

- Perspectivas

A produção de cebolas claras precoces deverá abastecer o mercado normalmente no segundo semestre, aguardando-se até o momento boa produtividade. Em consequência os preços deverão declinar a partir de agosto, situando-se a níveis inferiores àqueles observados em maio e junho.

A produção de cebola de muda, baía periforme, deverá ser pouco menor que a safra anterior, mas capaz de atender perfeitamente a demanda, visto que a safra 1976/77 atingiu volume muito grande. A área de cebola soqueira em 1977/78 deverá ser pouco menor, retrocedendo às sim aos níveis de 1975. Ambos os cultivos deverão sofrer diminuição de área devido a escassez de semente de baía periforme, cujos preços afastaram alguns interessados pelo considerável aumento no custo de produção. De outra parte, poderão haver uma antecipação na produção de cebolas claras precoces, em vista da previsão de mercado firme para a entressafra do ano vindouro.

(IEA, 08/07/77)

QUADRO 21. - Produção de Cebola no Brasil, 1970-77

Ano	Pernambuco		São Paulo		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Brasil		Variação (%)
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	
1970	3,6	30,5	13,3	65,1	3,2	18,7	18,9	129,3	51,7	284,6	-
1971	4,0	26,4	11,8	54,0	3,1	18,5	18,7	133,5	50,0	260,0	- 8,6
1972	3,9	31,1	11,2	66,0	3,1	18,1	17,8	119,2	52,0	270,0	+ 3,8
1973	3,1	28,1	11,6	78,9	3,9	23,3	19,6	138,5	49,3	305,5	+13,1
1974	2,5	22,7	10,8	75,6	5,6	42,7	19,2	135,8	51,0	341,4	+11,8
1975	1,8	15,3	11,7	99,0	5,0	38,1	19,0	135,7	51,9	348,8	+ 2,2
1976	5,7	69,7	13,8	133,5	5,9	42,9	19,9	135,7	56,6	385,5	+10,5
1977 ⁽¹⁾	6,0	75,0	15,0	172,6	6,8	49,8	22,1	150,0	...	472,0	+22,4

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Ministério da Agricultura.

QUADRO 22. - Distribuição da Produção de Cebola por DIRA, Estado de São Paulo, 1971-76

Ano	Sorocaba		Campinas		Ribeirão Preto		Total do Estado	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
1971	5.905	22.500	3.364	19.500	1.258	7.500	11.858	54.000
1972	5.500	35.250	3.400	17.250	1.250	9.750	11.200	66.000
1973	6.600	43.350	2.900	21.000	1.280	11.400	11.600	78.900
1974	6.060	40.500	2.850	18.900	1.070	13.350	10.800	75.600
1975	6.650	57.000	3.280	29.250	1.030	10.350	11.700	99.000
1976	7.980	84.000	3.530	32.100	1.560	14.100	13.800	133.500

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 23. - Calendário de Cultivo de Cebola no Brasil

Região	Semeadura	Transplante	Colheita	Comercialização
São Paulo				
Piedade (muda)	Mar. - Mai.	Mai. - Jul.	Nov. - Dez.	Nov. - Fev.
Piedade (soqueira)	Jul. - Ago.	Fev.	Mai. - Jun.	Mai. - Jul.
São José do Rio Pardo e Monte Alto	Fev. - Abr.	Mar. - Mai.	Ago. - Out.	Ago. - Out.
Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Abr. - Jun.	Jun. - Ago.	Nov. - Dez.	Dez. - Jun.
Pernambuco e Bahia	Fev. - Abr.	Mar. - Mai.	Ago. - Out.	Ago. - Out.
Minas Gerais e Paraná	Mar. - Mai.	Mai. - Jul.	Nov. - Dez.	Nov. - Jan.

Fonte: Ministério da Agricultura e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 24. - Preços Médios Mensais de Cebola Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1973-77

(Cr\$/sc.45kg)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	42,78	106,15	34,81	73,88	50,21	79,63	64,99	79,04	75,70	62,61
Fev.	51,00	125,11	37,07	76,61	52,76	81,87	83,30	97,34	93,00	74,50
Mar.	62,10	150,21	41,03	81,12	73,30	111,95	121,90	137,27	132,70	102,13
Abr.	95,92	228,82	47,20	88,66	93,41	140,18	154,40	167,75	144,50	106,85
Mai.	106,49	251,27	44,27	80,37	96,90	142,46	159,60	167,51	172,70	123,29
Jun. ⁱ	88,99	207,72	63,83	113,73	104,88	150,86	141,60	144,77	245,50	171,87
Jul.	107,00	247,75	57,43	101,08	114,96	161,87	158,30	155,95
Ago.	124,00	284,08	61,14	106,31	137,07	187,81	156,00	147,63
Set.	102,66	232,73	66,43	113,46	91,79	122,85	121,20	110,94
Out.	54,60	121,86	44,01	74,14	101,56	133,05	102,70	91,78
Nov.	34,40	75,99	39,48	65,49	80,36	102,94	113,10	99,23
Dez.	27,00	58,89	44,23	71,72	66,91	83,97	78,60	67,39

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 25. - Preços Médios e Quantidades Comercializadas de Cebola no Entrepósito Terminal do Jaguarê da CEAGESP, São Paulo, 1976-77

Mês	1976		1977	
	Quantidade (sc. 45kg)	Preço (Cr\$/sc.)	Quantidade (sc. 45kg)	Preço (Cr\$/sc.)
Jan.	81.740	76,30	84.692	102,70
Fev.	65.997	119,64	71.321	114,79
Mar.	83.862	169,25	92.791	143,98
Abr.	55.898	179,97	74.025	191,19
Mai.	60.286	175,69
Jun.	71.424	155,52
Jul.	60.063	188,56
Ago.	67.858	171,64
Set.	65.327	115,43
Out.	83.637	140,04
Nov.	89.877	111,49
Dez.	81.562	86,12
Total	867.532	137,58

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

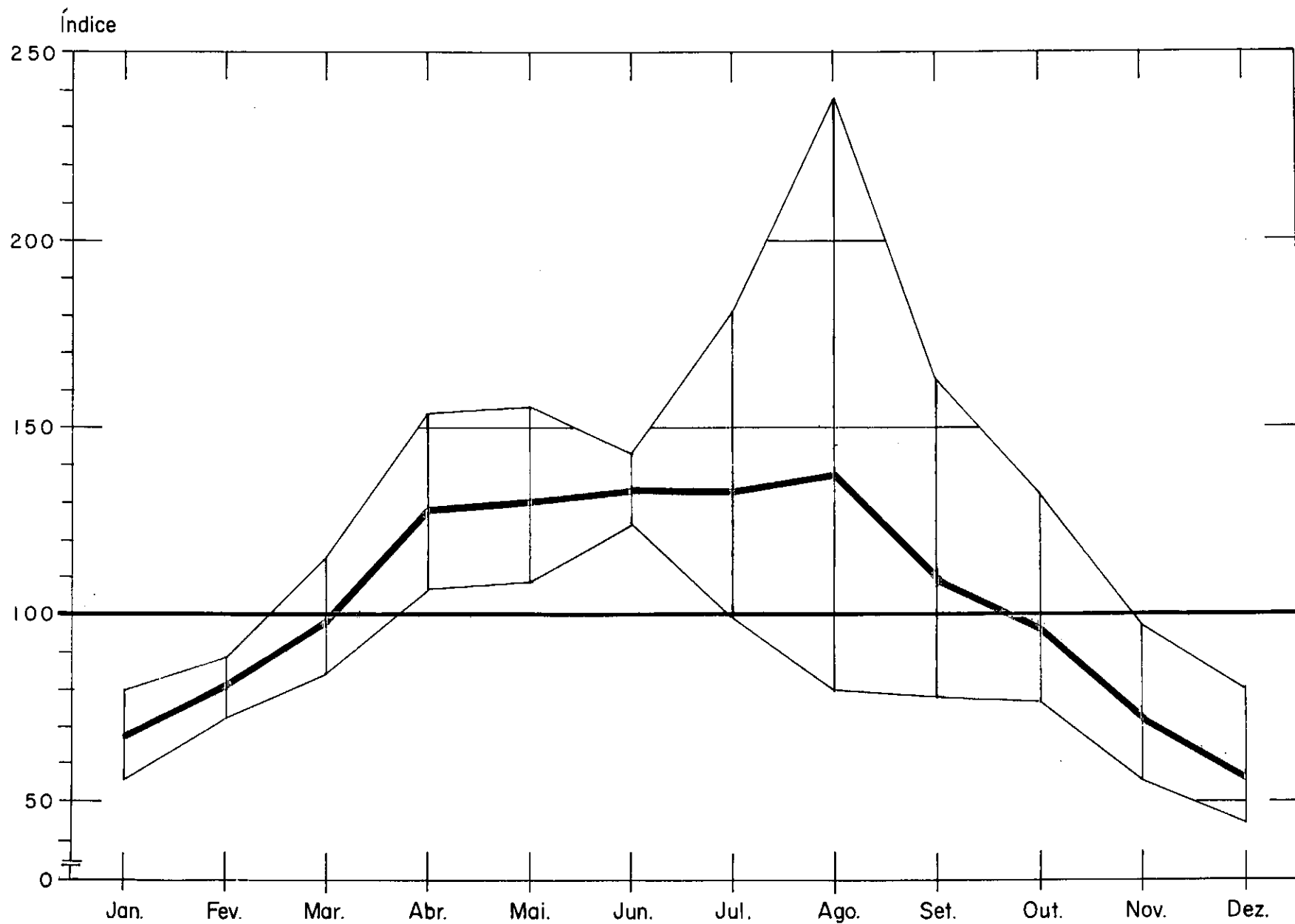


FIGURA 2. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Cebola, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Mamona

- Panorama internacional

A produção mundial de mamona de 1976/77 está estimada em apenas 650 mil toneladas, ou seja, 105 mil toneladas abaixo da safra anterior, constituindo-se no menor nível desde 1962/63.

Esta estimativa, a exemplo daquela do ano anterior, poderá sofrer redução tendo em vista a seca verificada no sul do Brasil em fevereiro de 1977. Segundo a FIBGE, esta produção não deverá ser superior a 230 mil toneladas, portanto bem inferior às estatísticas mundiais que estimam a produção brasileira em 290 mil toneladas.

A Índia, por sua vez, apresentou uma produção de 150 mil toneladas em 1976/77, comparada com 160 a 200 mil toneladas inicialmente previstas e 140 mil toneladas do ano anterior, devendo proporcionar no máximo excedentes exportáveis da ordem de 40 mil toneladas.

Em virtude da recuperação na atividade econômica dos principais países industrializados do mundo, maiores importadores de óleo e bagas de mamona e dos pequenos estoques, consequência da reduzida produção motivada pelos baixos preços vigentes em 1975, registrou-se em 1976 um preço médio para o óleo de US\$707,00/t CIF Rotterdam. Em abril de 1977 as cotações atingiram a média de 1.055 dólares, com tendência a permanecerem firmes (quadro 26). A Índia, em meados deste ano suspendeu a proibição de exportação de óleo de mamona além das 40 mil toneladas previstas, a fim de aproveitar tal situação de mercado.

Caso persistam preços superiores a 800 dólares por tonelada-CIF, aquele País concorrerá no mercado mundial com o Brasil, não mais utilizando grande parte do produto na alimentação humana como geralmente o faz.

- Situação interna

A produção brasileira de mamona, segundo dados levantados em março passado, deverá ser da ordem de 229 mil toneladas, comparada às 244 mil obtidas em 1975/76 (quadro 27).

A área colhida não refletiu o que se esperava, já que as cotações tanto internas, como internacionais estavam bastante favoráveis na época do plantio. Exceto a Bahia, principal produtor, nos demais estados verificou-se redução na área cultivada, em parte explicada pela acentuada expansão das culturas de algodão e soja na Região Centro-Sul do País.

Em São Paulo a produção de 1976/77 está estimada em 25,5 mil toneladas (-5,6%), embora a redução na área (-17,7%) tenha sido mais pronunciada, constituindo-se na menor já verificada no Estado (quadro 28).

O preço médio recebido pelos produtores na safra 1976/77 no período janeiro-maio foi de Cr\$4,00/kg, com aumento de 150% comparado à média de Cr\$1,60/kg observada no mesmo período de 1975/76. Em valores reais, significa acréscimo de 71% (quadro 29).

As exportações brasileiras de óleo de mamona em 1976 chegaram a 141 mil toneladas (+54,7%), o que se deve em parte a sua inclusão no Sistema Geral de Preferência estadunidense a partir de outubro de 1976 (quadro 30). Os Estados Unidos, principal mercado importador, aumentaram as importações do produto brasileiro em 22%.

Os estoques brasileiros ao início de 1977 estavam ao redor de 43 mil toneladas, comparadas a 90 mil em 1976 e 190 mil em 1975. Espera-se para 1977 uma exportação da ordem de

110 mil toneladas, tanto pelos menores estoques como pela menor oferta global, já que o consumo interno nos últimos anos praticamente mantém-se estável ao nível de 40 mil toneladas.

- Perspectivas

Tendo em vista os pequenos estoques mundiais de óleo de mamona e a diminuição na produção dos principais países produtores-exportadores, Brasil e Índia, as cotações deverão permanecer em alta por um período relativamente extenso. Da mesma forma as cotações internas encontram-se em níveis elevados (superior a Cr\$5,00/kg) o que, em condições normais, segundo o padrão de variação estacional, só ocorre a partir de junho.

As atuais cotações certamente provocarão a emergência de novos produtores (caso da Costa do Marfim) ou ampliação na área dos tradicionais, como Índia, Equador e Paraguai.

No Estado de São Paulo, notadamente na principal região produtora (Presidente Prudente) aos atuais níveis de preços relativos ao algodão e a soja, acredita-se numa expansão acentuada. A permanência de cotações elevadas para o amendoim, cultura expressiva na região, pode até certo ponto constituir-se num entrave à expansão da área cultivada com mamona.

Em resumo, a fim de que o Brasil continue a ocupar a posição líder no mercado mundial é necessário que seja defendida uma política para o setor, evitando-se as flutuações da oferta que tem ocorrido em anos recentes, particularmente embasada no crédito de custeio aos pequenos produtores.

(IEA, 11/07/77)

QUADRO 26. - Cotações de Óleo de Mamona, CIF Europa, 1971-77

(US\$/t)

Mês	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Jan.	353	393	870	946	642	492	834
Fev.	338	358	1.070	959	635	534	860
Mar.	331	368	1.510	915	588	536	900
Abr.	310	389	1.150	865	610	533	1.055
Mai.	320	437	1.087	850	604	655	963 ⁽¹⁾
Jun.	337	490	947	...	589	730	...
Jul.	337	507	1.180	...	593	870	...
Ago.	333	455	1.197	...	599	859	...
Set.	329	547	1.030	675	589	832	...
Out.	351	770	1.060	679	541	832	...
Nov.	357	871	1.040	660	497	789	...
Dez.	375	856	990	640	487	818	...
Média anual	339	537	1.094	...	582	707	...

⁽¹⁾ Preliminar.

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 27. - Produção Brasileira de Mamona em Baga e Principais Estados Produtores, 1973/74 a 1976/77⁽¹⁾

(em tonelada)

Estado	1973/74		1974/75		1975/76		1976/77 ⁽²⁾	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%
Bahia	150.000	28,5	148.000	38,4	106.880	43,9	117.000	51,1
São Paulo	155.000	29,5	37.500	9,7	27.000	11,1	25.500	11,1
Paraná	130.000	24,8	60.000	15,6	43.348	17,8	33.000	14,4
Ceará	25.000	4,8	30.600	7,9	30.600	12,5	28.500	12,4
Pernambuco	20.000	3,8	58.000	15,1	19.225	7,9	15.000	6,6
Mato Grosso	25.000	4,8	15.000	3,9	7.651	3,1	4.575	2,0
Outros	20.000	3,8	36.100	9,4	8.929	3,7	5.575	2,4
Brasil	525.000	100,0	385.200	100,0	243.633	100,0	229.150	100,0

⁽¹⁾ Ano agrícola.

⁽²⁾ Estimativas preliminares.

Fonte: Comissão de Financiamento da Produção/MA, Instituto de Economia Agrícola e Secretaria do Planejamento da Previdência da República.

QUADRO 28. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Mamona, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1976/77

Ano	Área		Produção		Rendimento	
	(1.000ha)	Variação (%)	(1.000t)	Variação (%)	(kg/ha)	Variação (%)
1970/71	54,7	-	52,5	-	960	-
1971/72	56,5	3,3	66,0	25,7	1.168	21,7
1972/73	74,0	31,0	95,0	43,9	1.284	9,9
1973/74	127,6	72,4	155,0	63,2	1.215	-5,4
1974/75	33,9	-73,5	37,5	-75,9	1.106	-9,0
1975/76	22,0	35,1	27,0	28,0	1.227	10,9
1976/77 ⁽¹⁾	18,1	-17,7	25,5	-1,0	1.409	14,8

⁽¹⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 29. - Preços Recebidos pelos Produtores de Mamona, Estado de São Paulo, 1973-77

(Cr\$/kg)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	1,74	4,32	1,77	3,76	0,82	1,30	1,19	1,45	3,40	2,81
Fev.	1,80	4,42	1,63	3,37	0,82	1,27	1,40	1,64	3,21	2,57
Mar.	2,00	4,84	1,65	3,26	0,77	1,18	1,60	1,80	4,02	3,09
Abr.	1,76	4,20	1,53	2,87	0,76	1,14	1,70	1,85	4,48	3,31
Mai.	2,15	5,07	1,37	2,49	0,79	1,16	2,10	2,20	4,93	3,52
Jun.	1,74	4,06	1,14	1,56	0,89	1,28	2,60	2,66	4,88	3,42
Jul.	2,04	4,72	1,06	1,86	1,02	1,44	3,10	3,05
Ago.	2,24	5,13	0,91	1,58	1,54	2,11	3,30	3,12
Set.	2,10	4,76	0,85	1,45	1,37	1,83	3,20	2,93
Out.	2,02	4,51	0,83	1,40	1,31	1,72	2,87	2,56
Nov.	2,05	4,53	0,82	1,36	1,16	1,48	2,80	2,46
Dez.	1,92	4,19	0,85	1,38	1,19	1,49	3,05	2,62

(¹) Preço deflacionado pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica em cruzeiro de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 30. - Exportação Brasileira de Óleo de Mamona, 1969-76

Ano	Quantidade		Valor FOB		Preço FOB	
	(t)	Variação (%)	(US\$1.000)	Variação (%)	(US\$/t)	Variação (%)
1969	184.288	-	45.153	-	245,01	-
1970	153.485	-16,7	38.232	-15,3	249,09	1,7
1971	134.946	-12,1	39.942	4,5	295,99	18,8
1972	127.182	-5,8	53.818	34,7	423,16	43,0
1973	131.683	3,5	122.807	128,2	932,60	120,4
1974	155.793	18,3	128.425	4,6	824,33	-11,6
1975	91.053	-41,6	51.872	-54,8	569,69	-30,9
1976	140.895	54,7	76.626	47,7	543,85	-4,5

Fonte: Banco do Brasil CACEX.

- Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool

- Panorama internacional

Como consequência dos altos preços alcançados pelo açúcar em 1974, no mercado mundial, que em novembro, atingira a cotação de US\$1.250,00/t, a produção dos países produtores aumentou, ocasionando também aumento da oferta total do produto.

Todavia, o aumento do consumo não acompanhou o da oferta de açúcar, ocasionando uma queda nas cotações a partir de 1975. Quando se atenta para o quadro 31, vê-se que o aumento no consumo de 1974 para 1975 foi de 2,8%, enquanto a oferta total crescia em torno de 4,7%. Em 1976 o consumo se elevou de 4,0% e a oferta total de 7,5%. Como consequência, a tendência declinante dos preços, iniciada em 1975, perdura até hoje, com leves reações do mercado ocasionadas por atuações específicas de alguns países. Em janeiro deste ano, a URSS e a China compraram por volta de 1.000 mil toneladas de açúcar das Filipinas, concorrendo para uma ligeira melhoria nos preços (quadro 32).

As discussões para a formalização do novo Acordo Internacional de Açúcar iniciadas em abril de 1977, em Genebra, não contribuíram em muito para a solução dos problemas dos países exportadores, em situação crítica frente às cotações alcançadas pelo produto. As proposições dos países membros do GEPLACEA (Grupo Especial dos Países Latino Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar), no sentido de fixarem-se preços mínimos e máximos para o produto, bem como um sistema de cotas de importação, foi contestada pelos países consumidores - CEE, EUA, Japão, etc - que defenderam a tese segundo a qual a comercialização deveria ser feita através de um estoque regulador de preços.

A disposição da CEE de exportar cerca de 3 milhões de toneladas anualmente, passando assim à categoria de exportador, criou um clima desfavorável nas expectativas de uma reação do mercado ainda neste ano.

Os EUA promoverão uma compensação aos produtores estadunidenses de dois centavos de dólar por libra peso, para vendas a preço de mercado abaixo de 13,5 centavos por libra. Essa medida protecionista vem contrariar os interesses dos países exportadores, ao levar-se em conta o fortalecimento da indústria açucareira daquele país, tradicionalmente um dos maiores importadores desse produto.

Deve-se ressaltar que o fim do bloqueio econômico imposto à Cuba pelos EUA propiciaria a reintegração desse país no mercado açucareiro mundial, concorrendo com os demais exportadores.

- Situação interna

Aprovado pelo IAA, o período oficial da safra de 1977/78 teve início em 1º de junho de 1977 na Região Centro-Sul, devendo começar em 1º de setembro na Região Norte-Nordeste.

Enquanto o quadro 33 mostra a evolução da produção brasileira e paulista de açúcar e álcool, o quadro 34 mostra a previsão da produção global e de consumo de açúcar por Regiões e Unidades da Federação, para a safra em curso, bem como a estimativa de exportação. O quadro 35 mostra a estimativa de produção de álcool por Região e Unidades da Federação.

A ênfase dada à produção de álcool nesse plano de safra, passando de 796 milhões

de litros para 1.597 milhões, está ligada à sua utilização como combustível. O Estado de São Paulo, que no plano de safra 1976/77 participava com 62,8% da produção brasileira, no plano de safra 1977/78 aumenta ainda mais sua participação, passando a responder por 73,1% do total pre visto.

O aumento da oferta total de açúcar no mercado mundial e os baixos preços em conse -
quência vigentes, refletiram-se nas exportações brasileiras. Em relação ao ano anterior, as
exportações em 1976 sofreram uma redução de 33% em quantidade e 72% em valor (quadro 36). Essa
queda brusca nas cotações em 1976, cuja média anual decresceu quase pela metade em relação ao
ano anterior, gerou uma situação de gravosidade para o Instituto do Açúcar e do Alcool (respon
sável pela exportação brasileira) uma vez que os preços alcançados no mercado internacional
não cobrem os custos de aquisição junto aos produtores nacionais acrescidos das despesas de em
barque.

No Estado de São Paulo a área plantada com cana-de-açúcar se manteve estável nesta
safra, mas o aumento esperado no rendimento (34%) leva à uma produção estimada de 53.300 mil
de toneladas (quadro 37), superior em 5.800 mil toneladas à safra anterior.

O preço a ser pago ao fornecedor de cana na Região Centro-Sul foi fixado em Cr\$159,28,
com um acréscimo de 12% em relação ao vigente na safra passada, bem inferior portanto ao espera
do pelos produtores, que pretendiam um aumento de 20 a 30%.

Das propostas enquadradas no Programa Nacional do Alcool para a montagem de destila -
rias, no total de 119, com utilização de cana como matéria-prima, São Paulo participa com 45%
do total de propostas. O quadro 38 mostra a participação de cada estado no que toca às propos
tas já enquadradas no Programa Nacional do Alcool.

- Perspectivas

Os preços no mercado internacional estarão, num futuro próximo, condicionados ao de
senrolar da safra 1977/78. Embora as perspectivas de colheita sejam boas em alguns países
produtores - Brasil, Austrália, África do Sul - outros países, por motivos diversos, não parti
cipam dessa expectativa, não esperando uma boa safra ou mesmo diminuindo a área plantada, tal
como nas Filipinas. A Espanha alcançou a auto-suficiência em açúcar na safra passada, mas as
expectativas para este ano se situam um pouco abaixo das suas necessidades.

O Departamento de Agricultura dos EUA admite que, no caso de uma boa safra, a produ
ção mundial poderá exceder o consumo em até 4 milhões de toneladas. Entretanto, se ocorrer ad
versidades climáticas em alguns países produtores, o excedente poderá não existir.

Um outro fator concorrente nas expectativas de mercado é a sacarina; esse adoçante,
cujo consumo em 1976 foi de 750 mil toneladas, está sendo proibido em alguns países e, segundo
estimativas, terá seu consumo reduzido pela metade. Por outro lado, com as cotações do cacau
em alta no mercado internacional, espera-se uma diminuição no consumo de chocolate e, consequen
temente, de açúcar. Do mesmo modo é estimado um aumento na produção de frutose e dextrose. Le
vando-se em consideração essas informações, não é esperado para este ano reações significativas
nas cotações do açúcar no mercado internacional, caso não ocorram contratemplos climáticos nos
principais países produtores.

Internamente, a montagem de destilarias para a produção de álcool combustível deverá a
carretar um aumento da participação da cana própria em relação a de fornecedores no total moi
do. Essa tendência, observada desde alguns anos, deverá aumentar ainda mais, já se observando
algumas medidas como arrendamento de terras, etc., em algumas regiões produtoras do Estado de
São Paulo.

(IEA, 12/07/77)

QUADRO 31. - Produção Mundial, Estoque e Consumo Aparente de Açúcar, 1974/75 e 1976/77⁽¹⁾
(1.000t)

Item	1974/75 ⁽²⁾	1975/76 ⁽³⁾	1976/77 ⁽³⁾
Estoque inicial	16.008	17.539	20.304
Produção	79.887	82.869	87.627
Oferta total	95.895	100.408	107.931
Consumo aparente	77.832	80.015	83.246
Estoque final	18.063	20.393	24.685

⁽¹⁾ Ano Açucareiro Internacional: 1/09 a 31/08.

⁽²⁾ Série revisada.

⁽³⁾ Estimativa.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola a partir de dados do F.O.Licht's.

QUADRO 32. - Cotações do Açúcar Demerara no Mercado Internacional, 1972-77

(US\$/t)

Mês	Londres ⁽¹⁾						Nova York ⁽¹⁾					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Jan.	173,91	216,73	348,93	879,49	309,86	186,51	182,08	206,80	338,11	845,94	310,08	184,53
Fev.	180,09	200,40	472,96	77,08	298,95	191,80	190,24	199,51	469,21	750,38	297,85	188,49
Mar.	184,95	193,77	476,93	598,10	227,83	...	192,67	196,20	469,43	584,86	328,93	...
Abr.	156,70	198,41	485,76	540,27	310,41	...	160,89	199,95	480,46	531,99	309,97	...
Mai.	145,66	205,69	531,00	391,08	321,66	...	154,71	213,42	521,96	383,58	321,44	...
Jun.	139,48	206,58	525,05	306,99	288,59	...	145,22	215,62	522,40	305,23	286,38	...
Jul.	123,59	209,67	554,40	374,31	295,42	...	123,15	216,51	557,93	373,86	292,78	...
Ago.	138,60	198,85	678,21	418,00	225,97	...	138,60	200,62	694,10	413,37	220,24	...
Set.	159,12	197,97	764,73	348,04	181,44	...	156,03	198,19	759,10	342,09	180,12	...
Out.	167,07	210,77	878,17	314,28	179,46	...	163,76	210,99	873,53	310,75	177,91	...
Nov.	165,97	226,44	1.263,95	302,58	175,05	...	160,01	224,01	1.249,82	296,18	173,94	...
Dez.	207,02	273,89	1.020,08	291,77	168,43	...	201,50	261,09	993,37	293,31	166,01	...
Média anual	161,55	211,21	666,73	461,83	248,59	...	163,76	211,65	660,78	452,55	247,14	...

(¹) FOB portos áreas do do Caribe e do Brasil.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola, a partir de dados do Internacional Sugar Organization e Reuters.

Safrá	Brasil		São Paulo			
	Açúcar ⁽¹⁾ (t)	Alcool (1.000 l)	Açúcar ⁽¹⁾ (t)	Participação no Brasil (%)	Alcool (1.000 l)	Participação no Brasil (%)
1970/71	5.119.661	637.238	2.436.365	48	436.713	69
1971/72	5.386.419	613.068	2.596.749	48	453.101	74
1972/73	5.932.460	680.972	2.836.141	48	500.104	73
1973/74	6.682.912	665.979	3.510.667	53	455.091	68
1974/75	6.720.577	624.985	3.466.269	52	408.100	65
1975/76	2.869.333	...	362.286	...
1976/77	3.563.614	...	428.945	...

(¹) Todos os tipos.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

QUADRO 34. - Plano de Produção de Açúcar da Safra 1977/78

(em 1.000sc.60kg)

Região e estado	Produção de açúcar		Exportação	Alcool direto (sc.equivalente)
	Previsão			
	Global	Consumo		
Norte-Nordeste				
Pará	50	50	-	-
Maranhão	250	250	-	-
Piauí	100	100	-	-
Ceará	600	300	300	-
Rio Grande do Norte	1.300	1.300	-	-
Paraíba	2.600	2.200	400	-
Pernambuco	21.500	7.700	13.800	-
Alagoas	19.500	7.000	12.500	-
Sergipe	1.300	1.300	-	-
Bahia	800	800	-	-
Subtotal	48.000	21.000	27.000	-
Centro-Sul				
Minas Gerais	6.480	6.480	-	-
Espírito Santo	700	700	-	-
Rio de Janeiro	8.500	8.500	-	-
São Paulo	65.000	50.400	14.600	15.000
Paraná	5.000	5.000	-	-
Santa Catarina	500	100	400	-
Rio Grande do Sul	120	120	-	-
Mato Grosso	100	100	-	-
Goiás	600	600	-	-
Subtotal	87.000	72.000	15.000	15.000
Brasil	135.000	93.000	42.000	15.000

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

QUADRO 35. - Plano de Produção de Alcool da Safra 1977/78

(em 1.000 litros)

Região e estado	Estimativa de produção	Tipo de álcool	
		Anidro carburante	Hidratado industrial
Norte-Nordeste			
Pará	2.000	-	2.000
Maranhão	1.000	-	1.000
Ceará	5.000	4.000	1.000
Piauí	1.000	-	1.000
Rio Grande do Norte	10.000	5.000	5.000
Paraíba	32.000	29.000	3.000
Pernambuco	120.000	90.000	30.000
Alagoas	<u>88.000</u>	<u>60.000</u>	<u>28.000</u>
Subtotal	259.000	188.000	71.000
Centro-Sul			
Minas Gerais	30.000	5.000	25.000
Espírito Santo	7.000	-	7.000
Rio de Janeiro	70.000	40.000	30.000
São Paulo	1.168.000	960.000	208.000
Paraná	54.000	40.000	14.000
Santa Catarina	4.000	-	4.000
Goiás	<u>5.000</u>	<u>-</u>	<u>5.000</u>
Subtotal	1.338.000	1.045.000	293.000
Brasil	1.597.000	1.233.000	364.000

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

QUADRO 36. - Exportação Brasileira de Açúcar⁽¹⁾, 1971-77

Ano	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$1.000)	Preço médio (US\$/t)
1971	1.261.223	152.851	121,19
1972	2.534.911	403.548	159,20
1973	2.819.953	558.686	198,12
1974	2.356.731	1.321.932	560,92
1975	1.748.766	1.099.773	628,89
1976	1.167.333	306.534	262,59
1977 ⁽¹⁾	873.387	181.989	208,37

⁽¹⁾ Demerara, cristal e refinado.

⁽²⁾ Até maio.

Fonte: CACEX.

QUADRO 37. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cana-de-Açúcar para Indústria, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1976/77

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1970/71	750,2	36.000	47.987
1971/72	759,0	42.300	55.731
1972/73	740,0	40.000	54.054
1973/74	790,0	34.000	43.038
1974/75	802,0	35.600	44.389
1975/76	932,0	47.500	50.966
1976/77 ⁽¹⁾	931,0	53.300	57.250

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 38. - Propostas para Montagem de Destilarias já Enquadradas no Programa Nacional do Alcool de Cana, Posição em 28/04/1977

Região e Unidades de Federação	Nº	Tipo de destilaria		Capacidade de produção			
				Diária (1.000l/dia)		Total (1.000.000l/safra)	
		Anexa	Autorizada	Atual	Autorizada	Atual	Autorizada
Região Norte-Nordeste							
1-Alagoas	12	8	4	132,0	1.572,0	24,2	271,6
2-Pernambuco	10	10	-	102,00	757,0	14,5	103,9
3-Paraíba	5	2	3	-	460,0	-	76,7
4-R.G.do Sul	2	1	1	-	180,0	-	30,6
5-Ceará	1	-	1	-	120,0	-	19,5
6-Amazonas	2	-	2	-	300,0	-	48,0
7-Maranhão	1	-	1	-	120,0	-	21,6
8-Piauí	1	-	1	-	180,0	-	27,0
9-Sergipe	1	1	-	-	30,0	-	4,5
10-Bahia	1	-	1	-	360,0	-	54,0
Subtotal	36	22	14	234,0	4.079,0	38,7	657,4
Região Centro-Sul							
1-São Paulo	54	41	13	2.611,0	10.121,0	337,7	1.457,8
2-Paraná	8	-	8	-	880,0	-	145,2
3-Minas Gerais	6	4	2	-	570,0	-	83,0
4-R.de Janeiro	7	6	1	65,0	645,0	7,8	81,6
5-Goiás	3	-	3	-	720,0	-	107,6
6-Mato Grosso	3	-	3	-	450,0	-	71,2
7-Espírito Santo	2	1	1	10,0	240,0	1,3	35,0
Subtotal	83	52	31	2.686,0	13.626,0	346,8	1.981,4
Brasil	119	74	45	2.920,0	17.705,0	385,5	2.638,8

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

- Milho

- Panorama internacional

Dados provisórios estimam a produção mundial de milho no período 1976/77, em 332,9 milhões de toneladas, uma vez que a colheita do Hemisfério Sul ainda não está concluída, mas apresenta acréscimo de 3,8% quando comparada com os dados de 1975/76. Atribui-se a quase totalidade deste acréscimo ao aumento da produção estadunidense, já que de maneira geral os países do Hemisfério Norte, notadamente os europeus, responsáveis por grande parcela da produção mundial, tiveram redução de suas safras em decorrência do longo período de estiagem que assolou a Europa durante o verão de 1976.

Os Estados Unidos, o maior país produtor, responsável por cerca de 45% da produção mundial em 1976/77, com uma área cultivada estimada em 34 milhões de hectares, apesar da estiagem de agosto/76 apresentou um volume recorde de 157,9 milhões de toneladas, acusando um acréscimo de 7,2% em relação ao período anterior.

A Europa Ocidental produziu no ano agrícola 1976/77 cerca de 14,7 milhões de toneladas de milho, ou seja 3,3 milhões abaixo do nível atingido em 1975/76. Os países da Comunidade Econômica Européia participam com 11,1 milhões de toneladas seu mais baixo nível desde 1969. A França, principal produtor de milho da Comunidade, atingiu um volume de apenas 5,5 milhões de toneladas, contra 8,2 milhões em 1975/76.

A Europa Oriental também sofreu os prejuízos da estiagem, porém em escala inferior. A Iugoslávia conseguiu uma produção levemente superior à do período anterior, passando de 9,4 milhões de toneladas em 1975/76 para 9,5 milhões de toneladas em 1976/77. A Romênia apresentou uma produção de 9,0 milhões de toneladas (-2%). O país que teve maiores prejuízos foi a Hungria, passando de uma produção de 7,1 milhões de toneladas em 1975/76 para 5,4 milhões em 1976/77.

Não há ainda dados finais referentes a cultura de milho na África do Sul, mas as perspectivas não são favoráveis e, segundo as estimativas, a produção deverá se situar ao redor de 7,7 milhões de toneladas, aquém da meta prevista de 9,0 milhões de toneladas. Assim os excedentes exportáveis não deverão ultrapassar a 2,0 milhões de toneladas.

Na Argentina as boas condições climáticas nos primeiros meses do ano beneficiaram sobremaneira a cultura, levando a um aumento de produtividade. Assim, as estimativas são de que a produção de 1976/77 ultrapasse o volume de 7,0 milhões de toneladas, contra 3,9 milhões em 1975/76.

Ao contrário do que ocorreu no ano comercial 1975/76, quando países como a URSS e Japão entraram no mercado liderando as importações, com 9,4 milhões de toneladas e 7,9 milhões de toneladas respectivamente, permitindo que as cotações internacionais se mantivessem em níveis relativamente bons em 1976/77, apesar de seca na Europa, a redução das necessidades soviéticas e a grande oferta dos principais países produtores, aumentada pela substituição de milho por trigo na alimentação animal nos Estados Unidos, provocaram a deterioração do mercado, levando as cotações a níveis tão baixos que induziram produtores estadunidenses de milho a reterem grande parte do produto na propriedade. A situação nos Estados Unidos é de apreensão, podendo levar o governo a lançar mão da política de "target price".

- Situação interna

De acordo com a 1ª estimativa de previsão de safras, elaborada em março/77 pela FIBGE - CEPAGRO, a produção nacional de milho deverá ser superior à do período anterior em 3,9%, ou seja, passarão de 17,8 milhões de toneladas em 1975/76 para 18,5 milhões em 1976/77.

Em dezembro de 1976 as cotações internacionais e as nacionais de milho mostraram sinais de recuperação da queda que vinham sofrendo desde setembro, porém em fevereiro os preços voltaram a cair a níveis bastante baixos, atingindo em maio/77 o nível mais baixo dos últimos quatro anos, ou seja, US\$96/t, FOB. Daí a relativa estagnação da comercialização do produto internamente e as dificuldades de colocação dos excedentes no mercado exterior.

Numa tentativa de equiparar os preços internos aos níveis internacionais, o Governo Federal instituiu em maio p.p., um subsídio de 8% sobre o valor FOB da tonelada desde que este não ultrapasse o limite de 8 dólares. Este subsídio diminuirá gradativamente, atingindo 2% em dezembro de 1977.

O objetivo visado com essa medida, qual seja o de favorecer maior exportação do produto brasileiro pela eliminação da sua gravosidade não foi atingido, uma vez que as cotações internacionais continuaram a declinar em função das razões anteriormente citadas. Em vista disto, informações de setores ligados à exportação de cereais estão levantando a hipótese de que deverá haver um excedente de aproximadamente 1 milhão de toneladas no final do ano comercial caso não ocorra uma recuperação no mercado internacional, levando inclusive a problemas de armazenagem.

Até 31/03/77 o volume do produto, de posse da CFP, depositado nos armazéns da CEAGESP - CIBRAZEM na Região Centro-Sul girava em torno de 1,5 milhão de toneladas, sendo que desta cifra 409.000t encontravam-se no Estado de São Paulo.

A produção paranaense em 1976/77 deverá se situar em 4,5 milhões de toneladas, contra 4,6 milhões no ano anterior, segundo informações da Secretaria da Agricultura do Paraná.

Em São Paulo, o 4º Levantamento de Previsões e Estimativas de Safras efetuado pelo IEA - CATI em abril/77, mostra área ocupada com a cultura do milho reduzida de 9%, passando de 1.270.000ha em 1975/76 para 1.158.000ha em 1976/77, estando o volume produzido estimado em 2,6 milhões de toneladas, o que representa um decréscimo da ordem de 5%. Em contrapartida, a produtividade deverá se elevar, passando de 2.145 kg/ha em 1975/76 para 2.228 kg/ha em 1976/77.

Os preços, em termos correntes, sofreram elevação a partir de maio de 1976 até fevereiro de 1977, quando, por ocasião do início da safra 1976/77, iniciaram processo de declínio.

Este comportamento é característico da comercialização do produto e pode ser constatado quando se observa a variação estacional do preço do milho recebido pelos produtores do Estado de São Paulo (figura 3).

Em valores reais, quando se compara a média dos cinco primeiros meses de 1977 com igual período de 1976 verifica-se uma redução de 25,6% (quadro 39).

Como reflexo da relativa estagnação da comercialização do milho, devido aos baixos preços que não evoluíram proporcionalmente aos custos de produção e comercialização, verifica-se uma elevação no número de produtores que recorreram aos benefícios de política de preços mínimos. Assim, a quantidade de produto colocada em EGFs na safra 1975/76, que no período de 02/03/76 a 30/04/76 era de 77.415t na região Centro-Sul, na atual safra passou para 114.000t.

De acordo com dados da CACEX as exportações do produto, no período de janeiro-maio,

evoluiram de 257.500t em 1976 para 288.450t em 1977, apresentando uma variação de +12%. Com relação ao valor das exportações observou-se um pequeno incremento de 2,93% em decorrência da queda de 8,11% no preço médio do produto que passou, de US\$121,00/t no período de janeiro a maio de 1976 para US\$111,19/t em igual período de 1977 (quadro 40).

No Brasil o volume de milho remanescente da safra 1975/76 de posse da CFP, que até 31/03/77 estava ao redor de 1,5 milhão de toneladas somado aos excedentes da atual temporada, que giram em torno de 2,0 milhões de toneladas das quais, até início de maio, tinham sido exportadas apenas 400 mil toneladas os estoques até maio situam-se em 3,1 milhões de toneladas aproximadamente. Se as previsões de se exportar 200 mil toneladas por mês até o final do ano se concretizarem, no início de 1978 teremos um remanescente próximo de 2.0 milhões de toneladas.

As perspectivas para 1977/78 são de uma redução da área cultivada com milho, como reflexo, principalmente, dos baixos preços recebidos pelos agricultores na safra atual, que deverá levar a uma substituição, notadamente pela soja, que este ano foi beneficiada por preços compensadores.

Caso se verifique uma redução na área de 5 a 10%, nos principais estados produtores - Paraná, São Paulo e Minas Gerais - e mantendo-se a mesma produtividade a safra 1977/78 deverá estar ao redor de 18,0 milhões de toneladas, nível próximo ao obtido em 1976/77. Considerando que o consumo interno em 1977/78 deverá se situar em torno de 17 milhões de toneladas, ainda assim deverá haver um excedente de 1 milhão de toneladas, que somado ao remanescente poderá atingir a casa dos 3 milhões de toneladas.

Em vista disso, as perspectivas para 1977/78 estão longe de ser otimistas, uma vez que a gravosidade do produto poderá se acentuar como consequência da elevada oferta internacional. Como consequência, poderão advir problemas de armazenagem que afetarão outros grãos.

- Perspectivas

A oferta mundial de grãos ao final de 1977 deverá ser 20% superior à demanda, quando no ano anterior foi da ordem de 16%.

Excluindo o arroz, as expectativas de oferta de grãos para 1977/78 são de 1,261 bilhão de toneladas, representando um acréscimo de 43 milhões de toneladas do volume produzido em 1976/77.

O quadro 41 permite fazer algumas previsões que refletem a atual conjuntura mundial do setor.

De acordo com as projeções de oferta e demanda, em 1977/78 o volume mundial de grãos forrageiros, incluindo arroz, milho, cevada, aveia, sorgo e milhete, deverá ser levemente superior ao de 1976/77. Em contrapartida verifica-se uma redução de 1,1% no consumo e uma elevação de 37% nos estoques mundiais.

Face aos dados apresentados, torna-se difícil antever um comportamento favorável do mercado internacional de cereais no ano comercial 1977/78. Por mais paradoxal que possa parecer, a recuperação das cotações internacionais neste mercado está na dependência de eventuais frustrações de safras, que poderão surgir em decorrência de condições climáticas desfavoráveis nos países principais produtores, especialmente nos Estados Unidos, maior produtor mundial de milho. O mercado de milho no corrente ano atingiu níveis de preços bastante baixos em virtude da grande oferta destes e de outros cereais. O aumento das importações dos

países europeus, em consequência da estiagem, e as aquisições soviéticas e japonesas não foram suficientes para neutralizar a tendência baixista. Para 1977/78 a demanda mundial por milho não deverá registrar crescimento. Na Europa Ocidental uma série de medidas está sendo anunciada pela Comunidade Econômica Européia para promover o arrefecimento da economia, tendo como objetivo o combate à inflação. Entre elas algumas poderão influenciar sensivelmente o mercado de milho, como exemplo a estabilização dos preços suportes para todos os grãos forrageiros. Tal política visa encorajar o uso doméstico do trigo, como substituto dos grãos forrageiros importados, principalmente o milho. Outra medida prevista é a restrição das importações de proteínas vegetais através de subsídios para maior utilização de leite em pó em rações, notadamente de aves.

A participação da Rússia, que em 1976/77 foi um dos 5 principais importadores de produtos agrícolas (9,4 milhões de toneladas de milho), em 1977/78 deverá ser reduzida sensivelmente, sendo que as necessidades soviéticas de grãos estão projetadas em 4 milhões de toneladas. Porém essa projeção poderá ser alterada em função do atraso que se verificou no plantio de milho devido à neve e a temperaturas excessivamente baixas, principalmente na região da Ucrânia, região de destaque na produção de cereais.

Por outro lado, o Japão, país que nos últimos anos vêm aumentando sua participação no mercado, em 1977/78 deverá despontar como principal importador do produto. As previsões são de um aumento de 7% na utilização de grãos para alimentação, podendo atingir 16,0 milhões de toneladas, significando um acréscimo de 1,0 milhão de toneladas na importação de grãos.

(IEA, 11/07/1977)

QUADRO 39. - Preço de Milho Recebido pelos Produtores Paulistas, 1973-77

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	25,84	64,12	31,38	66,60	47,24	74,92	63,38	77,00	65,80	54,42
Fev.	24,36	59,76	30,94	63,95	47,43	73,61	63,37	74,05	65,60	52,55
Mar.	21,12	51,09	31,62	62,52	45,23	69,08	59,00	66,44	61,70	47,49
Abr.	20,37	48,59	32,39	60,84	41,71	62,60	52,50	57,15	60,60	44,81
Mai.	21,58	50,92	33,14	60,17	39,60	58,22	50,50	53,00	62,30	44,48
Jun.	24,39	56,93	29,68	52,88	39,56	56,91	51,90	53,06	62,30	43,62
Jul.	29,20	67,61	27,97	49,23	41,86	58,94	56,50	55,66
Ago.	32,72	74,96	30,06	52,27	48,98	67,11	61,00	57,73
Set.	32,73	74,20	31,76	54,25	52,91	70,81	61,20	56,02
Out.	32,50	72,54	32,47	54,71	54,47	71,36	62,70	53,03
Nov.	30,85	68,15	39,04	64,77	57,51	73,67	64,14	56,28
Dez.	32,74	71,42	43,72	70,90	60,56	76,00	65,30	55,99

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (em cruzeiro de 1976).

QUADRO 40. - Exportação de Milho pelo Brasil, 1968-77

Ano	Valor FOB (US\$1.000)	Quantidade (t)	Valor médio (US\$/t)
1968	57.247	1.238.158	46,24
1969	33.038	651.419	50,72
1970	80.594	1.470.619	54,80
1971	75.431	1.279.696	58,94
1972	9.630	172.073	55,96
1973	3.146	41.010	76,71
1974	138.348	1.102.885	125,44
1975	150.867	1.147.941	131,42
1976	164.678	1.371.733	120,05
1977 ⁽¹⁾	32.074	288.450	111,19

⁽¹⁾ Janeiro a maio.

Fonte: Banco do Brasil CACEX.

QUADRO 41. - Oferta e Demanda Mundial de Grãos Forrageiros, 1973/74 a 1977/78

(em milhões de toneladas)

Item	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77 ⁽¹⁾	1977/78 ⁽²⁾
Produção					
Canadá	20,4	17,4	20,0	21,2	20,1
Austrália	4,7	4,5	5,5	5,1	6,6
Argentina	17,9	13,8	12,4	16,6	16,6
África do Sul	11,9	9,7	7,8	10,1	9,6
Tailândia	2,5	2,7	3,3	3,0	3,8
Brasil	16,9	16,9	18,5	19,9	20,6
Europa Ocidental	84,1	85,1	81,6	72,4	84,5
URSS	101,0	99,7	65,8	115,0	100,0
Europa Oriental	55,7	57,3	59,6	58,9	60,1
Outros	158,8	162,9	175,0	174,8	174,9
Total exceto EEUU	473,9	469,9	449,4	497,0	496,8
EEUU	<u>186,6</u>	<u>150,5</u>	<u>184,9</u>	<u>193,1</u>	<u>194,9</u>
Total mundial	660,5	620,4	634,3	690,1	691,7
Consumo					
EEUU	155,3	121,4	133,3	131,9	187,7
URSS	105,5	99,4	82,4	114,0	102,0
China	59,1	61,4	61,9	61,9	61,9
Outros	<u>344,9</u>	<u>342,0</u>	<u>357,3</u>	<u>366,1</u>	<u>364,0</u>
Total mundial	664,9	624,2	634,9	673,9	666,6
Estoques finais					
Total exceto EEUU e URSS	34,3	36,9	34,4	38,8	49,8
URSS	0,0	2,0	1,0	4,0	1,0
EEUU	<u>21,8</u>	<u>15,4</u>	<u>17,4</u>	<u>29,1</u>	<u>43,2</u>
Total mundial	56,1	52,3	51,8	67,9	93,0

(¹) Preliminar.

(²) Projeção.

Fonte: USDA.

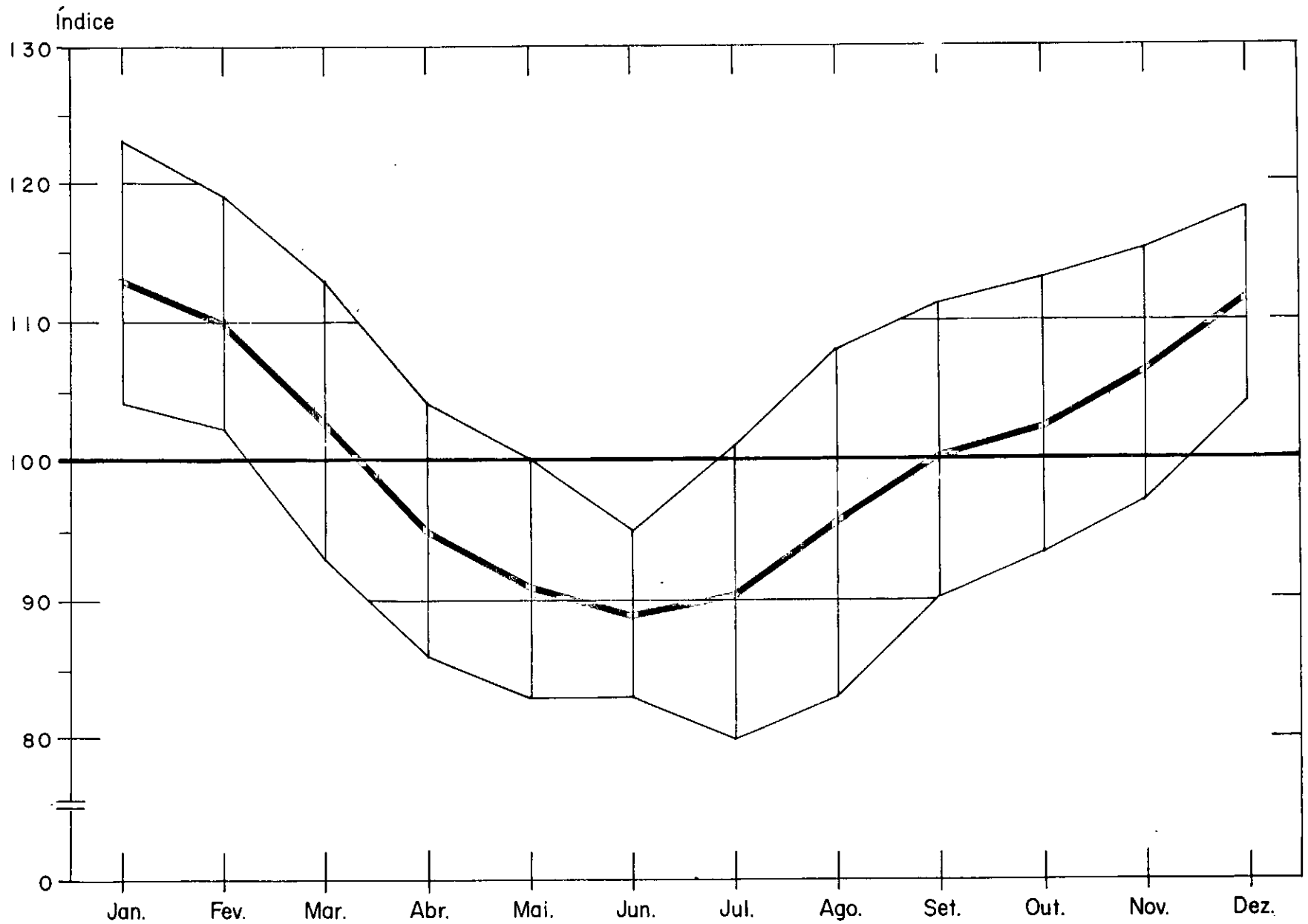


FIGURA 3. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Milho, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Algodão

- Panorama internacional

Segundo o International Cotton Advisory Committee a disponibilidade mundial de algodão em 1976/77 está estimada em 80,2 milhões de toneladas, significando uma redução de 5,0 milhões de toneladas em relação ao ano anterior (quadro 42).

Mesmo assim não se espera que sejam favoráveis as perspectivas para a próxima safra, tendo em vista os seguintes fatos:

a) o aumento na produção de 6,0% constatado na última safra deverá ter continuidade com taxa entre 4 e 5%, a qual poderá ser ainda maior se as condições climáticas forem normais, dado o fato de terem sido relativamente baixos os rendimentos dos últimos anos e não mais haver dificuldades no suprimento de insumos (notadamente fertilizantes e defensivos);

b) não parece haver indícios de aumento no consumo por parte dos principais importadores, já que os preços das fibras artificiais têm levado a um aumento da utilização destas em detrimento do algodão; e

c) o comércio mundial na temporada 1976/77 deverá ser de 17,5 milhões de fardos, correspondendo a um decréscimo de 6%, o que em parte se explica por ter sido a recuperação econômica nos países industrializados mais morosa e menos intensa do que se previa.

Dada esta conjuntura, espera-se uma expansão de 4,4% na área cultivada, principalmente devido aos preços mundiais atrativos e estoques reduzidos.

Os estoques mundiais em 1º de agosto, quando se inicia a temporada 1977/78, deverão estar entre 19,0 e 20,0 milhões de fardos, suficientes no máximo para 4 meses de consumo (quando o considerado normal deve atender a 5/6 meses) e cerca de 3,0 milhões de fardos menor que o existente na mesma data de 1976.

Assim, a posição estatística para 1977/78 pode ser resumida da seguinte forma:

a) a produção mundial, dependendo das condições climáticas, deverá situar-se entre 61,0 e 62,0 milhões de fardos, volume equivalente ao consumo da temporada corrente;

b) caso haja aumento no consumo no próximo ano, deverá ser fracionário e mais devido à demanda por parte de áreas em desenvolvimento que aos dos tradicionais importadores, que são os países industrializados; e

c) o comércio internacional deverá ser inferior aos de seus melhores anos, sendo mesmo provável que as exportações não alcancem os 17,5 milhões de fardos estimados para a presente temporada.

- Situação interna

O rendimento do algodão na Região Meridional do País em 1976/77 foi razoável, e no caso do Estado de São Paulo, superior ao do ano precedente (quadro 43). No Paraná, entretanto, parece ter sido um pouco pior. Quanto aos demais estados principais produtores - Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás - o comportamento da safra parece ter acompanhado São Paulo.

A recuperação ocorrida na área de plantio proporcionou uma produção entre 350 a 360 mil toneladas, aproximando-se do volume obtido há 2 anos atrás (quadro 44). A qualidade de fibra foi algo superior a da safra precedente, não chegando entretanto a ser satisfatória, já que o "micronaire" mostrou-se um pouco deficiente, fato observado principalmente com os

primeiros algodões colhidos (quadro 45).

O grande aspecto negativo, entretanto, reside na comercialização, já que os elevados preços que o algodão atingiu no mercado interno, no segundo semestre do ano passado, pesaram bastante na decisão dos produtores que dedicam-se à essa exploração, mas os níveis de até Cr\$120,00/arroba verificados em novembro caíram abruptamente para Cr\$98,00/arroba em maio deste ano (quadro 46). O padrão de variação dos preços recebidos pelos lavradores de algodão é indicado na figura 4. Apesar de ser evidente que aqueles preços dificilmente continuariam a vigorar, não são porque refletiam uma situação de aguda escassez como também eram acen-tuadamente gravosos, é perfeitamente compreensível que os cotonicultores procurassem minimizar essa queda de preços, em se considerando a violenta inflação com que se defrontam.

Assim, face aos preços de "abertura" muito inferiores aos previstos, procuraram resistir às ofertas dos maquinistas, não ultimando as transações sobre o algodão em caroço.

A grande maioria que resolveu aguardar está, em consequência, enfrentando situação difícil face à queda de preços do algodão no mercado internacional e a aproximação das datas de ressarcimento dos financiamentos.

Destarte, a gravosidade do produto continua, já que os negócios são diminutos e há uma disponibilidade exportável da ordem de 80 a 90 mil toneladas.

As exportações do Brasil, em 1976, diminuíram acentuadamente e o País vem gradativamente perdendo sua posição no comércio internacional (quadro 47).

Mais uma vez, dada a "gravosidade" do produto, começaram os apelos das classes exportadora e produtora para isenção de ICM ao produto destinado ao exterior, medida paliativa como solução para os problemas de curto prazo mas que exige estudos específicos e complexos sobre sua repercussão no futuro.

Ao que parece a simples retirada do ICM não seria a solução ideal, haja visto a implicação de outros parâmetros influentes na economia algodoeira. Citam-se a defasagem do dólar entre o valor corrente e aquele que resultaria de uma plena liberdade cambial e o "subsídio" que fios e tecidos recebem na exportação, o que permite até certo ponto que as organizações que industrializam o produto mantenham a "gravosidade", colocando em situação difícil os exportadores exclusivos de algodão em pluma.

Com o intuito de agilizar o escoamento do algodão em pluma, a CFP, ao final de junho, resolveu colocar seus estoques à venda (6 mil toneladas) por um preço simbólico a quem exportar, compensando o desembolso com o ICM e amenizando a gravosidade do produto.

- Perspectivas

A tendência para a cotonicultura é de retração na área de cultivo, que poderá crescer na medida em que se prolongue o impasse na comercialização do algodão em caroço na presente temporada. Caso a "ultimação" dos negócios com o algodão se acelere e a preços suportáveis, talvez possa haver uma retração menos acentuada, tendo em vista ter sido razoável a produtividade da cultura e pelo fato de não serem favoráveis as perspectivas para outras atividades anuais, caso do milho e arroz, a ponto de desviar considerável soma de recursos do algodão.

Em suma as perspectivas são de safra relativamente pequena e, conseqüentemente, com probabilidade de continuar "gravoso" o produto caso persista a distorção já apontada de não favorecimento à exportação.

Tendo em vista os fatores citados, seria razoável admitir-se uma redução de 20% na

área no Estado de São Paulo, baseando-se em condições atuais, o que corresponderia a uma superfície de plantio de 239 mil hectares. Considerando um rendimento médio de 1.428kg/ha obtido no último quinquênio, obter-se-ia sob condições normais uma produção da ordem de 341 mil toneladas de algodão em caroço, equivalendo a cerca de 120.000 toneladas de algodão em pluma.

No Paraná a redução deverá ser mais drástica, devido ao descontentamento geral reinante entre os produtores face ao nível de preços, atualmente ao redor de Cr\$80,00 a Cr\$85,00/aroba. Estima-se que ocorrerá uma redução na área de 30 a 40% em benefício de ampliação em pastagens e sob cultura da soja.

Pode-se admitir que deverá ocorrer redução também nos demais estados produtores da Região Meridional (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso), apesar das poucas informações disponíveis até o momento.

Assim, a cotonicultura, que em 1976/77, após quatro anos de declínio na produção, apresentava sinais de recuperação, em 1977/78 poderá trazer problemas de abastecimento ao parque têxtil nacional.

(IEA, 12/07/77)

QUADRO 42. - Situação Mundial do Algodão, 1971/72 a 1976/77

(em milhões de fardos) ⁽¹⁾

Ano agrícola ⁽²⁾	Estoque (em 1º de agosto)	Produção	Consumo
1971/72	20,6	59,7	58,6
1972/73	21,5	63,1	60,4
1973/74	24,0	63,5	62,3
1974/75	25,2	64,6	59,1
1975/76 ⁽³⁾	30,6	54,6	62,8
1976/77 ⁽³⁾	22,5	57,7	61,5

⁽¹⁾ Fardo de 478 libras de peso líquido (216,5kg).

⁽²⁾ De 1º de agosto a 31 de julho.

⁽³⁾ Dados preliminares.

Fonte: Comitê Consultivo Internacional de Algodão.

QUADRO 43. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cultura do Algodão, Estado de São Paulo, 1971/72 a 1976/77

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção ⁽¹⁾ (1.000t)	Rendimento ⁽¹⁾ (kg/ha)
1971/72	630,0	660,0	1.048
1972/73	430,0	621,0	1.444
1973/74	395,6	519,6	1.313
1974/75	368,0	489,6	1.330
1975/76	223,3	332,4	1.489
1976/77 ⁽²⁾	298,7	467,6	1.565

⁽¹⁾ Algodão em caroço.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 44. - Produção de Algodão em Pluma da Região Meridional do País, 1971/72 a 1976/77

(em 1.000 toneladas)

Ano agrícola	São Paulo	Paraná	Goiás	Minas Gerais	Mato Grosso	Total
1971/72	270	126	65	25	3	489
1972/73	247	136	48	22	3	456
1973/74	207	116	21	21	3	368
1974/75	190	126	16	27	4	363
1975/76	118	91	13	14	4	240
1976/77 ⁽¹⁾	169	108	21	298

⁽¹⁾ Dados preliminares disponíveis até 20/06/77.

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo e Serviços do Acordo de Classificação.

QUADRO 45. - Distribuição, por Tipo, do Algodão em Pluma Classificado no Estado de São Paulo, 1971/72 a 1976/77

(em %)

Tipo	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77 ⁽¹⁾
Fino (até 5, inclus.)	15,0	23,0	10,1	36,1	9,5	14,3
Médio (5/6, 6 e 6/7)	61,7	65,1	59,5	61,9	73,5	71,4
Inferior (7 a inf. a 9)	23,3	11,9	30,4	2,0	17,0	14,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

⁽¹⁾ Dados preliminares (até 29/06/77).

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

QUADRO 46. - Preços Médios de Algodão em Carço, Recebido pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1973-77

(em cruzeiros)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	30,23	47,95	47,07	57,25	111,20	91,97
Fev.	19,10	46,86	39,45	81,54	30,76	47,74	54,30	63,46	106,80	85,56
Mar.	19,92	48,18	38,92	76,95	32,08	49,00	61,20	68,92	97,80	75,28
Abr.	22,95	54,75	41,76	78,45	33,33	50,02	66,90	72,69	100,80	74,54
Mai.	23,55	55,57	43,51	78,99	34,46	50,66	78,10	81,97	97,70	69,75
Jun.	23,22	54,20	40,39	71,97	34,72	49,94	83,20	85,06	87,50	61,26
Jul.	24,04	55,66	34,36	60,45	35,29	49,69	92,90	91,52
Ago.	26,39	60,46	32,07	55,77	37,62	51,55	104,00	98,42
Set.	28,59	64,81	32,06	54,76	39,05	52,26	113,30	103,71
Out.	31,80	70,97	30,21	50,90	40,63	53,23	120,80	99,47
Nov.	30,68	50,90	41,55	53,23	120,80	105,99
Dez.	30,53	49,51	44,51	55,86	113,30	97,40

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica (em cruzeiros de 1976).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 47. - Exportações Brasileiras de Algodão em Pluma, 1966-76

Ano	Valor (US\$1.000 FOB)	Quantidade (t)	Preço médio (US\$/t)
1966	111.004	235.867	470,62
1967	90.844	189.442	479,53
1968	130.817	247.551	528,44
1969	196.008	439.380	446,10
1970	154.337	342.833	450,18
1971	137.140	226.809	604,65
1972	188.682	284.201	663,90
1973	218.068	282.867	770,92
1974	90.934	83.160	1.093,48
1975	97.794	107.202	912,24
1976	6.960	5.579	1.247,54

Fonte: Banco do Brasil - CACEX.

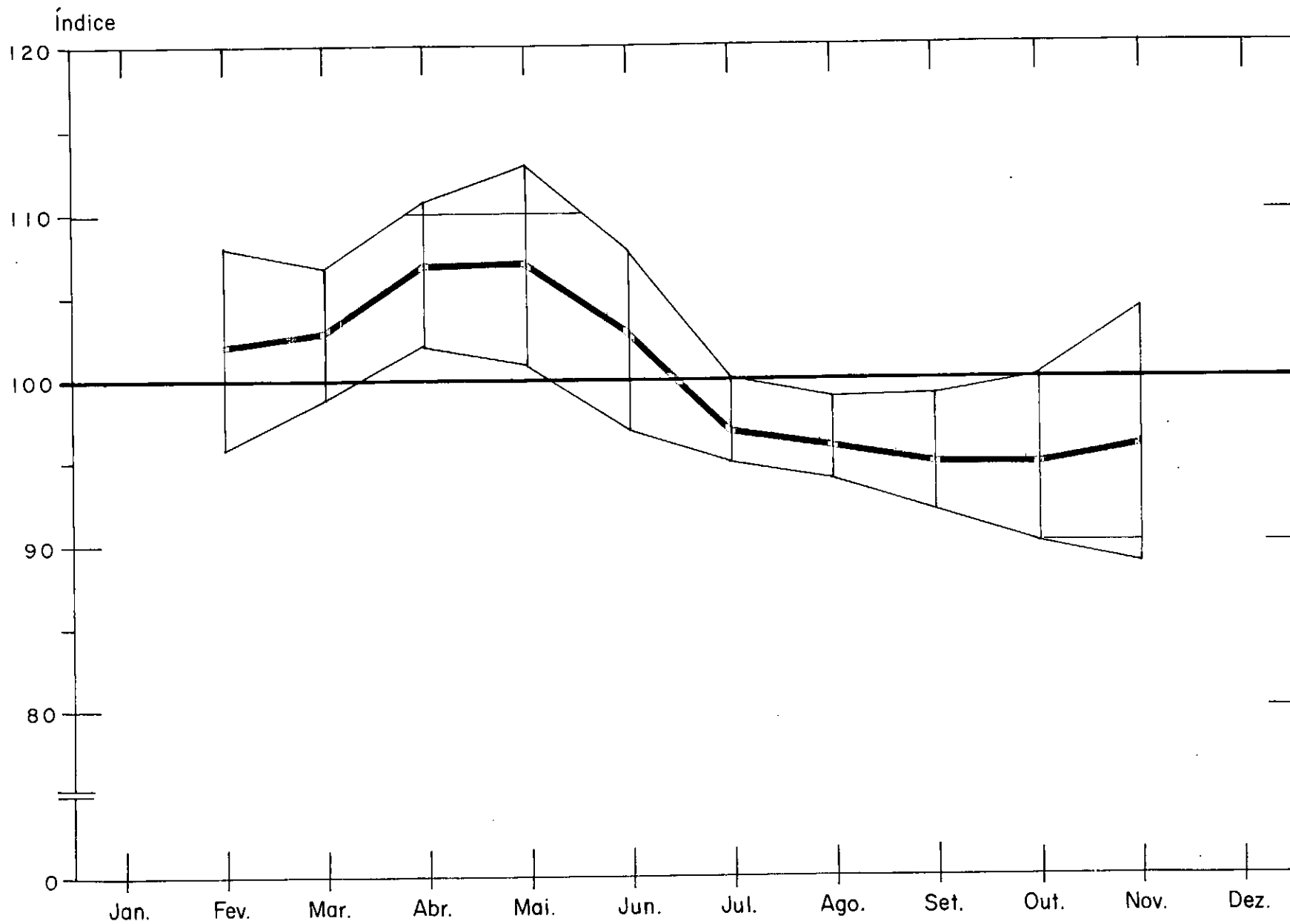


FIGURA 4. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Algodão em Carroço, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Trigo

- Panorama internacional

Segundo estimativas efetuadas em meados de dezembro de 1976 pelo Common-wealth Secretariat, a produção mundial de trigo na safra 1976/77, está em torno de 410 milhões de toneladas, portanto 16% acima do nível recorde atingido em 1975/76.

De fato as principais regiões produtoras do mundo, de maneira geral se beneficiaram de condições muito boas para o desenvolvimento da cultura, o que contribuiu para a produção recorde obtida.

Estimativas oficiais de novembro/76 situam a produção estadunidense, para a safra 1976/77 em 58,4 milhões de toneladas, contra 58,1 milhões de toneladas no período anterior. Como resultado de uma elevação de 55%, seu "carry-over" chegou, no início do ano comercial 1976/77, a 18,1 milhões de toneladas.

A produção canadense, segundo dados provisórios, situou-se em 23,5 milhões de toneladas em 1976/77, acusando um acréscimo de 38% em relação ao período anterior. Com "carry-over" nos mesmos níveis de 1975/76, ou seja 8,1 milhões de toneladas, a oferta total deverá ser de 31,6 milhões de toneladas.

Na Europa Ocidental os países da Comunidade Econômica Européia registraram em 1976/77, um acréscimo de 3% em relação ao período anterior, elevando a produção de trigo a 39,5 milhões de toneladas em uma área cultivada que apresentou elevação de 7%. Nos países não pertencentes à Comunidade o aumento foi de 8%, atingindo 11,3 milhões de toneladas com uma expansão da área cultivada de 8%.

A França, maior produtor de trigo da CEE, apesar da área ter evoluído em 14%, o correspondente aumento na produção não se verificou, em consequência da estiagem, passando de 14,2 milhões de toneladas em 1975/76 para 15,8 milhões de toneladas em 1976/77.

A produção da Europa Oriental, de acordo com dados preliminares, sofreu um acréscimo de 13%, atingindo 32,1 milhões de toneladas. Os principais países produtores da região apresentaram variação positiva, sendo que a Polônia passou de 5,0 milhões de toneladas em 1975/76 para 5,2 milhões de toneladas em 1976/77, a Romênia atingiu 6,0 milhões de toneladas (+25%), a Hungria 4,5 milhões de toneladas (+22%) e a Bulgária 3,1 milhões de toneladas (+13%).

A produção argentina atingiu um volume de 11,7 milhões de toneladas em 1976/77, superada apenas pela safra 1964/65, comparada com 8,6 milhões de toneladas em 1975/76. O excedente exportável gerado foi de 7,0 milhões de toneladas. Este aumento na produção foi fruto de uma campanha governamental para expansão da área cultivada com o cereal, através da ocupação de novas terras e da introdução de novas variedades mais produtivas. Como instrumento desta política destacaram-se o suporte de preços, linhas especiais de crédito para aquisição de insumos e custeio da lavoura.

Na Austrália, para uma área cultivada de 8,9 milhões de hectares, a produção em 1976/77 foi de 10,5 milhões de toneladas, ou 12% inferior ao período anterior.

A União Soviética, maior produtor mundial de trigo, obteve uma produção de 97 milhões de toneladas em 1976/77, contra 66,2 milhões de toneladas em 1975/76. Este aumento pode ser atribuído em parte, às boas condições climáticas verificadas nos Urais e na região ocidental, onde predomina o trigo de inverno.

As grandes aquisições feitas pela União Soviética foi um dos fatores principais promotores da expansão verificada no comércio internacional de trigo no ano comercial 1975/76. No período 1976/77, o elevado volume de oferta e a redução das necessidades soviéticas levaram à conjuntura deprimida que ora se verifica no mercado do produto, com consequente aviltamento dos preços e queda no volume de negócios.

Como reflexo desta situação, as exportações estadunidenses do produto, no período de outubro-março do ano comercial 1976/77, sofreram um declínio de 36%, quando se compara a igual período do ano anterior, passando de 15,7 milhões de toneladas para 10 milhões de toneladas. Em consequência, os estoques desse País elevaram-se em 67%, passando de 18,1 milhões de toneladas para 30,2 milhões em 19 de junho último, início do ano comercial 1977/78. É importante ressaltar que outros países grandes produtores também tiveram consideráveis aumentos em seus estoques, casos de Canadá e Argentina.

A deterioração do mercado internacional de trigo começou em julho de 1976, quando já se antevia um volume recorde de oferta de trigo e outros cereais e as cotações do produto nas principais bolsas de cereais iniciaram o processo de declínio, levando a uma queda abrupta, interrompida em novembro, quando mostrou leves sinais de recuperação, para a partir de fevereiro continuar declinando até os níveis de US\$87,85/t - FOB Chicago em maio de 1977.

- Situação interna

A safra brasileira de 1975/76 foi severamente reduzida em consequência da geada que atingiu as regiões tritícolas do País naquele ano, situando a produção nacional em 1,7 milhão de toneladas.

As estimativas iniciais para a safra 1976/77 eram de 4,4 milhões de toneladas, quantidade que colocaria o País numa posição bastante próxima da auto-suficiência, objetivo perseguido pelo Governo através de políticas de estímulo, tais como preço subsidiado, subsídio aos fertilizantes, crédito rural e assistência técnica, entre outros. Porém, em consequência de condições climáticas desfavoráveis, como vendavais, granizos, temperatura e umidade elevadas favoráveis à incidência de doenças fúngicas, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, novamente se verificou uma redução da produção. Assim, segundo levantamento feito pela FIBGE, a produção nacional obtida em 1976/77, foi de 3,2 milhões de toneladas, distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul (1,8 milhão de t), Paraná (1,1 milhão de t), São Paulo (195.000t) Mato Grosso (30.200t) e Santa Catarina (25.550t). Como a demanda nacional é da ordem de 5,7 milhões de toneladas, o volume a ser importado no decorrer de 1977 deverá girar em torno de 2,5 milhões de toneladas, contra 3,8 milhões de toneladas importadas em 1976.

- Perspectivas

Uma série de medidas adotadas pelo Governo em dezembro de 1976 e nos primeiros meses de 1977, aliadas ao clima geral de desestímulo reinante entre os triticultores devido a três frustrações de safras consecutivas, dificultam qualquer previsão referente ao rumo da triticultura nacional.

Em dezembro de 1976 a portaria nº 56 da SUNAB retirou 40% do subsídio de trigo, ele

vando preço pago pelos moinhos de Cr\$734,00 para Cr\$1.202,00 por tonelada. Os reflexos desta medida já se fizeram notar na elevação dos preços da farinha e dos produtos das indústrias de panificação e pastifícios.

No início do ano (fevereiro de 1977) o Governo fixou o preço pago aos produtores em Cr\$170,40 por saco de 60kg, considerado insatisfatório pelos produtores e, em consequência, as perspectivas eram de uma queda ao redor de 40% na área cultivada. Posteriormente, alarmada pelas possibilidades de reduções substanciais na produção e de certa forma pressionadas pelos agricultores, as autoridades governamentais houveram por bem elevar este valor para Cr\$190,20. Ainda que o novo preço esteja aquém das pretensões dos triticultores, e considerando que a elevação do custo de produção foi bastante acentuada, principalmente no item referente a fertilizantes, esta alteração provocou uma mudança na intenção de plantio, de certa forma prejudicada pela implantação do confisco cambial da soja.

No momento, com as operações de plantio praticamente encerradas, já é possível fazer-se um prognóstico melhor fundamentado. Assim, segundo informações de cooperativas do Rio Grande do Sul, com base na venda de sementes e no número de pedidos de financiamentos, as previsões indicam uma redução de área entre 15% a 20%. No Estado do Paraná, conforme informações do 2º levantamento da FIBGE, a área deverá ser levemente superior à do ano passado.

Em São Paulo, embora a princípio não tenha havido problemas com relação ao plantio, no momento a situação é bem crítica. A estiagem que se verificou nas regiões tritícolas do Estado, no período de abril e maio de 1977, não permitiu a germinação das sementes em muitas lavouras e, em outras, onde houve germinação, o desenvolvimento foi bastante afetado, chegando a reduzir o ciclo da cultura, com prejuízo na produção. As inspeções feitas nas regiões por técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral registraram prejuízos de 40% sobre a produção inicialmente prevista de 270,0 mil toneladas, e poderá se acentuar ainda mais.

De maneira geral o clima entre os triticultores paulistas é desalentador, pois esta será a quarta frustração de safra consecutiva e poderá levar muitos agricultores a abandonarem definitivamente a lavoura do trigo, mesmo que no momento não haja nenhuma cultura de inverno que possa substituí-la.

Pelo lado das importações, as baixas cotações do produto estão favoráveis ao Brasil que este ano deverá reduzir o valor das mesmas em cerca de 43%, enquanto que o volume necessário deverá ser aproximadamente 18% menor ao período anterior. É importante ressaltar que se o Brasil dispusesse de um sistema armazenador satisfatório, as baixas cotações internacionais poderiam ser melhor aproveitadas para se economizar divisas, uma vez que haveria possibilidade de se importar um volume bem maior, que cobriria o déficit de consumo em 1978 que, caso se concretizem as primeiras estimativas efetuadas pela FIBGE, que situam a produção do período 1977/78 em 3,6 milhões de toneladas, deverá estar ao redor de 3,0 milhões de toneladas.

(IEA, 14/07/1977)

- Pescado

- Panorama internacional

Segundo a FAO, a produção mundial de pescado em 1974 superou as estimativas anteriormente divulgadas, atingindo cerca de 70,5 milhões de toneladas, enquanto que em 1975 o total produzido foi de 69,7 milhões de toneladas, cifra esta um pouco aquém das previsões. Em ambos os casos essas oscilações se deveram ao comportamento da captura da anchoveta no sudeste do Pacífico, que em 1974 atingiu 3.580 mil toneladas, caindo em 1975 para 3.097 mil toneladas, segundo dados divulgados pelo United States Department of Commerce.

Para 1976, conforme FAO, a produção mundial de pescado deve ter-se situado acima da verificada em 1975, em decorrência não só da recuperação na captura da anchoveta no Peru, uma vez que informes preliminares indicam que essa pesca atingiu aproximadamente 3.915 mil toneladas naquele ano, como também devido ao crescimento dos desembarques de pescado para consumo humano, notadamente nos países em desenvolvimento.

O comércio mundial de produtos pesqueiros continuou em recuperação. Em 1976 a demanda, principalmente por moluscos e crustáceos, se manteve firme, fazendo com que os preços se apresentassem elevados durante todo este ano.

O consumo per-capita de pescado (porção comestível) nos Estados Unidos, em 1976, foi em média 5,66kg por ano, contra 5,48kg em 1975, significando cerca de 3% de acréscimo, apesar do aumento nos preços de varejo de 11,9% e da queda dos preços dos produtos substitutivos como aves e carne.

Os preços do camarão no mercado estadunidense, apesar das grandes oscilações sofridas durante 1976, no cômputo geral se apresentaram em níveis superiores àqueles verificados em 1975. Quantitativamente, essas importações totalizaram 104,1 mil toneladas, contra 91,3 mil toneladas no ano anterior, com um aumento de cerca de 14%, sendo que o Brasil contribuiu com aproximadamente 895 toneladas, no valor de 4,4 milhões de dólares.

Os Estados Unidos importaram no período janeiro/setembro de 1976 perto de 12,0 mil toneladas de caudas de lagosta, o que representa um aumento de 9% em relação ao mesmo período de 1975. O Brasil, normalmente o maior fornecedor de caudas de lagosta de água quente para o mercado estadunidense, teve seus fornecimentos reduzidos em decorrência da proibição da captura em março.

No período janeiro/setembro de 1976 as importações de vieira ("scallops") pelos Estados Unidos somaram cerca de 9,0 mil toneladas, significando um aumento de 31% sobre o mesmo período de 1975.

Durante 1976 as importações de bagres de água doce ("fresh water catfish"), pelos Estados Unidos totalizaram 4,7 mil toneladas, sendo que o Brasil continuou como o principal fornecedor, com 97% desse total.

As importações estadunidenses de produtos pesqueiros comestíveis provenientes do Brasil atingiram perto de 12,5 mil toneladas, no valor de 42,7 milhões de dólares. Trata-se de nosso principal importador e em 1976 respondeu por cerca de 80% das exportações brasileiras.

O mercado estadunidense de produtos pesqueiros vem apresentando em 1977 forte demanda, mas o consumo foi afetado por redução nas ofertas devido aos desembarques estacionalmente baixos, redução nas cotas de capturas de determinadas espécies e firme demanda, também, em outros grandes mercados consumidores.

- Situação interna

A produção brasileira de pescado, segundo dados recentemente divulgados pela SUDEPE, atingiu em 1974 cerca de 815,7 mil toneladas, cifra bastante superior à estimativa apresentada anteriormente (quadro 48).

Não foram ainda tornados públicos os números referentes à produção em 1975 e 1976, para os quais apenas são conhecidas estimativas globais da ordem de 850 mil e 925 mil toneladas, respectivamente.

Em 1976 houve queda de quantidade nas exportações brasileiras de pescado, contrabalançadas por um aumento no valor total, que atingiu 53,0 milhões de dólares. Este valor foi alcançado devido à elevação dos preços unitários dos principais produtos no mercado internacional, destacando-se o camarão, com acréscimo de cerca de 72%, e a lagosta com 32%. Para os outros produtos os preços unitários cresceram ao redor de 22%. A lagosta, mesmo com redução no volume exportado, continuou responsável por mais da metade da renda total das exportações, dada sua cotação unitária bastante alta (quadro 49).

Nos cinco primeiros meses de 1977 foram exportadas 9.881 toneladas de pescado, no valor de US\$24.877 mil, com aumentos em relação a igual período do ano anterior de 38% no valor e 83% na quantidade. Todavia, os preços unitários apresentaram queda de cerca de 24%, mais em decorrência de decréscimos nos preços unitários de outros produtos, já que o camarão e lagosta tiveram seus preços unitários aumentados ao redor de 7% e 6%, respectivamente.

As exportações de pescado pelo porto de Santos, em 1976, atingiram 1,453 toneladas, significando uma queda ao redor de 14% em relação ao ano anterior, causada pela diminuição das exportações de vieira (-72,8%) e de outros produtos (-10,8%), enquanto que o camarão teve sua exportação aumentada em aproximadamente 33% (quadro 50). De janeiro a maio de 1977 as exportações por aquele porto já haviam atingido o montante de 1.341 toneladas, bastante próximo do total registrado durante todo o ano anterior.

Na Região de Cananéia já se iniciaram atividades de criação de ostras, a partir da técnica desenvolvida pelo Instituto de Pesca da Secretaria da Agricultura, visando propiciar uma nova fonte de renda para a população local, principalmente dos pescadores artesanais. Entretanto, a expansão dessa atividade está limitada por falta de infraestrutura adequada de financiamento e extensão. Em 1976, a produção de ostras na região atingiu 118,2 mil dúzias e no primeiro trimestre de 1977, 21 mil dúzias, produção esta insuficiente para atender o mercado consumidor exigente e de alto poder aquisitivo.

Em São Paulo a quantidade de pescado desembarcado durante 1976 apresentou queda de cerca de 6% com relação ao ano anterior, devido, principalmente, às reduções ocorridas em espécies importantes, tais como: sardinha (-13,4%), pescada foguete (-11,7%), camarão rosa (-3,4%), cação (-10,3%), corvina (-13,4%) e vieira (-72%). No período de janeiro a abril de 1977 os desembarques no litoral paulista somaram 16.678 toneladas, contra 17.436 toneladas em igual período do ano anterior, significando uma queda ao redor de 4% (quadro 51).

Uma estimativa parcial, reunindo 20 espécies de pescado, indica um valor dos desembarques no litoral paulista, em 1976, da ordem de 354,3 milhões de cruzeiros. O camarão rosa é o produto pesqueiro de maior valor, com 104,4 milhões de cruzeiros, seguindo-se a pescada, com 62,6 milhões, o camarão sete barbas, com 52,8 milhões e a sardinha, com 40,3 milhões (quadro 52).

A comercialização de pescado in natura, ao nível do atacado, feita através do Entrepósito Terminal Jaguaré da CEAGESP, em São Paulo, durante 1976, atingiu 57.166 toneladas, com uma queda de 2.362 toneladas, ou seja 4% (quadro 53). Das espécies mais importantes, houve queda na quantidade comercializada de sardinha (-20,5%) e no camarão rosa (-12,1%). Daquele total, 51% procederam do próprio Estado, 17% do Rio Grande do Sul, 19% do Rio de Janeiro, 11% de Santa Catarina e 2% de outros estados.

Nos cinco primeiros meses de 1977, o pescado afluído ao entreposto da CEAGESP totalizou 24.627 toneladas, o que representa um aumento ao redor de 20,6% com relação a igual período do ano anterior.

Quanto aos preços médios do pescado comercializado na CEAGESP durante 1976, houve uma tendência de aumento dos mesmos em termos reais com relação ao ano anterior (quadro 54). Os maiores acréscimos observados foram para a sardinha (38,3%), anjo (36,8%), cavalinha (29,8%), camarão rosa (19,8%), traíra (13,3%), cação (11,6%), camarão 7 barbas (10,8%) e goete (10,7%).

Decréscimos foram verificados para manjuba (-16,3%), pescada média (-6,6%) e tainha (-5,1%).

Nas figuras 5, 6 e 7 pode ser visualizado o comportamento dos padrões estacionais de preços no atacado para a sardinha, camarão rosa e pescada média. Verifica-se que no caso do camarão rosa as cotações se elevam no final do ano, em razão das festas, permanecendo em alta por todo o período de férias escolares. No caso da sardinha observa-se uma grande estabilidade nos preços, com dois pontos de alta: o primeiro, por ocasião da Semana Santa, quando a demanda se eleva, e o segundo com pico em julho, face à menor captura desta espécie. Esta elevação dos preços por ocasião da Semana Santa é ainda mais nítida para a pescada, uma vez que esta espécie encontra grande aceitação em amplas faixas da população.

- Perspectivas

Estimativas preliminares indicam a possibilidade de que seja conseguida no Brasil, em 1977, pela primeira vez, uma captura total de pescado da ordem de um milhão de toneladas.

Para atingir essa expressiva quantidade, levou-se em consideração o desenvolvimento da pesca do atum, através de acordos com grupos japoneses e coreanos, cujos barcos atuneiros já iniciaram operações no litoral brasileiro, devendo atingir 20 unidades até o final de 1977, o que deverá levar a uma captura de 40 a 50 mil toneladas por ano. Parte dessa captura será destinada ao mercado internacional, com o conseqüente crescimento do valor das exportações do setor.

O Entrepósito Pesqueiro de Cananéia da CEAGESP, cujo início de operações foi adiado para o final de 1977, disporá de fábrica de gelo com capacidade inicial de 30t/dia, cuja duplicação já está sendo providenciado, dado o consumo local superar 40t/dia. Outras características do entreposto são as seguintes: túnel de congelamento para 20t/dia; duas câmaras de estocagem de pescado congelado com capacidade de 150 toneladas; duas câmaras de resfriamento para 80 toneladas; câmaras de estocagem para 80t de gelo. A capacidade geral do entreposto, para recepção e distribuição de pescado é da ordem de 20.000 toneladas anuais.

No comércio internacional de produtos pesqueiros, o quadro da oferta continua nublado devido a extensão de jurisdição de área de pesca declarada por diversas nações. A forte demanda e oferta fraca deverão ocasionar aumentos adicionais nos preços médios do pescado no

comércio mundial.

A captura da anchoveta no Perú para 1977 foi estimada em 4.500 mil toneladas, o que representaria um acréscimo ao redor de 15% sobre os resultados preliminares de 1976.

(IEA, 12/07/1977)

QUADRO 48.- Produção Brasileira de Pescado por Principais Espécies, 1967-74

(em tonelada)

Produto	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Peixes								
Sardinha	88.421	92.050	110.039	95.492	132.027	158.980	171.291	142.014
Tainha	22.372	23.915	23.935	54.875	23.980	27.301	29.534	22.495
Corvina	46.188	47.766	35.861	40.148	49.243	49.133	57.800	58.238
Merluza	100	7.828	8.088	16.724	18.245	24.047	27.753	26.625
Bagre	22.439	17.731	17.498	16.003	26.185	22.575	25.449	17.314
Enchova	5.775	13.250	14.335	16.097	27.752	13.510	9.821	21.451
Pescada	13.221	20.339	16.423	13.357	20.659	18.778	53.357	34.621
Outros	<u>79.020</u>	<u>95.112</u>	<u>88.943</u>	<u>103.078</u>	<u>119.858</u>	<u>117.342</u>	<u>143.465</u>	<u>300.072</u>
Subtotal	277.536	317.991	315.022	355.774	417.949	431.666	518.470	622.830
Crustáceos								
Camarão	37.160	47.065	44.003	43.676	44.357	56.756	50.107	33.413
Caranguejo	13.177	16.388	15.909	13.940	18.147	15.970	18.033	18.599
Lagosta	2.511	3.214	6.327	3.242	11.006	11.794	10.610	9.994
Siri	<u>2.613</u>	<u>3.804</u>	<u>4.051</u>	<u>3.154</u>	<u>3.103</u>	<u>2.669</u>	<u>4.797</u>	<u>3.725</u>
Subtotal	55.461	70.471	70.290	64.012	76.613	87.189	83.547	65.731
Mamíferos aquáticos								
Baleia	6.796	8.400	7.607	8.020	9.750	3.055	7.375	6.568
Subtotal	6.796	8.400	7.607	8.020	9.750	3.055	7.375	6.568
Moluscos e quelônios								
Mariscos	3.769	3.051	2.219	2.722	3.550	3.777	6.265	5.261
Outros	<u>1.605</u>	<u>3.593</u>	<u>2.439</u>	<u>2.184</u>	<u>2.269</u>	<u>1.056</u>	<u>1.198</u>	<u>1.141</u>
Subtotal	5.374	6.644	4.658	4.906	5.819	4.833	7.463	6.402
Peixes de água doce	84.601	97.678	103.649	93.548	87.899	77.838	81.947	114.189
Total	429.768	501.184	501.226	526.260	598.030	604.581	698.802	815.720

Fonte: SUDEPE-MA.

QUADRO 49.- Exportações Brasileiras de Pescado: Quantidade, Valor e Participação Relativa de Alguns Produtos no Total Anual, 1971-77

Ano	Camarão				Lagosta				Peixe congelado				Outros				Total	
	1.000 (t)	%	US\$ milhão	%	1.000 (t)	%	US\$ milhão	%	1.000 (t)	%	US\$ milhão	%	1.000 (t)	%	US\$ milhão	%	1.000 (t)	US\$ milhao
1971	4,4	36	11,1	41	2,5	21	12,8	47	4,1	34	2,1	8	1,1	9	1,2	4	12,1	27,2
1972	6,7	36	18,0	46	2,6	14	16,3	41	7,8	41	3,5	9	1,7	9	1,7	4	18,8	39,5
1973	2,6	21	8,0	25	2,6	21	18,0	57	7,0	55	4,8	15	0,4	3	1,0	3	12,6	31,8
1974	2,4	17	8,6	19	3,1	23	27,4	60	7,3	55	7,1	16	0,9	5	2,7	5	13,7	45,8
1975	1,6	11	6,2	15	2,5	17	21,5	52	9,7	65	10,2	25	1,0	7	3,3	8	14,9	41,4
1976	1,8	13	11,4	22	2,4	17	26,8	50	(²)		(²)		9,6	70	14,8	28	13,8	53,0
1977(¹)	1,2	12	7,2	29	0,7	7	7,6	31	(²)		(²)		8,0	81	10,1	40	9,9	24,9

(¹) Até maio.

(²) Englobado em outros.

Fonte: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).

QUADRO 50.- Exportação de Pescado pelo Porto de Santos, Estado de São Paulo, 1975-77

(em tonelada)

Mês	1975				1976				1977		
	Camarão	Vieira	Outros	Total	Camarão	Vieira	Outros	Total	Camarão	Outros	Total
Jan.	56,1	3,7	7,9	68,2	2,5	34,2	38,0	74,7	6,4	22,0	28,4
Fev.	25,4	4,7	2,9	33,0	28,2	1,2	...	29,4	88,0	85,5	173,5
Mar.	59,8	7,1	52,0	118,9	15,5	3,8	38,5	57,8	135,5	346,1	481,6
Abr.	35,5	39,8	7,6	82,9	87,4	...	15,9	103,3	103,8	164,0	267,8
Mai.	45,2	23,9	...	69,1	49,3	49,3	236,8	153,2	390,0
Jun.	66,9	132,3	0,6	199,8	100,2	100,2
Jul.	45,2	86,4	...	131,6	173,9	5,4	5,0	184,3
Ago.	94,2	51,3	44,0	189,5	84,7	85,0	...	169,7
Set.	115,7	113,2	15,2	244,1	127,8	26,1	30,0	183,9
Out.	72,0	10,9	46,1	129,0	147,4	9,9	53,1	210,4
Nov.	88,4	20,3	140,0	248,7	113,5	...	52,0	165,5
Dez.	40,0	115,4	16,7	172,1	60,3	...	64,5	124,8
Total	744,9	609,0	333,0	1.686,9	990,7	165,6	297,0	1.453,3	570,5	770,8	1.341,3

Fonte: DNPA - Ministério da Agricultura.

QUADRO 51.- Pescado Desembarcado nos Entrepostos e Indústrias Pesqueiras do Estado de São Paulo, 1972-77

(em tonelada)

Produto	1972	1973	1974	1975	1976	1977 ⁽¹⁾
Anjo	216	220	283	351	191	30
Atuns e afins	511	423	938	1.017	905	213
Bagre	261	351	305	304	268	89
Betara	136	211	169	141	89	50
Cações	967	1.199	1.411	1.489	1.335	398
Camarão legítimo	255	284	158	256	280	140
Camarão 7 barbas	5.576	6.049	5.489	4.744	5.756	1.908
Camarão rosa	2.493	1.509	1.746	1.548	1.495	385
Castanha	257	1.572	1.214	1.115	1.200	49
Cavalinha	706	54	487	22	917	357
Corvina	4.175	3.970	3.258	4.305	3.727	1.247
Goete	946	1.051	1.129	1.443	1.369	503
Linguado	165	195	203	204	114	28
Luła	124	89	137	163	153	59
Manjuba	312	633	667	1.342	2.947	875
Mistura	2.907	3.038	3.316	3.367	3.780	1.169
Pescada branca	112	112	84	109	60	25
Pescada cambucu	290	281	213	275	169	85
Pescada foguete	6.162	6.426	7.391	5.912	5.221	1.760
Sardinha	24.190	16.670	9.637	18.307	15.847	6.570
Tortinha	126	208	345	314	320	86
Vieira	12	1.872	1.730	3.135	879	5
Viola	139	202	245	288	174	73
Outras espécies	2.990	3.065	2.695	2.534	2.340	574
Total	54.028	49.684	43.250	52.685	49.536	16.678

(¹) Até abril.

Fonte: Instituto de Pesca da Secretaria da Agricultura.

QUADRO 52.- Valor da Produção e Preço Médio de Tipos Seleccionados de Pescado ao Nível do Armador, Estado de São Paulo, 1976

Produto	Valor da produção (Cr\$)	Preço médio (Cr\$/t)
Anjo	891.908,00	4.660,00
Atum	1.029.953,00	13.393,00
Bagre	1.117.641,00	4.166,00
Caçãõ	12.144.936,00	9.097,00
Camarão rosa	104.370.868,00	69.827,00
Camarão 7 barbas	52.818.338,00	9.177,00
Camarão legítimo	10.771.119,00	38.496,00
Carapau	1.167.090,00	6.315,00
Castanha	3.699.663,00	3.170,00
Corvina	18.336.656,00	4.920,00
Goete	6.819.077,00	4.981,00
Linguado	1.515.135,00	13.279,00
Lula	1.879.083,00	12.274,00
Manjuba	19.646.422,00	6.742,00
Mistura	10.020.920,00	2.860,00
Parati	61.783,00	4.203,00
Pescada branca	1.053.265,00	17.525,00
Pescada cambucu	4.113.345,00	24.339,00
Pescada foguete	62.580.662,00	11.986,00
Sardinha	40.257.399,00	2.540,00
Total	354.295.263,00	-

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 53.- Quantidade de Pescado Comercializado no Entrepasto Terminal de São Paulo da
CEAGESP, 1971-77
(em tonelada)

Produto	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977 ⁽¹⁾
Sardinha	21.962	22.105	22.780	25.475	23.123	18.392	8.764
Moluscos e crustáceos							
Camarão rosa	1.044	858	678	815	903	794	311
Camarão médio	652	797	458	671	991	859	576
Camarão 7 barbas	895	766	688	1.285	942	1.290	299
Outros	<u>762</u>	<u>1.345</u>	<u>1.158</u>	<u>1.051</u>	<u>1.110</u>	<u>926</u>	<u>477</u>
Subtotal	3.353	3.766	2.982	3.822	3.946	3.869	1.663
Pescadas							
Pescada grande	964	841	1.814	834	614	621	363
Pescada média	2.495	2.750	2.472	3.347	3.911	3.199	1.147
Pescada pequena	2.283	2.260	2.730	3.295	2.681	2.585	1.691
Goete	970	709	797	951	1.187	2.000	939
Outros	<u>344</u>	<u>325</u>	<u>309</u>	<u>397</u>	<u>514</u>	<u>723</u>	<u>264</u>
Subtotal	7.056	6.885	7.122	8.824	8.907	9.128	4.404
Cações diversos							
Cação	921	1.339	1.437	1.501	1.695	1.884	751
Anjo	287	343	224	273	369	502	169
Outros	<u>870</u>	<u>1.046</u>	<u>725</u>	<u>849</u>	<u>1.017</u>	<u>864</u>	<u>418</u>
Subtotal	2.078	2.728	2.386	2.623	3.081	3.250	1.338
Pescados diversos							
água salgada							
Cavalinha	832	892	704	1.390	1.073	1.237	1.467
Corvina	2.799	2.895	2.881	2.986	4.652	4.824	1.521
Namorado	212	296	272	347	387	219	66
Tainha	649	1.272	338	885	789	1.074	496
Manjuba	466	372	452	276	566	1.092	357
Mistura	830	2.525	2.519	3.466	3.532	3.451	914
Outros	<u>6.478</u>	<u>4.061</u>	<u>4.613</u>	<u>6.039</u>	<u>6.339</u>	<u>7.374</u>	<u>2.093</u>
Subtotal	12.266	12.313	11.779	15.389	17.338	19.271	6.914
Pescado de água doce							
Corimbatã	177	152	210	511	753	1.012	672
Pintado	51	59	141	169	219	214	95
Traira	527	585	1.042	1.130	892	753	264
Outros	<u>625</u>	<u>542</u>	<u>1.001</u>	<u>1.047</u>	<u>1.269</u>	<u>1.277</u>	<u>513</u>
Subtotal	1.380	1.338	2.394	2.857	3.133	3.256	1.544
Total	48.095	49.135	49.443	58.990	59.528	57.166	24.627

(¹) Até maio.

Fonte: CEAGESP.

QUADRO 54.- Preço Médio Ponderado dos Principais Produtos Pesqueiros Comercializados no Entrepasto Terminal de São Paulo da CEAGESP, 1973-77

(Cr\$/kg)

Produto	1973		1974		1975		1976	1977 ⁽¹⁾		
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Corrente	Real ⁽²⁾	
Água salgada										
Sardinha	0,95	2,21	1,15	2,07	1,46	2,06	2,85	2,81	2,16	
Camarão rosa	27,61	64,10	37,58	67,80	43,35	61,24	73,36	96,56	74,20	
Camarão médio	15,31	35,54	20,63	37,22	18,61	26,29	28,70	32,36	24,87	
Camarão 7 barbas	3,87	8,98	4,45	8,03	6,38	9,01	9,98	13,51	10,38	
Pescada grande	5,44	12,63	6,77	12,21	9,54	13,48	13,36	16,00	12,29	
Pescada média	4,07	9,45	5,28	9,53	7,39	10,44	9,75	12,63	9,71	
Pescada pequena	3,01	6,99	3,51	6,33	4,77	6,74	6,89	6,16	4,73	
Goete	2,23	5,18	2,75	4,96	3,45	4,87	5,39	5,45	4,19	
Caçãõ	3,80	8,82	5,34	9,63	6,23	8,80	9,82	10,45	8,03	
Anjo	2,12	4,92	2,60	4,69	3,31	4,68	6,40	6,96	5,35	
Cavalinha	1,00	2,32	1,19	2,15	1,59	2,25	2,92	2,68	2,06	
Corvina	2,06	4,78	2,71	4,89	3,11	4,39	4,29	5,84	4,49	
Manjuba	2,49	5,78	4,02	7,25	5,31	7,50	6,28	8,10	6,22	
Mistura	1,22	2,83	1,58	2,85	1,84	2,60	2,61	3,22	2,47	
Namorado	8,27	19,20	11,76	21,22	14,62	20,65	20,04	28,05	21,55	
Tainha	5,39	12,51	5,62	10,14	7,11	10,04	9,53	15,19	11,67	
Água doce										
Corimbatã	2,59	6,01	3,25	5,86	3,55	5,02	5,31	5,79	4,45	
Pintado	11,28	26,19	11,33	20,44	12,93	18,27	17,67	20,81	15,99	
Traira	2,35	5,46	3,51	6,33	4,31	6,09	6,90	8,87	6,82	

⁽¹⁾ Média de janeiro a maio.

⁽²⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base: 1976 = 100).

Fonte: Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

-101-

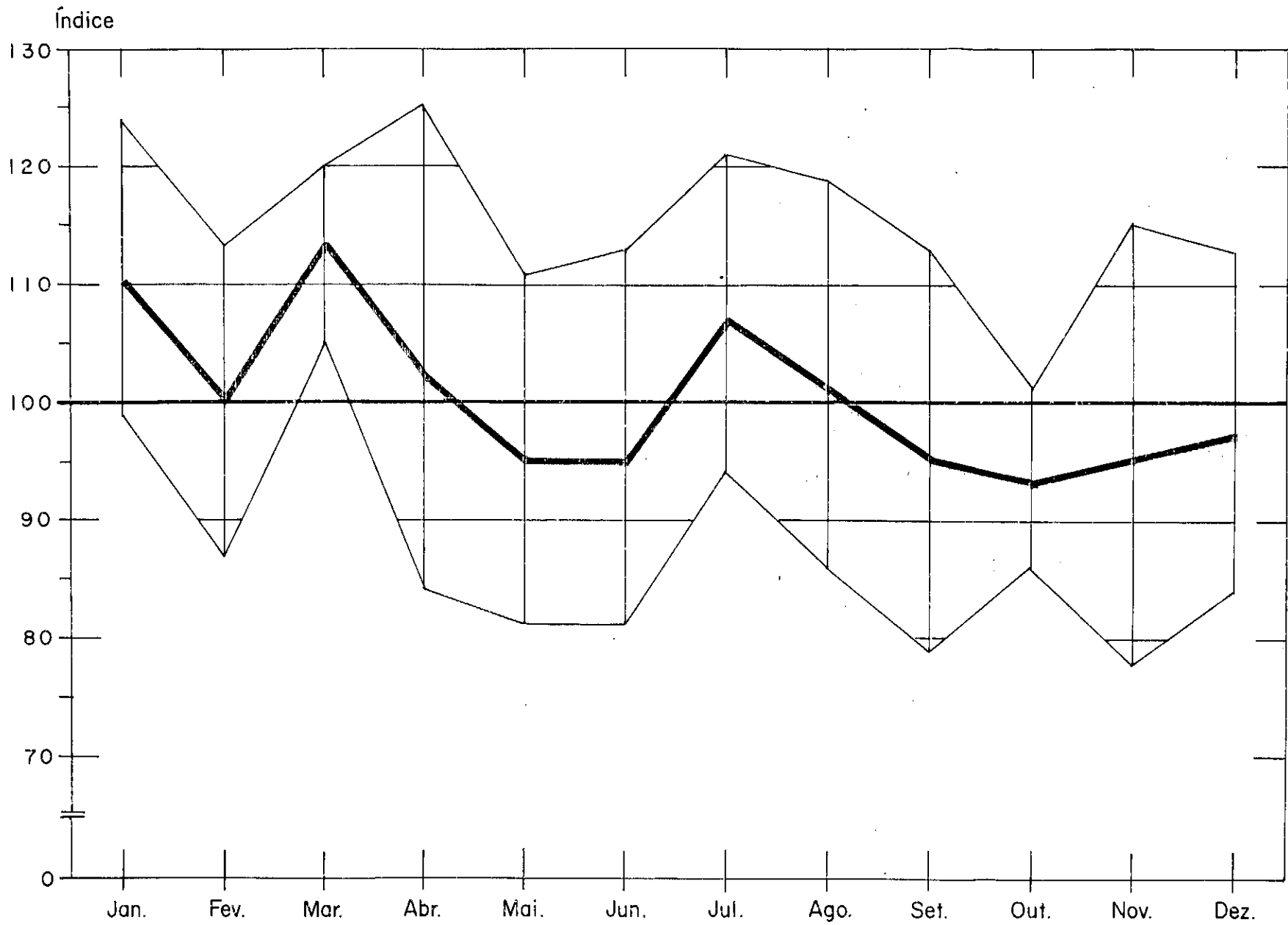


FIGURA 5. - Variação Estacional do Preço no Atacado de Sardinha, Estado de São Paulo, 1970-76.

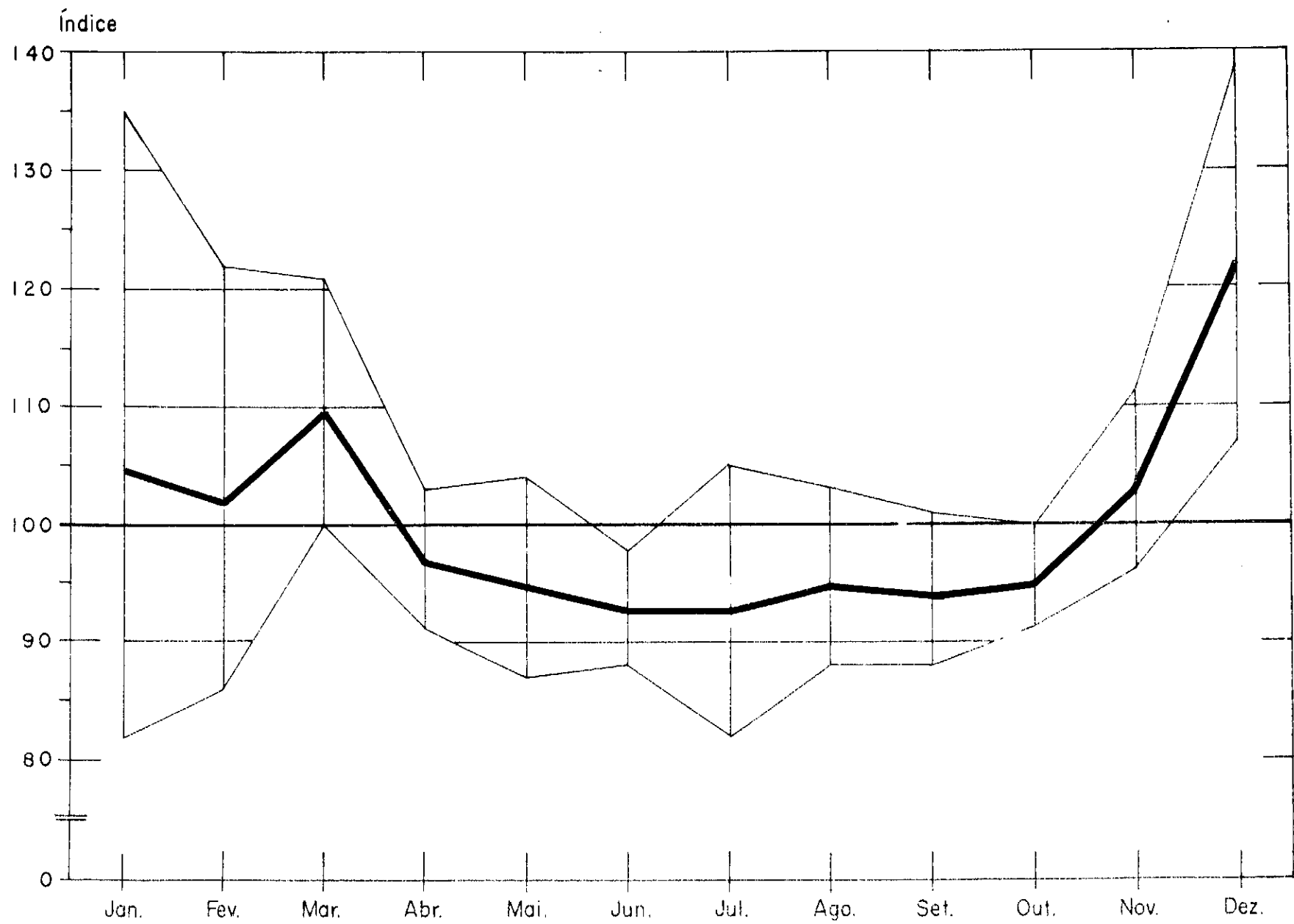


FIGURA 6. - Variação Estacional do Preço no Atacado de Camarão Rosa, Estado de São Paulo, 1970-76.

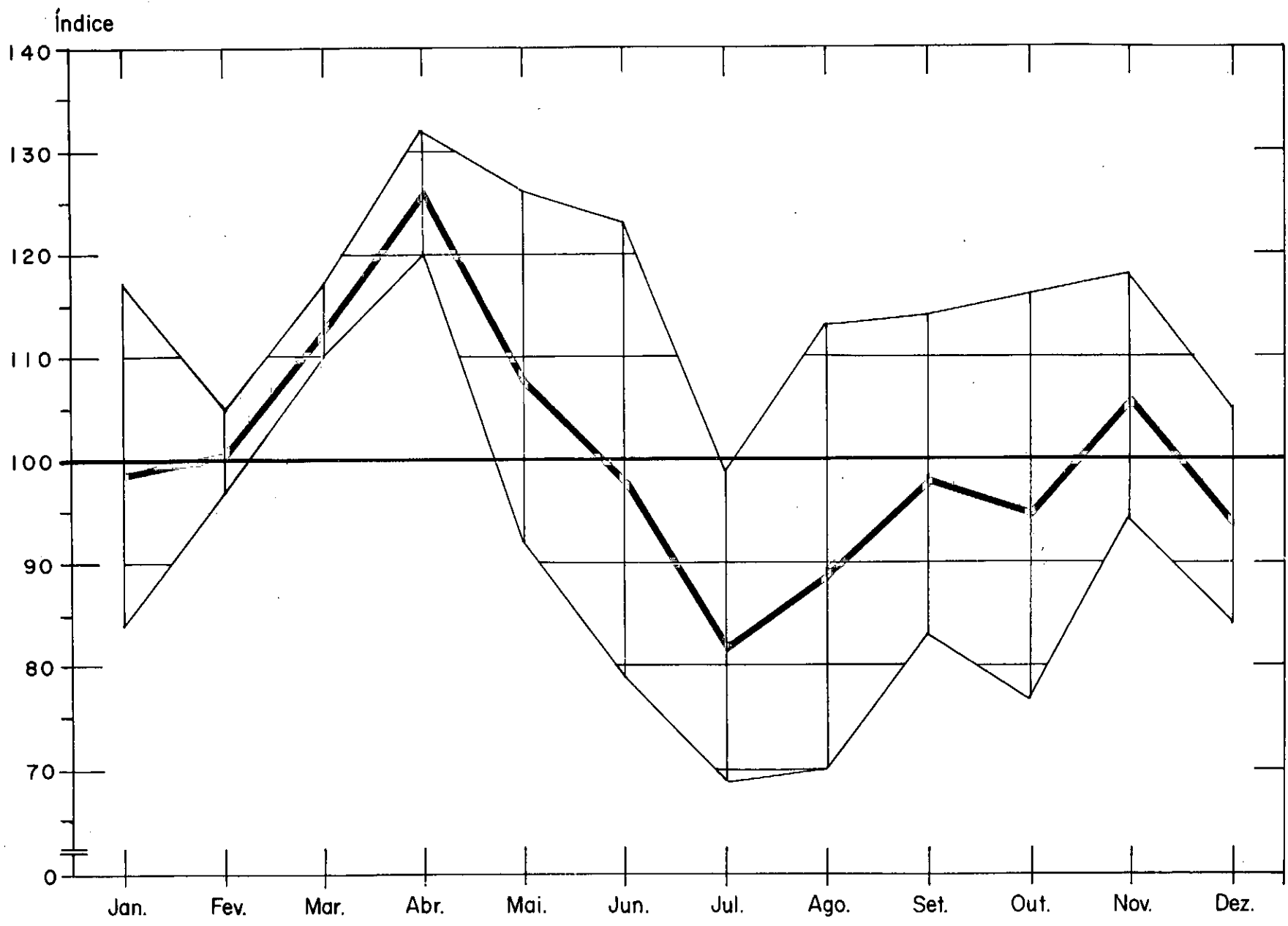


FIGURA 7. - Variação Estacional do Preço no Atacado de Pescada, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Pecuária Suína

- Panorama internacional

Segundo a FAO, a produção mundial de carne de porco em 1976 foi de 43,3 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 2% em relação ao ano anterior.

Na Europa, a produção de suínos teve um aumento de 3% em relação a 1975. Particularmente na Comunidade Econômica Européia, um dos maiores importadores mundiais do produto, o incremento na produção foi de apenas 2%.

O rebanho suíno na União Soviética começou a se recuperar do elevado índice de abates efetuados no ano de 1975, sendo que já em janeiro de 1976 era estimada a existência de 63 milhões de cabeças, ou seja, 9% superior ao rebanho do ano anterior.

Nos Estados Unidos, segundo o USDA, a produção de carne suína foi de 5,5 milhões de toneladas, 7% além da produção obtida em 1975. Para 1977 está prevista uma produção de 6,3 milhões de toneladas. Todavia, mesmo com esse incremento estima-se que este ano as importações do produto atinjam as 75 mil toneladas.

O Japão, cuja produção em 1975 foi de 910 mil toneladas, deverá aumentá-la neste ano para 970 mil toneladas, devendo mesmo assim importar, ainda em 1977, aproximadamente 110 mil toneladas, 36% a mais das realizadas em 1976.

De maneira geral a produção de carne suína nos principais países importadores - Estados Unidos, Canadá, CEE e Japão - deverá, segundo estimativas do USDA, ter um incremento de 7,4% em relação à produção do ano passado.

- Situação interna

O rebanho suíno brasileiro foi estimado pela FAO em cerca de 35,6 milhões de cabeças em 1976, 2% acima do ano anterior. Quanto a produção de carne, a mesma aumentou 5% em 1976, tendo alcançado 765 mil toneladas.

No Estado de São Paulo os levantamentos do IEA indicam que no ano passado a população suína era de 2,1 milhões de cabeças (quadro 55), sendo a produção de carne estimada em 72 mil toneladas (quadro 56), representando, em relação a 1975, um incremento de 1% e 7% respectivamente.

Os preços reais recebidos pelos produtores do Estado, em 1976 (quadro 57), apresentam, de maneira geral, tendência altista até meados do ano, sofrendo, a partir daí, quedas de valor que persistiram até o final do período.

Essas variações no preço podem ser explicadas, em parte, pela tendência declinante das cotações dos óleos vegetais a partir de meados do ano passado e, principalmente, pela recuperação dos preços do milho no mercado, durante o mesmo período.

O comportamento dos índices estacionais de suíno gordo no período 1970-76 (figura 8) mostra preços acima da média no segundo trimestre do ano.

Nos frigoríficos sob inspeção federal, localizados no Estado de São Paulo, pode-se observar um aumento de 18% nos abates em 1976 em relação ao ano anterior (quadro 58). Essa elevação deveu-se principalmente ao número de frigoríficos sob inspeção federal e ao incremento da produção suína no Estado, uma vez que a entrada de animais do Sul do País tem diminuído gradativamente devido à escassez do produto naquela região. Tanto se verifica essa diminuição do re

banho sulino, que muitos frigoríficos, compradores de animais daqueles estados, alegaram certa dificuldade na aquisição de matéria-prima para abate durante o ano passado.

O ano de 1977 teve início com tendências de alta nos preços recebidos pelos produtos do Estado. Em janeiro, os suinocultores receberam pela arroba do porco até Cr\$190,00 e, com a persistente alta nos preços, já em meados de junho os produtores estavam recebendo Cr\$260,00 por arroba. Essa alta observada pode ser explicada, principalmente, pelos baixos preços do milho nesse período, pela elevação nas cotações dos óleos vegetais e pela escassez de animais. Comparando os dados de abates dos últimos três anos pode-se observar que no período de janeiro a abril de 1976 o aumento no número de animais abatidos em relação ao ano anterior foi de 34%, enquanto que de 1977 em relação ao ano passado esse aumento foi de apenas 3%.

Quanto as exportações brasileiras de carne suína congelada, o ano de 1976 foi detentor do recorde exportado nesta década, com um crescimento de mais de 100% em relação ao ano anterior (quadro 59). Pelo Porto de Santos foram exportadas, no ano passado, 8.561 toneladas de carne suína, com destino a Itália, Espanha, França e Alemanha Ocidental, principalmente, superando as 1.786t exportadas em 1975 e as 892t de 1974.

- Perspectivas

A situação do mercado internacional indica que a partir deste ano haverá um incremento na produção de carne suína tanto nos países produtores como também nos tradicionalmente importadores. Essa premissa se robustece pela possível retração de produção de carne bovina a partir de 1977.

No mercado interno, os preços recebidos pelos produtores deverão manter os altos níveis apresentados até agora, pelo menos até o final deste ano. Nessas condições é de se prever um aumento na produção de carne suína, ainda mais quando se constata a baixa cotação do milho no mercado e a firme posição das cotações dos óleos vegetais.

Para o corrente ano espera-se que as exportações de carne suína congelada continuem aumentando, uma vez que além da grande demanda mundial pelo produto, a qualidade da carne brasileira já consegue atender, no momento, as exigências do mercado externo.

(IEA, 13/07/77)

QUADRO 55. - Evolução do Rebanho de Suínos do Estado de São Paulo, 1973-77

(em cabeça).

Divisão regional agrícola	1973	1974	1975	1976	1977 ⁽¹⁾
São Paulo	82.557	89.616	96.451	95.875	90.945
Vale do Paraíba	68.024	69.084	72.834	95.714	80.314
Sorocaba	276.536	291.440	265.800	323.373	319.660
Campinas	213.970	238.670	209.890	233.642	249.072
Ribeirão Preto	245.290	228.789	253.435	282.069	247.833
Bauru	153.590	117.518	129.042	110.870	100.310
São José do Rio Preto	494.781	490.300	546.562	522.249	484.550
Araçatuba	132.869	136.069	132.880	139.590	130.833
Presidente Prudente	138.178	139.040	167.110	101.468	106.017
Marília	169.442	191.852	200.600	192.000	184.200
Total	2.015.237	1.992.378	2.074.604	2.096.850	1.993.674

⁽¹⁾ Dados de Abril de 1977.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 56. - Evolução da Produção e do Valor da Carne de Suínos, Estado de São Paulo, 1973-77

Ano	Peso total de carcaça (1.000t)	Valor da produção (Cr\$1.000)
1973	56,30	202.680
1974	66,40	467.058
1975	67,50	468.200
1976	72,11	576.800
1977 ⁽¹⁾	72,81	1.116.267

⁽¹⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 57. - Preços Médios Mensais de Suíno Gordo, Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1973-77

(em Cr\$/quilo)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	2,99	7,42	5,01	10,63	6,87	10,90	6,48	7,88	9,86	8,16
Fev.	3,07	7,53	5,19	10,73	6,89	10,69	6,73	7,86	10,28	8,24
Mar.	3,32	8,03	5,97	11,80	6,85	10,46	7,36	8,29	11,47	8,83
Abr.	3,47	8,28	7,64	14,35	6,86	10,30	7,95	8,64	12,63	9,34
Mai.	3,53	8,33	7,68	13,94	6,91	10,16	8,39	8,81	13,49	9,63
Jun.	3,50	8,17	7,80	13,90	6,87	9,88	8,11	8,29	14,43	10,10
Jul.	3,42	7,92	7,64	13,45	6,95	9,79	7,94	7,82
Ago.	3,64	8,34	7,50	13,04	6,44	8,82	7,91	7,49
Set.	3,92	8,89	7,35	12,55	6,89	9,22	8,16	7,47
Out.	4,44	9,91	7,06	11,89	6,82	8,93	8,44	7,54
Nov.	4,78	10,56	7,05	11,70	7,30	9,35	9,08	8,87
Dez.	5,06	11,04	7,12	11,55	6,59	8,27	9,29	7,97

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica em cruzeiros de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 58. - Abate de Suínos sob Inspeção Federal no Estado de São Paulo, 1975-77

(em cabeça)

Mês	1975	1976	1977
Jan.	41.664	59.633	66.084
Fev.	40.470	62.303	56.258
Mar.	45.011	57.982	65.040
Abr.	53.467	61.273	60.609
Mai.	59.699	68.676	...
Jun.	60.755	70.848	...
Jul.	59.828	79.827	...
Ago.	65.170	86.673	...
Set.	77.606	88.705	...
Out.	86.041	82.421	...
Nov.	79.925	79.809	...
Dez.	85.844	92.904	...
Total	759.480	891.054	...

Fonte: Ministério da Agricultura - GEIPOA.

QUADRO 59. - Exportações Brasileiras de Carne Suína Congelada, 1971-76

Ano	Quantidade (t)	Valor (Cr\$1.000 FOB)
1971	1.265	915
1972	550	502
1973	3.201	3.897
1974	1.622	2.667
1975	5.652	8.143
1976	11.700	16.229

Fonte: Banco do Brasil - CACEX.

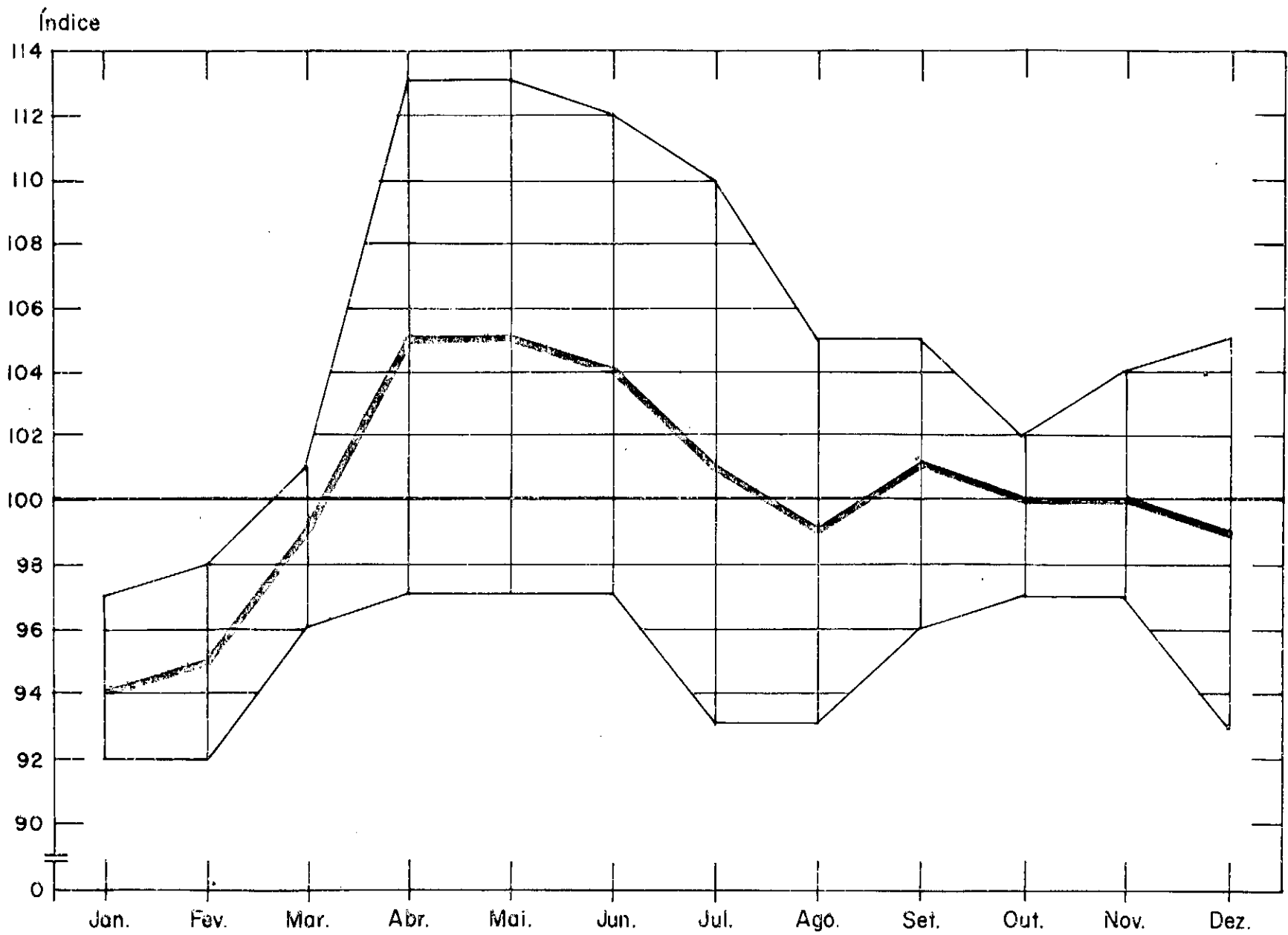


FIGURA 8. - Variação estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Suíno Gordo, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Pecuária de Corte

- Panorama internacional

A produção mundial de carne bovina em 1976, segundo a FAO, foi de 47,153 milhões de toneladas, 5% além da produção do ano anterior. Para 1977 as previsões indicam que deverá haver uma retração na oferta do produto no mercado mundial.

Vários fatores contribuíram para a descapitalização da pecuária de corte no ano passado. Um dos principais foi a seca que atingiu a Europa Ocidental no princípio do ano.

Os seus efeitos desastrosos sobre as pastagens obrigaram os produtores a enviarem ao abate um grande número de animais, não sô de descarte como também jovens, causando uma sensível diminuição do rebanho.

Prevendo a queda de preços da carne bovina, os governos da Comunidade Econômica Européia iniciaram, mesmo durante o verão, estocagem de intervenção (550 mil toneladas), a fim de evitar uma maior depressão nos preços do produto. Devido a grande quantidade de carne estocada, as importações do produto pela CEE no ano passado foram apenas suplementares.

As expectativas indicam que com a anunciada redução do rebanho bovino, é esperada uma escassez do produto a partir deste ano e, conseqüentemente, uma reabertura das importações de carne por parte da CEE.

Convém, entretanto, mencionar os problemas da política do leite na Europa. É sabido que existe na CEE um excedente de leite em pó. Conseqüentemente, uma medida que poderá ser adotada, a fim de reequilibrar o mercado de laticínios, é o abate de vacas do rebanho leiteiro, podendo esse fato alterar as previsões de possível escassez de carne.

Na URSS o objetivo a ser atingido no período de 1976-80 seria a elevação do consumo "per capita" de carnes, a uma taxa anual de 10%, o que exigiria grande incremento na produção interna. Esse incremento no rebanho soviético regularia, em contrapartida, um aumento muito grande na produção interna de farelos.

Na Argentina e Uruguai, principais exportadores de carne bovina da América do Sul, os incrementos no rebanho bovino, no período de 1970-74, foram de 2,1 milhões e 800 mil cabeças ao ano, respectivamente.

Na Argentina, em consequência dos baixos preços do mercado internacional, a produção pecuária atravessou, principalmente no ano passado, uma fase de redução do rebanho. As restrições impostas pela CEE às importações de carnes atingiram diretamente esse país, uma vez que 70% das suas exportações eram destinadas à Comunidade Econômica Européia. Para 1977 é prevista uma queda na produção argentina de carne. Segundo o USDA, a produção daquele país deverá ser de 2,6 milhões de toneladas (200 mil toneladas a menos que em 1976). Apesar dessa quebra, as exportações daquele país deverão ser da ordem de 600 mil toneladas este ano.

Segundo as estimativas feitas em janeiro de 1977 pelo USDA, a produção do rebanho estadunidense caiu 4% em relação ao ano passado. Alguns dos fatores que contribuíram para esse declínio foram a menor produção de bezerras em 1976 e o abate recorde de 48,0 milhões de cabeças. A diminuição no número de fêmeas do rebanho, que no ano passado era de 54 milhões de cabeças e que neste é estimado em 52 milhões, (para um efetivo de 122,9 milhões de cabeças) deverá contribuir para agravar ainda mais a crise na produção de carne que vem se acentuando há 2 anos.

A produção de carne na Austrália também deverá sofrer uma queda neste ano em relação

a 1976, segundo estimativas do Bureau de Economia Agrícola desse país. As previsões indicam uma produção de 1,730 milhão de toneladas até junho deste ano, enquanto que no mesmo período de 1975/76 o volume atingiu 1,783 milhão de toneladas. Apesar da queda na produção australiana, as exportações daquele país deverão superar em 6% as 566 mil toneladas exportadas o ano passado.

- Situação interna

Segundo a FAO, o rebanho bovino brasileiro em 1976 era de 94,8 milhões de cabeças, o que representa um aumento de 2,5% em relação ao efetivo de 1975. Quanto à produção de carne bovina as estimativas indicam que foi de 2,2 milhões de toneladas, 2% superior à de 1975. No Estado de São Paulo a produção de carne bovina foi de 456 mil toneladas no ano passado (quadro 60), decrescendo em relação a 1975 de 4%, em consonância com a redução (-2%) também verificada no rebanho paulista (quadro 61).

Os abates sob inspeção federal, entretanto, aumentaram de 30% (quadro 62), o que poderia ser explicado pelo fato de ter incrementado a entrada de animais procedentes de outros estados para serem abatidos em São Paulo, além de uma maior atuação da fiscalização federal.

O mercado de bovinos apresentou-se um tanto instável no ano passado. As cotações do boi gordo, nas principais regiões de engorda do Estado, variaram entre Cr\$130,00/arroba no começo do ano, atingindo valores de até Cr\$180,00 no final do período. As altas observadas foram intercaladas por quedas dos preços, como ocorreu nos meses de julho-agosto, quando a arroba caiu de Cr\$170,00 para Cr\$160,00, devido a entrada de carne congelada nos mercados dos grandes centros consumidores. De forma geral, pode-se admitir que os preços de boi gordo acompanharam o padrão de variação estacional (figura 9).

O período de comercialização de carne congelada estendeu-se de julho até dezembro do ano passado, fato que permitiu identificar uma tentativa do Governo de refrear os preços do produto, tanto a nível do produtor como no atacado e varejo. Outra possível causa do prolongamento do período de comercialização da carne congelada teria sido o abate de animais na entressafra e, conseqüentemente, a colocação de carne verde no mercado no período destinado ao produto da COBAL (congelado).

A matança elevada de fêmeas no Estado, inclusive em idade reprodutiva, muito contribuiu para o excesso de carne verde durante a entressafra, uma vez que os produtores preferiam enviar esses animais ao abate ao invés de retê-los.

Esse aumento no abate de fêmeas pode ser encarado como um indicador de queda na rentabilidade do setor pecuário, que vem ocorrendo há já alguns anos.

Através do quadro 63 pode-se observar a desvalorização crescente dos preços recebidos pelos pecuaristas paulistas no período 1974-77. Em valor real (cruzeiro de 1976), os preços do bezerro, boi magro e boi gordo sofreram em 1976, quedas de 33%, 29% e 14% em relação ao ano anterior, respectivamente. A desvalorização maior do bezerro em relação ao boi magro e boi gordo está condizente com o elevado abate de fêmeas, já mencionado.

O ano de 1977 teve um início tumultuado no setor de pecuária do Estado. Nas principais regiões de engorda a arroba do boi gordo se manteve a níveis de Cr\$170,00 a Cr\$180,00.

Os frigoríficos encontravam dificuldade na obtenção da matéria-prima, devido a retenção do produto por parte dos criadores, na esperança de que o preço de referência a ser estipulado estivesse por volta daqueles reivindicados pelas entidades representativas dos criados

res. Por sua vez, até fevereiro o Governo não oficializara o preço de sustentação do "boi em pé", restringindo-se a estabelecer juntos aos frigoríficos e supermercados um "acordo de cava lheiros", para a venda do produto no atacado, que vigoraria até a definição da política da carne para o ano.

Quando finalmente ficou estabelecido o valor de Cr\$165,00 por arroba que a COBAL pagaria para a formação de seus estoques reguladores de carne bovina, o preço acordado para venda no atacado (frigoríficos para supermercados) ficou em Cr\$15,25 para o quilo do trazeiro e Cr\$9,50 para o dianteiro, correspondente a um aumento de 25% em relação aos preços de 1976.

Era intenção do Governo determinar os limites de preços e margens de lucro para as operações entre criadores, invernistas, frigoríficos e supermercados. Contudo, novos reajustes foram autorizados pelo CONAB, visando transferir ao consumidor os novos preços da carne no atacado, que atualmente vigoram entre Cr\$15,85 para o quilo do trazeiro e Cr\$10,10 para o dianteiro.

Quanto aos estoques reguladores da COBAL, a aquisição do produto teve início somente no mês de março. A opinião geral era de que não se conseguiria estocar a quantidade de 255 mil toneladas pretendidas, no curto espaço de 3 meses. Contudo, fontes governamentais diretamente ligadas ao setor garantem que o total estocado até agora será suficiente para atender as necessidades de consumo.

Segundo a CACEX (quadro 64) foram exportadas no ano passado 11.544 toneladas de carne bovina congelada, representando, em relação às exportações de 1975, um aumento de 116%. Quanto à carne bovina industrializada, as exportações atingiram 64.028 toneladas, o que equivale a um aumento de 52% sobre o ano anterior.

No período janeiro-maio deste ano as exportações de carne bovina congelada atingiram 15.233 toneladas (228% acima das exportações de igual período de 1976), enquanto as de carne industrializada foram de 30.220 toneladas (4,88% a mais que no ano anterior).

- Perspectivas

A análise dos preços reais (quadro 63) recebidos, para bezerro, boi magro e boi gordo, permite visualizar que embora continue havendo uma queda naqueles valores, o percentual de decréscimo vem diminuindo gradativamente. Esse fato serviria como indicador de que já se processa uma recuperação do setor pecuário, cujo declínio teve início a partir dos anos de 1973-74.

No setor de abastecimento, contudo, as perspectivas indicam uma possível escassez de carne na entressafra deste ano, com tendência a aumentar nos próximos períodos.

A reabertura do mercado externo ao produto (condizente com a retração mundial na oferta de carne bovina), aumenta as possibilidades do País de incrementar a pauta de exportações já no corrente ano.

Face às possibilidades que o País apresenta, já no momento, de colocar carne bovina no mercado mundial, e uma vez que as perspectivas indicam a escassez do produto no mercado interno, acredita-se ser bastante oportuno o acionamento, por parte das autoridades responsáveis, de um mecanismo de apoio à pecuária, principalmente ao setor de criação, que sempre se mostrou sensível às oscilações do mercado e que, por isso mesmo, vem sendo o mais afetado pelas dificuldades enfrentadas pela pecuária de corte no País.

(IEA, 13/07/77)

QUADRO 60 . - Evolução da Produção e do Valor de Carne Bovina, Estado de São Paulo, 1970-77

Ano	Produção total de carcaça (t)	Valor da produção (Cr\$1.000)
1970	415.000	847.708
1971	440.000	1.261.348
1972	524.000	1.858.471
1973	554.000	2.957.315
1974	504.300	3.590.280
1975	470.570	3.890.833
1976	456.240	4.257.867
1977 (1)	442.320	5.602.467

(1) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 61 . - Evolução do Rebanho Bovino de Corte em São Paulo, 1974-77

(em cabeça)

DIRA	1974	1975	1976	1977 (1)
São Paulo	98.916	106.549	114.845	109.350
Vale do Paraíba	183.110	187.980	169.647	173.167
Sorocaba	547.823	584.131	600.026	604.003
Campinas	292.065	275.863	292.106	286.511
Ribeirão Preto	743.069	721.425	715.638	710.260
Bauru	466.439	472.865	503.634	499.980
São José do Rio Preto	1.440.461	1.407.273	1.230.662	1.205.865
Araçatuba	1.269.029	1.358.218	1.329.240	1.415.966
Presidente Prudente	1.360.365	1.392.786	1.406.110	1.423.459
Marília	642.977	713.699	712.172	698.057
Total do Estado	7.044.254	7.220.789	7.074.080	7.126.618

(1) Estimativa até abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 62. - Abate nos Frigoríficos sob Inspeção Federal, Estado de São Paulo, 1975-77 -

(em cabeça)

Mês	1975	1976	1977
Jan.	140.534	208.062	190.998
Fev.	143.371	204.368	194.908
Mar.	176.631	247.379	276.616
Abr.	195.441	238.266	...
Mai.	201.067	265.299	...
Jun.	190.163	238.608	...
Jul.	158.079	237.215	...
Ago.	95.244	142.127	...
Set.	55.007	99.777	...
Out.	63.791	105.118	...
Nov.	137.204	119.072	...
Dez.	167.767	136.726	...
Total	1.724.299	2.242.017	...

Fonte: Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

QUADRO 63. - Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Pecuaristas do Estado de São Paulo, 1973-77

Ano	Bezerro		Boi magro		Boi gordo	
	Corrente (Cr\$/cabeça)	Real ⁽¹⁾	Corrente (Cr\$/cabeça)	Real ⁽¹⁾	Corrente (Cr\$/arroba)	Real ⁽¹⁾
1973	409,50	950,73	861,50	1.895,66	76,50	177,61
1974	541,50	976,92	1.207,80	2.178,99	106,80	192,67
1975	457,48	646,28	1.163,47	1.643,63	114,94	162,37
1976	486,07	486,07	1.276,96	1.276,96	142,52	142,52
1977 ⁽²⁾	532,96	410,48	1.379,88	1.062,78	166,10	127,93

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1976.

⁽²⁾ Estimados até maio de 1977.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 64. - Exportações Brasileiras de Carne Bovina, 1976-77

Item	Unidade	Carne bovina congelada	Carne bovina industrializada
1976			
Quantidade	t	11.544	64.028
Variação em 76	%	116	52
Preço médio	US\$/t	1.388	1.774
1977 ⁽¹⁾			
Quantidade	t	15.233	30.220
Variação em 77	%	228	5
Preço médio	US\$/t	1.215	1.734

⁽¹⁾ Janeiro-maio de 1977.

Fonte: CACEX.

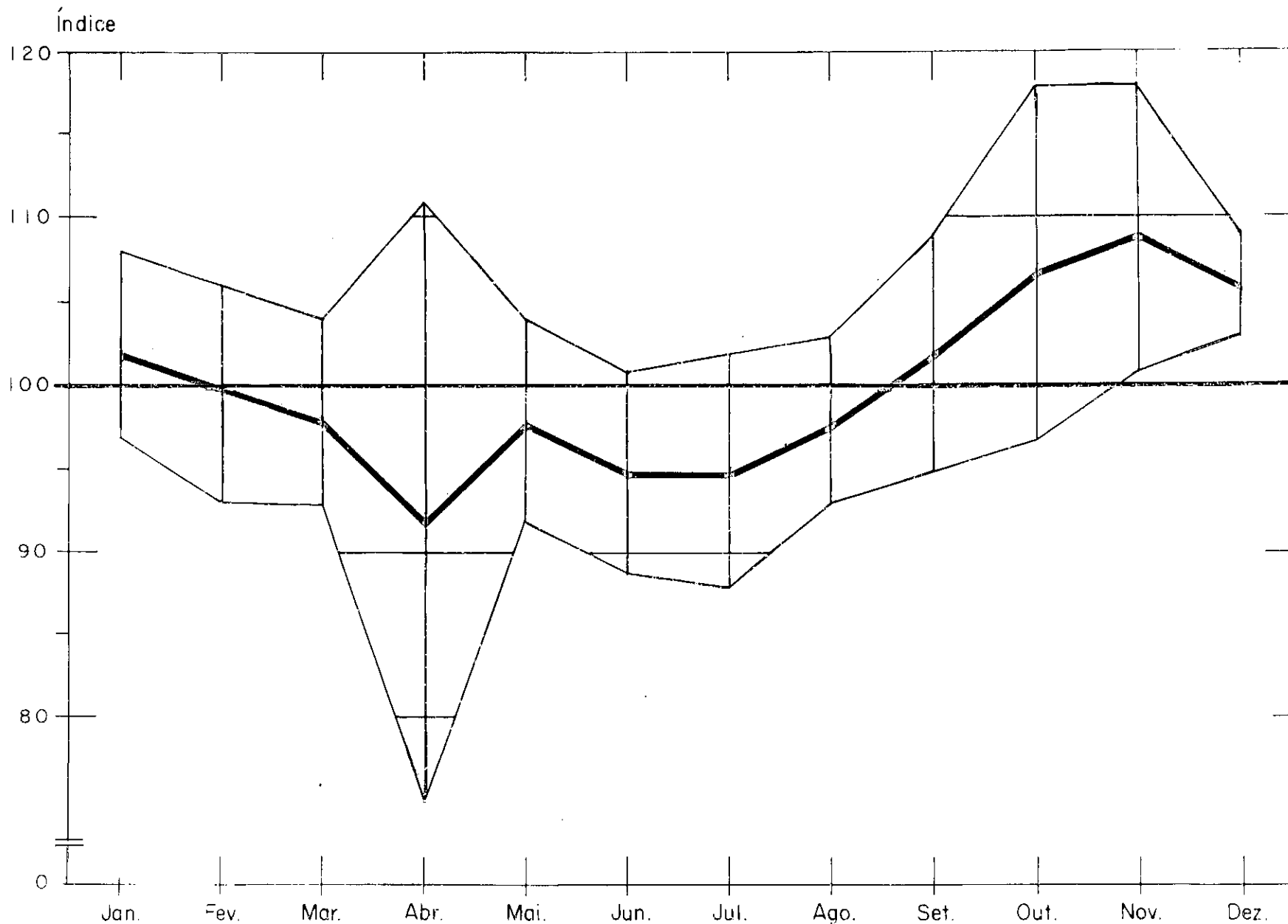


FIGURA 9. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Boi Gordo, Estado de São Paulo, 1975-76.

- Mandioca

- Panorama internacional

O Brasil é o maior produtor mundial de mandioca, embora produza basicamente para o mercado interno. A participação brasileira no mercado mundial é bastante instável, decorrente da variação no excedente exportável e da gravosidade do produto brasileiro em relação ao tailandês. A Tailândia, que em 1975 ficou em 5º lugar dentre os maiores produtores (quadro 65), tem uma participação efetiva nas exportações de derivados de mandioca para a fabricação de rações, principalmente para a Comunidade Econômica Européia, onde as importações de derivados de mandioca pelos países-membros têm crescido continuamente (quadro 66).

O volume transacionado pelo Brasil no mercado internacional desses derivados é pequeno, e as entradas brasileiras, quando ocorre um excedente exportável, deprimem os preços, principalmente para a farinha de mandioca (quadro 67).

- Situação interna

A produção brasileira de mandioca, que a partir de 1971 (quadro 68) começou a decrescer em consequência do baixo preço no mercado, reagiu a partir de 1974 com as altas ocorridas. Sendo um produto largamente consumido, principalmente pelas populações de baixa renda do nordeste brasileiro, a sua falta no mercado elevou, significativamente, as cotações do produto a partir de 1974. Com a queda de produção em 1976 os preços se elevaram ainda mais, chegando em fins de 1976 e início de 1977 a cerca de Cr\$0,90/kg em alguns estados.

Assim é que a produção brasileira de 1976 está estimada em 24,8 milhões de toneladas, representando um decréscimo de 3,8% em relação ao ano anterior. O rendimento tem se situado entre 12 e 13 toneladas/ha, abaixo portanto de outros países produtores. O Estado de São Paulo, segundo o 4º Levantamento de Previsão e Estimativas de Safras da Secretaria da Agricultura, tem a safra de 1977 estimada em 723 mil toneladas, para uma área plantada de 32.800ha (excluindo 17.500ha de mandioca nova), o que dá um rendimento de 22t/ha, bem superior ao dos demais estados brasileiros.

A produção de mandioca no Estado de São Paulo acompanhou as oscilações do preço, como de resto ocorreu com a maioria dos estados produtores. De uma área plantada de 105 mil hectares (quadro 69), na safra 1972/73, declinou ela continuamente até 46,8 mil na safra 1975/76, sendo prevista para a atual safra ligeira reação (50,3 mil hectares, incluindo mandioca nova). As razões para essa variação se encontram na baixa rentabilidade oferecida pela cultura, até então. Nas duas regiões produtoras de mandioca do Estado observou-se uma substituição por culturas mais rentáveis e que contava com estímulos oficiais. Na DIRA de Marília, a sub-região de Assis, tradicional produtora de mandioca, passou a incrementar o plantio de soja e trigo, o primeiro por ser um produto de exportação e o segundo amparado pela política de auto-suficiência, ambos contando com mais estímulos no que se refere à pesquisa e financiamento. Na DIRA de Campinas, a substituição da cultura da mandioca vem se dando pelas de cana, citrus, café e algodão, principalmente.

O quadro 70 mostra as variações dos preços e produção da mandioca no Estado de São Paulo. Para essa série de anos, nota-se um comportamento cíclico nos preços, alterado a partir de 1974, com uma elevação brusca até 1976. O padrão estacional dos preços na figura 10, indica o declí-

nio dos mesmos a partir de maio, fato relacionado com colheita da mandioca. A produção, contudo, não reagiu de imediato, visto ser a mandioca uma cultura de dois anos, mas a partir de 1976 a tendência decrescente foi alterada, praticamente estabilizando-se, aumentando um pouco em 1977. No 1º semestre de 1977 os preços começaram a decrescer novamente.

Com o incentivo do Programa Nacional do Alcool, a montagem, num futuro próximo, de destilarias em alguns estados, promoverá, sem dúvida, um aumento da produção nacional de mandioca (quadro 71).

- Perspectivas

No que refere-se à produção nacional, alguns motivos concorrem para uma estimativa otimista para a próxima safra. Os preços da tonelada de mandioca para indústria recebidos pelos produtores, embora tenham alcançado cotações mais altas no ano passado e início deste, variam nos estados brasileiros entre Cr\$350,00 e Cr\$700,00, de acordo com dados da FIBGE.

Em São Paulo, nas várias regiões, o preço oscilou entre Cr\$0,55/kg e Cr\$0,65/kg em junho deste ano. As cotações dos derivados de mandioca no atacado paulistano, durante os últimos 12 meses, pode ser vista no quadro 72. Outro ponto que concorre para uma perspectiva otimista na safra 77/78 relaciona-se com a utilização de mandioca como matéria-prima para obtenção de álcool carburante. Apesar do preço oferecido ao produtor para o fornecimento de mandioca para esse fim, encontrar-se um pouco abaixo do preço pago pela mandioca utilizada para obtenção de farinha, fécula, etc., esse evento constitui um estímulo, em virtude de não haver risco na colocação da produção. Das propostas enquadradas no Programa Nacional do Alcool, a destilaria de Curvelo, MG, prepara-se para iniciar sua produção em novembro próximo, de acordo com informes oficiais.

Em resumo, é esperado um declínio dos preços reais da mandioca este ano, devendo estabilizar, porém, a níveis superiores aos de 1974, se for levado em consideração os dados de produção e excluindo eventuais adversidades que possam ocorrer na cultura.

(IEA, 11/07/77)

QUADRO 65. - Área, Produção e Rendimento dos Principais Países Produtores de Mandioca, 1973-75

País	1973			1974			1975		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000kg)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000kg)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000kg)	Rendimento (kg/ha)
Brasil	2.104	26.559	12.623	1.989	24.715	12.424	2.147	27.207	12.669
Indonésia	1.450	11.185	7.714	1.513	13.775	9.104	1.500	12.920	8.613
Nigéria	970	9.600	9.897	1.000	10.000	10.000	1.000	10.000	10.000
Zaire	954	8.595	9.009	1.000	8.879	8.879	1.050	9.172	8.735
Tailândia	427	6.416	15.026	479	6.240	13.027	429	6.358	14.821
Índia	363	6.371	17.542	368	6.421	17.439	384	6.328	16.470
Borundi	170	3.257	19.159	170	4.000	23.529	185	4.100	22.187
Moçambique	450	2.500	5.556	450	2.400	5.333	450	2.300	5.111
Gana	190	1.660	8.737	200	1.770	8.850	200	1.800	9.000
Angola	123	1.630	13.252	124	1.640	13.226	120	1.600	13.333
Outros	3.849	21.892	5.688	4.062	23.158	5.701	4.086	23.424	5.733
Mundial	11.050	99.665	9.019	11.355	102.998	9.071	11.551	105.209	9.108

Fonte: Production Yearbook - vol. 29 - 1975.

QUADRO 66. - Importação de Produtos de Mandioca pelos Países da Comunidade Econômica Europeia,
1962-73

(em 1.000t)

Ano	Alemanha Occidental	França	Itália	Holanda	Bélgica	Total	Índice
1962	366	23	0	1	23	413	100
1963	387	20	0	5	72	484	117
1964	462	18	0	17	105	602	146
1965	520	17	1	76	100	714	173
1966	702	16	0	96	70	884	214
1967	533	159	113	805	195
1968	481	237	127	845	205
1969	548	444	212	1.204	291
1970	591	35	14	502	268	1.410	314
1971	479	79	...	599	278	1.750	424
1972	387	650	...	1.850	448
1973	420	700	...	1.900	460

Fonte: COPEME - SP.

QUADRO 67. - Exportação Brasileira de Farinha e Fêcula de Mandioca, 1970-75

Ano	Farinha de mandioca			Fêcula de mandioca		
	(t)	(US\$)	(US\$/t)	(t)	(US\$)	(US\$/t)
1970	25.549	1.213.151	47,48	8	794	99,25
1971	10.812	585.933	54,19	7.557	772.912	102,28
1972	250	34.911	139,73	4.298	552.555	128,56
1973	6.331	468.766	74,04	13.175	1.655.478	125,65
1974	44.775	3.149.420	70,34	30.655	5.088.818	166,00
1975	7.488	693.485	92,62	5.729	1.017.456	177,60

Fonte: CACEX.

QUADRO 68. - Produção e Área Colhida de Mandioca no Brasil, 1966-76

Ano	Produção (t)	Área (ha)
1966	24.710.041	1.779.806
1967	27.268.193	1.914.438
1968	29.203.229	1.998.197
1969	30.073.943	2.029.373
1970	29.464.275	2.024.557
1971	30.229.166	2.071.276
1972	29.828.919	2.052.658
1973	26.558.535	2.103.991
1974	24.714.631	2.001.050
1975	25.811.981	2.095.515
1976	24.838.884	...

Fonte: Fundação IBGE.

QUADRO 69 . - Área, Produção e Rendimento da Cultura da Mandioca no Estado de São Paulo - 1972/73 a 1976/77

(continua)

DIRA	1972/73			1973/74			1974/75		
	Área ⁽²⁾ (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)	Área ⁽²⁾ (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)	Área ⁽²⁾ (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)
São Paulo	3,2	34	10,6	4,6	50	10,8	4,8	55	11,4
Vale do Paraíba	3,3	40	12,1	2,7	35	12,9	2,4	30	12,5
Sorocaba	4,9	65	13,3	4,0	50	12,5	2,2	25	11,3
Campanas	21,2	280	13,2	18,7	240	12,8	15,0	245	16,3
Ribeirão Preto	5,6	70	12,5	5,5	70	12,7	4,5	47	10,4
Bauru	2,7	37	13,7	3,2	35	10,9	1,9	22	11,5
Marília	38,2	453	11,8	29,8	330	11,1	15,3	185	12,1
São José do Rio Preto	13,6	140	10,3	9,8	100	10,2	6,3	53	8,4
Araçatuba	3,8	35	9,2	2,6	35	13,5	2,5	30	12,0
Presidente Prudente	8,4	66	7,8	6,3	55	8,7	3,9	28	7,1
Estado	104,9	1.220	11,6	87,2	1.000	11,4	58,8	720	12,2

⁽¹⁾ 4º Levantamento - abril/77.

⁽²⁾ Inclui área plantada com mandioca nova.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 69 . - Área, Produção e Rendimento da Cultura da Mandioca no Estado de São Paulo - 1972/73 a 1976/77

DIRA	(conclusão)					
	1975/76			1976/77 ⁽¹⁾		
	Área ⁽²⁾ (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)	Área ⁽²⁾ (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)
São Paulo	5,16	50	9,7	2,90	25	8,62
Vale do Paraíba	2,11	25	11,9	2,30	25	10,87
Sorocaba	1,44	18	12,5	1,07	12	11,21
Campinas	14,73	275	18,6	14,73	320	21,72
Ribeirão Preto	3,35	37	11,0	3,75	45	12,00
Bauru	1,56	15	9,6	1,86	16	8,60
Marília	10,21	110	10,7	16,30	210	12,80
São José do Rio Preto	4,66	40	8,6	3,73	35	9,40
Araçatuba	2,00	27	13,5	1,54	20	12,90
Presidente Prudente	1,59	13	8,2	2,13	15	7,04
Estado	46,81	610	13,0	50,31	723	14,37

⁽¹⁾ 4º Levantamento - abril/77.

⁽²⁾ Inclui área plantada com mandioca nova.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 70. - Produção e Preços Recebidos pelo Produtor de Mandioca, no Estado de São Paulo, 1950-77

Ano	Produção (1.000t)	Preço (Cr\$/t)	
		Corrente	Real ⁽¹⁾
1950	754,0	0,28	222,46
1951	666,4	0,33	225,02
1952	647,1	0,41	250,04
1953	689,7	0,66	350,65
1954	822,7	0,53	221,73
1955	1.019,2	0,50	179,67
1956	903,2	0,70	209,75
1957	1.150,7	0,80	209,93
1958	1.640,7	0,71	164,84
1959	1.702,6	1,06	178,59
1960	1.524,6	1,16	151,29
1961	1.701,0	2,24	213,17
1962	1.850,0	6,50	407,90
1963	2.900,0	6,90	246,91
1964	2.564,0	7,80	146,52
1965	2.187,0	10,36	124,09
1966	2.200,0	16,98	147,34
1967	2.025,0	32,00	216,50
1968	2.360,0	31,00	168,84
1969	2.200,0	32,67	147,35
1970	1.755,0	41,00	154,37
1971	1.630,0	98,00	306,37
1972	1.750,0	146,40	391,29
1973	1.220,0	110,00	255,38
1974	1.000,0	143,00	257,98
1975	720,0	271,00	381,59
1976	601,0	700,00	700,00
1977	723,0 ⁽²⁾	893,34	729,14 ⁽³⁾

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica em cruzeiros de 1976.

⁽²⁾ Dados preliminares.

⁽³⁾ Estimativa de Junho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 71. - Propostas para Montagem de Destilarias de Alcool de Mandioca já Enquadradas no Programa Nacional do Alcool, Posição em 28/04/77

Interessado	Município	Estado	Capacidade de produção		Data do enquadramento
			Diária (1.000 l/24h)	Autorizada (1.000 l/safra)	
Construtora Ocidental Ltda.	Luziânia	GO	150	45.000	21/12/76
SINOP Agroquímica SA	Chapada dos Guimarães	MT	150	45.000	03/05/76
Cia. Distrito Industrial Sul Catarinense-CODISC	Litoral Sul	SC	120	38.400	30/11/76
Petróleo Brasileiro SA.	Curvelo	MG	60	19.200	21/12/76
Química Industrial Paulista SA	Sobral	CE	180	65.700	16/03/77

Fonte: Instituto de Açúcar e Alcool.

QUADRO 72. - Preços Médios de Derivados de Mandioca no Atacado Paulistano, 1976/77

(em Cr\$/kg)

Ano e mês	Farinha de mesa		Farinha de raspa	Farelo de raspa	Fécula
	Crua ⁽¹⁾	Torrada			
1976					
Jun.	3,85	4,25	3,00	1,50	4,53
Jul.	3,66	4,06	3,00	1,40	4,65
Ago.	3,65	4,05	3,00	1,50	4,67
Set.	3,65	4,05	3,00	1,27	5,04
Out.	3,65	4,05	3,00	1,33	5,91
Nov.	3,67	4,09	3,00	1,36	6,09
Dez.	3,75	4,25	3,00	1,30	6,34
1977					
Jan.	3,75	4,25	3,00	1,30	6,95
Fev.	3,75	4,25	3,00	1,40	8,00
Mar.	3,75	4,25	3,00	1,40	8,05
Abr.	3,75	3,75	3,00	1,40	7,89
Mai.	3,75	4,25	3,00	1,27	6,57
Jun.	3,75	4,25	3,00	1,25	5,80

(¹) Média dos tipos fina e grossa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

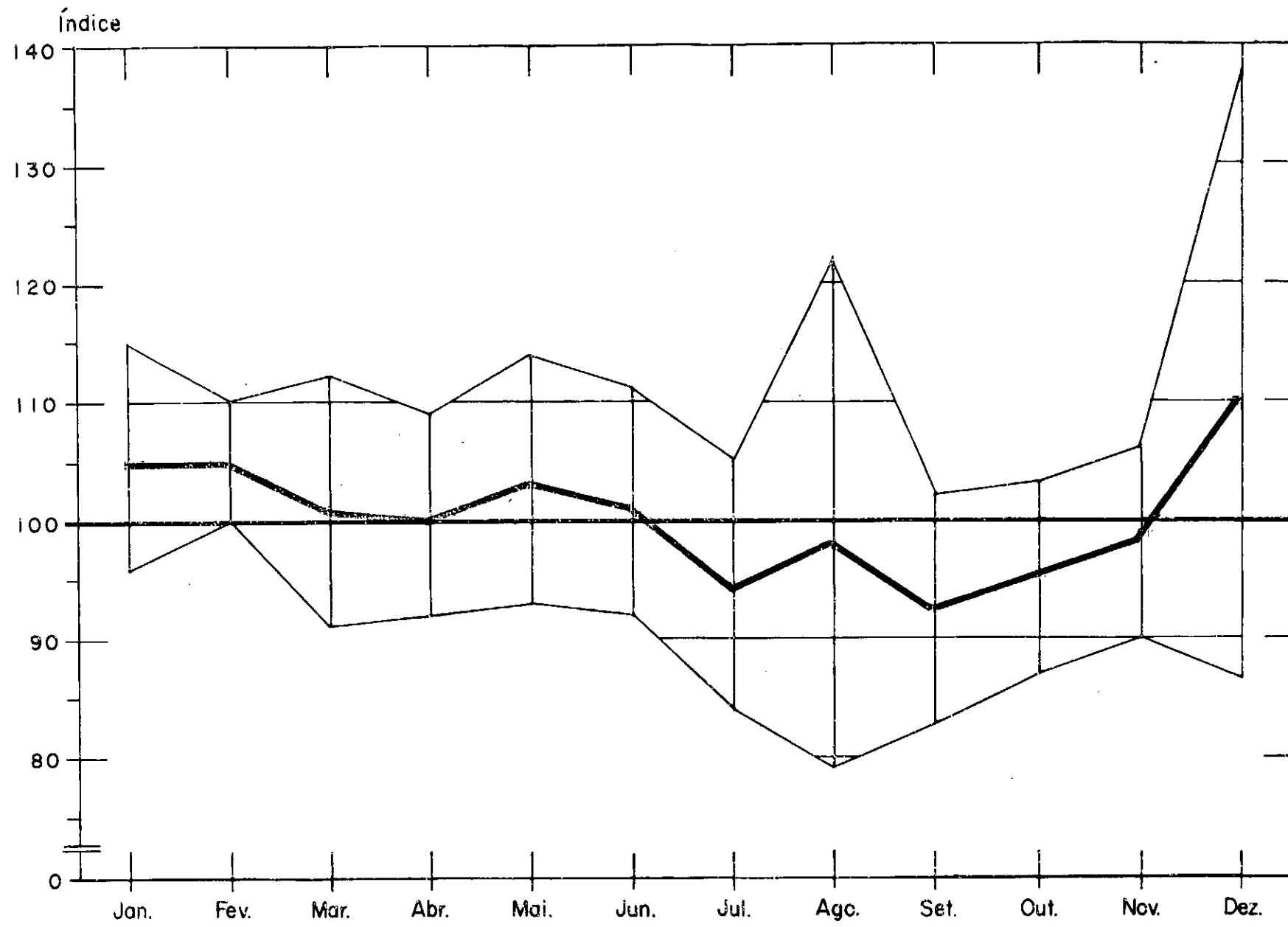


FIGURA 10. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Mandioca, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Arroz

- Panorama internacional

A produção mundial de arroz em casca, em 1976/77, foi estimada pela FAO em cerca de 340,0, milhões de toneladas, 1,2% inferior a obtida em 1975/76 (343,9 milhões de t). A tendência em alguns países produtores é de redução no total a ser obtido: Índia, 69 milhões de t (-4,2%); Bangladesh, 18 milhões de t (0%); Japão, 15,4 milhões de t (-9,9%); Tailândia, 14,5 milhões de t (-5,2%); Estados Unidos, 5,0 milhões de t (-12,2%). Entretanto a China, que se destaca como maior produtor, deverá apresentar um aumento de 4,7%, colhendo cerca de 122,0 milhões de toneladas. Situação similar é prevista para o Vietnã do Sul (11,2 milhões de t, ou seja, + 51,3%), Coreia do Sul (6,7 milhões de t, correspondendo + 3,3%) e Filipinas (6,7 milhões de t, ou + 7,0%).

O comércio internacional de arroz em casca em 1976, segundo dados da FAO, está estimado em 7,4 milhões de toneladas, 0,2 milhão acima do total de 1975. A previsão para 1977 gira ao redor de 7,0 milhões de toneladas. A China e os Estados Unidos deverão responder por grande parte das exportações, enquanto o Paquistão e a Tailândia provavelmente contribuirão com menor volume. Entre os maiores importadores figurarão a Comunidade Econômica Européia, Índia, Irã e Sri-Lanka.

As reservas mundiais de arroz beneficiado no final do primeiro semestre de 1977 somavam 16 milhões de toneladas, um milhão inferior ao remanescente verificado em 1976.

O aumento da produção de cereais nos principais países importadores, aliado às dificuldades de divisas, favoreceram a retração da demanda internacional, que contribuiu para que os preços se aviltassem.

O arroz tailandês, com 5% de quebrado, indicador base do mercado internacional, cotado a 400 dólares a tonelada, FOB-Bangkok, em abril de 1975, caiu para 251 dólares um ano após, atingindo 254 dólares em abril de 1977. O arroz da Tailândia, com 15% de quebrado, tido como similar, do produto brasileiro, acompanhou a tendência baixista do mercado após a cotação de 595 dólares a tonelada, FOB-Bangkok em maio de 1974, os preços regrediram para 368 e 233 dólares, respectivamente, em maio de 1975, e de 1976. Em idêntico período de 1977 houve uma ligeira recuperação, situando-se em 260 dólares a tonelada.

- Situação interna

A FIBGE, estima a produção brasileira de arroz em casca em 1975/76, ao redor de 9.560 mil toneladas, excedendo em 2,0 milhões de toneladas o volume obtido na safra anterior. Além dos preços vigentes em 1974/75 estimularem o plantio, as excelentes condições climáticas reinantes no período favoreceram o desenvolvimento da cultura, resultando em uma excelente safra. Nessas circunstâncias os preços mantiveram-se em baixa, o que fazia prever-se um recuo de área para a temporada 1976/77, o que na realidade se verificou, mas em escala não tão significativa em virtude da cultura se constituir na melhor opção para muitas regiões. Em que pese a estimativa da FIBGE de 9,06 milhões de toneladas, outros dados disponíveis a nível nacional estimam a superfície cultivada na safra presente em 6,1 milhões de hectares, que poderão proporcionar cerca de 8,2 milhões de toneladas, apesar da prolongada estiagem que assolou princi

palmente os Estados Centrais.

O 4º Levantamento de Previsões e Estimativas Agrícolas do IEA, realizado em abril, p. passado, estimou a área cultivada de arroz na safra 1976/77 no Estado de São Paulo em 356,0 mil hectares, refletindo numa retração de 42,7% em relação ao ano anterior. Essa queda acen tuada deve-se em grande parte aos baixos retornos obtidos na temporada passada, aliado à com petição de outras culturas mais rentáveis. O volume total produzido de 399,6 mil toneladas, vem a ser 52,4% inferior ao obtido em 1975/76 (quadro 73).

A grande safra de 1975/76 influenciou sobremaneira os preços recebidos pelo produtor paulista, que desde o princípio de 1976 se apresentavam com tendência de baixa. Em meados do ano o auge da colheita intensificou o afluxo do produto ao mercado, o que contribuiu para que as cotações declinassem, inclusive aquém do mínimo fixado. A oferta elevada e os estoques abundantes contribuíram para a estabilização dos preços, nos baixos níveis então vigentes, sem possibilidade de alterações durante todo o ano. Somente em 1977, no final do primeiro trimes tre, é que refletindo as perspectivas de danos causados pela estiagem, o mercado começou a reagir (quadro 74).

A figura 11 mostra a variação estacional dos preços recebidos pelos produtores por ar roz em casca, pela qual se verifica que estes valores se apresentam acima da média anual a partir de setembro até fevereiro, com o máximo em janeiro, variação esta compatível com o pe ríodo de safra.

Apesar da exigência do consumidor paulista, o mercado atacadista, de modo geral, não teve dificuldades em atender a demanda, tanto em qualidade como em quantidade, contando a Capital com o afluxo de produto dos outros estados. Nessas condições, a diversificação de ti pos possibilitou uma ampla faixa de opções, satisfazendo todas as necessidade. Até meados de agosto passado a qualidade do arroz dos estados centrais lhe assegurou uma participação maior no mercado. A partir daí, a escassez de tipos mais finos favoreceu o agulhinha, do Rio Gran de do Sul, que veio se firmar no mercado graças a preferência do paulistano, não obstante à preços sempre superiores aos demais tipos disponíveis.

Em termos de comercialização, o setor enfrentou por todo o período de 1976 e início de 1977, um mercado frouxo.

O elevado volume disponível requereu do Governo medidas que aliviassem o excedente exis tente, resultando em aquisições maciças e exportação principalmente para a Comunidade Econômi ca Européia.

A CFP, através de diversas operações, adquiriu quantidades que proporcionaram estoques, até 31/05/77, de cerca de 980 mil toneladas, sendo 770 mil da safra 1975/76 e 210 mil da recen te temporada. Deve-se lembrar que nas aquisições realizadas no Rio Grande do Sul, cláusula contratável assegura até 31/01/78, a desistência da operação por parte da cooperativa vendedo ra, caso encontre ela melhor colocação para seu produto.

Quanto as exportações, o interesse estrangeiro em adquirir o produto, e a necessidade interna de esvaziar o mercado, possibilitou ao Brasil assumir compromissos de venda para vã rios países, tendo as exportações, atingido em 1976, cerca de 75.000 toneladas e 135.000t em 1977. Como apesar das baixas cotações internas, o produto brasileiro se apresentava gravoso no mercado internacional, as negociações foram efetuadas baseadas na permuta com outros produtos de carência interna ou na concessão de subsídio pelo Governo. Nas atuais condições da safra brasileira (em torno de 8,2 milhões de t), não obstante os estoques oficiais e particulares, as exportações foram suspensas até que se defina realmente a situação interna. Nessas circunstân cias, apesar de não serem previstos problemas para o abastecimento, pairam dúvidas sobre as

possibilidades do Brasil prosseguir com as vendas ao exterior e se firmar daqui para a frente no mercado internacional.

Apesar dessas dúvidas persistiu a existência de excedente, que aliada ao tabelamento tem possibilitado um mercado estável. Acrescente-se ainda que no momento a COBAL estuda a possibilidade de colocar parte de seus estoques no mercado, o que viria a dificultar ainda mais qualquer reação nos preços.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos produtores e comerciantes para a contratação de EGF's, bem como os elevados custos de armazenamento e as exigências dos padrões de classificação para a comercialização do produto, foram efetuadas as seguintes alterações:

- a) a CFP autorizou que os contratos de EGF fossem estendidos ao produto a granel, desde que armazenado em células individuais do silo para produtos classificados dentro dos padrões vigentes para o mercado interno; e
- b) entrarão em vigor a partir de 01/02/78 a portaria 111 de 18/03/1977 que instituiu no va padronização para o arroz destinado à comercialização interna, a saber: 1) eliminação da classe extra longo; 2) redução de sete para cinco tipos em todas as classes e sub-classes; 3) redução de dezessete sub-classes para cinco; 4) eliminação de defeitos "outras classes" como determinante de tipo; 5) relaxamento nos coeficientes defeitos na determinação de tipos; e 6) ampliação da permissão de mistura de quebrados na composição de tipo.

- Perspectivas

A situação de equilíbrio a que tende o mercado em 1977 poderia ser encarada como apresentando um leve estímulo ao plantio da próxima temporada, caso não persistissem as condições de extremamente baixa rentabilidade observada nos últimos tempos. Se não houver uma reação nos níveis dos preços a tempo de influir nas decisões do agricultor, é possível que se verifique um recuo na área explorada no País, em benefício de outras culturas mais rentáveis. Nessas condições é perfeitamente viável a obtenção de uma produção igual ou aquém da necessidade interna, comprometendo o abastecimento.

Por outro lado, a deficiente infra-estrutura de armazenamento existente no Brasil, tem impedido a formação de estoques reguladores possibilitando ainda ao Brasil se firmar como fornecedor tradicional do mercado externo.

No Estado de São Paulo, dada as dificuldades para o cultivo, nas condições de sequeiro em que é explorado, o arroz se apresenta como uma lavoura de grandes riscos, cujo sucesso é inteiramente dependente das precipitações ocorrentes na fase de granação. Essa restrição, mais o volume disponível que tem levado os preços a níveis aquém daqueles considerados viáveis, já reduziu a área cultivada na temporada passada, e tende a induzir novos recuos. Na futura estação a indefinição do mercado deverá resultar em uma retração na área plantada em 1977/78 de cerca de 10-15%, em benefício de outras culturas mais rentáveis ou de menores riscos.

(IEA, 18/07/77)

QUADRO 73.- Área Plantada, Produção e Rendimento, Arroz em Casca, Estado de São Paulo,

1972/73 a 1976/77

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1972/73	519,0	582,0	1.121
1973/74	464,7	582,0	1.252
1974/75	523,7	510,0	974
1975/76	620,0	840,0	1.354
1976/77 ⁽¹⁾	356,0	399,6	1.122

(¹) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 74.- Preços Médios Mensais de Arroz em Casca Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1973-77

(Cr\$/sc.60kg)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	57,34	142,28	62,24	132,10	140,38	222,64	132,23	160,80	117,80	97,43
Fev.	51,68	126,78	59,64	123,26	137,33	213,22	119,40	139,53	115,10	92,20
Mar.	45,72	110,59	62,31	123,19	115,36	176,19	101,20	113,96	109,20	84,05
Abr.	46,19	110,19	77,96	146,45	117,80	176,79	96,20	104,52	125,80	93,03
Mai.	48,50	111,44	86,90	157,77	124,93	183,67	95,40	100,13	143,00	102,09
Jun.	50,84	118,67	85,31	152,00	127,69	183,68	96,40	98,56	149,70	104,80
Jul.	51,75	119,82	82,30	144,86	130,60	183,90	97,70	96,25
Ago.	54,00	123,71	83,61	145,39	137,38	188,24	100,80	95,40
Set.	57,13	129,51	94,67	161,70	145,79	195,13	104,30	95,41
Out.	62,50	139,49	104,35	175,80	150,61	197,31	108,40	96,88
Nov.	64,40	142,26	113,84	188,86	144,11	184,60	109,90	96,43
Dez.	63,28	138,03	124,64	202,12	138,86	174,27	114,00	97,74

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, em cruzeiros de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

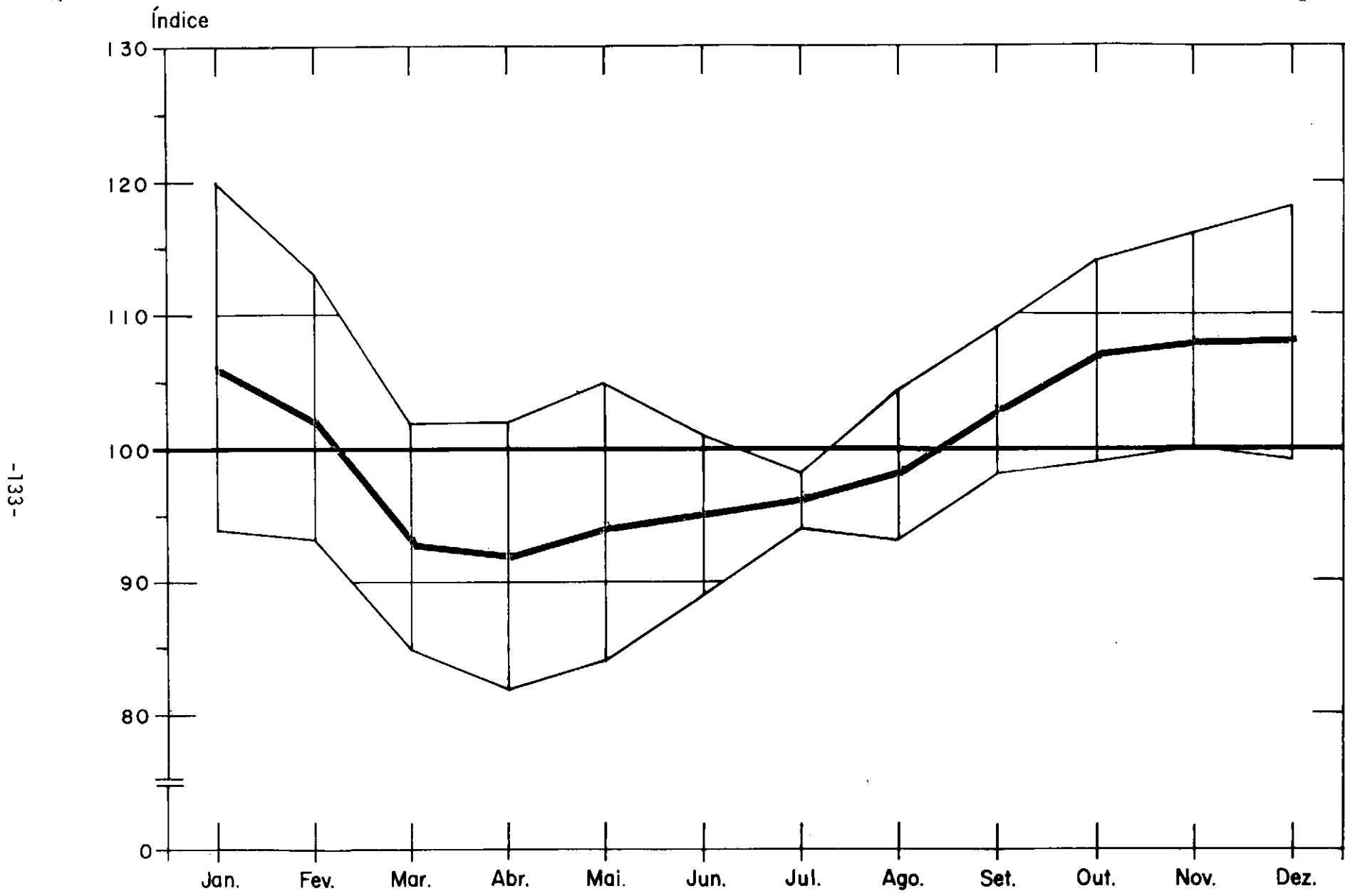


FIGURA 11. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Arroz em Casca, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Silvicultura

- Panorama internacional

Em 1975 a FAO prognosticava uma crise no bastecimento mundial de celulose e sugeria aos países produtores incentivar o plantio de essências do produto, bem como manter seus estoques a fim de evitar uma retração no setor, prevista ainda para esta década.

Entretanto, os elevados estoques existentes nos principais países produtores, avaliados em 2,9 milhões de toneladas, dos quais somente a Suécia e Finlândia possuem 1,5 milhão, além dos Estados Unidos, Canadá, Europa e Japão, estão contribuindo de maneira decisiva sobre o comportamento dos preços do produto, que em 1974 estava cotado em US\$800 a tonelada. Em dezembro de 1976 os preços da celulose variavam ao redor de US\$400/t, chegando a situar-se em torno de 280 dolares por tonelada em janeiro de 1977. Todavia, em meados de maio os preços médios do produto reagiram, situando-se entre US\$300 e US\$340 por tonelada.

A entrada no mercado internacional de um tipo de celulose de fibra curta, produzida pela França e Portugal, além dos subsídios dados aos produtores pelos governos da Suécia e Finlândia, a fim de permitir melhor escoamento dos enormes estoques, contribuiu decisivamente para tal comportamento do mercado.

Dos países exportadores, o Canadá foi um dos poucos a aumentar consideravelmente suas exportações nos últimos seis anos, tendo totalizado, em 1976, 4,9 milhões de toneladas de celulose.

As exportações brasileiras de celulose em 1976 foram de 140,6 mil toneladas, no total de US\$26.663 mil-FOB contra 153,4 mil toneladas em 1975, que totalizaram US\$30.572 mil-FOB, refletindo no preço unitário a qualidade do produto brasileiro.

No primeiro trimestre de 1977 houve queda de aproximadamente 60% nas exportações brasileiras do setor de celulose, quando foram exportadas 11.681 toneladas, contra 29.625 toneladas em igual período de 1976 (quadro 75). Isto se deveu à dissolução de uma associação entre a maior exportadora brasileira e um grupo noruegues. Considerando, no entanto, que apenas uma empresa do setor firmou contrato de US\$68 milhões para entrega até o final do ano, pode-se prever acentuada recuperação no setor.

O comércio internacional de madeira encontra nos Estados Unidos seu principal comprador, onde durante 1976 foram dispendidos US\$2,5 bilhões com importações de madeira e seus manufaturados, correspondendo a 19% do total.

O principal produtor de madeira e seus manufaturados é a Malasia, que somente em 1972 exportou para os Estados Unidos cerca de 5,6 milhões de metros cúbicos de madeira. Todavia, durante 1976 essas exportações não ultrapassaram a casa dos 200.000 metros cúbicos.

As exportações brasileiras de madeira e seus derivados, durante o ano de 1976 foram de US\$136.121 mil-FOB, pela venda de 434.672 toneladas, contra US\$140.636 mil-FOB e 425.773 toneladas em 1975. Embora o Brasil tenha exportado 8.899 toneladas a mais em 1976, verifica-se que houve queda nos preços médios unitários ao redor de 5,2%.

- Panorama interno

O Brasil, como outros países produtores de celulose, tem se ressentido dos baixos

preços vigentes no mercado internacional.

Entretanto, os industriais brasileiros, dentro de um programa conjunto, enviaram a Portugal 11 mil metros cúbicos de eucaliptos em casca para a produção de 800 toneladas de celulose de fibra curta, obtidas pelo aquecimento a 90º SCAN (índice de branqueamento), usando técnica sueca. Essa celulose com alta aceitação no mercado internacional e com lugar assegurado na Europa. O envio de eucalipto em casca em lugar do produto em lasca fará os empresários brasileiros economizar aproximadamente 180 milhões de dólares, inclusive em fretes marítimos.

Comparando-se a produção de celulose das nove maiores firmas brasileiras do setor, verifica-se que em 1976 experimentaram aumento de 4,6% em relação a 1975, alcançando 985.223 toneladas, das quais 662.964 toneladas de celulose de fibra curta.

A produção brasileira de celulose no primeiro trimestre de 1977 totalizou 205 mil toneladas, contra 170 mil toneladas em igual período de 1976, com aumento de 21%.

A capacidade instalada da indústria de celulose no Brasil, atualmente calculada em 1,4 milhões de toneladas/ano, deverá acusar um aumento aproximado de 466 mil toneladas, ou seja 33% até o final de 1977. Com o início das operações de novas firmas localizadas em Minas Gerais e Espírito Santo, deverá haver ainda uma produção adicional de 640 mil toneladas, das quais 440 mil toneladas possuem mercado assegurado no exterior. Para 1983 estima-se que a produção da indústria seja ampliada em 3,2 milhões de toneladas/ano (quadro 76).

Graças ao menor custo, as embalagens de papel aos poucos vão tomando o lugar pertencente a outros produtos, como aquelas feitas de algodão, embora deva-se registrar o avanço do plástico neste setor.

No setor madeireiro, dentro de um plano iniciado há aproximadamente três anos, quando foi criada uma "trade-company" com sede em Genebra, empresa paulista assinou, em meados de março de 1977, contratos com o Governo da Nigéria para o fornecimento de 100 milhões de dólares de manufaturados de madeira (móveis), pelo prazo de cinco anos, em lotes mínimos de 7 milhões de dólares. Por outro lado, contrato de US\$5 bilhões está sendo fechado para a exportação de artigos de madeira em cinco anos para a África, Europa e Oriente Médio.

Estudos estão sendo feitos no sentido de que essa mesma empresa paulista forneça outros tipos de manufaturados de madeira, para o que seria formado um "pool" com várias empresas madeireiras brasileiras.

Preve-se ainda no setor para este ano, um aumento de 7% no consumo de madeira compensada e 8% no consumo de tora, o que levará a produção a níveis recordes.

Fator que poderá aumentar ainda mais o consumo de madeira, é a ampliação da indústria de casa pré-fabricada que apresenta grandes perspectivas de exportação inclusive para os Estados Unidos que incrementará a construção em aproximadamente 1,6 milhão de unidades, podendo o Brasil contribuir nesse fornecimento.

A utilização da madeira como lenha atingiu o nível de 110 milhões de metros cúbicos em 1976.

Na Amazônia, deverá ser reflorestada área de 40 milhões de hectares, que a médio prazo contribuirá com 349 milhões de metros cúbicos de madeira destinadas à exportação e 186 milhões destinadas ao consumo interno.

A tendência no consumo de matéria-prima florestal no mercado madeireiro nacional nos próximos quatro anos está estimada em um crescimento médio de 3%.

- Reflorestamento

Em 1975 foram aprovados pelo IBDF 583 projetos de reflorestamento, ocupando uma área de 227 mil hectares e representando investimentos da ordem de 1,3 bilhões de cruzeiros (quadro 76).

No ano de 1976 foram protocolados, somente no Estado de São Paulo, 206 projetos de reflorestamento, sendo 136 pela Lei 5.106 (extinta em fins de 1976) e 70 pela Lei 1.134 (quadro 77). Admitindo-se que 15% do total de projetos não sejam aprovados, calcula-se que sejam implantados 165 projetos.

O eucalipto foi a espécie mais escolhida para os projetos de reflorestamento, com 87 protocolados, somando uma área de 20 mil hectares e 43 milhões de mudas, num investimento previsto de Cr\$157 milhões.

Entretanto, o primeiro lugar em valor total de investimentos foi da Persia americana (abacateiro) com pouco além de 1 bilhão de cruzeiros em 16 projetos, para uma área de 1,5 mil hectares (quadro 78).

O Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) - que recebe os recursos provenientes de imposto de renda para aplicações incentivadas - arrecadou para o reflorestamento Cr\$3,5 bilhões, porém se fazia necessário Cr\$6,2 bilhões para atendimento somente dos projetos já aprovados na área do reflorestamento, havendo, portanto, um déficit de Cr\$2,7 bilhões.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico não aprovou o orçamento do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que previa Cr\$4,5 bilhões para aplicação em reflorestamento, o que representaria um acréscimo de 30% em relação a 1976. Espera-se para meados de 1977 a aprovação do novo orçamento pelo CDE.

A nova legislação do imposto sobre a renda, que tributa as vendas de imóveis realizadas por uma mesma pessoa física em um exercício espera-se que eleve o preço de terras. Este fato poderá deslocar o interesse dos reflorestadores para as regiões do País onde este efeito não seja tão instável.

Entretanto, no Rio Grande do Sul, em virtude do Decreto Federal nº 1.503 de 23 de dezembro de 1976, pelo qual o teto mínimo de incentivos, para participação em projetos foi elevado de 70 mil para 350 mil a 400 mil cruzeiros, e a área mínima passou de 200 para 1.000 hectares, deverá reduzir-se o número de empresas em condições de aplicar em reflorestamento.

Em 1976 houve falta de sementes de Araucária para o plantio, em virtude de cortes indiscriminados em épocas impróprias. Em consequência, o IBDF baixou a Portaria Normativa nº 20 (DOU de 06/10/76), que proíbe o abate de pinheiros (*Araucária angustifolia*) adultos portadores de pinhas, na época da queda das sementes, ou seja, nos meses de abril, maio e junho. Proíbe igualmente a colheita do pinhão, por derrubada de pinhas imaturas, antes do dia 15 de abril, data em que tem início o desprendimento das sementes. Finalmente, fixa a data de 15 de abril para o início da colheita, transporte e comercialização do pinhão, quer para uso em sementeiras, quer para alimento.

Estimulando ainda mais o reflorestamento nos estados do sul do País, o IBDF assinou convênio com os governos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, onde será aplicada a soma de Cr\$6 milhões para a produção de 13,2 milhões de mudas de pinus e eucaliptos, aquisição de inseticidas e prestação de assistência técnica. A Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná contribuirá nesse programa, efetuando levantamento florestal do pinheiro brasileiro no sul do País.

- Perspectivas

A escassez cada vez mais acentuada das florestas canadense e européia e o longo período para que essências produtoras de celulose de fibra longa (pinus) possam ser utilizadas, abrirã ao Brasil amplas perspectivas para que ainda na década de 80, seja grande produtor de celulose de fibra curta, visto que a matéria-prima para esse produto (eucaliptus) em menos de 8 anos está pronta para o corte. Leve-se em conta, ainda, a aceitação pouco a pouco crescente desse tipo de celulose no mercado internacional.

O reflorestamento deverá sofrer uma queda acentuada em seu retorno de crescimento em 1977, pois com a extinção da Lei 5.106 os empresários do setor não possuem recursos suficientes para manter suas empresas. O reflorestamento na Região Centro-Sul estará sendo desativado em virtude da alta dos preços das terras, fazendo com que as empresas de reflorestamento procurem outros locais, devendo ser dada preferência às Regiões Centro-Oeste e Nordeste do País.

O setor madeireiro, face a formação de um "pool" para a exportação de móveis e outros artefatos de madeira, às possibilidades de colocação de casas pré-fabricadas no mercado estadunidense e à perspectiva do BNH financiar a aquisição de casa pré-fabricada, deverá apresentar acentuado desenvolvimento nos próximos meses.

(IEA, 15/07/1977)

QUADRO 75. - Exportações de Celulose, Brasil, 1976-77

Item	Jan. a Mar. de 1976			Jan. a Mar. de 1977		
	Branqueada	Não branqueada	Total	Branqueada	Não branqueada	Total
Fibra longa						
Janeiro	-	-	-	-	51	51
Fevereiro	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	51	51
Fibra curta						
Janeiro	300	22.122	22.422	-	-	-
Fevereiro	203	-	203	115	-	115
Março	-	7.000	7.000	515	11.000	11.515
Subtotal	503	29.122	29.625	630	11.000	11.630
Total	503	29.122	29.625	630	11.051	11.681

Fonte: Banco do Brasil - CACEX.

QUADRO 76. - Programa para Aumento da Capacidade Instalada da Indústria de Celulose, Brasil
1977-83

(em t/dia)

Ano	Fibra longa			Fibra curta			Total	
	Branqueada	Não branqueada	Total	Branqueada	Não branqueada	Total	P/dia	Anual
1977	-	-	-	1.245	50	1.295	1.295	466.200
1978	200	490	690	1.200	-	1.200	1.890	680.400
1979	-	-	-	750	121	871	871	313.560
1980	-	1.085	1.085	1.400	-	1.400	2.485	894.600
1981	375	800	1.175	-	-	-	1.175	423.000
1982	-	250	250	-	-	-	250	90.000
1983	750	600	1.350	20	30	50	1.400	504.000
Total	1.325	3.225	4.550	4.615	201	4.816	9.366	3.371.760

Fonte: Associação Brasileira de Produtos de Papel e Celulose.

QUADRO 77. - Projetos de Reflorestamento Protocolados no Estado de São Paulo, 1976

Espécie	Projetos (nº)	Área (ha)	Mudas (nº)	Investimento (Cr\$)
Eucalyptus sp	87	19.948,59	43.228.282	157.182.749,47
Euterpe edulis	39	14.578,30	168.391.500	73.899.314,52
Pinus sp	41	7.985,52	17.156.584	67.765.219,67
Euterpe oleracea	10	2.800,72	14.003.600	20.374.178,32
Persea americana	16	1.495,17	193.313	1.072.998.760,28
Citrus sp	1	926,60	231.600	16.769.165,00
Carya illinoiensis	9	606,14	66.898	12.754.317,04
Psidium guajava	2	100,00	27.800	1.688.581,00
Theobroma cacao	1	50,00	57.000	1.384.222,00
Total	206	48.491,04	243.356.577	1.424.816.507,30

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

QUADRO 78. - Projetos Aprovados no Brasil, 1975

Estado	Projetos aprovados	Área (ha)	Arvores (nº)	Investimento (Cr\$)
MG	177	53.850,38	95.340.097	323.107.161,93
MT	69	39.964,30	78.522.798	243.046.254,86
SP	97	36.796,38	76.116.170	233.865.049,14
PR	74	29.075,33	91.343.964	160.252.090,94
SC	86	24.172,02	50.137.985	145.657.885,80
ES	9	13.671,51	22.661.221	69.156.886,69
RS	43	11.605,47	25.885.077	61.957.754,21
BA	11	7.709,20	12.790.615	50.879.180,50
GO	11	6.758,63	8.045.052	35.240.447,24
AM	1	2.000,00	100.000	11.348.881,00
RJ	5	1.479,05	3.496.225	6.974.557,07
Total	583	227.082,27	464.439.204	1.341.486.149,38

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

- Hortaliças

- Panorama internacional

O tomate continua adquirindo importância crescente no panorama mundial no que se refere ao consumo do produto, tanto "in natura" como industrializado. Segundo a FAO, a produção mundial de tomate, mais uma vez, apresentou ligeiro incremento (1%), em 1976, atingindo 43,6 milhões de toneladas. A área cultivada sofreu expansão de 0,4%, acompanhada de uma elevação de 0,6% na produtividade média.

As variações de área foram mais sensíveis nos países grandes produtores e exportadores de derivados de tomate, como Itália (-15,9%), Portugal (4%), Espanha (-12,5%) Grécia (-23,8%), Egito (3,6%), Turquia (2,4%) e México (7,3%). Nos Estados Unidos não se registrou variação. Na América do Sul, a Argentina não acusou ampliação de área, enquanto no Brasil houve acréscimo de 4,3%.

Após uma redução nas cotações internacionais dos produtos processados de tomate, consequência de um acúmulo de estoques de concentrados (purê e catchup) no primeiro semestre de 1976, tanto nos Estados Unidos como na Europa, verificou-se um recuo na área plantada (quadro 79) para o tomate destinado a industrialização. Assim, nos Estados Unidos, em maio de 1976, o preço da matéria-prima era de US\$40,00/t contra US\$47,00/t em maio de 1975. Posteriormente, em janeiro de 1977, a ocorrência de geada na Flórida prejudicou grande parte da colheita, e o preço atingiu até US\$116/t. Entretanto, com a perspectiva de grandes suprimentos de primavera, os preços poderão chegar, ao final de 1977, a níveis inferiores ao do ano passado.

Tomando-se o produto português como indicador de preços internacionais de derivados de tomate, particularmente o concentrado (30 a 32º Brix), verifica-se que em 1976 as cotações estavam entre US\$550 e 600/t - FOB, após registrarem US\$450 a 500/t em 1975, mas ainda bem inferior ao nível de 1974 - (US\$800 a 1.000/t). Ao início de 1977 os preços mantinham-se ao redor de US\$570/t FOB. Tal valor também estava sendo praticado no Chile e na Argentina.

- Situação interna

A produção de tomate vem sofrendo sérios reveses nestes últimos anos. A ocorrência de geada em julho de 1975 provocou grande quebra da produção e, no caso do tomate rasteiro, foi semeada uma safra atípica, iniciada em agosto. No que se refere ao tomate de mesa, este fator climático adverso desestimulou os produtores da região Sul do Estado, reduzindo a oferta no 1º semestre de 1976 e provocando então forte elevação dos preços no atacado em São Paulo.

Devido à formalização do "Convênio de Tomate", reunindo produtores e industriais, onde ficaram decididos os preços de Cr\$0,55/kg de tomate entregue até 30 de setembro e de Cr\$0,60/kg posto propriedade, para quantidades colhidas a partir de 1º de outubro de 1976, houve estímulo para ampliação de área de tomate rasteiro. Durante os meses de maio e junho, entretanto, novamente anormalidades climáticas (baixa temperatura, excesso de chuva, alta umidade relativa e pouca insolação) nas regiões produtoras de Araçatuba e Presidente Prudente favoreceram o aparecimento de fungo *Phytophthora infestans*, causando a doença conhecida como requeima. Isto fez com que houvesse significativa quebra de produção, fazendo com que os preços pagos pelos remanescentes sofressem sucessivos reajustes para Cr\$0,60/kg e Cr\$0,70/kg, valor este que se estabilizou até o final da colheita.

Apesar dos novos replantios após estes incidentes, em meados de setembro as fábricas estavam trabalhando com elevada capacidade ociosa. Conquanto houvesse possibilidade de atendimento do mercado interno, os excedentes do produto pronto diminuíram consideravelmente em 1976.

Assim, nesse ano, a exportação de extrato de tomate pelo Porto de Santos alcançou um total de 4.245 toneladas, o que representa um decréscimo de 23% em confronto com 1975, mesmo com pedidos em carteira (pois os preços externos estavam em elevação). Até junho de 1977 haviam sido exportadas pelo Porto de Santos 1987 toneladas de extrato de tomate, sendo que 1318 somente no mês de junho. Comparativamente ao mesmo período de 1976 observou-se redução de 26%.

Também para o tomate de mesa o panorama de 1976 apresentou problemas, particularmente nas regiões de Campinas e Sorocaba, onde se verificou a ocorrência de granizo e fortes chuvas em agosto e setembro, provocando queda na oferta do produto e elevação das cotações mesmo em época de safra. São a partir de outubro os preços começaram a sofrer retração.

Em 1976, o preço médio anual ponderado, em termos reais, foi superior aos anos anteriores e o volume total comercializado na Capital de São Paulo sofreu redução de 8% (quadro 80).

Por outro lado, a variação estacional nos preços recebidos pelos tomaticultores, manteve o padrão normal (figura 12).

Em janeiro de 1977, no Comitê de Agroindústria de São Paulo, ficaram estabelecidos os preços de Cr\$0,84/kg de tomate entregue a indústria de junho a setembro e de Cr\$0,92/kg para volumes colhidos antes de junho e a partir de outubro, isto é, adotou-se um prêmio de 10% sobre o preço de compra para tomate precoce ou tardio para a safra deste ano.

Porém as estiagens em fevereiro e em maio prejudicaram a semeadura da cultura ras-teira, principalmente das lavouras que se desenvolvem sem irrigação, resultando em pouca produção de tomate precoce, gerando inclusive a necessidade de importação de cerca de 15.000 toneladas de concentrado de tomate, em regime de "draw-back". Este mesmo fato poderá causar um pique de safra em julho e começo de agosto, trazendo, como consequência, a formação de filas de caminhões às portas das fábricas, como já ocorreu diversas vezes até 1974. Concretizando-se tal fato, os tomaticultores irão reclamar quanto a desconto devido à classificação do tomate, feita muitas horas depois do produto colhido. Ressalte-se, todavia, que do lado industrial existem instalações de recepção do produto dimensionadas em função das linhas de produção, o que dificulta a descarga mais rápida.

Esses fatos também influenciaram na comercialização de tomate in-natura, visto que a produção precoce (ponteiros) de tomate para processamento era, nesses meses (março-abril), dirigida para o consumo, contribuindo para atenuar a alta de preços.

Durante o primeiro semestre de 1977 as entradas do produto no CEAGESP totalizaram 2,3 milhões de caixas, com um preço médio de Cr\$97,00/cx., o que comparado com o mesmo período do ano precedente significa variações de +9% e +24% no volume comercializado e nas cotações, respectivamente.

Quanto às demais hortaliças, considerando-se a área cultivada com 12 das principais espécies responsáveis por aproximadamente 50% da área total da horticultura no Estado de São Paulo, observa-se que de 13 mil hectares em 1975 houve pequena elevação para 13,7 mil hectares em 1976. Entretanto a produção apresentou uma queda de 5% no mesmo período (quadro 81).

O volume das hortaliças analisadas, comercializado no CEAGESP, alcançou, no ano de 1976, o total de 295,5 mil toneladas (excluindo tomate), quantidade esta inferior à do ano precedente. Constataram-se aumentos superiores a 10% nas entradas de chuchu, couve-flor e mandioquinha e redução da mesma ordem para abobrinha.

Dos 12 produtos analisados, 5 apresentaram preços médios reais mais baixos que em 1975, quais seja, chuchu, couve-flor, mandioquinha, pimentão e repolho. Contudo, merecem destaque o de chuchu e repolho, cujos valores reais diminuíram por tres anos consecutivos. No 1º semestre de 1977 registraram-se elevações nos preços médios reais de alface, cenoura, chuchu, couve-flor e repolho, sendo que os de abobrinha, berinjela, brócolos, mandioquinha, pepino, pimentão e vagem sofreram diminuição (quadro 82). Note-se, ainda, que para mandioquinha e pimentão a baixa ocorre pela segunda vez consecutiva.

O chuchu, produto que apresentou a terceira mais elevada taxa de crescimento, é extremamente sensível às variações na temperatura, razão pela qual os preços são mais elevados nos meses de janeiro-fevereiro e junho-agosto. As causas das elevadas cotações observadas este ano devem ser procuradas a mais longo prazo, visto que por tres anos consecutivos apresentou quedas em seus preços reais, desestimulando seu plantio e refletindo-se no volume comercializado nestes meses. Considerando-se ainda que em 1975 quase 1/3 do volume comercializado no CEAGESP proviu do Estado do Rio de Janeiro (com crescente participação), seguido pelos municípios da Capital e Praia Grande, todos com grande expansão imobiliária, pode-se identificar outras causas para a escassez observada.

Finalmente, englobando todas as hortaliças, nenhuma análise neste nível pode deixar de considerar os custos de comercialização, que apresentaram elevação devido a alta de combustível, ainda com o agravante do sistema pulverizado de produção. Acrescente-se também a tendência de deslocamento das zonas de cultivo para locais mais distantes dos grandes centros consumidores, tendo algumas espécies até mesmo ultrapassado as fronteiras estaduais.

Também não se pode deixar de computar o encarecimento de outros fatores de produção, como mão-de-obra, retirada dos subsídios para fertilizantes e a elevação das taxas de juros para os demais insumos, muito significativos para culturas de tecnologia avançada com uso intensivo de capital.

Outra dificuldade que se tem sentido nesta área até agora é a falta de pesquisas, fazendo com que para muitas espécies de hortaliças, como cenoura, beterraba, ervilha, repolho, etc., praticamente a totalidade das sementes plantadas são de origem estrangeira, que apresentam boas condições sanitárias mas nem sempre são variedades de características próprias para as nossas condições de cultivo.

Do lado da exportação os problemas enfrentados são o alto custo do transporte aéreo, a dificuldade de formação de lotes nas quantidades exigidas pelos importadores e frequentemente os produtos não atendem as exigências dos consumidores.

Nos últimos anos, exportações esporádicas e de pequena monta têm sido realizadas para países europeus, principalmente de pimentão e vagem para a França.

- Perspectivas

Até o momento sabe-se que deverá ocorrer redução na área plantada com tomate envarado, esperando-se, rodavia, acréscimo da produção através de melhoria da produtividade, o que deverá possibilitar normal abastecimento durante o segundo semestre de 1977 e início de 1978. A princípio pode-se estimar um preço médio anual ponderado ao redor de Cr\$97,00/cx. para 1977, o que em termos reais será inferior ao de 1976.

Em São Paulo o tomate Santa Cruz envarado tem um custo operacional estimado em Cr\$69.195,00 por hectare, onde a mão-de-obra representa 42% do total. Para o tomate rasteiro

este custo ascende a Cr\$12.405,89 por hectare, com 30% representado pela mão-de-obra.

Devido à alta nos custos de produção de tomate rasteiro, os agricultores solicitaram em maio um reajuste de preço para Cr\$0,96/kg, a vigorar durante toda a colheita. Entretanto, tal elevação ficou condicionada à autorização, pelo CIP, de aumento proporcional no produto final, de modo que as indústrias também possam repassá-lo aos consumidores, o que até agora não foi de cidido.

Para 1978, o panorama de plantio é ainda bastante incerto, pois os produtores encontram-se desestimulados por anos consecutivos de frustração de safra, com débitos bancários acumulados e demora na liberação de financiamentos para custeio.

Em favor de aumento de área plantada milita o fato da indústria ter a necessidade de adquirir maiores quantidades de matéria-prima visto que, pelo regime de "draw-back" em que foram feitas as importações, equivalentes a cerca de 100 mil toneladas de matéria-prima, deverá ocorrer em dois anos exportação de igual volume para que a indústria não seja obrigada a recolher o valor da isenção alfandegária (85% ad-valorem) obtida. Some-se, ainda, as crescentes necessidades para atendimento do mercado interno.

Vale ressaltar que ampliação de área somente será conseguida com efetivo estímulo de preço a ser pago aos tomaticultores, motivo pelo qual recomenda-se maior atenção ao setor, pois em termos comparativos será melhor propiciar condições à produção nacional, do que despender divisas. Note-se, ainda, que apenas com a isenção tarifária a polpa de tomate importada pode competir com a matéria-prima brasileira.

Quanto às outras hortaliças, louve-se o esforço governamental, através do PROHORT, no sentido de incentivar a produção de hortícolas, inclusive com intenção de facilitar o financiamento para pequenos e médios produtores, o que deverá redundar, a médio prazo, em melhor abastecimento.

(IEA, 15/07/1977)

QUADRO 79 . - Área Plantada e Produção de Tomate nos Principais Países Produtores e Exportadores, 1974-76

País	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)		
	1974	1975	1976 ⁽¹⁾	1974	1975	1976 ⁽¹⁾
Egito	117	137	142	1.729	2.107	2.192
México	82	82	88	1.227	1.337	1.409
Estados Unidos	187	204	204	7.274	8.621	8.856
Argentina	33	27	27	610	486	505
Brasil	47	46	48	1.035	1.047	1.154
Turquia	80	82	84	2.150	2.300	2.387
Grécia	39	42	32	1.635	1.627	1.627
Itália	117	113	95	3.637	3.512	3.015
Portugal	24	25	26	768	840	700
Espanha	82	80	70	2.399	2.309	2.103

(¹) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, a partir de dados da FAO.

QUADRO 80 . - Produção e Industrialização de Tomate, Estado de São Paulo, 1968-76

(1.000t)

Ano	Produção		Volume processado	Volume comercializado CEAGESP	
	Estado	Cultura envarada			Cultura rasteira
1968	419	275	144	170	181
1969	381	223	198	180	171
1970	440	286	154	210	224
1971	478	268	210	225	225
1972	488	322	166	190	225
1973	526	392	134	170	251
1974	610	330	280	340	254
1975	546	311	235	250	250
1976	547	297	250	265	229

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 81. - Área, Produção no Estado de São Paulo e Comercialização de Hortalças, no Entrepasto Terminal do Jaguare da CEAGESP, 1973-76

Produto	Área (ha)				Produção (1.000 t)				Volume comercializado (1.000t)			
	1973	1974	1975	1976	1973	1974	1975	1976	1973	1974	1975	1976
Abobrinha	1.270	979	751	1.140	19,2	11,8	9,9	11,5	18,0	17,6	21,1	16,1
Alface	2.360	2.200	1.932	1.927	37,7	52,2	46,0	39,9	26,1	23,7	24,6	26,4
Berinjela	293	265	225	241	5,9	5,9	4,7	4,7	14,7	10,0	13,2	12,4
Brócolos	570	414	331	295	13,5	14,6	9,2	7,5	12,1	13,9	13,8	13,3
Cenoura	1.560	1.686	1.384	1.393	38,5	42,3	36,2	35,2	36,0	37,7	41,3	43,2
Chuchu	800	780	502	327	36,6	35,0	20,3	15,4	28,1	27,6	33,4	37,9
Couve-flor	1.110	1.163	852	988	22,4	22,6	17,2	19,5	14,6	14,2	12,1	16,4
Mandioquinha	1.020	1.850	1.540	1.326	10,3	18,5	12,7	13,9	9,3	12,0	6,8	11,6
Pepino	1.170	1.080	523	562	29,8	27,7	14,3	12,9	22,2	20,6	23,5	22,9
Pimentão	1.280	1.193	1.065	972	19,0	20,6	17,4	15,7	15,7	15,1	15,9	14,6
Repolho	3.420	3.691	2.960	2.899	101,1	109,0	108,6	102,5	60,5	58,5	57,9	61,4
Tomate	8.300	6.600	8.600	6.400	392,0	330,0	311,0	296,8	251,0	254,0	249,9	228,8
Vagem	1.400	1.531	1.474	1.668	21,6	22,4	22,5	25,5	20,5	17,8	20,4	19,3
Total	24.553	23.432	22.139	20.138	747,6	712,6	630,0	601,0	528,9	522,6	533,6	524,3

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 82. - Preços Médios Anuais de Hortaliças a Nível de Atacado, São Paulo, 1973-77

(Cr\$/unidade)

Produto	Unidade	1973		1974		1975		1976		1977 ⁽¹⁾	
		Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Abobrinha	cx.	17,90	41,68	27,02	49,12	28,97	41,04	49,47	49,47	57,25	43,33
Alface	engr.	51,40	119,67	78,46	142,63	97,22	137,72	181,82	181,82	241,81	183,03
Berinjela	cx.	8,33	19,39	22,00	39,99	17,85	25,29	31,32	31,32	29,27	22,15
Brócolos	mç.	7,94	18,49	13,12	23,85	15,08	21,36	28,47	28,47	34,40	26,04
Cenoura	cx.	25,52	59,42	36,90	67,08	40,30	57,09	64,00	64,00	113,24	85,71
Chuchu	cx.	12,20	28,40	18,93	34,41	20,25	28,69	27,73	27,73	51,15	38,72
Couve-flor	dz.	10,40	24,21	15,08	27,41	22,45	31,80	27,72	27,72	44,86	33,95
Mandiocaquinha	cx.	36,97	86,08	35,07	63,75	79,95	113,26	69,04	69,04	87,85	66,49
Pepino	cx.	18,49	43,05	29,07	52,85	33,47	47,41	50,48	50,48	53,74	40,68
Pimentão	cx.	23,21	54,04	34,98	63,59	46,46	65,82	57,50	57,50	61,71	46,71
Repólio	sc.	15,54	36,18	18,01	32,74	22,52	31,90	26,47	26,47	54,07	40,93
Tomate	cx.	27,07	63,03	36,37	66,12	42,60	60,35	81,12	81,12	96,87	73,32
Vagem	kg.	1,51	3,51	2,35	4,27	2,52	3,57	4,35	4,35	4,41	3,34

(¹) Média do 1º semestre.

(²) Em cruzeiros de 1976.

Fonte: CEAGESP.

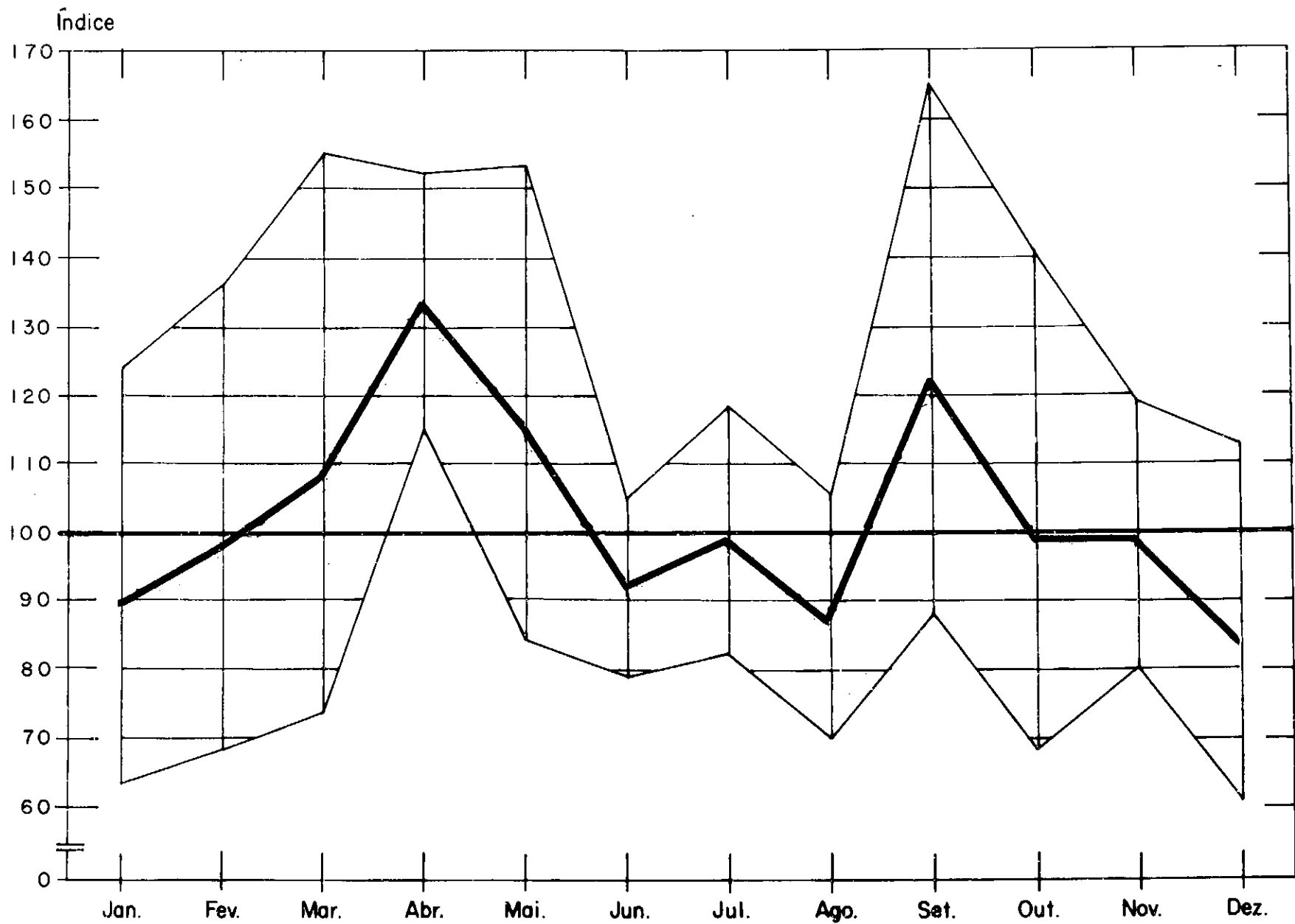


FIGURA 12. - Variação Estacional do Preço no Atacado de Tomate, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Avicultura

- Panorama internacional

Estima-se que a produção mundial de carnes de aves em 1976 tenha atingido cerca de 22,9 milhões de toneladas (dados da FAO), o que representaria um aumento ao redor de 6% em relação a 1975.

Segundo dados divulgados pelo USDA, a produção nos 38 países maiores produtores alcançou 15,8 milhões de toneladas, 6,5% maior que em 1975, sendo que dessa produção, cerca de 10,4 milhões de toneladas foram de carne de frango, significando um acréscimo de 10% com relação a 1975. A produção dos Estados Unidos totalizou 5,4 milhões de toneladas, cerca de 35% do total dos 38 países.

No Oeste Europeu a produção de carne de aves foi 6,5% maior que em 1975, quando atingiu 4,3 milhões de toneladas. A Comunidade Econômica Européia produziu 3,3 milhões de toneladas, 5,5% a mais que em 1975. A Espanha alcançou uma produção de 685.000 toneladas, com um incremento de 8,5%.

O aumento na produção de carne de aves nos países do Leste Europeu variou entre 4% e 30%. Porém, muitos desses países consumiram toda a produção.

No Japão, Canadá e Brasil houve incrementos na produção da ordem de 11%, 13% e 8%, respectivamente.

Contrariando previsões anteriores, o comércio internacional de carne de aves apresentou expansão durante 1976, principalmente no mercado do Oriente Médio.

Para 1977, segundo o USDA, o aumento na produção de frangos seria o caminho para aumentar a oferta mundial de carne de aves em cerca de 5%, com expansão em todas as regiões.

Na Comunidade Econômica Européia é esperado que o incremento da produção de carne de aves atinja 3,5%, com o Reino Unido apresentando o maior incremento, de quase 6%.

Os países do Leste Europeu teriam suas produções aumentadas em aproximadamente 5%, sendo que a União Soviética cobriria cerca de 3/4 da queda de 20% experimentada em 1976, produzindo em 1977 perto de 1,4 milhão de toneladas.

O aumento da produção em outras áreas, como Japão, África do Sul e Austrália, atingiria cerca da metade do decréscimo apresentado em 1976.

O comércio internacional de produtos avícolas aumentará em 1977, mas esse aumento não deverá atingir o nível elevado do último ano, quando os Estados Unidos duplicaram suas exportações de carne de aves, atingindo 195.000 toneladas.

As expectativas de maiores ganhos no comércio externo são devidas aos mercados do Oriente Médio.

O Brasil aumentou em 464% as exportações de carne de frangos, principalmente para os países do Oriente Médio, onde o potencial do mercado é o seguinte: Kuwait, 18 mil t; Emirados Arabes, 12 mil t; Arábia Saudita, 72 mil t; Egito, 50 mil t; Síria, 20 mil t; Jordânia, 8 mil t; Iran, 40 mil t; e Iraque 48 mil t. Os preços vigentes nesse mercado (CIF Golfo Pérsico) para os diversos países exportadores são: Brasil, US\$1.175,00/t; China, US\$1.050/t; França US\$1.180 a 1.260/t; Dinamarca, US\$1.300/t; Romênia e Bulgária, US\$1.180 a 1.200/t; Argentina US\$1.150/6. Alguns destes países mantem uma política de estímulo a estas exportações, como é o caso da Holanda, que concede incentivos da ordem de 40% e a França que mantem um subsídio de US\$206,00/6 exportada.

Segundo dados da FAO, a produção mundial de ovos em 1976 alcançou 23,9 milhões de to-

neladas, cerca de 2% maior que a do ano anterior. Entretanto, dados divulgados pelo USDA mostram uma produção menor que aquela, ocasionada por decréscimos na produção da Comunidade Econômica Européia e na União Soviética, de 0,8% e 4,6%, respectivamente.

Outras regiões mostram acréscimos na produção de ovos entre 1975 e 1976, como é o caso de Portugal, onde houve crescimento de 40%, Espanha, com 9% de acréscimo, enquanto na Argentina houve queda de 16%.

Para 1977 as previsões são de aumento na produção mundial de ovos da ordem de 2,5% sobre a de 1976. Aumentos de 1% estariam previstos para os Estados Unidos e Japão; a União Soviética, ao que tudo indica, terá um aumento de 6%, pela reposição de poedeiras, o que compensaria a baixa produção de 1976 que teve como causa a desastrosa colheita de grãos em 1975. Na Espanha e França espera-se, também, aumentos na produção de ovos, entretanto quedas são esperadas para Austrália, Hungria e outros países Europeus.

Para o segundo semestre de 1977 as perspectivas mundiais são de queda nos preços dos ovos, dado o incremento da oferta.

- Situação interna

Em 1976, informes disponíveis dão conta de uma produção brasileira de carne de aves ao redor de 570 mil toneladas, tendo crescido cerca de 7,5% em relação a 1975. Em São Paulo, produziu-se perto de 275 mil toneladas, significando cerca de 48% da produção nacional.

A produção de matrizes, apresentou acréscimo de aproximadamente 26% em relação ao ano anterior, tendo sido produzidas, segundo a União Brasileira de Avicultura (UBA), 5.956.861 cabeças. No Estado de São Paulo foram produzidas 2.581.282 matrizes, cerca de 22% a mais que em 1975, representando uma participação na produção nacional ao redor de 43,0%, contra 45% no ano anterior: A participação de outros principais estados no plantel de matrizes em 1976 foi o seguinte: Santa Catarina 12,6%; Minas Gerais, 11,9%; Rio Grande do Sul, 9,1%; Rio de Janeiro 6,1%, onde se verifica um aumento da participação de Santa Catarina e queda para Minas Gerais.

São Paulo teve a sua produção de matrizes para corte aumentada em 1976, porém sua participação no total nacional caiu. Nos primeiros cinco meses de 1977 a produção de matrizes no Estado foi de 1.029.665 cabeças, contra 1.159.124 em 1976, significando uma queda de 11,2%.

O setor de corte apresentou em 1976 uma tendência declinante dos preços até julho, vindo a reagir depois, até dezembro. O preço médio recebido pelo produtor de frango caiu, em termos reais, cerca de 30% em julho com relação a janeiro; a partir daí houve uma reação e, em dezembro já apresentava um acréscimo em relação a julho de 26,6% em valores correntes e de cerca de 10% em valor real. Nos cinco primeiros meses de 1977 essa tendência dos preços do frango continuou, tendo apresentado, no mês de maio, queda ao redor de 7,6% em valores reais, com relação a janeiro. A média anual dos preços recebidos pelos produtores de frango apresentou, em 1976, quedas em valores reais ao redor de 7% e 14% em relação a 1975 e 1974, respectivamente (quadro 83).

A queda nos preços do frango foi mais acentuada a partir de maio de 1976, quando comparada com o ano anterior. Isto se deve a inclusão de aves na lista CIP/SUNAB para os supermercados, o que ocasionou uma queda brusca nos preços recebidos pelos produtores, fazendo com que estes, no segundo semestre, se situassem em níveis inferiores àqueles verificados no período 1973-75.

Pode-se notar, pela visualização dos dados do quadro 83, que os preços de frango recebidos pelos produtores apresentam uma estacionalidade, com queda até a metade do ano, reagindo

a partir daí até o último mês. Os índices estacionais de preços recebidos pelos produtores de frangos figura 13, mostram pico em setembro e mínimo em maio.

Houve apenas aumento vegetativo do consumo de carne de aves, pois para haver um crescimento real implicaria em mudança no hábito alimentar da população que, aliado ao abastecimento relativamente normal da carne bovina a preços considerados baixos quando comparados a outros países, tem mantido o mercado de carne de aves bastante desfavorável para o produtor paulista, agravado pela grande penetração em São Paulo do frango produzido por grandes frigoríficos (sistema integrado) do Sul do País, a preços mais competitivos.

Aos preços vigentes nos primeiros cinco meses de 1977, a atividade tornou-se crítica, principalmente para aqueles produtores de manejo menos eficiente. O preço médio do frango vivo nesses cinco primeiros meses situou-se em Cr\$7,60/kg.

Dentre os principais insumos utilizados na avicultura de corte, observa-se que o preço médio das linhagens de pinto de um dia oscilou bastante durante o ano de 1976, tendo o preço médio real em dezembro aumentado cerca de 10% em relação a janeiro, enquanto que a média do ano sofreu acréscimo de 2,5% em relação a de 1975 (quadro 84). A razão para corte inicial apresentou aumento no preço médio de 1976, com relação ao de 1975, de 38% em valores correntes e queda de cerca de 2% em valor real (quadro 85), enquanto que essas variações no preço médio da ração para corte final foram de mais 36% em valor corrente e menos 3,6% em valor real (quadro 86).

As estimativas existentes indicam para 1976 uma produção nacional de ovos da ordem de 550 milhões de dúzias. Para o Estado de São Paulo, a produção de ovos esteve ao redor de 450 milhões de dúzias em 1976, representando cerca de 82% da produção nacional.

O plantel brasileiro de matrizes de postura atingiu, em 1976 cerca de 620 mil aves (495 mil para ovos brancos e 125 mil para ovos vermelhos), o que representa um acréscimo de cerca de 6% em relação ao ano anterior. No Estado de São Paulo foram alojadas 448 mil matrizes, com aumento de aproximadamente 9,5% em relação a 1975. Nos primeiros cinco meses de 1977 foram produzidas cerca de 213 mil matrizes, significando uma queda de 9% em relação a igual período do ano anterior, sendo que a participação de São Paulo foi de 151 mil aves.

Durante 1976 o mercado de ovos sofreu quedas e altas bruscas, cujos preços recebidos pelos produtores tem sofrido nos últimos anos grandes oscilações, principalmente quando há interferência no mercado por parte do poder público com o objetivo de controlar os preços finais, como aconteceu em 1974 e mais recentemente em 1976.

Em abril o preço médio real recebido pelo produtor era 28% superior ao de janeiro, caindo em seguida para chegar em dezembro a um nível ao redor de 29% inferior ao primeiro. O preço médio real para o ano foi de Cr\$4,78/kg, maior que o de 1975 em apenas 2%, enquanto que comparado aos de 1974 e 1973 apresentou quedas ao redor de 9% e 15% respectivamente (quadro 87).

De certo modo, em 1976 os preços dos ovos estiveram dentro dos padrões estacionais, que apresenta índice de preços superiores no período de março a agosto, permanecendo o restante abaixo da média com picos de máximo e mínimo nos meses de abril e outubro, respectivamente figura 14.

Nos cinco primeiros meses de 1977 os preços recebidos pelos produtores acompanharam os índices estacionais estabelecidos para o produto, sofrendo aumento relativamente escalonado de

janeiro até maio, tendo em termos reais evoluído de cerca de 22% nesse período (quadro 83).

Nesse período a oferta esteve reduzida em decorrência da queda de produtividade comum nesta época, bem como, por uma certa retração ocorrida na atividade a partir de maio do ano anterior, devido ao desestímulo provocado pelos baixos preços vigentes na época e que tornaram a atividade anti-econômica. Os produtores, sobrecarregados por compromissos financeiros a saldar, se acharam de certo modo impossibilitados de assumir novos financiamentos para investir na expansão da atividade produtiva.

Dado a relativamente reduzida oferta existente no início de 1977, o mercado de ovos comportaria preços ainda mais elevados, entretanto, a antevisão de um possível controle de preços ao nível do varejo, idêntico ao de abril de 1976, que viria conturbar novamente a atividade produtiva, com a conseqüente queda dos preços ao nível dos produtores, fez com que estes acordassem em manter os preços do produto inalterados. De qualquer forma, este controle indireto não impediu que os preços para o consumidor sofressem novos aumentos, enquanto que pelo lado da produção os preços congelados não estimulam novos investimentos.

Dos principais insumos utilizados na atividade de postura, a evolução do preço médio das linhagens de pinto de um dia foi de 44% em valor corrente e de 2% em valor real, em 1976 quando comparado a 1975 (quadro 88), enquanto que a ração para pondeiras apresentou aumento de 31% em valor corrente e queda de 7% em valor real, no preço médio de 1976 em relação ao de 1975 (quadro 89). Isto resultou em uma relação de preços ovo/ração bem mais favorável no setor neste último ano, relação esta que mostra sinais de deterioração em 1977 (quadro 90).

O abastecimento de matérias-primas para ração foi normal durante 1976. Entretanto, os preços internos de alguns produtos acompanharam as altas do mercado internacional e resultaram em altas mais que proporcionais. Assim, o farelo de soja sofreu grandes variações nos preços durante o ano, verificando-se um preço médio real de cerca de 27% superior ao de 1975 (quadro 91). Em março do corrente ano o preço do farelo de soja já atingia Cr\$3,45/kg., quando o Governo tabelou-o em Cr\$2,50/kg., com base na transferência dos recursos da taxa "ad valorem" sobre exportações de soja e derivados, além de instituir cotas de fornecimento aos avicultores, como forma de regularizar o abastecimento interno. A farinha de carne foi outro produto que teve seu abastecimento interno influenciado pelo mercado externo tanto quanto aos preços como pela quantidade comercializada internamente.

Problema bastante específico com que se defronta atualmente o setor avícola esta relacionado com a mão-de-obra empregada. Se bem o trabalhador na avicultura não se constitua em uma mão-de-obra especializada, ele deve apresentar determinadas características que o qualifiquem para a função. Tais pessoas, por sua própria natureza, são normalmente atraídas pelas atividades urbanas, exigindo dos avicultores maiores compensações para sua permanência. Uma das exigências que se tem tornado mais comum é o seu registro no INPS, resultando para o avicultor, em duplo recolhimento previdenciário: FUNRURAL e INPS, encarecendo o custo da produção. A solução para o impasse seria a vinculação de atividade no INPS.

- Perspectivas

As exportações brasileiras de carne de frango congelado, durante 1976, atingiram perto de 20 mil toneladas, no valor de US\$19,6 milhões e durante os quatro primeiros meses do corrente ano cerca de 6 mil toneladas, devendo até o final do ano atingir entre 40 e 50 mil toneladas. Para 1978 espera-se que as nossas exportações estejam ao redor de 80 mil toneladas, gerando divisas próximas dos US\$ 100 milhões.

Para que tal meta seja alcançada, terão os exportadores que superar diversos obstáculos que dificultam a expansão destes negócios, como é o caso da falta de preço em navios frigoríficos, os elevados custos do frete marítimo e a desastrosa competição de certas firmas exportadoras, que vem aviltando o preço do produto nos Mercados do Oriente Médio.

Assim, algumas medidas são necessárias de forma a que essas exportações não sofram so luções de continuidade como: melhor organização do transporte marítimo a custos que assegurem a competitividade do produto brasileiro, inclusive frente a outros países, como por exemplo a França, que concede incentivos da ordem de US\$206,00/t e Holanda, cujos incentivos são da ordem de 40%; disponibilidade de navios frigoríficos, a fim de evitar o armazenamento do produto, que o encarece ainda mais; estabelecimento de uma política nacional de exportação do produto brasileiro, que impeça a deterioração de seus preços no mercado externo, onde alguns "tradings" e produtores-exportadores estariam operando a preços abaixo daqueles vigentes para o produto brasileiro no mercado externo (US\$1.175,00/t - CIF).

O setor avícola tem-se desenvolvido a taxas consideráveis nos últimos anos e é um dos que mais tem transferido ao consumidor os benefícios desse desenvolvimento, pois os seus preços se apresentam decrescentes desde 1964 (quadro 92). Esse crescimento porém, está ameaçado no futuro, principalmente na atividade de postura, pela compressão de sua taxa de retorno e pelo temor de que controles de preço do produto reduzam-se ainda mais.

Algumas medidas que poderiam ser tomadas para dinamizar o setor seriam: concessão de incentivos para o uso generalizado de embalagem de dúzia na comercialização do ovo, o que viria a preservar a qualidade do produto, reduzindo as perdas no processo; melhor adequação dos preços de financiamento;

Apesar da expansão na produção nacional de matrizes de corte em 1976 (26%), os preços de pintos de um dia para corte se apresentaram elevados, face a grande procura, uma vez que a exportação de frango que está sendo incrementada, é baseada em terminadas em cerca de 40 dias, o que reduz substancialmente o ciclo da produção, aumentando, em consequência, a demanda por pinto de um dia. Isto não deve se constituir, no e em um impedimento à expansão da produção.

Pelo pequeno aumento verificado no plantel de matrizes para postura em 1976 (6%), e diminuição nos primeiros meses de 1977 (-11%), não há perspectivas de aumento na produção de ovos a curto prazo, sendo que até o final do corrente ano pode-se esperar um pequeno aumento devido a época de safra, que começa no segundo semestre, e não pela expansão do plantel de poedeiras, que pode ter até sofrido uma diminuição.

(IEA, 18/07/1977)

QUADRO 83. - Preço Médio de Frango Recebido pelo Produtor, São Paulo, 1973-77
(Cr\$/kg)

Mês	1 9 7 3		1 9 7 4		1 9 7 5		1 9 7 6		1 9 7 7	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	3,07	7,62	5,47	11,61	4,65	7,37	6,87	8,36	7,43	6,15
Fev.	3,17	7,78	5,66	11,70	4,37	6,78	6,63	7,75	6,58	5,27
Mar.	3,15	7,62	4,01	7,93	4,77	7,29	7,15	8,05	7,96	6,13
Abr.	3,28	7,82	4,46	8,38	4,26	6,39	7,06	7,67	8,10	5,99
Mai.	3,14	7,41	3,71	6,74	4,85	7,13	6,13	6,43	7,95	5,68
Jun.	3,24	7,56	3,85	6,86	4,85	6,98	6,06	6,20	7,98	5,59
Jul.	3,54	8,20	3,79	6,67	4,77	6,72	5,94	5,85
Ago.	4,31	9,87	4,28	7,44	5,03	6,89	6,68	6,32
Set.	4,68	10,61	4,48	7,65	5,71	7,64	7,14	6,54
Out.	4,62	10,31	4,37	7,36	6,22	8,15	7,61	6,80
Nov.	4,68	10,34	4,10	6,80	6,74	8,63	7,45	6,54
Dez.	5,04	10,99	4,51	7,31	6,48	8,13	7,52	6,45
Média Anual	3,83	8,89	4,39	7,92	5,23	7,39	6,85	6,85	7,67	5,80

(¹) Preço Deflacionado pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiros de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 84. - Preço Médio do Pinto de Um Dia para Corte, São Paulo, 1973-77.
(Cr\$/unidade)

Mês	1 9 7 3		1 9 7 4		1 9 7 5		1 9 7 6		1 9 7 7	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	0,89	2,21	1,04	2,21	1,33	2,11	1,64	1,99	2,55	2,11
Fev.	0,92	2,26	1,40	2,89	1,38	2,14	1,65	1,93	2,55	2,04
Mar.	0,92	2,23	1,33	2,63	1,35	2,06	1,68	1,89	2,61	2,01
Abr.	0,88	2,10	1,18	2,22	1,35	2,03	2,00	2,17	2,64	1,95
Mai.	0,85	2,01	1,24	2,25	1,37	2,01	2,05	2,15	2,90	2,07
Jun.	0,85	1,98	1,25	2,23	1,39	2,00	2,05	2,09	2,93	2,05
Jul.	0,86	1,99	1,23	2,16	1,40	1,97	2,11	2,08
Ago.	0,90	2,06	1,29	2,24	1,40	1,92	2,15	2,03
Set.	0,90	2,04	1,45	2,48	1,45	1,94	2,19	2,00
Out.	0,90	2,01	1,45	2,44	1,53	2,00	2,32	2,07
Nov.	0,92	2,03	1,45	2,41	1,55	1,99	2,37	2,08
Dez.	1,00	2,18	1,37	2,22	1,55	1,95	2,55	2,19
Média Anual	0,90	2,09	1,31	2,36	1,42	2,01	2,06	2,06	2,70	2,04

(¹) Preço Deflacionado pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiros de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 85.- Preço Médio de Ração para Corte Inicial, Mercado de São Paulo, 1973-77
(Cr\$/kg)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	0,83	2,06	1,01	2,14	1,21	1,92	1,58	1,92	2,49	2,06
Fev.	0,85	2,09	1,03	2,13	1,32	2,05	1,62	1,89	2,49	1,99
Mar.	0,86	2,08	1,03	2,04	1,30	1,99	1,77	1,99	2,62	2,02
Abr.	0,88	2,10	1,03	1,93	1,37	2,06	1,78	1,93	2,64	1,95
Mai.	0,90	2,12	1,03	1,87	1,40	2,06	1,78	1,87	2,64	1,88
Jun.	0,90	2,10	1,03	1,84	1,38	1,99	1,80	1,84	2,64	1,85
Jul.	0,93	2,15	1,01	1,78	1,36	1,92	1,93	1,90
Ago.	0,94	2,15	1,10	1,91	1,46	2,00	2,23	2,11
Set.	0,95	2,15	1,30	2,22	1,53	2,05	2,22	2,03
Out.	0,95	2,12	1,08	1,82	1,56	2,04	2,27	2,03
Nov.	0,96	2,12	1,05	1,74	1,57	2,01	2,28	2,00
Dez.	1,01	2,20	1,20	1,95	1,54	1,93	2,29	1,96
Média	0,91	2,11	1,08	1,95	1,42	2,01	1,96	1,96	2,59	1,96

(¹) Preço Deflacionado pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiros de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 86.- Preço Médio de Ração para Corte Final, Mercado de São Paulo, 1973-77.
(Cr\$/kg)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	0,83	2,06	0,95	2,02	1,24	1,97	1,53	1,86	2,38	1,97
Fev.	0,84	2,06	0,97	2,00	1,34	2,08	1,56	1,82	2,38	1,91
Mar.	0,81	1,96	0,97	1,92	1,30	1,99	1,71	1,93	2,52	1,94
Abr.	0,86	2,05	0,97	1,82	1,38	2,07	1,71	1,86	2,54	1,88
Mai.	0,86	2,03	0,97	1,76	1,34	1,97	1,71	1,79	2,55	1,82
Jun.	0,86	2,01	0,97	1,73	1,20	1,73	1,74	1,78	2,53	1,77
Jul.	0,83	1,92	0,93	1,64	1,29	1,82	1,86	1,83
Ago.	0,89	2,04	1,02	1,77	1,40	1,92	2,17	2,05
Set.	0,90	2,04	1,17	2,00	1,48	1,98	1,96	1,79
Out.	0,90	2,01	1,01	1,70	1,51	1,98	2,18	1,95
Nov.	0,91	2,01	0,99	1,64	1,57	2,01	2,22	1,95
Dez.	0,94	2,05	1,13	1,83	1,50	1,88	2,23	1,91
Média	0,87	2,02	1,00	1,80	1,38	1,95	1,88	1,88	2,48	1,88

(¹) Preço Deflacionado pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiros de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 87. - Preço Médio Recebido pelo Produtor de Ovos, Estado de São Paulo, 1973-77 ⁽¹⁾
(Cr\$/kg)

Mês	1 9 7 3		1 9 7 4		1 9 7 5		1 9 7 6		1 9 7 7	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Jan.	1,72	4,27	2,77	5,88	2,92	4,63	3,57	4,34	4,74	3,92
Fev.	1,82	4,46	3,07	6,35	2,52	3,91	3,64	4,25	5,20	4,17
Mar.	2,07	5,01	3,09	6,11	3,17	4,84	4,76	5,36	6,21	4,78
Abr.	2,41	5,75	3,43	6,44	3,39	5,09	5,12	5,56	6,43	4,75
Mai.	2,34	5,52	3,28	5,95	3,50	5,15	4,73	4,96	6,70	4,78
Jun.	2,52	5,88	2,96	5,27	3,66	5,26	4,95	5,06	6,87	4,81
Jul.	2,61	6,04	3,18	5,60	3,56	5,01	5,17	5,09
Ago.	2,66	6,09	3,06	5,32	3,34	4,58	5,61	5,31
Set.	2,69	6,10	2,74	4,68	3,06	4,10	5,27	4,82
Out.	2,68	5,98	2,44	4,11	3,16	4,14	5,08	4,54
Nov.	2,69	5,94	2,43	4,03	3,61	4,62	4,84	4,25
Dez.	2,81	6,13	2,40	3,89	3,79	4,76	4,59	3,94
Média	2,42	5,62	2,90	5,23	3,31	4,68	4,78	4,78	6,02	4,54

⁽¹⁾ Ponderado segundo os tipos.

⁽²⁾ Preço Deflacionado pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiros de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 88. - Preço Médio do Pinto de Um Dia para Postura, São Paulo, 1973-77.
(Cr\$/unidade)

Mês	1 9 7 3		1 9 7 4		1 9 7 5		1 9 7 6		1 9 7 7	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	2,10	5,21	2,25	4,78	2,80	4,44	3,88	4,72	5,86	4,85
Fev.	2,10	5,15	2,75	5,68	2,80	4,35	3,90	4,56	5,90	4,73
Mar.	2,10	5,08	2,75	5,44	2,76	4,22	4,01	4,52	5,90	4,54
Abr.	2,20	5,25	2,75	5,17	2,75	4,13	4,54	4,93	5,91	4,37
Mai.	2,30	5,43	2,75	4,99	3,13	4,60	4,64	4,87	6,00	4,28
Jun.	2,30	5,37	2,75	4,90	3,47	4,99	4,65	4,75	6,22	4,35
Jul.	2,30	5,33	2,75	4,84	3,52	4,96	4,82	4,75
Ago.	2,30	5,27	2,75	4,78	3,53	4,84	4,95	4,68
Set.	2,30	5,21	2,77	4,73	3,55	4,75	5,05	4,62
Out.	2,30	5,13	2,80	4,78	3,55	4,65	5,35	4,78
Nov.	2,29	5,06	2,80	4,65	3,64	4,66	5,36	4,70
Dez.	2,25	4,91	2,80	4,54	3,70	4,64	5,45	4,67
Média	2,24	5,20	2,72	4,91	3,27	4,62	4,72	4,72	5,96	4,52

⁽¹⁾ Preço Deflacionado pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiros de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 89. - Preços Médios de Ração para Poedeiras, Mercado de São Paulo, 1973-77.
(Cr\$/kg)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	0,73	1,81	0,95	2,02	1,27	2,01	1,35	1,64	2,06	1,70
Fev.	0,79	1,94	0,99	2,05	1,29	2,00	1,38	1,61	2,06	1,65
Mar.	0,82	1,98	0,99	1,96	1,13	1,73	1,51	1,70	2,13	1,64
Abr.	0,83	1,98	0,99	1,86	1,20	1,80	1,51	1,64	2,14	1,58
Mai.	0,84	1,98	0,99	1,80	1,20	1,76	1,52	1,60	2,14	1,53
Jun.	0,84	1,96	0,99	1,76	1,19	1,71	1,53	1,56	2,14	1,50
Jul.	0,84	1,95	0,97	1,71	1,16	1,63	1,61	1,59
Ago.	0,84	1,92	1,02	1,77	1,23	1,69	1,84	1,74
Set.	0,84	1,90	1,07	1,83	1,29	1,73	1,87	1,71
Out.	0,84	1,87	0,91	1,53	1,32	1,73	1,86	1,66
Nov.	0,84	1,86	0,89	1,48	1,36	1,74	1,86	1,63
Dez.	0,91	1,98	1,11	1,80	1,32	1,66	1,88	1,61
Média	0,83	1,93	0,99	1,79	1,25	1,77	1,64	1,64	2,11	1,60

(¹) Preço Deflacionado pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiros de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 90. - Relação de Preço Ovo/ração, Estado de São Paulo, 1972-77 (¹)

Mês	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Jan.	2,55	2,36	2,91	2,30	2,64	2,30
Fev.	2,38	2,30	3,10	1,95	2,64	2,52
Mar.	2,70	2,52	3,12	2,81	3,15	2,92
Abr.	2,93	2,90	3,46	2,83	3,39	3,00
Mai.	2,49	2,78	3,31	2,92	3,11	3,13
Jun.	2,59	3,00	2,98	3,08	3,23	3,21
Jul.	3,10	3,10	3,27	3,07	3,21	...
Ago.	3,05	3,16	3,00	2,72	3,05	...
Set.	2,62	3,20	2,56	2,37	2,82	...
Out.	2,56	3,19	2,68	2,39	2,73	...
Nov.	2,75	3,20	2,73	2,65	2,60	...
Dez.	2,48	3,08	2,16	2,87	2,44	...
Média	2,70	2,92	2,93	2,65	2,91	2,85

(¹) Quilos de ração para poedeiras que podem ser adquiridos por uma dúzia de ovos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 91. - Preço Médio das Principais Matérias-Primas para Rações, Mercado Atacadista de São Paulo, 1973-77

(Cr\$/kg)

Matéria-prima	1973		1974		1975		1976		1977 ⁽²⁾	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Milho	0,54	1,25	0,68	1,23	0,97	1,37	1,21	1,21	1,29	0,99
Farelo de soja	0,92	2,14	1,03	1,86	1,12	1,58	2,01	2,01	2,98	2,29
Farelo de caroço de algodão	0,77	1,79	0,84	1,52	0,94	1,33	1,58	1,58	2,05	1,58
Farelo de amendoim	1,37	3,18	0,97	1,75	0,93	1,31	1,64	1,64	2,59	1,99
Farelinho de trigo	0,24	0,56	0,27	0,49	0,31	0,44	0,59	0,59	0,75	0,58
Farinha de carne	1,35	3,13	1,55	2,80	1,61	2,27	1,88	1,88	2,80	2,15
Farinha de sangue	1,71	3,97	1,80	3,25	1,83	2,59	2,23	2,23	3,35	2,57
Farinha de ossos	1,27	2,95	2,26	4,08	2,00	2,83	2,19	2,19	2,41	1,85
Farinha de ostras	0,11	0,26	0,21	0,38	0,31	0,44	0,43	0,43	0,64	0,49

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo índice "2" de Conjuntura Econômica, em cruzeiros de 1976.

⁽²⁾ Média de janeiro a maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 92. - Preço Médio Recebido pelo Avicultor, Estado de São Paulo, 1961-76

Ano	Frango (Cr\$/kg)			Ovo (Cr\$/dz.)		
	Corrente	Deflacionado ⁽¹⁾	Índice ⁽²⁾	Corrente	Deflacionado ⁽¹⁾	Índice ⁽²⁾
1961	0,10	6,74	100	0,07	4,72	100
1962	0,25	11,10	165	0,11	4,89	104
1963	0,27	6,84	101	0,20	5,07	107
1964	0,42	5,58	83	0,27	3,59	76
1965	0,77	6,53	97	0,52	4,41	93
1966	0,98	6,03	89	0,63	3,87	82
1967	1,17	5,60	83	0,77	3,69	78
1968	1,44	5,55	82	0,97	3,74	79
1969	1,37	4,37	65	1,07	3,42	72
1970	1,97	5,25	78	1,29	3,44	73
1971	2,21	4,89	73	1,38	3,05	64
1972	2,58	4,88	72	1,63	3,08	65
1973	3,83	6,29	93	2,42	3,98	84
1974	4,40	5,62	83	2,90	3,70	78
1975	5,12	5,12	76	3,35	3,35	71
1976	6,85	4,85	72	4,78	3,38	72

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1975 e através do índice "2" da FGV.

⁽²⁾ 1961 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

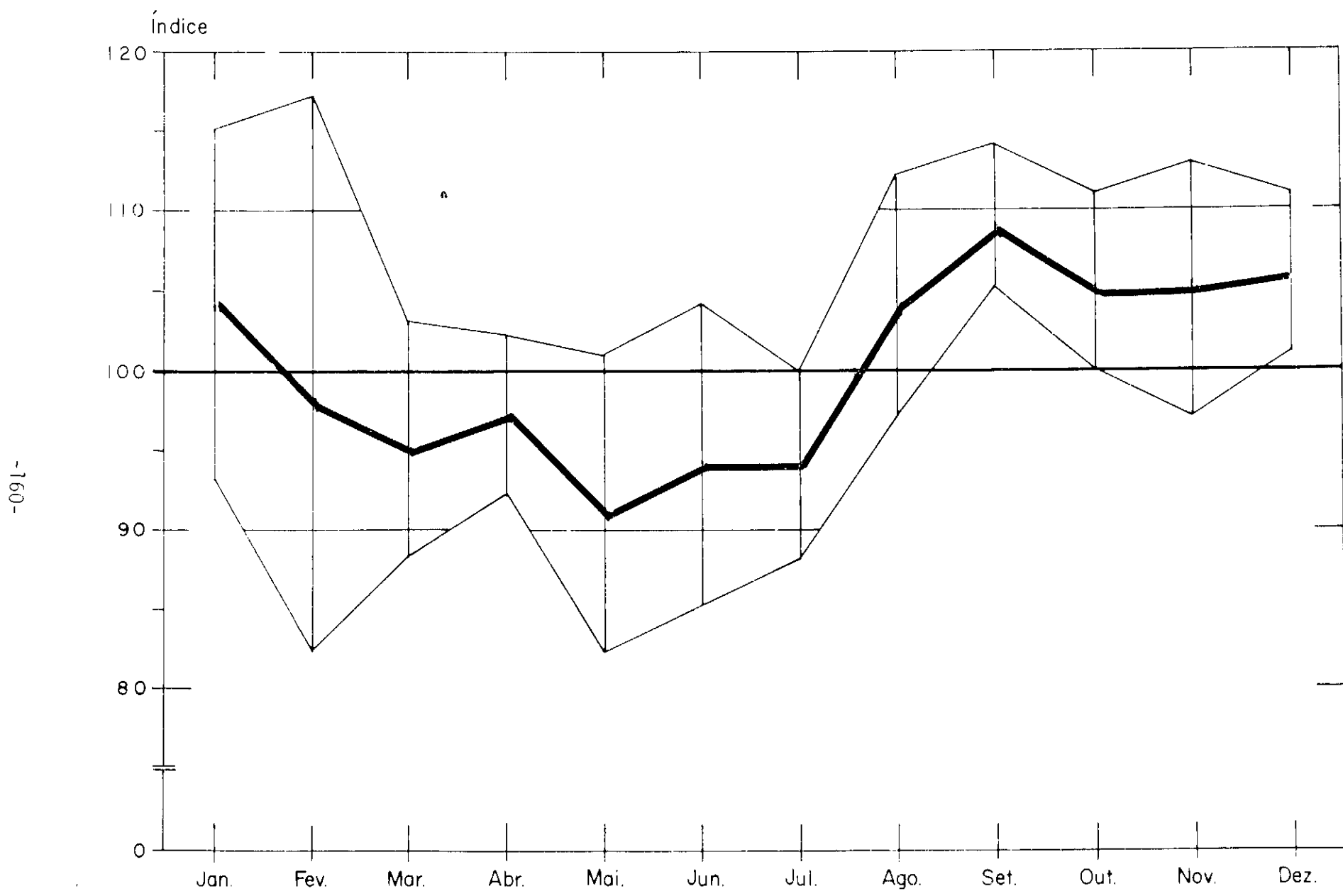


FIGURA 13. -Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Frango, Estado de São Paulo, 1970-76.

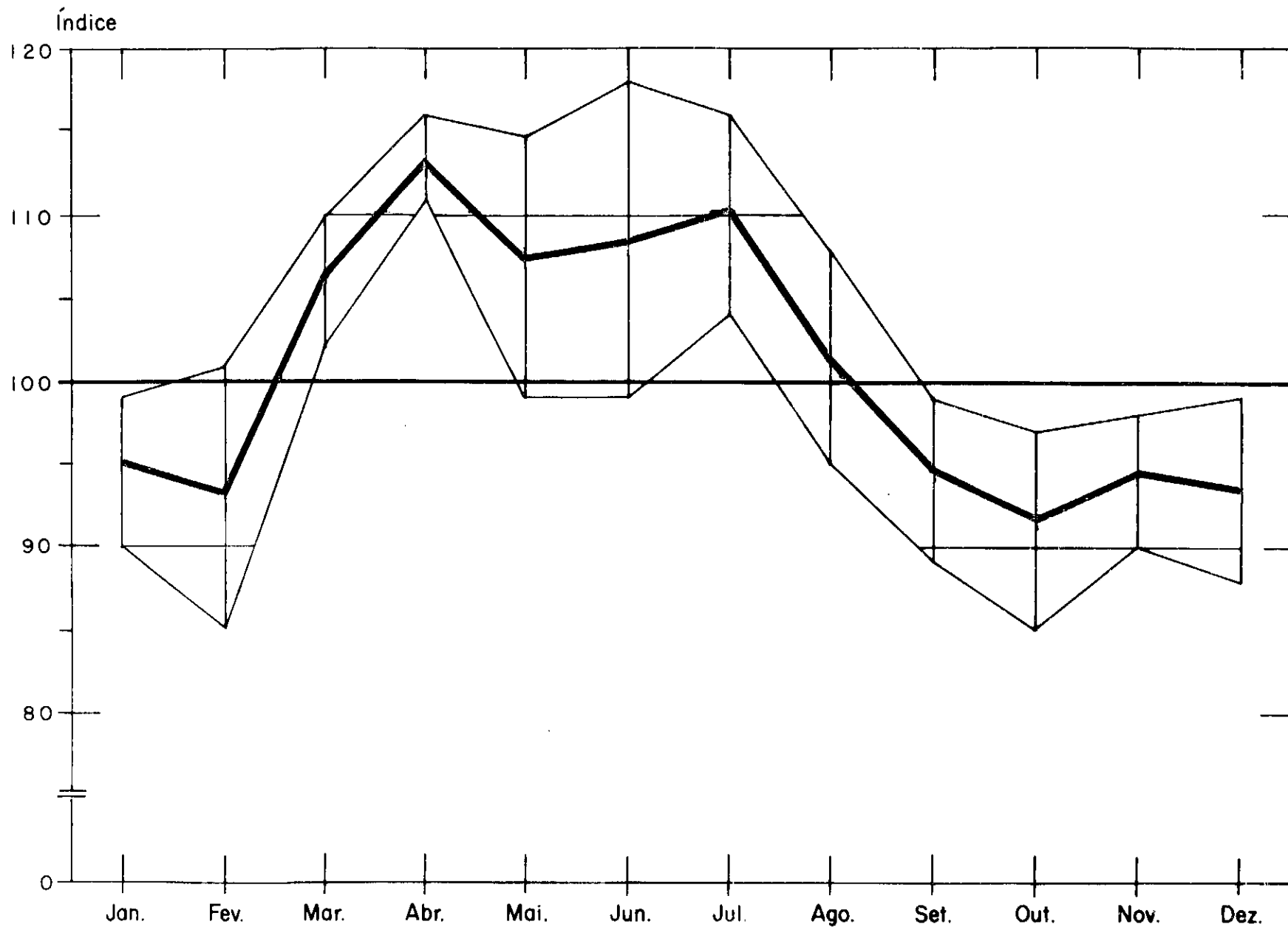


FIGURA 14. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Ovos, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Café

- Panorama internacional

A excepcional escassez mundial de café caracterizou o ano de comercialização 1976/77, marcado, explicavelmente, por comportamento altista de preços sem precedentes.

Embora haja discordâncias consideráveis quanto as estatísticas de quantidades produzidas, é certo que tanto a safra passada quanto a atual estão muito aquém do considerado normalmente desejável para suprir o consumo interno dos países produtores (cerca de 20 milhões de sacas) e exportações (cerca de 60 milhões), devendo-se lembrar a necessidade de reconstituir estoques a níveis mínimos de segurança.

Os dados mundiais disponíveis, a exemplo das estatísticas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), conforme mostra o quadro 93, estimam a produção mundial exportável, na safra 1976/77 em 44,3 milhões de sacas, prevendo, preliminarmente, 52,8 milhões para a safra 1977/78.

Há discordâncias significativas, contudo, principalmente no que tange à produção exportável do Brasil, estimada pelo USDA em 2,5 milhões de sacas para a safra 1976/77, enquanto as estimativas do IBC indicam ser nula ou quase nula. Para a safra 1977/78, a primeira estimativa estadunidense prevê 10 milhões, enquanto o IBC avalia preliminarmente em 8 ou 9 milhões.

O quadro 94 mostra a evolução da situação estatística mundial, segundo dados do PAN AMERICAN COFFEE BUREAU até 1975/76, que permitem uma primeira aproximação para o ano de comercialização 1976/77 e 1977/78.

O "carry-over" no final de 1975/76 era da ordem de 30 milhões de sacas. Se a produção mundial situou-se em torno de 62 milhões em 1976/77, o suprimento total para esse período atingiu 92 milhões, o menor dos últimos 18 anos.

As exportações são estimadas em cerca de 58 milhões de sacas no período, o que indica a tendência a maiores compras, provavelmente induzidas pelo propósito dos importadores de formar mais amplos estoques. Esse comportamento é aparentemente contra-indicado em períodos de escassez e preços elevados. A surpresa das geadas de 1975, contudo, teria, segundo alguns observadores, feito com que aumentasse a tendência a maiores compras para efeitos de estocagem.

A exportação de 58 milhões de sacas, somadas ao consumo doméstico nos países produtores, da ordem de 17 a 18 milhões de sacas, quando deduzidas das disponibilidades de 92 milhões, resultariam em um "carry-over" final de 16 milhões de sacas, quantidade só registrada há mais de 20 anos.

A evolução da situação estatística nos últimos 12 anos mostra que somente em 1965/66 e 1974/75 a produção mundial de café superou o consumo interno dos países produtores mais as exportações. Nos demais anos foi necessário recorrer aos estoques, o que aliás decorre do comportamento brasileiro, já que a maior parte dos estoques mundiais estava de posse do IBC.

O comportamento da safra brasileira em 1977/78 será o fator inicial de equilíbrio da situação estatística mundial, que continuará ainda a contar com estoques a nível mínimo de segurança para evitar nova fase de escassez aguda, uma vez que os estoques em mãos do IBC são agora praticamente nulos.

Conforme se verifica pelo quadro 95, as exportações mundiais atingiram um máximo no ano de 1973, com 62,6 milhões de sacas, diminuindo para 54,8 milhões em 1974, para em 1975 e 1976 voltarem a crescer, graças, em grande parte, ao aumento das exportações brasileiras, apesar das geadas.

Esse fato tem sido apontado como prova de que o Brasil demonstrou propósitos de ple-

no atendimento ao mercado externo, apesar de suas reduzidas disponibilidades. Houve freqüentes acusações, como se sabe, através da ampla divulgação pela imprensa, de que o Brasil estaria praticando uma política de retenção de café com propósitos especulativos, uma vez que a escassez do produto seria menos grave do que se aparentaria.

Dentre os principais países exportadores destaca-se a participação crescente da Costa do Marfim, com 5,5 milhões de sacas em 1976, ou quase 10% do mercado mundial. O México também surpreende pelo rápido ritmo de crescimento das exportações.

As médias mensais dos preços indicativos da Organização Internacional do Café, conforme mostra o quadro 96, evoluíram de modo extraordinário.

Comparando-se, por exemplo, os preços dos cafés brasileiros (arábica não despulpado) em maio dos três últimos anos, vê-se que aumentaram de 75,15 centavos de dólar por libra-peso (99,44 dólares por saca de 60 quilos) em 1975 para 149,35 centavos em 1976 (197,55 dólares por saca) e para 329,81 centavos por libra peso em 1977 (436,24 dólares por saca). Houve, portanto, nesses 24 meses um aumento de aproximadamente 4,4 vezes nessas cotações. Os preços indicativos dos robusta e outros suaves, que se aproximam melhor das cotações CIF em Nova York, aumentaram, respectivamente, de 5,7 e 5,6 vezes.

As reações nos países consumidores a tais elevações de preços, foram freqüentemente muito radicais, culminando com tentativas do boicote ao produto brasileiro nos Estados Unidos.

Não se dispõe ainda de estatísticas definitivas sobre a redução de consumo nos diferentes países em conseqüências dos preços elevados. Há notícias que dão conta de que tais reduções poderiam atingir, em alguns casos, até 20% do usual. Espera-se, contudo, que o inverno nos Estados Unidos e Europa reative o consumo de café de forma a se recuperar os níveis costumeiros.

- Situação interna

A escassez de café no Brasil é evidente, e a tendência de insuficiência da produção tem sido preocupação do setor cafeeiro mesmo antes das geadas de 1975, conforme comprovam os planos de plantios anteriores a elas.

Nos últimos 15 anos a média das safras brasileiras foi da ordem de apenas 20 milhões de sacas (quadro 97), enquanto a média das exportações foi de 16,5 milhões e a de consumo interno de aproximadamente 7,8 milhões. Assim, as estimativas disponíveis apontam um déficit no período de cerca de 4 milhões de sacas anuais, em média.

Com efeito, desde o início desse período, quando se contava com estoques do IBC da ordem de 60 milhões de sacas, foram produzidas aproximadamente 300 milhões de sacas. Foram exportadas perto de 245 milhões e estima-se terem sido consumidas no mercado interno em torno de 115 milhões de sacas, o que resultaria no nível praticamente nulo dos estoques oficiais.

O esforço dos cafeicultores e do Governo para que se venha a atingir a média de produção da ordem de 28 milhões de sacas anuais, considerada meta desejável, tem sido realmente muito grande, tanto é que destruída grande parte do parque produtor de café, estima-se que a população cafeeira atinja ainda este próximo ano mais de 2,9 milhões de pés, quantidade esta superior a existente no período imediatamente anterior a geada.

A produção do Paraná, Estado responsável por quase a metade do total da produção brasileira nos últimos 15 anos, é certamente fundamental para que se consiga o equilíbrio estatístico desejado.

São Paulo, com cerca de 33% do total produzido no período observado, recuperou-se dos

prejuízos das geadas e oferece excelentes perspectivas para maiores plantios. Atualmente conta com cerca de 810 milhões de pés, dos quais cerca de 100 milhões de pés plantados nesta etapa do Plano de Renovação e que deverão produzir, nesta safra, em torno de 7 milhões de sacas.

A produção de Minas Gerais, que aumentou admiravelmente seu parque cafeeiro nos anos recentes, constitui-se em fator da maior importância para que se possa atingir a meta proposta, já que conta com população cafeeira nivelada a dos dois primeiros. Também os demais estados cafeeiros aumentaram significativamente sua produção.

A safra 1977/78, estimada pelo IBC em 15,3 milhões de sacas, veio a minorar o impacto da pequena safra do ano passado, de apenas 6 milhões de sacas. Neste ano foram notáveis a recuperação de São Paulo, que com 7 milhões de sacas, atingiu nível próximo a média dos últimos 15 anos, e a produção de Minas Gerais de 4,6 milhões de sacas, umas das maiores já verificadas nesse Estado nos últimos 20 anos. O Paraná deverá produzir cerca de 1,8 milhão de sacas, quantidade ainda muito pequena em consequência das geadas. A produção do Espírito Santo e dos demais Estados não apresentou, ainda este ano, aumento muito grande, já que os novos plantios estão ainda em fase de implantação.

Segundo dados divulgados pelo IBC-GERCA, o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais 1975/76 (áreas não geadas) financiou o plantio de 22,1 milhões de cafeeiros em São Paulo, 64,1 milhões em Minas Gerais, 11,7 milhões no Espírito Santo, 19,5 milhões na Bahia e cerca de 4,8 milhões em outros Estados, totalizando 122,2 milhões de cafeeiros contratados no País. Foram também aplicados vultosos recursos nos diferentes programas de formação de mudas, receita e decote, fertilizantes, defensivos e equipamentos.

O Plano de Emergência para Recuperação de Cafezais Geados, por sua vez, contou com recursos de ordem de 8,1 bilhões de cruzeiros dentro do programa de 1975/76, tendo como metas a receita de 447,8 milhões de covas, decote de 369,5 milhões, replantio de 273,9 milhões e plantio de 200 milhões, além de formação de 400 milhões de mudas.

Dentro desse programa foram recepadados 403 milhões de covas, com uma diferença a ser recuperada em 1976/77 de 44,8 milhões. A poda de decote foi mais freqüente em São Paulo, com 44 milhões de pés, e 5 milhões em outros Estados. Os replantios atingiram 110 milhões e os plantios 50 milhões, constatando-se erradicação ou abandono de 300 milhões de pés.

Em julho de 1976 o Conselho Monetário Nacional aprovou as linhas de crédito para o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais 1976/77, encerrando-se o prazo para plantios em maio de 1977. Face ao comportamento dos planos anteriores, aquém do esperado, eliminação de cerca de 300 milhões de pés e a nítida escassez do produto, este plano objetivou a formação de 400 milhões de mudas, plantio de 330 milhões de cafeeiros e reforço aos diversos programas de renovação e revigoração. O plano previu aplicações, à conta do Fundo de Defesa dos Produtos de Exportação - Café, no montante de aproximadamente 3 bilhões de cruzeiros.

As cotas para plantio foram assim distribuídas, por Estado: Paraná, 130 milhões de pés; São Paulo, 60; Minas Gerais, 50; Bahia, 20; Mato Grosso, 10; Goiás, 5; Espírito Santo e Rio de Janeiro, 20; Ceará e Pernambuco, 5 e 30 milhões de cafeeiros a distribuir. Em março de 1977 haviam sido elaborados e remetidos aos bancos planos para o plantio de 65,6 milhões de cafeeiros no Paraná, 92,7 milhões em São Paulo, 161,6 milhões em Minas Gerais, somando para todo o Brasil 364,5 milhões.

O Plano de Renovação e Revigoração para a etapa 1977/78, prevê o plantio de 150 milhões de pés, objetivamente atingiu aproximadamente a população de 3 bilhões de pés, de modo a assegurar a meta de produção média de 28 milhões de sacas, considerada desejável.

As exportações brasileiras de café atingiram, em 1976, o valor sem precedente de 2,4 bilhões de dólares, correspondentes a 15,6 milhões de sacas, vendidas ao preço médio de

153,70 dólares. No ano de 1975 o café representou 10,8% do total das exportações brasileiras, aumentando para 23,7% em 1976.

Até junho do presente ano, segundo divulgado, o Brasil exportou 8,4 milhões de sacas, no valor de aproximadamente 2,1 bilhões de dólares. Estimativas preliminares prevê até o final do ano receita da ordem de 3,0 a 3,5 bilhões de dólares.

Como resultado das elevações de preços externos, os preços recebidos pelos cafeicultores em São Paulo evoluíram de modo extraordinário. Conforme se verifica pelos dados do quadro 98, os preços médios recebidos aumentaram quase continuamente a partir de abril de 1975 (Cr\$327,50 por saca de 60 quilos), para atingir um máximo de Cr\$3.763,80 em abril de 1977, com acréscimo, portanto, de cerca de 11,5 vezes no período de dois anos.

Embora se trate de valores externos, é inegável que apesar de o produto contar, imediatamente antes das geadas, com mercado e preços muito desfavoráveis, e a partir de abril deste ano apresentar quedas continuadas, houve grande aumento de preços no período, podendo o cafeicultor contar com bons retornos após longo período de preços relativamente baixos.

O Instituto de Economia Agrícola efetuou as estimativas de custo operacional de produção de café pelo sistema manual típico, por 1.000 covas; para 4 níveis de produtividade em São Paulo, para 1977/78, encontrando valores de Cr\$2.301,00 por saca beneficiada, inclusive despesas de benefício, no caso de produtividade de 5 sacas por mil covas. Para a produtividade de 10 sacas o custo encontrado foi de Cr\$ 1.362,00. Ao nível de 15 sacas o custo estimado atinge Cr\$1.083,00 e a 20 sacas, é de Cr\$876,60. Trata-se, evidentemente, de um resultado que não considera as despesas indiretas, pelo que o custo de produção total pode ser bastante superior.

A variação estacional de preços de café em coco (figura 15) fornece igualmente subsídios indicativos de importância, embora deva-se destacar a influência anormal dos preços verificados no ano de 1976, especialmente em maio e agosto, que acentuaram muito os máximos observados nesses meses. Por essa curva pode-se observar que os preços se mostram inferiores à média nos primeiros 7 meses do ano, exceção feita a maio. Nos meses de agosto, setembro e outubro os preços se apresentam acima da média, voltando a cair nos 2 últimos meses do ano.

- Perspectivas

Embora com a participação historicamente declinante, o Brasil ainda é responsável por cerca de uma quarta parte das exportações mundiais e exerce, evidentemente, papel do maior relevo para o equilíbrio da situação estatística, particularmente neste período de escassez.

Os dados existentes demonstram que desde a safra mundial de 1965-66 acumulam-se os déficits anuais, a exceção de um pequeno superavit em 1974/75. A redução dos estoques e a pequena safra do ano passado no Brasil foram os principais fatores determinantes pelos quais os estoques mundiais, segundo os dados da OIC, atingiram, no início da safra 1976/77, o nível mínimo dos últimos 20 anos, da ordem de 13 milhões de sacas disponíveis para consumo.

As estimativas da produção exportável mundial para o ano cafeeiro 1976-77 situam-se em torno de 50 milhões de sacas e as exportações no período ao redor de 58 milhões. Assim, restariam estoques de cerca de 5 milhões de sacas, aproximadamente, no início do próximo ano de comercialização.

Embora tais estatísticas sejam sujeitas a discordâncias consideráveis, de modo que se constituem em indicadores muito aproximados, é certo que da produção brasileira, deste e dos próximos anos, dependerá como nunca o equilíbrio estatístico mundial.

A partir de maio deste ano, fatores como as volumosas vendas de café pelo Brasil e a redução do volume de café torrado nos Estados Unidos, acompanhando a redução de consumo, são apontados como alguns dos principais responsáveis pelo recente declínio de preços. O início da safra no Brasil teria vindo também a contribuir para reverter a extraordinária tendência alta ocorrida. Por outro lado, haveria normal diminuição de consumo e, portanto, de compras de café verde no período de verão no hemisfério norte.

Outro fator depressivo a curto prazo poderia ser a notícia de safra relativamente grande no Brasil (17 milhões de sacas segundo o USDA) e no conjunto dos países produtores (70,4 milhões segundo a mesma fonte), diante um mercado consumidor retraído.

As indicações e dados disponíveis, no entanto, não autorizam uma apreciação pessimista no que concerne ao comportamento dos preços externos, a menos que se intensifique a redução de consumo, o que é improvável no período de inverno no hemisfério norte.

Ao contrário, políticas de sustentação de preços adotadas pelos principais países, inclusive através de compras de café em mercados externos, tendem a emprestar firmeza ao mercado no próximo semestre.

As contínuas elevações verificadas até abril não poderiam, contudo, ser ilimitadas, especialmente quando se efetua a atual colheita 1977/78. Fatores imprevisíveis de ordem climática ou problemas de escoamento em alguns países poderão, eventualmente, trazer nova fase de elevação de preços. Em resumo, segundo se depreende das informações disponíveis, a situação estatística mundial apresenta-se na presente safra, equilibrada a nível mínimo de segurança, representado por estoques bastante reduzidos.

A produção brasileira, portanto, que representa ainda cerca de 25 por cento da produção mundial e responde normalmente por uma quarta parte das exportações, continua a representar papel chave para o equilíbrio da situação estatística.

Através das Resoluções 14 e 20 do IBC e da Portaria nº 24 da SUNAB, as autoridades cafeeiras procuraram um meio para que se assegurasse o abastecimento interno, fixando preços de Cr\$2.000,00 por saca. Através de certificados de cotas distribuídos aos torrefadores, de modo a que sejam consumidas quantidades limitadas de café, o IBC controla o consumo e as exportações. Com tais certificados, os torrefadores se habilitam a comprar, ao preço fixado, o produto dos exportadores. Estes, por sua vez, deverão comprovar tal fornecimento para se habilitarem a exportar duas sacas para cada uma vendida no mercado interno. Medidas como essa tornaram-se obrigatórias em vista da impossibilidade de entregas diretas às torrefadoras a preços subsidiados, já que os estoques do IBC reduziram-se ao mínimo necessário para abastecer torrefadores do Nordeste.

A situação estatística interna é, então, de escassez aguda, resultante de safras continuamente inferiores ao consumo interno mais exportações, a exceção de dois nos últimos 15 anos.

Partindo-se dos dados disponíveis de estoques em fins de junho, estimados aproximadamente em 8 milhões de sacas em mãos de particulares e 1,5 milhão em mãos do Governo, pode-se formular algumas hipóteses quanto ao comportamento da situação estatística interna, para efeitos de apreciação das tendências (quadro 99).

Dentro de limites de variação considerados razoáveis, verifica-se que tanto a hipótese A como a B resultam em disponibilidades muito baixas no final do ano de comercialização da safra 1977/78. Somente as expectativas de uma boa safra no ano próximo e as esperanças de que não hajam sérios contratemplos climáticos, asseguram um equilíbrio estatístico interno, a nível mínimo de segurança, sujeito a contenções de consumo interno e de exportações.

Paralelamente aplicam-se rígidos controles à comercialização interna, através de pre-

ço-de-garantia muito abaixo em relação aos níveis de mercado (Cr\$1.250,00 por saca, a partir de julho, segundo a Resolução 15/77) e do condicionamento das exportações ao abastecimento do mercado interno a Cr\$2.000,00 por saca. A comercialização externa, igualmente, é controlada de modo a se sustentar as cotações, por meio de elevada cota de contribuição (US\$156,00 por saca - Resolução nº 26, de 27 de junho de 1977) e preço de registro sem precedentes (US\$3,20 por libra-peso ou US\$422,40 por saca de 60 quilos - Resolução nº 22, de 20 de maio de 1977).

Pressionada de um lado pela exigência de rígido controle de inflação e de outro pela necessidade de fomentar a produção e o aumento de produtividade, a política de comercialização do café procura pontos de equilíbrio através de uso intensificado de complexo instrumental de controle de preços a curto prazo.

Diante disto as perspectivas são de que os preços internos recebidos pelos produtores tendam a se estabilizar a níveis elevados no próximo período de comercialização, na dependência da habilidosa manipulação desse instrumental e na expectativa de que não ocorra substancial diminuição do consumo mundial em decorrência dos preços elevados.

(IEA, 20/07/1977)

QUADRO 93. - Produção de Café Exportável, Mundial e em Alguns Países, 1972/73 a 1977/78

(em 1.000 sc.60kg)

País	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78 ⁽¹⁾
Brasil	15.000	6.370	19.500	15.000	2.500	10.000
Colômbia	7.430	6.250	7.400	7.100	7.400	7.900
Costa do Marfim	4.985	3.219	4.432	5.020	4.940	4.140
Uganda	3.280	3.078	2.978	2.778	2.678	2.578
El Salvador	1.935	2.203	3.130	2.140	2.725	2.823
México	2.100	1.690	2.156	2.600	2.500	3.000
Outros	22.555	20.864	22.838	20.796	21.546	22.397
Total mundial	57.285	43.674	62.434	55.434	44.289	52.838

⁽¹⁾ Primeira Estimativa.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

QUADRO 94. - Suprimento e Distribuição Mundial de Café Verde, 1969/70 a 1976/77.

(em 1.000 sc.60kg)

Ano de comercialização (1)	"Carry-over" inicial (2)	Produção	Suprimento total	Exportação líquida (3)	Distribuição interna	"Carry-over" final
1969/70	66.085	66.362	132.447	53.500	18.284	60.663
1970/71	60.663	58.291	118.954	52.712	18.137	48.105
1971/72	48.105	71.834	119.939	57.934	18.751	43.254
1972/73	43.254	76.485	119.739	59.588	19.319	40.832
1973/74	40.832	62.544	103.376	57.411	18.752	27.213
1974/75	27.213	80.432	107.645	56.630	19.198	31.817
1975/76 (4)	31.817	72.501	104.318	55.000	19.103	30.215
1976/77 (5)	30.215	62.000	92.300	58.300	18.000	16.000

(1) Outubro a setembro na maioria dos países.

(2) Existente nos países produtores.

(3) Para consumo e utilização nos países importadores. Os estoques nos países importadores são estimados em média de 7,5 milhões de sacas.

(4) Preliminar e sujeito a revisão.

(5) Estimativa.

Fonte: Anuário Estatístico do Café - Bureau Pan Americano de Café até 1975/76. Os dados de 1976/77 são uma estimativa preliminar do IEA com base em diversos dados disponíveis.

QUADRO 95 . - Exportações Mundiais e Principais Países Exportadores - 1970-76

(em milhões de sacas)

País	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976 (1)
Brasil	17,1	18,4	19,2	19,8	13,3	14,6	15,6
Colômbia	6,5	6,6	6,5	6,8	6,9	8,2	6,3
Costa do Marfim	3,3	3,3	3,5	3,6	4,3	4,1	5,5
El Salvador	1,4	1,6	1,7	2,3	2,0	2,4	2,7
México	1,9	1,7	2,1	2,5	2,5	3,1	2,7
Uganda	3,2	2,7	3,3	3,6	3,1	2,9	2,6
Guatemala	1,4	1,1	1,4	1,6	1,8	2,2	2,1
Indonésia	1,6	1,7	1,8	1,9	2,2	2,2	2,1
Total Mundial	52,7	53,5	57,9	62,6	54,8	57,9	58,3
Total Mundial menos Brasil	35,6	35,1	38,7	42,8	41,5	43,3	42,7

(1) Preliminar.

Fonte: Organização Internacional do Café.

Observação: Exportações declaradas pelos países exportadores pertencentes a Organização Internacional do Café.

QUADRO 96 . - Médias Mensais dos Preços Indicativos para Café, da Organização Internacional de Café (OIC), 1975-77

(centavos de dólar por libra-peso) ⁽¹⁾

Ano e mês	Suaves colombianos	Outros suaves	Arábica não despolpados	Robusta	Média composta
1975					
Mai.	65,57	50,85	75,15	47,25	60,29
1976					
Mai.	156,11	135,46	149,35	121,64	128,55
1977					
Jan.	221,35	218,96	247,26	216,26	217,61
Fev.	246,57	245,48	261,21	246,37	245,93
Mar.	313,04	304,17	359,09	306,09	305,13
Abr.	320,78	317,68	369,00	312,24	314,96
Mai.	291,71	285,26	329,81	269,56	277,41
Jun. (dia 30)	270,00	255,00	320,00	192,50	223,75

⁽¹⁾ Uma saca de 60 quilos equivale a 132,271 libras-peso.

Fonte: Organização Internacional do Café.

QUADRO 97 . - Estimativas Finais da Produção Brasileira de Café por Estado, 1961/62 a 1977/78

(em milhões de sc.60kg)

Ano safra	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Outros	Total
1961/62	21,4	11,3	4,0	1,9	1,0	39,6
1962/63	18,0	5,2	2,5	2,4	0,8	28,9
1963/64	9,5	0,1	1,6	1,3	0,7	23,2
1964/65	3,6	1,8	1,2	1,1	0,6	8,3
1965/66	20,4	11,2	2,9	1,9	0,6	37,0
1966/67	7,7	6,2	2,8	1,6	0,5	18,8
1967/68	12,9	8,5	2,0	0,7	0,4	24,5
1968/69	8,3	4,6	1,9	1,6	0,6	17,0
1969/70	12,3	6,1	1,3	0,5	0,4	20,6
1970/71	1,6	4,4	3,0	1,6	0,4	11,0
1971/72	12,8	9,8	1,3	0,4	0,3	24,6
1972/73	9,7	9,4	3,7	1,2	0,5	24,5
1973/74	4,1	7,0	2,0	0,8	0,4	14,3
1974/75	11,5	9,8	4,9	1,4	0,5	28,1
1975/76	11,7	7,0	2,0	1,0	0,5	22,2
1976/77	0,0	1,9	2,3	1,5	0,3	6,0
1977/78 ⁽¹⁾	1,8	7,0	4,6	1,3	0,6	15,3

⁽¹⁾ 2a. Estimativa do IBC.

Fonte: IBC/DEC - Anuário Estatístico do Café.

QUADRO 98. - Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Café, Estado de São Paulo, 1972-77

(Cr\$/sc.60kg)

Mês	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Jan.	139,10	228,10	301,40	337,40	768,40	2.045,40
Fev.	141,20	238,30	312,80	339,40	891,40	2.153,00
Mar.	144,10	245,30	367,30	333,10	919,20	3.401,30
Abr.	149,40	249,20	379,10	327,50	1.057,70	3.763,80
Mai.	157,40	248,90	368,60	335,10	1.418,20	3.013,90
Jun.	163,40	256,20	353,00	376,00	1.423,80	2.574,90
Jul.	182,50	278,80	340,50	383,60	1.412,40	...
Ago.	222,10	287,00	322,90	632,50	1.368,70	...
Set.	222,00	286,30	314,30	638,10	1.446,50	...
Out.	213,60	287,70	307,10	640,40	1.492,20	...
Nov.	216,60	291,40	308,70	635,80	1.651,60	...
Dez.	218,60	289,40	315,90	649,40	1.792,30	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 99 - Situação Estatística do Café no Brasil, 1977/78 ⁽¹⁾

(em milhões de sacas)

Item	Hipótese	
	A	B
1 - Remanescentes em mãos de particulares em 30/06/77	7	8
2 - Estoque Oficial (exportável) em 30/06/77	1	1,5
3 - Remanescente Total em 30/06/77 (1+2)	8	9,5
4 - Safra 1977/78	15	15,5
5 - Disponibilidade total para o período 1º/7/77 a 30/6/78	23	25
6 - Exportação até 30/06/78	10	12
7 - Consumo interno até 30/06/78	5	6
8 - Demanda total (6+7)	15	18
9 - Remanescente em 30/06/78 (5-8)	8	7

⁽¹⁾ Estimativas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

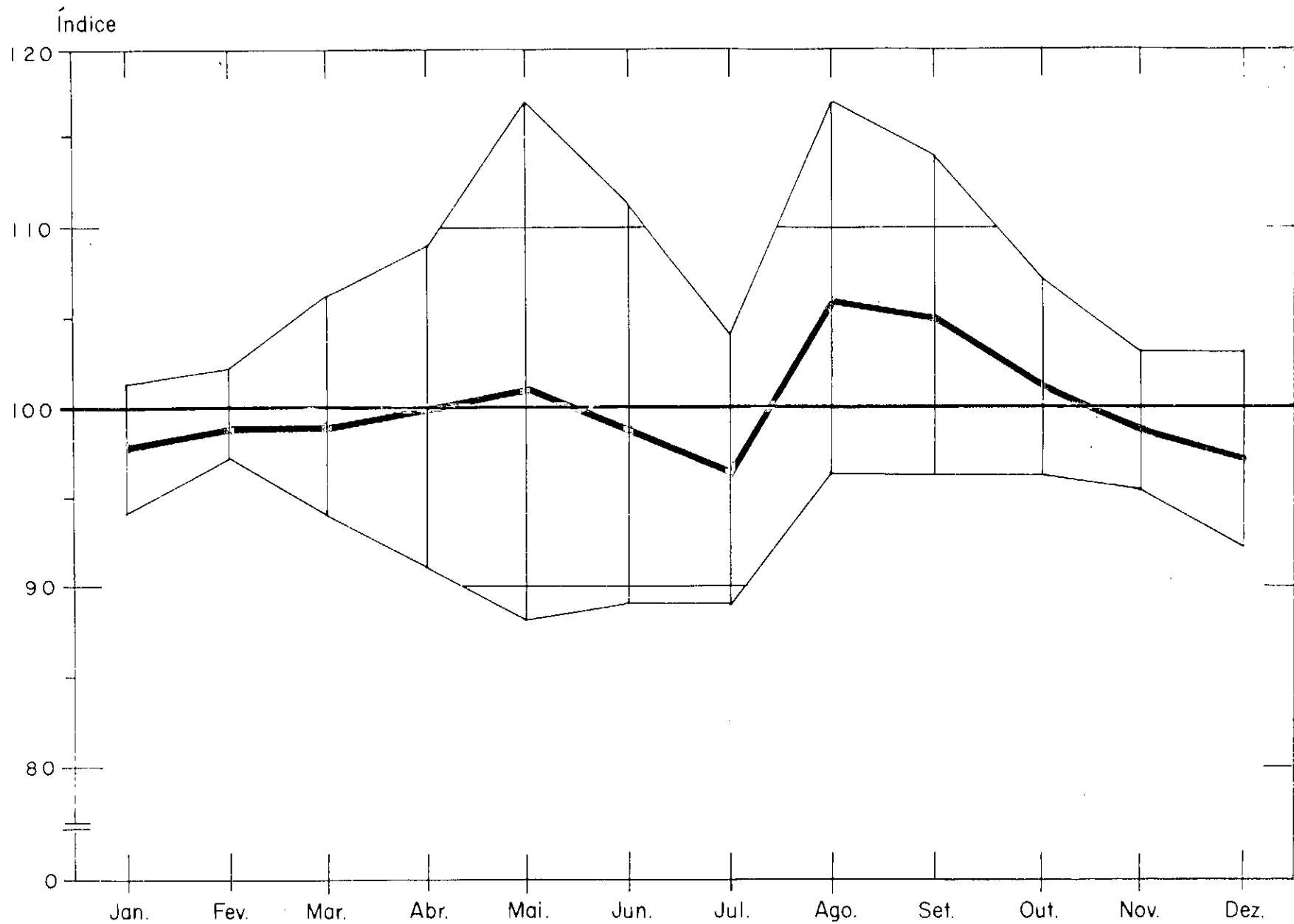


FIGURA 15. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Café, Estado de São Paulo, 1970-76.

-175-

- Feijão

- Panorama internacional

O volume mundial de feijão produzido no ano agrícola de 1975/76, estimado em 12,8 milhões de toneladas, apresenta-se com decréscimo de apenas 6,6% em relação a safra anterior, quando se obteve um total de 13,7 milhões de toneladas. A Índia, China, Brasil, México e Estados Unidos constituem os grandes produtores e consumidores mundiais, responsáveis por cerca de 70% do volume obtido. Com uma participação de 20% no total produzido, a Índia vem figurando como principal produtor de feijão, não obstante o seu baixo rendimento de 300kg/ha, compensado pela extensa superfície (8 milhões de hectares) disponível para a cultura. A produção brasileira, por sua vez, tem sido representativa de 17% do volume mundial. Apesar do Brasil explorar uma área equivalente a 4,1 milhões de hectares, o cultivo mais tecnificado permite-lhe um rendimento suficiente para acompanhar de perto a produção total de regiões menos desenvolvidas.

A concentração da produção em algumas áreas mais favoráveis ao cultivo da leguminosa não se traduz em fator estimulante do comércio internacional do produto, dado que os grandes produtores são também os maiores consumidores. Em vista disso as poucas transações se concretizam em sua maioria entre os Estados Unidos, México e Brasil, este último mais voltado às importações, necessárias para complementar a oferta interna.

- Situação interna

A suscetibilidade da cultura às flutuações climáticas, a carência de cultivares com características bem fixadas e adaptadas às nossas condições geram grande flutuação na produção, tornando o mercado sobremaneira instável. Como consequência, 80% das culturas de feijão no Brasil são exploradas em consorciação.

Após a excelente produção brasileira de 2.547 mil toneladas obtidas em 1968, as safras tem apresentado flutuações bastante acentuadas. Assim é que enquanto a produção de 1974/75 atingiu 2.271 mil toneladas, o volume colhido no período seguinte foi estimado pela FIBGE em 1.842 mil toneladas, representando um decréscimo de 18,9%.

A participação da safra das águas de 1976, com 962.450 toneladas (-16,9%) e os reduzidos estoques do ano anterior faziam prever maior interesse para o plantio da seca, o que de fato ocorreu uma vez que a área cultivada se expandiu em cerca de 41%. A baixa produtividade, no entanto resultou em uma produção de apenas 879.810 toneladas, 31% inferior à correspondente do ano anterior. Nessas circunstâncias os preços se mantiveram nos níveis elevados em que se encontravam, resultando um novo estímulo ao plantio das águas de 1976/77, que apresenta uma expansão de 7% em relação à igual período do ano anterior com uma produção prevista em 1.079 mil toneladas. Não obstante algumas dificuldades em termos de moléstias e condições climáticas pouco favoráveis, esse volume representa um acréscimo de 12% em relação à igual período do ano anterior. Considerando a segunda safra de 1977 (da seca), os dados disponíveis indicam algumas alterações na produção como consequência das chuvas e, principalmente da estiagem prolongada que afetou algumas áreas produtoras. Face a esses inconvenientes, as estimativas sobre o volume a ser colhido são bastante díspares até o momento.

Do ponto de vista estadual, há que se notar que o Estado do Paraná, que continuou liderando acentuadamente a produção das águas em 1976/77, praticamente não expandiu a superfície de cultivo naquele ano, explorando um total de 650.000 hectares com um resultado final estimado em cerca de 500.000 toneladas. Essa produção, que atende o mercado interno, contribui em grande escala para o abastecimento de outros grandes centros consumidores que este ano, contando com volumes mais significativos produzidos localmente, dispensarem até certo ponto o produto paranaense. Essa situação gerou uma certa estagnação na comercialização, já dificultada pela retenção dos produtores à espera de melhores preços, e pelos baixos estoques comercializáveis em face da falta de capital necessário a formação dos mesmos. Acresce-se a isto que dada a baixa qualidade do produto obtida nessa safra, o preço de comercialização posto São Paulo o torna preço competitivo com o proveniente de outras regiões produtoras.

O plantio da seca, pouco representativo para o Estado do Paraná, apresentou um decréscimo de área de 11,8%, resultando num total estimado de 153.000 hectares. Praticamente concluída, a colheita tem mostrado baixo rendimento e produto de qualidade duvidosa. Esses inconvenientes são passíveis de restringir a produção a nível inferior ao do ano passado (93.000 toneladas).

As perspectivas de oferta e preços de mercado vigentes principalmente no segundo semestre do ano passado fizeram os produtores paulistas se voltarem ao plantio das águas, o qual de acordo com o 4º levantamento de previsões e estimativas das safras agrícolas, realizado em abril, se estendeu a uma área de 157.500 hectares, 51,4% superior a de 1975/76. A incidência de antracnose durante o ciclo da cultura não chegou a afetar acentuadamente a produção, resultando numa estimativa de 81,6 mil toneladas, que se refletiu em acréscimo de 74,7% em relação a idêntico período da safra anterior. Estima-se uma área de 189 mil hectares (+39,3%), para a segunda temporada em grande parte semeada inclusive no período de carência de precipitação (quadro 100). Esse fato gerou um atraso de germinação que no entanto parece não influir visivelmente na produção prevista de 118,2 mil toneladas, contra as 93 mil de 1975/76.

Os preços recebidos pelos produtores paulistas no decorrer de 1976 apresentaram flutuações de até 119,9% quando comparadas aos valores mínimos e máximos vigentes no ano (quadro 101). A frustração da safra da seca em importantes regiões produtoras, inclusive em São Paulo, prejudicou sobremaneira a disponibilidade interna do produto, agravado pelo afluxo de compradores do Nordeste. Em vista disso os preços se mostraram em ascensão gradual até o pico da entressafra, no mês de outubro, quando o valor registrado se constituiu na maior cotação verificada coerentemente, aliás, com o esperado pelo padrão de variação estacional dos preços do produto (figura 16). A partir daí, a entrada inicial de feijão novo da safra das águas 1976/77 veio deslocar os preços a níveis inferiores mas considerados significativamente remuneradores. Gradativamente a comercialização e a qualidade do produto foram alterando os preços, que novamente se apresentaram em ascensão, com quedas previstas para junho, quando o volume produzido na seca começa a ser disponível em maior escala. Tendo em vista a variação estacional do produto novos acréscimos são previstos a partir de julho.

Apesar da relativa escassez do produto no decorrer de 1976, inclusive pela maior demanda proveniente de outros estados, o abastecimento da capital paulista transcorreu sem grandes tumultos. A comercialização, movimentando os tipos mais comumente consumidos, conduziu a uma redução no volume disponível, possibilitando principalmente ao roxinho e rosinha condições de sustentar o mercado até novembro/dezembro de 1976. Nessa época o carioca, variedade mais cultivada no Estado, aliado aos outros tipos, passaram a suprir as necessidades. Entretanto, mesmo com uma produção considerada satisfatória, os preços se mantiveram em níveis elevados, o que significa que o volume circulante, embora atendendo a procura, não foi suficien-

te para influenciar a baixa das cotações.

Em termos de feijão preto, o tabelamento em junho de 1976 para todas as regiões brasileiras, exceto a Norte, persistiu durante todo o ano, ficando o produto a granel e empacotado sujeito a esses limites de preços. Somente em fevereiro próximo passado é que o reajuste efetuado possibilitou alterações, que no Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, resultaram em acréscimos de 6,0%, passando o produto a ser vendido no atacado a Cr\$333,05/saco de 60kg. Novas modificações em março elevaram em 10,5% o preço anterior, figurando até o presente a Cr\$368,00/saco de 60kg. Essa fixação de preços influenciou de certa forma o plantio e a comercialização, refletindo na carência interna do produto, que exigiu do Governo medidas que resultaram na importação de 50 mil toneladas no decorrer de 1976 e que em 1977, deverão resultar em volume equivalente.

- Perspectivas

A escassez interna que vem se verificando nos últimos tempos e os excelentes resultados econômicos obtidos por várias safras consecutivas, deverão figurar como fatores de estímulo à expansão da área nacional na safra 1977/78.

Apesar dessa tendência otimista e do feijão se constituir em produto base da alimentação a sua grande suscetibilidade às condições climáticas e as características rudimentares, do cultivo não possibilitam relacionar esse aumento de área com acréscimos proporcionais na produção.

A falta de melhor tecnologia, caracterizada principalmente por variedades mais resistentes aos seus diversos inimigos e as variações climáticas, constituem-se no principal problema da cultura, limitando, inclusive, o acesso do produtor a benefícios com o crédito rural e o seguro agrícola, o que contribue ainda mais para a marginalização da atividade.

No Estado de São Paulo, a ecologia favorável de determinadas regiões, tem possibilitado a expansão da área e a projeção da cultura em termos de rendimento e produção. A Divisão Regional Agrícola de Sorocaba constitui-se na mais importante região produtora do Estado, participando há algum tempo com mais de 60% do volume produzido. A importância da cultura em alguns municípios locais (Itararé, Itapeva, Itaberã, Ribeirão Vermelho do Sul) tem conduzido a maior tecnificação das culturas obtendo resultados produtivos e econômicos altamente satisfatórios. Nessas condições, não obstante os problemas já mencionados e as dificuldades com a precária infra-estrutura viária e de armazenagem, essas áreas vêm se estruturando para a exploração do feijão, principalmente na safra da seca, época em que o desempenho das lavouras é melhor, e o comércio está mais aberto, livre da concorrência de outros estados de maior expressão na primeira safra.

Acredita-se que dada a extensão de área já ocupada com a cultura, dentro da faixa climática favorável, não haja possibilidades de aumentos significativos para plantios futuros.

Em termos do Estado, as previsões preliminares para 1977/78 são de expansão, da ordem de 5%. Entretanto, o objetivo fundamental é restringir as dificuldades que podem influenciar no rendimento, obtendo volumes maiores por acréscimos na produtividade.

(IEA, 19/07/1977)

QUADRO 100.- Área Plantada, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão, Estado de São Paulo, 1972/73 a 1976/77

Ano agrícola	Safrã das águas			Safrã da seca		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1972/73	125,0	55,8	446	145,0	78,0	538
1973/74	158,6	62,4	393	131,0	69,0	527
1974/75	130,0	52,2	402	101,2	57,0	563
1975/76	104,0	46,7	449	135,7	93,0	685
1976/77 ⁽¹⁾	157,5	81,6	518	189,0	118,2	625

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 101. - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1973-77

(Cr\$/sc. 60kg)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	108,54	269,32	116,56	247,40	139,38	221,06	250,54	304,71	491,90	406,85
Fev.	123,45	302,84	107,12	221,40	123,39	191,49	292,70	342,05	448,20	359,05
Mar.	180,50	436,61	107,70	212,93	127,77	195,14	365,40	411,48	520,40	400,55
Abr.	238,58	596,15	115,36	216,70	140,35	210,64	416,90	501,85	623,40	461,00
Mai.	226,59	534,66	203,66	369,74	206,86	304,12	517,80	543,48	655,20	467,75
Jun.	220,91	515,65	198,50	353,69	216,46	311,38	476,50	487,17	576,60	403,67
Jul.	227,73	527,31	173,37	305,15	244,93	344,89	490,50	483,24
Ago.	241,43	553,12	163,39	284,11	358,42	491,11	555,90	526,10
Set.	252,27	571,90	172,39	294,44	332,90	445,55	572,50	524,07
Out.	249,40	556,64	173,42	292,18	372,01	487,37	749,90	670,18
Nov.	181,50	400,95	168,19	279,03	265,13	339,63	711,00	623,83
Dez.	122,44	267,08	177,67	288,13	197,71	248,13	564,70	484,17

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica, em cruzeiros de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

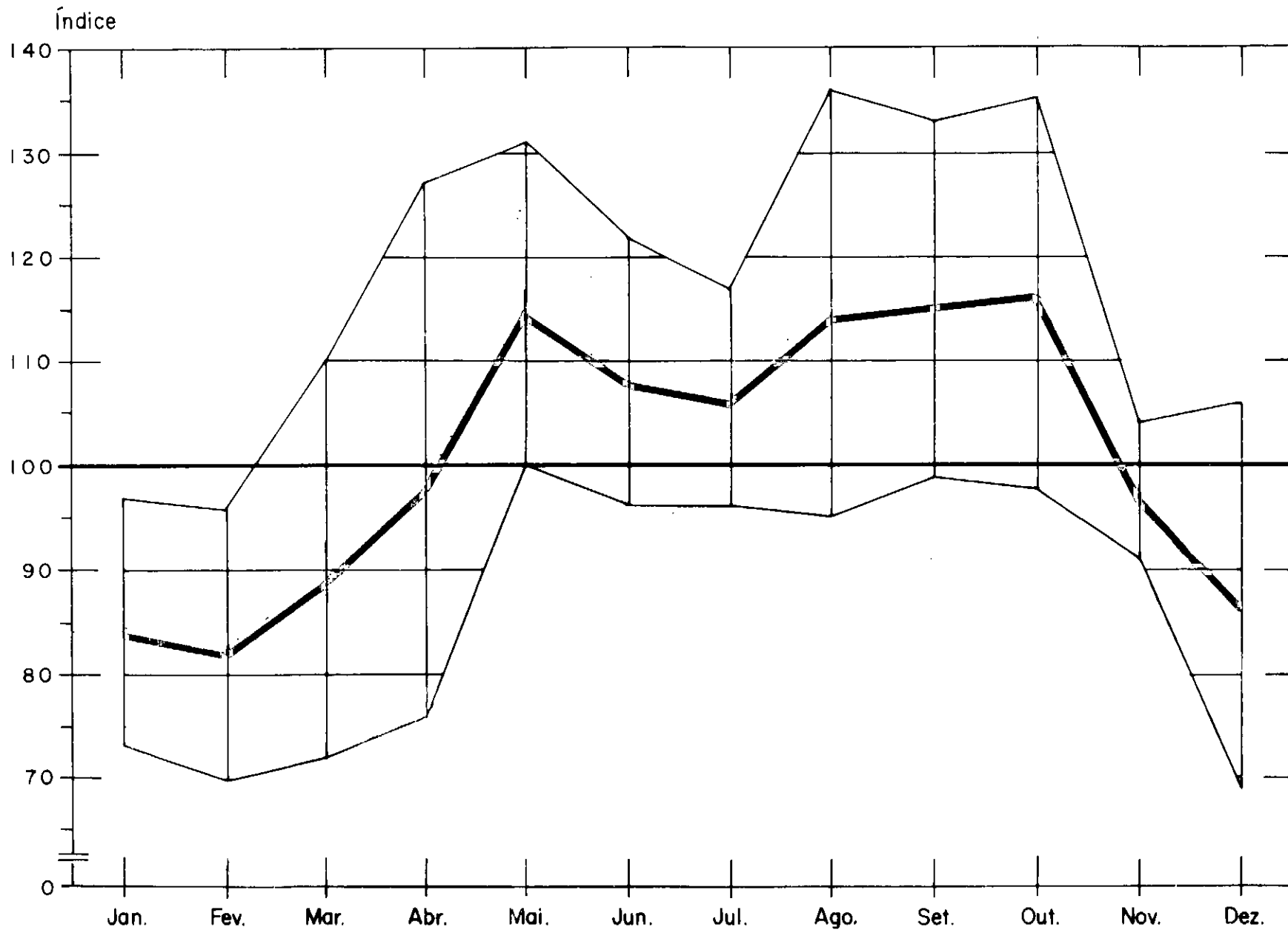


FIGURA 16. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Feijão, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Oleaginosas: soja e amendoim

- Panorama internacional

As estimativas da produção mundial das 10 principais oleaginosas em 1976/77 são de 126 milhões de toneladas, com um decréscimo de 5,8 milhões em relação ao ano anterior. Os estoques disponíveis nos maiores países produtores ao início da safra 1976/77 eram de 13,3 milhões de toneladas, ou seja, 2,3 milhões de toneladas superiores aos do período precedente.

Verifica-se pelos dados do quadro 102 que a disponibilidade mundial de oleaginosas para 1976/77 foi 2,5% inferior ao ano passado, já que totalizaram 139,3 milhões de toneladas comparadas com as 142,9 do ano anterior.

O decréscimo na produção mundial de oleaginosas teve como causa principal a redução na de soja nos Estados Unidos, que atingiu 34,4 milhões de toneladas em 1976/77, acusando uma queda de 18,1% em relação ao ano anterior.

Embora o "carry-over" de soja ao início da temporada 1976/77 naquele País tenha sido estimado em 6,6 milhões de toneladas, a oferta total dos Estados Unidos não teria ultrapassado 41 milhões de toneladas, quase igual ao recorde de consumo total de 1975/76 (39,8 milhões de t).

Os Estados Unidos participam com 56% da produção mundial de soja, o Brasil com 19% e a China, como 3º produtor, com aproximadamente 16%. Os três países perfizeram juntos 91% da soja produzida em 1976/77.

A produção mundial de amendoim em casca em 1976/77 deverá ser inferior à do ano anterior, quando atingiu 18,4 milhões de toneladas, devendo alcançar, segundo as estimativas disponíveis, cerca de 18,1 milhões de toneladas. O decréscimo deve-se às menores produções na Índia, Estados Unidos e Senegal, embora tenham sido observados pequenos acréscimos nos demais países produtores.

A previsão sobre a produção mundial de farelos protéicos em 1976/77, realizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, é de 66,6 milhões de toneladas (em farelo de soja equivalente), 5,3 milhões menor que a de 1975/76, que somados aos estoques iniciais dos Estados Unidos de 5,6 milhões de toneladas (farelo equivalente), perfazem uma oferta total de 72,2 milhões de toneladas, representando 4 milhões abaixo da obtida na temporada anterior.

A produção mundial de gorduras e óleos em 1976/77, incluindo de todas as origens, foi estimado em 48,1 milhões de toneladas, 1,1 milhão abaixo da produção recorde de 1975/76. Adicionando-se a este total os estoques iniciais de cerca de 2,3 milhões de toneladas (óleo equivalente), a oferta total passa a ser de 50,4 milhões de toneladas, ou 310 mil toneladas, inferior à do ano anterior.

O comércio internacional de oleaginosas e farelos deverá diminuir substancialmente em 1977, chegando a 32,2 milhões de toneladas (farelo de soja equivalente), apesar do esperado aumento da população animal em alguns dos mercados importadores e do aumento dos embarques de soja para Rússia e China.

O preço médio de soja em 1976 foi de US\$231/tonelada - CIF Rotterdam, US\$11 superior à média do ano anterior (quadro 103). Nos quatro primeiros meses de 1977 os preços da soja no mercado internacional apresentaram sucessivas altas, como reflexo da menor produção e redução nos estoques mundiais, não acompanhado de uma correspondente diminuição no consumo.

Entretanto, houve uma baixa nas estações internacionais a partir de maio de 1977, de

vido aos seguintes fatores:

- a) retração da demanda ocasionada pelas altas cotações do produto, em relação a outros grãos forrageiros;
- b) perspectivas de recuperação da indústria pesqueira no Peru, e correspondente aumento da oferta de farinha proteica;
- c) redução da atividade industrial de processamento da soja nos Estados Unidos e Europa Ocidental;
- d) aumento da quantidade de cereais na Comunidade Econômica Européia; e
- e) aumento na área de plantio de soja nos Estados Unidos, de aproximadamente 17% em relação ao ano passado (20,36 mil hectares), o que deverá propiciar a maior safra mundial.

A previsão da produção estadunidense de soja em 1977/78 está entre 38,0 a 43,5 milhões de toneladas, dependendo das condições climáticas que influirão na produtividade da cultura.

Os estoques estadunidenses de soja em 19 de setembro de 1977 estão sendo previstos em cerca de 2,0 milhões de toneladas, comparados com 6,6 milhões em igual período de 1976.

Os volumes exportados de soja (grão e farelo combinados) dos Estados Unidos e Brasil (em farelo equivalente, com base em um rendimento farelo/grão de 0,80 para USA e 0,78 para o Brasil), totalizaram de outubro de 1976 a abril de 1977, 14,4 milhões de toneladas, contra 14,2 milhões no mesmo período do ano anterior. Quanto a combinação grão + óleo, em óleo equivalente, (USA 18% e Brasil 19%) os valores foram de 2,7 milhões de toneladas em 1976/77 e 2,5 milhões em 1975/76.

Mesmo assim, nota-se uma morosidade na comercialização mundial de soja até o final do primeiro quadrimestre em grande parte devido às medidas tomadas pelo Brasil, em relação ao estabelecimento de quota de contribuição sobre o valor FOB do grão e deixados, causando indefinições por parte de vendedores e compradores.

- Situação interna

A produção brasileira de soja em 1976/77 está estimada pela FIBGE, em levantamento realizado em março do corrente ano, em 12,4 milhões de toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 12,9% em relação à produção do ano anterior.

O Estado do Rio Grande do Sul, mantendo-se como 1º produtor, responde por 45% da produção nacional, seguido do Paraná com 38%, São Paulo com apenas 6% e os demais estados com 11% (quadro 104).

Entretanto, segundo estudo divulgado pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, a produção brasileira de soja situa-se em 11,8 milhões de toneladas, das quais cerca de 1 milhão será reservada para sementes, restando 10,8 milhões de toneladas para comercialização.

A indústria deverá absorver ao redor de 7 milhões de toneladas de soja em grão, o que deverá resultar em 5,6 milhões de toneladas de farelo e 1,4 milhão de toneladas de óleo. Retirando-se as necessidades de abastecimento interno, o excedente exportável deverá atingir 4,6 milhões de toneladas de farelo e 500 mil toneladas de óleo. Assim, o excedente exportável de soja em grão está estimado em 3,8 milhões de toneladas.

As exportações de soja em grão em 1976 atingiram 3,6 milhões de toneladas, observando-se um acréscimo de 9,0% em relação a 1975 (quadro 105). Já as do farelo superaram as exportações de 1975 em 1,2 milhão de toneladas, o que representa um acréscimo de aproximadamente 39% (quadro 106). O óleo atingiu 452,8 mil toneladas exportadas em 1976, apresentando uma elevação de 72% quando comparado com 1975.

Os preços da soja e seus derivados no mercado interno apresentaram-se em elevações constantes em 1976/77, acompanhando a tendência altista do mercado internacional. Assim, o Governo Federal estabeleceu uma quota de contribuição da ordem de 7% "ad valorem" sobre os preços FOB de exportação da soja e seus derivados, a fim de subsidiar o farelo e o óleo de soja, consumidos internamente. Deste modo, o farelo teve seu preço máximo fixado em Cr\$2,50/kg, a granel, posto nas capitais de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul atendendo fábricas de raes; cooperativas produtoras de raes, avicultores, suinocultores e pecuaristas. Quanto ao óleo, o preço para o consumidor resultou em Cr\$13,30/lata.

As cotaes médias da soja e seus derivados, quando da instituio da quota de contribuio eram as seguintes, em dólares/t-FOB: grão 311; farelo 256; leo 650.

Todavia, com a ascensão contínua nas cotaes internacionais, o Governo Federal decidiu elevar a alíquota de contribuio relativa às exportes do complexo soja para 12%. Como consequência, o subsídio aos preços do farelo de soja passou de Cr\$0,40 para Cr\$0,70/kg e o do óleo de Cr\$31,00 para Cr\$38,00/caixa de 20 lats. A medida entrou em vigor a partir de 3 de maio passado, enquanto que os subsídios retroagiram às operaes feitas a partir de 11 de abril último.

A fixao da nova alíquota decorreu da elevao dos preços internacionais da soja e derivados, que chegaram em média a 375 dólares - FOB/t para o grão; 300 para o farelo e 675 para o leo.

Como os preços internacionais começaram a declinar continuamente, o Conselho Monetário Nacional decidiu rever o percentual da cota de contribuio, que foi novamente reduzido para 7%, a partir de 19 de julho do corrente ano.

A comercializao da soja brasileira em 1977, tanto no mercado interno como externo, tem se processado com lentidão, em decorrência da expectativa, por parte dos produtores, de que os preços voltassem aos níveis que vigoraram em abril.

As exportes acumuladas de soja e derivados de janeiro a maio de 1977 foram as seguintes: grão, 701,2 mil toneladas (-40,5%) a um preço médio de 295,13 dólares/t-FOB (70%); farelo, 1.437,7 mil toneladas (-8,2%) a 243,75 dólares (63%) e óleo, 106,2 mil toneladas (-33,3%) a 599,31 dólares (55,0%).

Os preços médios recebidos pelos produtores paulistas em 1976 apresentaram-se em elevao a partir de maio, quando estavam ao redor de Cr\$84,00/sc.de 60kg, atingindo Cr\$152,60 em novembro para resultar na média anual de Cr\$110,00/sc.de 60kg (quadro 107).

Esta evoluo de certa forma está coerente com o padrão de variao estacional dos preços, que apresenta um decréscimo nos primeiros três meses do ano, estabilizando-se em seguida para a partir de junho se recuperar, mantendo-se praticamente estável nos meses finais do ano, com picos em agosto e setembro (figura 17).

A tendência ascendente permaneceu até maio de 1977, quando chegou a Cr\$207,50/sc. de 60kg, passando então a declinar.

Os preços observados em toda a Região Centro-Sul durante o ano de 1976, levaram os produtores a aumentarem a área cultivada para o ano agrícola 1976/77. Segundo o levantamento realizado em abril p.p., a área cultivada com soja no Estado de São Paulo foi de 445 hectares, o que resultou num acréscimo de 12,9% em relação à anterior. A produção está estimada em 780 mil toneladas, 1,2% superior à do ano passado, com um rendimento de 1.753 kg/ha, menor que o de 1975/76, que foi de 1.942 kg/ha.

A produção brasileira de amendoim em 1976/77 está estimada em 324,9 mil toneladas, contra 546,6 mil do ano passado.

Os Estados de São Paulo e Paraná, principais produtores, vêm apresentando tendência de decréscimo na área cultivada com amendoim, face a forte competição com culturas mais rentáveis, notadamente soja.

Os preços recebidos pelos produtores paulistas no 1º semestre de 1977 variaram de Cr\$75,00 a Cr\$110,00/sc.de 25kg de amendoim em casca.

Deve-se observar que de acordo com o padrão da variação estacional, estes preços deverão se elevar ainda no segundo semestre do ano, conforme se verifica pela figura 18.

As exportações acumuladas de amendoim em grão e óleo, no período de janeiro a maio de 1977, foram as seguintes, em toneladas: grão, 15 mil (+55%) e óleo, 40,5 mil (-41,5%).

- Perspectivas

As altas cotações internacionais que vigoraram nos primeiros meses de 1977, deverão proporcionar um estímulo ao aumento na área de plantio de soja em todos os estados produtores para a safra 1977/78. Entretanto, a tendência de declínio das cotações internacionais para os próximos meses poderá refrear, em parte, a expansão da cultura, que para o Estado de São Paulo, está prevista em cerca de 10%.

Quanto ao amendoim, espera-se uma ligeira recuperação na área de plantio em 1977/78, em razão dos preços considerados satisfatórios obtidos na safra anterior. É grande o interesse da indústria pelo amendoim branco, uma vez que há grande procura por este produto, no mercado externo.

Há perspectivas de falta de sementes, tanto de soja como de amendoim para a safra 1977/78, o que poderá ser um fator limitante à expansão ora prevista, ainda mais quando se considera o crescimento na taxa de utilização de semente melhorada que se vem observando nos últimos anos.

(IEA, 20/07/77)

QUADRO 102.- Disponibilidade Mundial das Principais Oleaginosas, 1972/73 a 1976/77

(em 1.000 toneladas)

Item	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77
Estoque	6.174	4.902	9.767	11.000	13.292
Produção mundial	112.882	127.853	121.853	131.863	125.970
Oferta total	119.056	132.764	131.620	142.863	139.262

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 103.- Cotações Internacionais da Soja (USA nº 2), 1973-77

(US\$/t-CIF-Rotterdam)

Mês	1973	1974	1975	1976	1977
Jan.	214	261	256	189	287
Fev.	259	271	231	192	293
Mar.	258	265	226	190	325
Abr.	260	235	229	190	390
Mai.	358	229	208	210	371
Jun.	470	228	207	244	332
Jul.	330	276	224	264	...
Ago.	331	320	243	248	...
Set.	266	303	227	261	...
Out.	241	335	211	254	...
Nov.	239	312	193	259	...
Dez.	254	288	185	269	...
Média anual	290	277	220	231	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 104.- Produção Brasileira e Principais Estados Produtores de Soja, 1972/73 a 1976/77

(em 1.000t)

Estado	1972/73		1973/74		1974/75		1975/76		1976/77 ⁽¹⁾	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%
Rio Grande do Sul	2.826,5	56,5	3.800,0	51,5	4.600,5	46,9	5.038,0	45,8	5.616,5	45,2
Paraná	1.460,3	29,2	2.500,0	33,9	3.624,9	37,0	4.330,9	39,3	4.700,0	37,8
São Paulo	330,0	6,6	522,0	7,1	678,0	6,9	765,0	7,0	780,0	6,2
Santa Catarina	166,1	3,3	200,0	2,8	467,2	4,8	435,0	3,9	446,4	3,5
Outros	220,4	4,4	350,0	4,7	433,7	4,4	440,3	4,0	945,0	7,6
Total	5.003,3	100,0	7.372,0	100,0	9.804,3	100,0	11.009,2	100,0	12.428,9	100,0

(¹) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola-SP, DERAL-PR, Ministério da Agricultura-CFP. FIBGE.

QUADRO 105.- Exportação Brasileira de Soja em Grão, 1972-76

Ano	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$1.000)	Preço médio (US\$/t)
1972	1.037,3	127.927	123,33
1973	1.786,1	494.153	276,67
1974	2.730,4	585.271	214,35
1975	3.333,3	684.901	205,47
1976	3.639,5	787.328	216,33

Fonte: CACEX.

QUADRO 106.- Exportação Brasileira de Farelo de Soja, 1972-76

Ano	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$1.000)	Preço médio (US\$/t)
1972	1.405,3	152.348	108,41
1973	1.581,5	422.635	267,24
1974	2.030,9	303.044	149,22
1975	3.133,6	465.774	148,64
1976	4.367,0	794.588	181,95

Fonte: CACEX.

QUADRO 107.- Preços Médios da Soja Recebidos pelos Produtores Paulistas, 1973-77

(Cr\$/sc.60kg)

Mês	1973		1974		1975		1976		1977	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	42,84	106,30	70,05	148,68	89,33	141,68	84,32	102,55	154,30	127,62
Fev.	58,54	143,61	72,83	150,52	78,52	121,85	82,10	95,94	158,80	127,21
Mar.	58,60	141,75	59,45	117,54	70,63	107,87	80,10	90,20	182,00	140,08
Abr.	53,90	128,58	62,50	117,40	71,85	107,83	80,70	87,68	202,20	149,53
Mai.	64,31	151,74	67,89	105,10	74,28	109,21	84,00	88,17	207,50	148,13
Jun.	84,46	197,15	54,49	97,09	74,13	106,64	104,40	106,74	194,80	136,38
Jul.	99,54	230,48	59,01	103,86	75,85	106,80	114,30	112,61
Ago.	96,82	221,81	76,38	132,82	83,45	114,34	116,79	110,53
Set.	93,67	212,35	77,17	131,80	86,63	115,94	132,30	121,11
Out.	73,10	163,15	79,75	134,36	86,60	113,45	146,90	131,28
Nov.	69,94	154,50	88,68	147,12	84,41	108,13	152,60	133,89
Dez.	70,94	154,74	88,02	142,74	83,51	104,80	149,90	128,52

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base: 1976=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

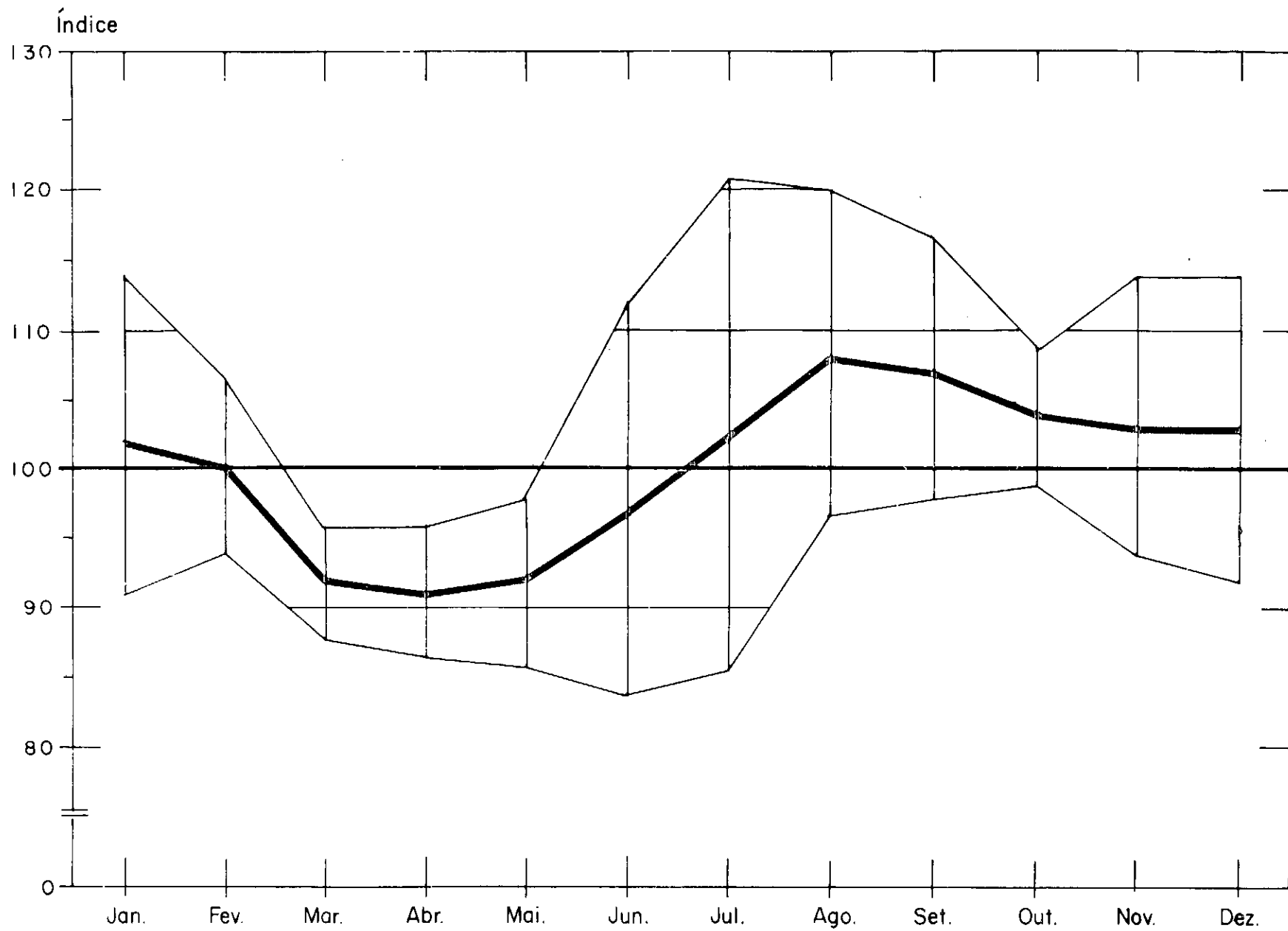


FIGURA 17. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Soja, Estado de São Paulo, 1970-76.

-192-

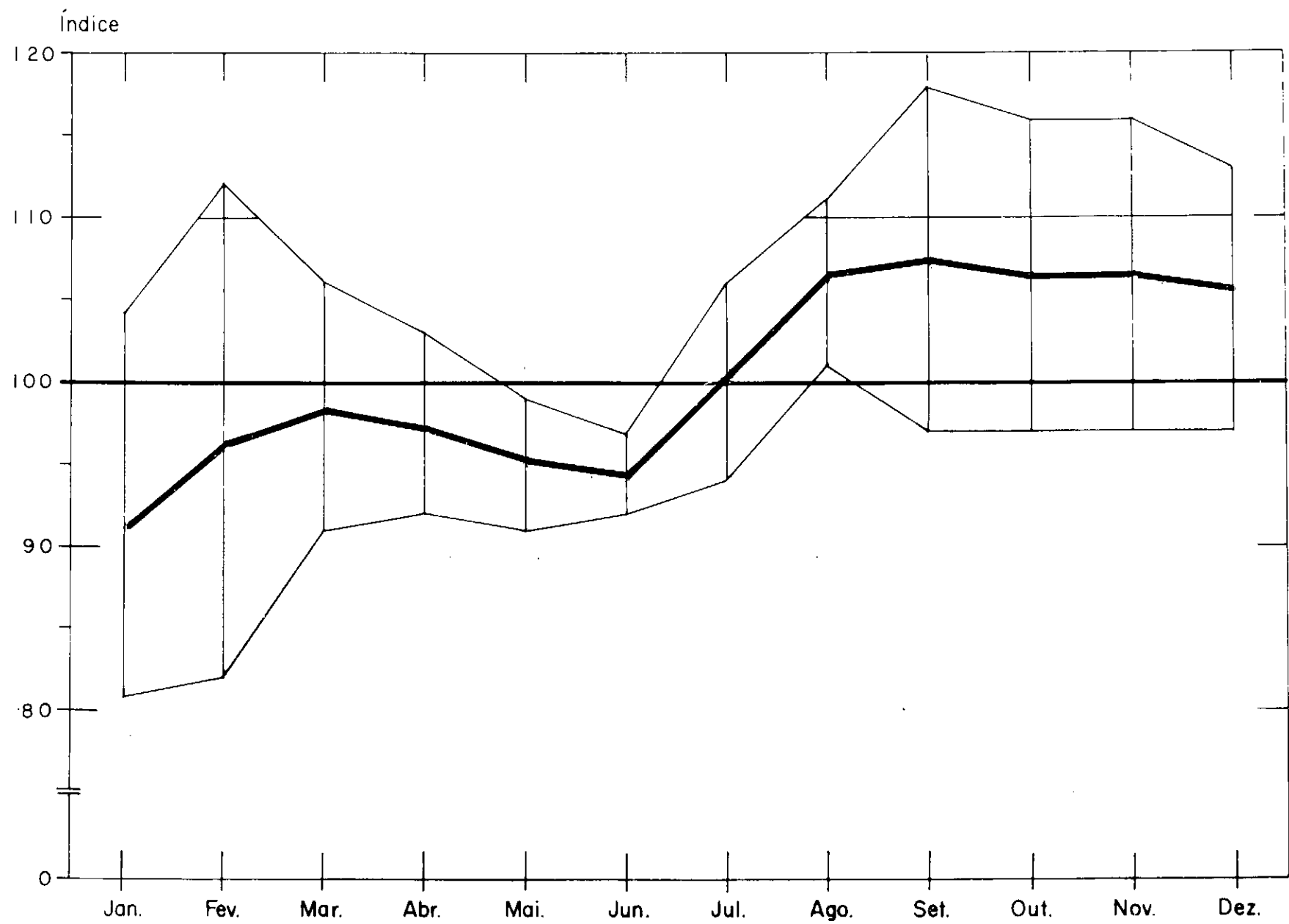


FIGURA 18. - Variação Estacional do Preço Recebido pelo Produtor de Amendoim em Casca, Estado de São Paulo, 1970-76.

- Frutas

- Laranja

- Panorama internacional

Nos anos recentes (1973-76) a taxa de crescimento da produção mundial de frutas cítricas mostra uma diminuição em relação aquela observada nos últimos dez anos. Este enfraquecimento coincide com a redução da demanda nos principais mercados importadores, devido à recessão econômica e, ao mesmo tempo, ao aumento dos custos de produção. Na safra 1976/77 o pequeno declínio na produção deve-se principalmente às condições desfavoráveis de tempo em certos países, inclusive com a forte geada na Flórida, ocorrida em janeiro de 1977, embora a colheita americana ainda seja recorde (quadro 108).

Pela significância, o principal fato a destacar foram as geadas na Flórida (USA) entre os dias 18 e 21 de janeiro, cujos prejuízos foram de proporções consideráveis, só não atingindo maior magnitude porque a temperatura permaneceu baixa depois do fenômeno, evitando a decomposição repentina das frutas e permitindo que elas fossem colhidas para processamento. Entretanto o rendimento industrial do produto foi baixo, sendo estimado para a safra toda em 1,08 galão por caixa (45º Brix), contra 1,29 da safra anterior.

A estimativa inicial de colheita na Flórida era de 213 milhões de caixas e, segundo especialistas, ela poderia ser ainda maior, atingindo as 220 milhões de caixas. Tal perspectiva fez com que os preços pagos pela indústria caíssem no começo da safra a níveis tão baixos que representaram um prejuízo ao citricultor de 11 centavos de dólar por caixa.

A previsão oficial do USDA, de junho de 1977, apontou uma colheita de 189,0 milhões de caixas, ou seja, 11% menor que as anteriores à geada, mas ainda assim 4% acima da última safra. Contudo, com a quebra de rendimento industrial a oferta de suco teria sido prejudicada em aproximadamente 25% em relação à que seria possível obter antes das geadas.

Adicionando-se a produção desta safra aos estoques iniciais (53,7 milhões de galões) e às importações, a oferta total de suco concentrado de laranja deverá atingir cerca de 217 milhões de galões para um consumo estimado para o ano em 177 milhões de galões. Como resultado, os estoques ao início da nova safra em novembro deverão situar-se ao redor de 40 milhões de galões, com redução de 22% em relação ao estoque inicial.

Como consequência, o preço do suco para entrega na corrente safra elevou-se para US\$1.100,00 a 1.400,00/tonelada, com 65º Brix, FOB-Flórida, de fevereiro a junho, devendo manter-se firme até ao final. De outra parte, o citricultor passou a receber preços mais elevados pela matéria-prima entregue às fábricas, que pagando por brix obtido e rendimento de suco, não absorveram os prejuízos causados pelo frio.

No Japão a safra de tangerinas, principal espécie produzida, deverá cair 13% devido às condições de clima (baixa temperatura e falta de luminosidade), devendo resultar em menor (18%) oferta de suco (40.000 toneladas), produto de crescente demanda mas com importações controladas por cotas (total de 1.000 toneladas no caso de suco de laranja).

De outra parte, a produção de laranjas deverá aumentar 5,5%, atingindo 385 mil toneladas.

Na África do Sul a produção de laranjas está estimada em 530 mil toneladas, contra 537 mil da safra anterior, devendo as perdas de frutas precoces serem, em parte, compensadas por acréscimos na colheita de Valências.

Em Israel a área ocupada com laranja novamente baixou, e o declínio deverá perdurar nos próximos anos, ao contrário do que vem ocorrendo com o pomelo.

Na Espanha o decréscimo de produção de laranjas deveu-se a seca em maio, à ocorrência de granizo em agosto e geadas em dezembro de 1976, as quais trouxeram também um rebaixamento qualitativo da fruta.

- Situação interna

A estimativa de safra cítrica no Brasil, efetuada em dezembro de 1976 pela FIBGE, aponta um volume da ordem de 147,5 milhões de caixas (base de 210 frutos por caixa de 40kg), com um acréscimo de 15% sobre a colheita precedente.

No ano civil de 1976 as exportações de suco atingiram o recorde absoluto de 221.979 toneladas (peso líquido), cabendo notar que 75,1 mil toneladas foram exportadas até maio, ou seja, tratava-se de suco obtido em safras anteriores (quadro 109). O principal país de destino continuou sendo a Holanda, seguida pela Alemanha Ocidental (quadro 110).

Segundo a CACEX, o preço médio de suco FOB-Santos relativo a 1976 foi de US\$480,80 por tonelada, contra US\$454,45 em 1975, sendo que para o período janeiro a maio foi de US\$479,14 por tonelada.

A exportação de frutas frescas em 1976 mostrou acentuado (47%) decréscimo em relação a do ano anterior, atingindo 2,15 milhões de caixas-padrão (43.065 toneladas), após ter-se elevado em 1975 relativamente a 1974. O principal porto de destino continuou sendo Rotterdam.

O levantamento final de 1976 de previsões de safras (novembro) estimou uma produção em São Paulo, de 99,6 milhões de caixas (3.984,0 mil toneladas), das quais cerca de 91 milhões de caixas na zona comercial, com um incremento de 14,2% em relação à safra precedente. Verificou-se, portanto, um rendimento aparente de 1,2 caixa/pê, ou 1,7 caixa/pê quando se consideram apenas os pêes adultos, avaliados em 58 milhões.

Contribuíram para esse fraco desempenho a diminuição nos tratamentos culturais, particularmente adubação, o frio intenso em julho de 1975 (geada) que destruiu parte da brotação no v e a seca que prejudicou a primeira florada.

De outra parte, o tempo chuvoso durante quase o ano todo prejudicou sensivelmente o rendimento industrial (3,1 kg/caixa) de suco a 65º Brix, considerado pelos "experts" como o pior desde a instalação da indústria cítrica em São Paulo. Ao mesmo tempo o "ratio" do produto pronto foi baixo durante boa parte da temporada, quebrando-se assim o mito de que a agroindústria citrícola paulista não teria problemas mais sérios. Consequentemente, a fim de atender os compromissos de exportação e aproveitar o mercado em alta que se estabeleceu no primeiro semestre de 1977, após as geadas na Flórida, a indústria se viu obrigada a moer quantidade superior a previamente estimada, admitindo-se que tenham sido processadas cerca de 70 milhões de caixas. Aliás, uma estimativa do consumo aparente da produção paulista de laranjas em 1976 pode ser visualizada no quadro 111, onde foram inseridos os valores de 1975 e uma primeira estimativa para 1977.

Por esses dados verifica-se também que para o mercado interno destinaram-se 19 milhões de caixas, das quais 5 milhões comercializadas para fora do Estado de São Paulo. A escassez que se observou de janeiro a março de 1977 fez com que as cotações no atacado se elevassem, per

mitindo um preço médio ponderado na safra (março-fevereiro) superior aquele da colheita anterior.

Ao nível do produtor estimou-se um preço médio anual de Cr\$12,00/caixa, com aumento de 50% em valor corrente e equivalente, em média, a US\$1,10/caixa.

O preço da muda cítrica que já havia se elevado no primeiro semestre continuou firme até ao final do ano, sendo negociada ao redor de Cr\$10,00 por unidade.

Nos primeiros meses de 1977 viu-se a citricultura paulista passar de uma situação de euforia, provocada pelas fortes geadas na Flórida, para uma sensação da indisfarçada perplexidade e preocupação, ao tomar conhecimento da compra das 3 fábricas menores (situadas ao sul da área comercial de citros) por parte de uma "holding" formada pela Sucocitrico, Cutrale e Citrosuco Paulista, que já eram as duas maiores empresas do setor.

Como resultado, as oito fábricas existentes pertencem agora a apenas 5 empresas, sendo que três delas (Cargill, Frutesp e Cutrale) possuem uma fábrica cada uma, a Citrosuco possui 2 fábricas (havia adquirido a Avante em setembro de 1976) e a "holding" (Sucorrico) possui 3 fábricas. Com esta recomposição, o conglomerado Citrosuco/Cutrale detém 80% da capacidade instalada.

Se por um lado essa concentração industrial é aparentemente desfavorável aos citricultores, por outro lado é benéfica em ganhos de eficiência e para consolidar a posição de liderança do Brasil no mercado mundial, permitindo ao País exercer mais fortemente o controle de preços a nível mundial, praticando uma comercialização mais adequada que em anos anteriores.

Devido a problemas fisiológicos na florada, com baixo pegamento e forte brotação vegetativa, a estimativa de produção para 1977 situou-se ligeiramente abaixo da safra precedente, mesmo tendo ocorrido uma nova florada tardia (março de 77), capaz de compensar em parte a quebra observada nas floradas de setembro a dezembro.

Face à redução da safra e com as cotações do suco em forte alta, as indústrias concordaram com o preço de Cr\$28,00/caixa no pé, estabelecido em reunião do Comitê de Citros da CACEX, realizada no dia 14/04/77, a partir de quando passou-se a verificar crescentes reclamações dos citricultores quanto às condições de pagamento da fruta e o sistema de cotas de exportação de suco estabelecidas pela CACEX.

No tocante ao primeiro aspecto pode-se considerar que houve deterioração na situação dos citricultores em relação ao que vigorava até a última safra, quando recebiam o sinal de venda (30% a 40% do total) em dinheiro, geralmente de janeiro a março, e o restante em 10 parcelas pagas com NPR, vencíveis mensalmente com as despesas de desconto por parte dos compradores, situação essa que dava ensejo a sérias distorções no setor, pois a fruta ainda não havia sido entregue. Mesmo assim, em relação aos demais produtores agrícolas, os citricultores não podem considerar-se prejudicados, pois desconhece-se qualquer outra atividade em que o lavrador receba antes de ter entregue o produto.

Quanto ao sistema de cotas de exportação estabelecido pela CACEX, ele não só prejudicou o citricultor mas, também, as duas empresas (Cargill e Frutesp) que poderiam adquirir maior quantidade de fruta para processamento, por disporem de maior capacidade instalada, do que aquelas que as cotas que lhes foram atribuídas. Outrossim, a medida parece não encontrar apoio econômico que a justifique, pois inibe que outras firmas exportem (caso de "tradings"), anula as vantagens comparativas de localização das duas empresas citadas e interfere na livre iniciativa. Mais ainda, não garante às demais firmas (Cutrale e Citrosuco) a possibilidade de adquirirem a matéria-prima que necessitam, pois tanto a FRUTESP como a Cargill poderão moer o que lhes convier, para vendas de suco no mercado interno ou formação de estoques.

Saliente-se que através de Portaria 227, de 11/5/1977, o Ministério da Fazenda reduziu para 20% os incentivos fiscais para exportação de suco de laranja (10% de IPI e 10% de ICM) no intuito de esfriar um pouco o mercado a nível de produtor, sem contudo cair abaixo dos Cr\$28,00/cx. estabelecidos pela CACEX, pois já vinham sendo praticados preços acima de Cr\$30,00/caixa nas principais zonas produtoras, o que acabaria por prejudicar o consumidor nacional de fruta fresca.

Até junho de 1977 haviam sido embarcadas pelo Porto de Santos 70.830 toneladas de suco concentrado de laranja das quais apenas 3.637 em junho (quadro 109). O preço médio até maio, segundo a CACEX, foi de US\$500,50 por tonelada, FOB-Santos, ou seja, apenas US\$20,00 mais que no período janeiro a maio de 1976.

No mercado interno de sucos a situação é de escassez, embora represente no máximo 10% da produção total. Nessa conjuntura, os industriais de refrigerantes à base de suco de laranja estão fazendo gestões no sentido de garantirem o abastecimento do produto, de modo a atender a legislação vigente que não deverá ser relevada.

No mercado interno de fruta fresca os preços declinaram a nível de atacado, em função do aumento das quantidades ofertadas de todas as variedades (quadro 112).

- Perspectivas

Evidentemente o comportamento da safra 1977/78 dependerá de vários fatores aleatórios, principalmente das floradas que na região de São Paulo ocorrem de agosto a novembro. Em condições normais, tendo em conta a recuperação nos níveis de adubação e melhores tratamentos culturais, decorrentes dos preços recebidos pelos citricultores, pelo fato das plantas estarem descansadas de duas safras pequenas e de acordo com a composição etária dos pomares (16% de pés novos) é provável que a produção paulista atinja algo ao redor de 115 milhões de caixas.

Quanto à comercialização e preços a serem pagos aos citricultores, o atual desequilíbrio de forças dificulta uma apreciação mais aprofundada e seus resultados não podem ser melhor avaliados. Ao mesmo tempo é quase certo que durante certo período terá aumentado novos investimentos industriais e elevado a escala mínima de produção, exigindo assim maiores recursos financeiros. Todavia, deve ficar claro que o argumento de capacidade instalada ociosa não deverá traduzir-se em condição para, oficialmente, inibir-se a entrada de novos empresários no setor.

Prevalecer a sistemática de compra estabelecida nesta safra - sinal pago com NPR a 90 (50%) e 120 dias (50%), e o restante em parcelas pagas com NPR de 90 dias, emitidas mensalmente e relativas às quantidades colhidas em cada mês, iniciando-se a primeira após ter sido entregue quantidades de frutas equivalentes ao valor do sinal, sempre com as despesas do desconto por conta do produtor - acredita-se que os citricultores tenderão a vender suas produções à época das colheitas, passando a correr os riscos de alterações do mercado caso seja abandonada a política de preço mínimo, e aproximando-se mais da situação prevalecente nos grandes centros citrícolas como a Flórida.

Para a indústria, tal sistemática deverá representar substancial decréscimo nos custos financeiros da empresa, fortalecendo sua capacidade competitiva de vendas. Por outro lado, significará também maiores riscos de alteração das cotações da matéria-prima e maior competição com os atacadistas de fruta fresca, que terão condições de comprar do produtor espaçadamente as partidas que necessitam.

Deve-se porém ressaltar que, atualmente, os comerciantes de fruta fresca encontram-se i

nibidos de comprarem diretamente ao produtor, pois devido à política tributária, os refugos da seleção encontram-se gravados de ICM quando entregues às fábricas.

Possivelmente as tarefas de colheita e seleção da laranja caberão cada vez mais aos produtores ou suas cooperativas, dando aso assim para que a citricultura paulista se modernize e se aproxime daquela dos grandes centros. Representará ainda menores probabilidades de disseminação de doenças e pragas entre pomares, muitas vezes transmitidas por materiais empregados na colheita.

Conquanto as perspectivas de produção na Flórida a princípio sejam de redução da ordem de 25% em relação à safra anterior, ou seja, perto de 160 milhões de caixas, e com estoques de suco possivelmente menores, é fora de dúvida que os preços de venda do suco brasileiro não poderão ser excessivamente altos, a fim de evitar decréscimo no consumo na Europa (nosso principal comprador), a entrada de sucos substitutos, outros concorrentes industriais ou ainda sucos com maior diluição.

Na Flórida, a crescente falta de água para irrigação, agravada pela seca que assola a região norte do Estado, as geadas, a valorização das terras próximas aos grandes centros urbanos e os custos de produção em alta, sugerem que sua citricultura já teria atingido o ápice e passa a declinar, sem alcançar a sonhada marca de 200 milhões de caixas.

A velocidade com que tal descenso ocorrerá depende de vários fatores sendo, porém, quase certo que aumentarão a diferença entre a produção e o consumo de sucos, o que pode ser parcialmente atestado pelas cotações em alta no mercado futuro da Bolsa de Nova York.

Poucos centros da citricultura mundial parecem reunir condições para se rivalizarem com o Brasil, podendo serem citados apenas México e Cuba, onde vem-se realizando intenso plantio, num ambicioso plano de aumento de produção. Daí a importância de política oficial e do comportamento da indústria no mercado internacional, neste período de escassez relativa de suco natural, por consolidar, a longo prazo, a posição brasileira.

(IEA, 21/07/1977)

QUADRO 108. - Estimativa de Produção de Laranja, por Países Selecionado

(em 1.000 toneladas)

País	Média 1961/65	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77
Espanha	1.622	1.808	2.077	1.923	1.854	1.930	1.689
Itália	890	1.457	1.316	1.557	1.763	1.580	1.720
Japão	190	288	366	322	386	366	385
Turquia	240	460	467	470	500	540	550
Marrocos	465	669	737	629	477	607	560
México	1.230	1.029	1.100	966	955	835	1.142
Argentina	497	750	782	833	729	743	800
Grécia	319	362	518	393	576	533	540
Israel	563	1.148	1.221	1.233	1.016	983	950
Estados Unidos	4.330	7.473	8.833	8.515	9.294	9.506	9.582

-198-

Fonte: Instituto de Economia Agrícola a partir de dados de FAO/USDA/IRVAM/APFA/FI/OECD/Reuters.

QUADRO 109. - Exportação de Suco Concentrado de Laranja pelo Porto de Santos, 1970-77

(em tonelada-peso líquido)

Mês	Suco concentrado de laranja							
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Jan.	422,1	3.563,4	6.485,9	7.971,0	3.138,0	11.461,0	19.908,0	22.885,0
Fev.	2.606,5	2.940,4	3.584,8	10.453,5	3.495,0	13.507,0	25.045,0	13.307,0
Mar.	492,3	5.190,6	4.240,3	10.007,1	6.062,0	13.380,0	11.448,0	15.481,0
Abr.	108,2	2.156,4	4.032,8	6.152,0	2.379,0	9.221,0	14.000,0	8.563,0
Mai.	613,1	2.981,4	3.200,4	4.124,6	2.258,0	6.998,0	4.728,0	6.957,0
Jun.	1.618,4	1.854,7	4.399,3	6.109,4	5.544,0	11.460,0	15.656,0	3.637,0
Jul.	2.769,3	10.460,4	7.949,9	5.979,1	4.509,0	15.964,0	16.218,0	...
Ago.	2.758,2	5.465,6	9.134,1	17.283,6	8.946,0	12.384,0	16.706,0	...
Set.	2.443,8	9.783,6	9.855,7	10.990,7	9.016,0	14.484,0	23.521,0	...
Out.	5.346,9	10.439,3	12.102,0	22.231,1	10.117,0	16.003,0	14.074,0	...
Nov.	8.014,9	5.545,4	16.855,5	10.699,3	16.400,0	14.961,0	22.721,0	...
Dez.	4.096,3	13.047,1	9.280,5	12.662,0	25.879,0	20.472,0	37.954,0	...
Total	31.290,0	73.428,3	91.121,2	124.663,4	97.743,0	160.295,0	221.979,0	...
Estoques 1/12 e estimados	16.832,2	21.544,2	38.708,2	17.332,0	54.567,0	75.129,0	67.193,0	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 110. - Exportação de Suco Concentrado de Laranja, Estado de São Paulo,
1970-76

(Em 1.000 toneladas - peso bruto)

Porto de destino	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Alemanha Ocidental	20,1	29,6	36,3	57,1	36,2	42,1	49,6
Canadá	4,4	9,2	12,5	8,5	7,6	21,4	16,4
Holanda	4,2	9,6	13,9	35,3	19,5	50,9	78,8
USA	1,1	22,4	20,9	15,2	17,6	15,6	29,1
Suécia	1,1	2,5	6,7	11,7	14,9	15,8	17,8
Israel	2,1	0,5	1,3	2,6	1,3	7,7	16,3
Inglaterra	0,6	1,3	0,9	0,5	0,6	6,0	2,4
Dinamarca	0,3	0,7	0,8	1,4	6,5	1,2	4,6
Bélgica	0,3	0,8	1,7	1,4	1,7	2,2	5,1
Noruega	0,2	0,9	0,5	0,9	0,8	0,9	1,4
Finlândia	-	-	0,4	1,4	1,1	2,4	6,8
Espanha	0,2	0,5	0,5	0,5	0,4	4,2	1,8
França	-	0,6	0,2	1,2	0,2	0,1	-
Outros	0,8	0,5	0,1	0,8	1,3	5,9	8,0
Total	35,4	79,1	96,7	138,5	109,7	176,4	238,1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 111. - Estimativa do Consumo Aparente da Produção de Laranja, Estado de São Paulo, 1975-77

(em milhões de caixas)

Item	1975	1976	1977
Produção do Estado			
Comercialização			
Indústria	52	70	67
Exportação	2	1	1
Consumo interno	<u>21</u>	<u>19</u>	<u>18</u>
Subtotal	75	90	86
Perdas e comercializadas no interior	12	10	10
Total	87	100	96

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 112. - Evolução de Preços de Laranja a Nível de Atacado e Varejo na Capital, São Paulo, 1974-77

Mês	Atacado ⁽¹⁾ (Cr\$/cx.)				Varejo (Cr\$/dz.)			
	1974	1975	1976	1977	1974	1975	1976	1977
Jan.	25,00	11,00	18,00	35,00	2,76	3,10	4,46	6,30
Fev.	30,00	12,00	19,00	70,00	3,45	2,52	4,32	7,05
Mar.	35,00	19,00	23,00	90,00	4,00	2,64	3,86	9,00
Abr.	23,00	19,00	28,00	65,00	3,00	2,82	3,66	7,80
Mai.	17,00	13,00	25,00	47,00	3,00	2,67	3,88	7,54
Jun.	15,00	12,00	23,00	44,00	2,72	2,76	3,82	7,32
Jul.	14,00	14,00	23,00	...	2,56	2,79	4,00	...
Ago.	13,00	14,00	24,00	...	2,26	2,86	4,14	...
Set.	12,00	16,00	24,00	...	2,43	3,26	5,20	...
Out.	10,00	18,00	24,00	...	2,79	3,32	4,80	...
Nov.	11,00	18,00	25,00	...	3,05	4,00	5,11	...
Dez.	12,00	18,00	30,00	...	3,22	4,02	5,63	...

⁽¹⁾ Cotações referentes apenas à laranja Pera.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Banana e outras frutas

- Panorama internacional

Conquanto em 1975, pela primeira vez após 1960, tenha-se constatado um aumento nos preços reais de banana em níveis internacionais e que no primeiro semestre de 1976 as quantidades importadas pelos Estados Unidos e Europa Ocidental superaram aquelas observadas no mesmo período do ano anterior, o quadro econômico pouco se alterou pois tanto os países exportadores como os importadores continuam a reafirmar a necessidade de um acordo internacional do comércio bananeiro, como único meio de obter-se um preço remunerador aos produtores.

Para tanto, como já vem ocorrendo há alguns anos, em julho de 1976 e de 1977, voltaram a se reunir sob os auspícios da FAO, os representantes dos países interessados no sentido de conseguirem estabelecer os termos do acordo internacional da banana, esperando-se que ao final de 1978 exista um projeto para negociação sob a égide da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento).

O acordo deverá basear-se em um sistema de cotas que corresponda às necessidades do mercado, de modo a assegurar uma progressão equilibrada das exportações e das quantidades consumidas, com disposições que garantam a posição dos fornecedores preferenciais em mercados tradicionais e preveja o acesso de pequenos exportadores, além de preocupar-se com as vendas em novos mercados.

De outra parte, reconhecem os especialistas que um dos elementos essenciais para o fortalecimento da economia bananeira será o esforço de cada país produtor em ajustar suas colheitas aos volumes necessários à exportação e atendimento do consumo local, ou seja, cada país de verá regular sua própria produção, o que sem dúvida somente será possível dentro de um acordo internacional. Ressalte-se, ainda, que a produção mundial em 1975 atingiu 37,0 milhões de toneladas enquanto as exportações foram de apenas 6,5 milhões de toneladas. A estimativa de produção de maçãs na Argentina em 1977, segundo fontes locais, deverá atingir 660 mil toneladas, com um aumento de 14% sobre a safra precedente. Por sua vez os exportadores encontram-se espremeidos de ultrapassarem a exportação de 2,5 milhões de caixas para a Europa, onde os mercados apresentaram boas oportunidades em vista da quebra de 18% na produção da França. Todavia os custos de frete (US\$5,00 por caixa) representam sério obstáculo, pois os compradores não estavam dispostos a pagar mais que US\$10,50 por caixa - CIF portos europeus.

Para o Brasil, que adquiriu 5,9 milhões de caixas em 1976, ainda não existem estimativas para 1977, principalmente pelo fato de ter ocorrido uma suspensão nas licenças de importação ao início do ano.

Também a produção de peras deverá aumentar 10% na Argentina, atingindo 135 mil toneladas, para um total mundial estimado em 7,2 milhões de toneladas.

Outro aspecto positivo a ser destacado é o significativo aumento que vem ocorrendo desde 1970 nas importações de frutas tropicais, pelos países da Comunidade Econômica Européia, particularmente França, Alemanha e Inglaterra, devido entre outras causas à melhor apresentação (embalagem e classificação), ao fornecimento mais regular e de modo geral uma melhoria da qualidade.

Entre essas frutas podem ser citadas o abacaxi, cuja importação pelo MCE em 1975 atingiu 68,2 mil toneladas, praticamente dobrando em relação a 1970. O fornecimento foi feito principalmente pela Costa do Marfim que participou com 84% do mercado, seguida pelo Camerun,

com 5%.

O Brasil continua sendo o segundo produtor de abacaxi, ultrapassado apenas pelo Haway, para uma produção mundial estimada ao redor de 4,8 milhões de toneladas e que encontra na industrialização seu principal canal de comércio.

Contudo, os aumentos mais espetaculares de frutas tropicais ocorreram no comércio internacional com abacate, manga e goiaba, cujo total em 1975 ultrapassou 23 mil toneladas somente no Mercado Comum Europeu, que em 1970 importava pouco mais de 7 mil toneladas. Todavia, o Brasil, sem dúvida um dos maiores produtores, não tem participado ativamente, devido possivelmente a problemas estruturais de produção e de comércio.

O abacate sobressai com importações totais ao redor de 25 mil toneladas (6 mil em 1970) cujo principal fornecedor é Israel com cerca de 14 mil toneladas, seguindo-se-Ihe África do Sul e Martinica. O Brasil que poderia beneficiar-se da colheita em época diferente daquela dos países do hemisfério norte, e conseqüentemente de cotações mais elevadas, contribuiu com apenas 5,5 toneladas.

- Situação interna

Duas características importantes podem definir a situação da banana em 1976: a) recuperação da produção após a geada de 1975, e oficialmente estimada em 585,8 mil toneladas com acréscimos de 10% tanto na área como na produção; b) queda de 41% no volume exportado (92.149t), com as cotações FOB declinando 6%, ou seja, US\$196,00 por tonelada contra US\$208,00 em 1975.

Como resultado desses dois fatores verificou-se uma disponibilidade maior de fruta para comercialização no mercado interno da Capital, pressionando para baixo as cotações de atacado, principalmente no segundo semestre, o que contrariou o padrão estacional de preços, podendo-se estimar em princípio uma média anual próxima a Cr\$700,00/tonelada de banana verde em cachos, ou seja, um acréscimo de apenas 10% em relação à obtida em 1975 (quadro 113).

Com o aumento nas despesas de comercialização pode-se admitir que o bananicultor paulista tenha recebido em média cerca de Cr\$580,00/t na propriedade (todos os destinos) significando um crescimento insuficiente para cobrir a desvalorização da moeda.

Para 1977, as estimativas indicam novo acréscimo da produção (+9,3%), acompanhado de um acréscimo de área (4,1%). Tal fato pode ser parcialmente comprovado pelas cotações nos seis primeiros meses, julgadas francamente insatisfatórias pelos agricultores, embora com altos e baixos que refletem ainda a desuniformidade nos bananais motivados pelas adversidades climáticas de princípios de 1976.

No tocante à exportação, a Argentina permaneceu como principal mercado, absorvendo 92% do total, a despeito de ter diminuído 38% suas compras relativamente a 1975 (quadro 114).

A participação relativa de caixas sobre cachos voltou a elevar-se, atingindo 86% contra 79% em 1975. Todo o transporte se deu por via rodoviária como já vem ocorrendo a alguns anos.

Em vista das dificuldades surgidas na comercialização da safra 1975/76 de goiaba para indústria, pela segunda vez consecutiva, intensificou-se durante o ano o processo de eliminação de goiabais em São Paulo (menos 220 mil pés) que, associado às condições climáticas adversas na temporada 1976/77, resultou em estimativa de colheita 27% menor que a da safra anterior (quadro 115).

Paralelamente, registrou-se a entrada no mercado de duas novas empresas fortalecendo a demanda, o que trouxe como resultado uma comercialização extremamente ativa e sem obstáculos para os agricultores que acabaram recebendo entre Cr\$0,80 e Cr\$1,00/kg de produto na roça, embora os níveis de sustentação acordados no Comitê de Agro-indústria da Secretaria da Agricultura fossem de Cr\$0,60 e Cr\$0,85/kg de fruta respectivamente para massa e compota.

No caso do pêssego para processamento, a frustração da safra 1975/76 no Rio Grande do Sul ocasionou séria escassez de pêssego em calda sentida em todo o mercado do Centro-Sul do País ao final de 1976.

Para fazer frente a demanda, algumas firmas passaram a partir de outubro a importar o produto semi-processado, em água sulfurosa. Contudo, a pronta intervenção governamental fez com que a situação evoluísse a favor do persicultor de modo que foi possível alcançar-se a assinatura do Convênio do Pêssego, em bases que podem ser consideradas remunerativas aos produtores -Cr\$5,00/kg para os tipos A e B em São Paulo. Entretanto, com a experiência adquirida em 1976, muitos agricultores preferiram vender seu produto no mercado de fruta fresca e alguns até mesmo diretamente a supermercados. Conseqüentemente as quantidades recebidas pelas fábricas ficaram aquém das inicialmente previstas.

Paralelamente, no Rio Grande do Sul, com uma safra normal, em vista da maior demanda exercida pelas empresas paulistas e tendo ocorrido chuvas de granizo em Mendoza (Argentina), os preços da fruta evoluíram, situando-se em Cr\$2,50/kg para o tipo I, Cr\$1,50/kg para o tipo II e Cr\$0,80/kg para o tipo III, portanto, acima do previsto pelos agricultores gaúchos.

Os informes disponíveis registram que a produção nacional teria atingido entre 25 e 28 milhões de latas para um consumo ao redor de 32 milhões de latas, enquanto alguns mais otimistas, devido às elevações nos preços das frutas frescas chegam a admitir uma demanda de 35 milhões de latas por ano no Brasil.

O panorama descrito sugere uma política de importação autorizada até um volume capaz de atender aos setores produtivos da agricultura e da indústria, ao mesmo tempo que deverá propiciar preços mais estáveis aos consumidores. Tal sistema teria ainda como vantagem não ferir o Tratado de Montevidéu (ALALC), servindo de instrumento governamental no sentido de "exigir" da indústria uma conduta perante a agricultura.

Finalmente, cabe registrar a séria preocupação da indústria conserveira em relação a escassez de folha de flandres que, a qualquer momento, poderá ocasionar colapso na comercialização das safras.

Como os mercados para suco concentrado de uva e de vinho mostraram-se firmes não surgiram problemas de maior monta na comercialização da safra de uva para industrialização nas regiões de São Roque e Jundiá onde o volume colhido e área plantada continuam a cair (quadro 116).

No quadro 117 são mostrados os volumes anuais comercializados no Entreposto Terminal do Jaguaré da CEAGESP e respectivos preços médios de venda, em valores correntes (ano civil). De modo geral observa-se que em 1976 mesmo em termos reais tais valores foram superiores a aqueles observados em 1975, constituindo-se exceção o mamão e a tangerina ponkanh cujas quantidades ofertadas aumentaram substancialmente.

- Perspectivas

Como em anos anteriores, é difícil prever-se o comportamento da futura safra de fru-

tas em São Paulo, visto que as floradas na região ocorrem a partir de julho. Entretanto, pode-se notar, até o momento, a inexistência de fenômenos climáticos adversos capazes de prejudicarem o normal comportamento das fruteiras. Para a banana deverá ocorrer abandono de área, além de diminuição na fundação de novas lavouras, os preços de ponkan deverão continuar depri-
midos, o mesmo podendo ocorrer com a murcote face ao aumento previsto na oferta; os preços de maracujã deverão permanecer em alta, dada a escassez de produção; para pêssego e goiaba, para processamento, acredita-se que não surgirão problemas mais sérios na comercialização da futura colheita.

(IEA, 21/07/1977)

QUADRO 113. - Preços Médios Mensais de Banana Nanica, Mercado Atacadista, São Paulo, 1972-77

(Cr\$/tonelada de banana verde)

Mês	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Jan.	76,00	200,00	215,00	500,00	860,00	610,00
Fev.	77,00	260,00	170,00	350,00	810,00	530,00
Mar.	105,00	245,00	230,00	480,00	550,00	790,00
Abr.	110,00	250,00	300,00	530,00	640,00	720,00
Mai.	95,00	134,00	290,00	500,00	420,00	650,00
Jun.	100,00	133,00	274,00	455,00	390,00	550,00
Jul.	110,00	150,00	300,00	460,00	490,00	...
Ago.	160,00	280,00	260,00	465,00	525,00	...
Set.	185,00	415,00	365,00	585,00	585,00	...
Out.	180,00	470,00	370,00	900,00	780,00	...
Nov.	190,00	370,00	430,00	1.280,00	740,00	...
Dez.	220,00	270,00	540,00	1.500,00	680,00	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 114. - Exportação de Banana por São Paulo, 1974-77

(em 1.000 volumes)⁽¹⁾

Mês	Argentina				Uruguai			
	1974	1975	1976	1977	1974	1975	1976	1977
Jan.	594	738	311	422	35	30	0	14
Fev.	475	526	384	374	45	28	0	2
Mar.	490	704	354	416	52	30	0	0
Abr.	621	662	349	...	4	8	0	...
Mai.	537	646	362	...	-	6	0	...
Jun.	421	340	241	...	-	52	28	...
Jul.	380	275	304	...	-	27	29	...
Ago.	500	294	263	...	-	27	104	...
Set.	393	295	240	...	-	5	137	...
Out.	512	511	322	...	-	-	2	...
Nov.	666	491	338	...	-	-	0	...
Dez.	721	480	218	...	-	-	18	...
Total	6.310	5.962	3.686	1.202	136	213	318	16

⁽¹⁾ Cachos e caixas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 114. - Produção e Número de Pês de Algumas Frutas de Clima Tropical, Estado de São Paulo, 1970-77

(em 1.000 unidades)

Ano	Goiaba para indústria		Abacate		Abacaxi		Limão		Mamão		Tangerina ⁽¹⁾		Manga	
	Pê	Tonelada	Pê	Caixa	Pê	Fruto	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Caixa
1970	925	2.600	70.000	25.200	2.280	2.740	5.220	2.470	4.400	5.770	474	1.500
1971	1.020	2.500	93.300	38.400	2.630	3.370	4.300	2.140	4.900	7.300	314	1.417
1972	1.800	25.000	1.060	2.700	111.000	51.500	3.400	5.500	4.100	2.430	5.000	8.340	600	1.800
1973	1.400	28.300	1.360	3.600	108.000	58.300	4.100	7.200	4.700	2.900	6.000	9.400	670	2.300
1974	1.150	22.000	1.380	3.500	91.600	51.900	4.800	8.400	4.200	2.600	6.700	10.700	670	2.200
1975	1.520	43.100	1.360	3.700	86.500	48.700	4.500	8.000	4.600	2.800	7.690	12.130	630	2.050
1976	1.175	34.700	1.660	3.620	63.500	35.300	4.620	9.400	9.300	4.300	8.690	15.060	530	1.630
1977 ⁽²⁾	955	25.170	61.300	31.900	4.550	9.300	11.140	6.400	8.480	14.420	570	1.670

⁽¹⁾ Inclui cravo, ponkan, mexerica e murcote.

⁽²⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 146. - Produção e Número de Pês de Frutas de Clima Temperado, Estado de São Paulo, 1970-77

(em 1.000 unidades)

Ano	Maçã		Caqui		Figo ⁽¹⁾		Pêssego de mesa		Uva de mesa		Uva para indústria	
	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Tonelada	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Tonelada
1970	-	-	780	1.600	910	7,2	260	1.470	34.090	8.890	12.270	22.430
1971	905	345	800	1.860	960	9,0	310	2.200	36.700	8.900	13.300	21.700
1972	1.074	508	900	2.900	1.700	16,0	500	5.600	38.700	13.700	13.100	25.200
1973	1.203	573	900	3.000	1.700	17,9	450	5.700	38.500	14.700	11.450	23.000
1974	1.113	563	960	3.400	1.900	17,4	440	5.200	38.400	15.000	10.300	18.300
1975	1.440	609	880	3.200	1.800	17,1	510	6.600	35.620	14.100	7.800	21.100
1976	844	2.800	1.900	16,1	485	4.750	35.410	15.610	7.700	21.100
1977 ⁽²⁾	825	2.980	1.900	15,8	485	4.340	34.170	14.220	7.040	17.630

⁽¹⁾ Inclui figo para a indústria.

⁽²⁾ Estimativa de novembro de 1976 - preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 147. - Quantidades Comercializadas na CEAGESP e Preços Médios Anuais de Algumas Frutas, Mercado Atacadista, São Paulo, 1973-76

Espécie	Unidade	Quantidade total (1.000 unidades)				Preço médio ponderado (Cr\$/unidade)			
		1973	1974	1975	1976	1973	1974	1975	1976
Abacate	cx.25kg	448	533	565	543	17,10	21,10	29,10	52,00
Caqui	cx.26kg	371	429	414	377	21,00	28,00	29,00	53,00
Figo	engradado 30kg	1.473	1.722	2.022	1.624	4,80	5,60	6,50	9,70
Mamão	cx.33kg	760	596	586	1.023	18,60	29,80	45,00	54,70
Manga	cx.23kg	318	352	463	256	18,60	31,90	37,60	56,00
Maracujã	cx.16kg	120	125	50	41	20,00	21,90	50,80	78,50
Pêssego	cx.3kg	1.479	2.041	2.167	2.040	7,90	12,20	14,70	19,60
Uva Niagara	cx.8kg	2.170	553	3.060	2.061	13,30	7,00	18,40	29,70
Uva Itália	cx.8kg	781	1.091	1.131	933	36,30	34,00	40,30	63,00
Tangerina cravo	cx.30kg	388	475	637	500	14,30	16,40	15,50	24,00
Tangerina ponkan	cx.30kg	1.360	1.398	1.596	1.708	11,50	16,20	20,70	25,20

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

- Comentários, Perspectivas e Eventos Climáticos

O Instituto de Economia Agrícola recebe, através de sua rede de rádio, informações climáticas diárias provenientes de 39 localidades, distribuídas pelas dez Divisões Regionais do Estado.

Cotejando-se esses dados com as médias mensais do período 1969-77 (quadro 118) constata-se que o clima do ano agrícola que está terminando foi bastante chuvoso. Contudo o mês de fevereiro, crucial para algumas culturas, apresentou-se com grande deficiência hídrica, tendo havido, uma precipitação pluviométrica média de somente 59,2mm em 6,2 dias chuvosos, o que corresponde a 32,3% da média 1969-76. Esse fato teve consequências danosas principalmente para os arrozais que floresceram e cachearam nesse período.

Outro mês de seca inusitada foi o de maio, sem no entanto provocar grandes prejuízos devido ao estágio em que as culturas se encontravam.

Por outro lado, os meses de agosto e setembro tiveram boas precipitações, o que propiciou aos lavradores do Estado iniciarem o plantio mais cedo.

Na parte referente a temperaturas não se observou quedas acentuadas nem altas muito prolongadas. Não foram registradas ocorrências de geadas fora do normal, consequentemente, não houve prejuízos de monta, mesmo aos cultivos mais sensíveis ao fenômeno.

Esse panorama do clima do Estado foi previsto, com razoável grau de exatidão, pelo Instituto de Atividades Espaciais, do Centro Técnico Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, conforme publicação no Boletim Informações Econômicas de abril de 1976 (quadro 119).

Este ano o Instituto de Atividades Espaciais fez novamente o seu prognóstico do tempo, abrangendo o período que vai de junho de 1977 a junho de 1978. É no intuito de fornecer mais um instrumento de decisão aos lavradores do Estado de São Paulo, que o Instituto de Economia Agrícola está apresentando o resultado desse estudo (quadro 120).

Com base nesse ensaio pode-se prognosticar que os meses de agosto a setembro serão um pouco menos chuvosos que no ano passado, mas com chuvas suficientes para que os lavradores preparem o solo e iniciem os plantios. Outubro deverá ser mais chuvoso e mais quente. Novembro um pouco menos, mas conforme a distribuição desses dias chuvosos pelo mês, o desenvolvimento das plantas poderá não ser afetado. Dezembro e janeiro menos chuvosos que no ano anterior mas com suficiente precipitação. Fevereiro mais chuvoso, o que poderá beneficiar muitas culturas do Estado de São Paulo. Preve-se para março o início do corte das águas, apresentando-se mais seco que a média dos últimos 8 anos. Abril, maio e junho deverão ser mais chuvosos que as médias anteriores.

É provável a ocorrência de geadas moderadas, nos locais normalmente mais frios, durante os meses de maio e julho de 1978.

(IEA, 21/07/1977)

QUADRO 118. - Dados Climáticos do Estado de São Paulo, 1969-77

Item	Mês												Total
	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	
Precipitação média no período 1969/76, em mm	39,5	38,5	83,5	143,8	199,9	204,3	195,5	183,0	144,9	60,5	52,9	53,4	1.399,7
Precipitação média mensal de 07/76 a 06/77, em mm	73,8	106,5	140,9	144,5	147,1	213,1	313,9	59,2	157,5	107,8	14,2	56,1	1.534,6
Número médio de dias chuvosos no período 1969/76	3,9	3,7	7,3	9,6	10,4	11,9	14,5	13,9	11,2	6,2	5,3	5,1	103,0
Número de dias chuvosos de 07/76 a 06/77	4,8	7,6	10,1	9,5	9,7	14,8	17,6	6,2	12,1	7,1	3,0	6,8	109,3
Temperatura máxima no período 07/76 a 06/77 (graus C)	35,0	35,2	34,0	37,0	37,0	37,0	38,0	40,0	41,5	39,5	38,5	33,0	-
Temperatura mínima no período 07/76 a 06/77 (graus C)	0,8	2,3	7,7	9,5	10,3	10,0	12,0	15,0	14,8	9,0	-1,0	6,0	-

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 119. - Prognóstico do Tempo, Estado de São Paulo (¹), Junho de 1976 a Junho de 1977

Mês	Dia claro	Dia nublado	Dia chuvoso	Chuva na costa	Massa de ar frio
1976					
Jun.	24	03	00	03	02
Jul.	12	10	04	08	04
Ago.	11	07	06	06	05
Set.	12	08	07	08	04
Out.	12	09	08	09	04
Nov.	07	12	09	07	03
Dez.	04	14	11	05	02
1977					
Jan.	06	13	12	06	01
Fev.	10	11	07	04	00
Mar.	08	14	09	11	04
Abr.	16	10	04	07	02
Mai.	15	11	04	08	04
Jun.	14	10	06	07	05

(¹) Não há previsão de geadas fora dos padrões normais para 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 120. - Prognóstico do Tempo, Estado de São Paulo, Junho de 1977 a Junho de 1978 (¹)

Mês	Dia claro	Dia nublado	Dia chuvoso	Chuva na costa	Massa de ar frio
1977					
Jun.	17	8	5	5	3
Jul.	19	7	4	6	2
Ago.	17	9	5	8	3
Set.	15	8	7	7	3
Out.	9	12	10	13	2
Nov.	9	13	8	9	1
Dez.	6	14	10	12	0
1978					
Jan.	3	15	13	12	0
Fev.	2	16	10	11	0
Mar.	7	16	8	7	1
Abr.	12	11	7	6	2
Mai.	15	9	6	6	2
Jun.	15	9	6	4	3

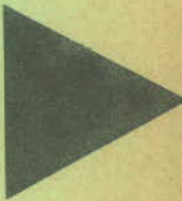
(¹) Haverá ocorrência de geadas moderadas (não destrutivas), nos estados do Sul do Brasil, em maio e julho de 1978.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

IEA

5

MERCADOS DE FATORES



5 - MERCADOS DE FATORES

- Fertilizantes

- Parâmetro internacional

Em 1975/76, o mercado internacional de fertilizantes apresentou níveis de preços relativamente mais baixos que aqueles verificados no começo do ano de 1975, quando houve redução no crescimento do consumo em muitos países. Entretanto, a recuperação de crescimento do consumo tem ocorrido influenciado principalmente pelos modestos preços praticados pelos países exportadores.

Os estoques permanecem altos em vários países importadores, e não está claro com que rapidez crescerá a demanda mundial de fertilizantes nos próximos anos.

No segundo semestre de 1976, a demanda de fertilizantes nos Estados Unidos apresenta-se com sinais de fortalecimento. Os estoques dos produtores em julho de 1976 estiveram abaixo dos seus altos picos observados em 1975, embora ainda estivessem acima dos baixos níveis de 1973/74. Estimativas preliminares para 14 estados onde a demanda tinha sido muito fraca, mostrou em 1975/76 um fluxo de fertilizantes realmente acima da previsão anual, em contraste com o decréscimo de 9% no consumo que ocorrera no período anterior.

Na Europa a demanda no segundo semestre de 1976 foi de certo modo fraca, embora apresentando alguma reação em relação ao observado nos primeiros seis meses do ano.

Ainda existem estoques excedentes nos países produtores e a produção está claramente limitada. Alguns países consumidores da Ásia também guardam estoques e existem políticas de controles nas importações que restringem as vendas.

Recentes informações, vindas da Índia, atualmente o maior importador de fertilizante do mundo, indicam um decréscimo na importação de fertilizante, a curto prazo, face ao aumento da produção doméstica e à desfavorável relação de preços fertilizantes/produtos agrícolas.

Em contraste, o mercado de fertilizantes na América do Sul está mostrando sinais de recuperação em virtude de os estoques estarem em níveis razoáveis ou decrescentes.

Incertezas ainda permanecem no que se refere às perspectivas do médio prazo, pois na medida que as importações sejam realizadas em níveis inferiores às suas reais necessidades, fatalmente os estoques de fertilizantes estarão diminuindo nos países em desenvolvimento, especialmente nos maiores importadores, caso a produção doméstica não acompanhe o ritmo de crescimento da demanda.

Com efeito, a facilidade de ampliação da capacidade de produção das indústrias de fertilizantes, principalmente nos países em desenvolvimento, poderá se comportar como um fator de ajuste entre a produção e o consumo. De uma maneira geral, a capacidade mundial de produção de fertilizante está ainda com perspectiva de desenvolver-se mais rapidamente que

a demanda nos próximos anos, conforme recente revisão das projeções (quadro 121).

Nessas estimativas constata-se que os maiores saldos esperados são para os potássicos, os quais representam mais de 20% do consumo estimado, seguidos de fosfatados, 11%, e os nitrogenados, em posição de relativo equilíbrio, onde os saldos representam apenas 2% do consumo previsto. Em termos globais (NPK) o saldo deve situar-se em torno de 10% do consumo, nível bastante satisfatório, porém o suficiente para acumular excedentes exportáveis em algumas regiões do globo.

Nas estimativas da capacidade produtiva de fertilizantes até 1980/81, observa-se que as taxas de acréscimos devem ser de 29,3% para nitrogênio, 17,2% para fósforo e 9,1% para o potássio, tomando-se como base o ano de 1976/77. Enquanto que as regiões em desenvolvimento deverão ampliar a capacidade produtiva até 1980/81 em torno de 88,0%, onde o aumento mais substancial deverá ocorrer para o nitrogênio (100,0%), as desenvolvidas crescerão em 10,5% e as regiões de economia planejada em 19,2%. Nestas duas últimas regiões a maior expansão deverá ocorrer também com o nitrogênio, com valores respectivos de 13,2% e 24,0% (quadro 122).

Caso se concretizem essas predições, a relação NPK, que já era favorável aos nitrogenados em 1976/77 (1:0,32:0,39), passará, em 1980/81, para uma relação onde o nitrogênio terá uma participação ainda maior (1:0,29:0,33).

Há evidências, contudo, que os dados do quadro 122 estão subestimados para fósforo, uma vez que outras fontes dão informações de oferta e de consumo superiores à capacidade produtiva constante no referido quadro. Uma dessas informações é evidenciada no relatório das reuniões da Associação Internacional da Indústria de Fosfato, relatório de José Drumond Gonçalves - Associação Nacional de Difusão de Adubos (ANDA) realizada em junho de 1977, em Copenhague, Dinamarca. Nessa reunião foi apresentado uma estimativa do consumo de P_2O_5 relativamente aos anos de 1974, 1975 e 1976 (quadro 123). Por esses dados percebe-se que nesses três anos o consumo desse nutriente decresceu em 1975 em relação ao ano anterior, voltando, contudo em 1976, aos mesmos níveis iniciais.

A evolução dos preços internacionais dos principais fertilizantes e matérias-primas básicas, FOB - região exportadora, pode ser visualizada nas figuras 19 e 20.

Observa-se que no ano de 1975 ocorreu um decréscimo nos preços reais de fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássicos. Verifica-se também que esse decréscimo acentuou-se mais no ácido fosfórico, no sulfato de amônia, na uréia fórmula e na matéria-prima amônia e ácido fosfórico, isto é, nos fertilizantes nitrogenados. A fórmula 15-15-15 acompanhou, em linhas gerais, a evolução desses produtos. O cloreto de potássio teve um aumento no preço em maio de 1975, diferindo assim dos demais, porém a partir de junho notou-se um decréscimo no seu preço, que foi contudo menos acentuado que o dos outros fertilizantes em análise.

No primeiro semestre de 1976 os preços de superfosfato triplo e o fosfato diamônio continuaram com tendência decrescente iniciada em abril de 1975, tendo alcançado seus níveis mínimos, respectivamente, em junho e julho, havendo posteriormente um aumento nos preços no início do segundo semestre, já o ácido fosfórico apresentou-se continuamente em queda ao longo de todo o período. No entanto, o sulfato de amônia teve o maior preço em abril, ocorrendo uma queda até fevereiro do ano seguinte (1976), alcançando, em abril desse ano, novo pico, decrescendo outra vez até maio, quando houve uma estabilização nos preços até o fim do período analisado (outubro de 1976). Os preços dos demais produtos permaneceram praticamente estáveis ao longo dos primeiros 10 meses de 1976.

- Situação interna

No Prognóstico 1976/77 a previsão para o consumo nacional de fertilizantes em termos de nutrientes, indicara um aumento de 15%, mas as estimativas preliminares da demanda total mostram um aumento de 31,5%. Observe-se, contudo, que até setembro as empresas produtoras e/ou distribuidoras de fertilizantes tiveram comportamento de vendas normal, acusando uma taxa de crescimento próximo dos 15%. Porém, nos meses de outubro, novembro e dezembro houve uma forte procura com movimento bem mais intenso em relação à expectativa de fim de ano. Dessa forma, as proporções de vendas foram bem superiores àquelas que se verificaram nos mesmos meses de anos anteriores (quadro 124).

O principal responsável por essa situação atípica do mercado de fertilizante no fim do ano de 1976 foi a expectativa da retirada do subsídio de 40% no preço de compra, o que propiciou a criação de um relativo estoque em mãos dos agricultores para o ano de 1977. Com efeito, nos primeiros meses de 1977, observou-se um enfraquecimento no mercado desse insumo em virtude do excesso de demanda verificado no final de 1976, somado à expectativa de um grande número de agricultores esperançosos de médias compensatórias, que pudessem igualar as vantagens originadas pelos preços subsidiados. A medida de emergência estabelecida, a de tornar os juros de operações a crédito igual a zero, não surtiu os mesmos efeitos quantitativos da situação dos anos de 1975 e 1976.

Assim, face a grande expectativa nos preços de fertilizantes neste início de 1977, os agricultores tiveram que protelar as decisões das compras desse insumo, resultando em um menor volume de venda registrado pela indústria, o que poderá causar, como consequência, problemas quanto à distribuição e escoamento dos fertilizantes, quer seja nos terminais portuários, quer no encaminhamento destes até as usinas de transformação ou misturadoras e destas até às regiões de consumo.

Segundo estimativas preliminares da "ANDA", nos primeiros cinco meses do ano a entrega efetiva de fertilizantes aos agricultores foi 12% inferior à verificada em igual período de 1976. Em 1975 foram entregues nesse mesmo período 26% do total anual; em 1976, 23% e, em 1977, 20%, estimativa esta baseada na hipótese de que o consumo aparente de 1977 ficará nos mesmos níveis de 1976, hipótese esta, aliás, bastante pessimista. Essas informações demonstram que o movimento de fertilizantes deverá concentrar-se nos meses subsequentes a maio, fato esse que poderá comprometer grandemente o abastecimento do insumo para a safra 1977/78.

A análise da relação de consumo entre os nutrientes básicos (NPK) revela que o P_2O_5 é o que teve maiores ganhos nos últimos 8 anos (quadro 125), passou de 1,61 em 1969 (N:P:K::1,00:1,61:1,18) para 2,66 em 1976 (1,00:2,66:1,54).

Esta predominância de P_2O_5 na relação de consumo, que por certo deverá continuar por muitos anos no Brasil, é resultante das características edafológicas brasileiras, que somadas às novas áreas incorporadas ao processo produtivo, áreas de cerrados e das pastagens formadas, reflete um incremento maior desse nutriente.

A política de contingenciamento das importações, objetiva, além de permitir a expansão da indústria nacional, garantir níveis satisfatórios de oferta de fertilizantes. Por outro lado, a demanda que poderia não acompanhar o ritmo de crescimento da oferta, face à crescente participação da produção nacional, que na maioria dos casos reflete em preços médios mais altos, vem recebendo benefícios ora indiretos, através do subsídio dos juros nas operações a crédito, ora com subsídio diretamente nos preços, como o ocorrido em 1975-76. A associação dessas duas políticas tem dado resultados satisfatórios, uma vez que protege a indústria nacional de fertilizantes dos concorrentes externos e alivia os ônus de uma indústria ainda incipiente,

que recairia, por certo, todo na agricultura, caso não houvesse essa política de subsídio. Assim é que os juros subsidiados nas operações a crédito vem sendo praticados desde 1966. Porém, dos subsídios, o mais significativo foi o que vigorou nos anos de 1975-76 de 40% diretamente nos preços, apesar de ter sido eliminado, nesse período, o subsídio aos juros. Tal política, além de ter propiciado uma baixa nos preços dos fertilizantes nunca igualado a nenhuma das políticas até então adotadas, trouxe como grande significado a equalização do benefício, atingindo inclusive aqueles agricultores, que por várias razões, não têm acesso ao crédito, representados principalmente pelos pequenos agricultores.

Quanto ao contingenciamento, as dificuldades surgem na estimativa da proporção entre a produção nacional e a quantidade a ser importada. Normalmente as relações de contingenciamento são baseadas na previsão de consumo e da produção nacional. Essas modificações, tanto no nível de contingenciamento como na política de subsídio, tendem a ser bastante frequentes face às oscilações dos preços internacionais e da oferta de matéria-prima de origem nacional, principalmente em se considerando que o setor de fertilizantes está passando por uma rápida transformação. Com efeito, o mecanismo de contingenciamento não pode ser efetivado em tempo muito longo, e geralmente tem sido utilizada em um prazo inferior a um ano.

As relações de contingenciamento para a região Centro-Sul, que anteriormente era de 1:0,8 para N e 1:0,30 para P_2O_5 são atualmente, de 1:1,6 para N e de 1:0,35 para P_2O_5 relações estas que passaram a vigorar a partir de junho de 1976. Porém, espera-se para breves dias nova resolução do Conselho de Política Aduaneira alterando essas relações, principalmente na de P_2O_5 .

A última modificação da relação de contingenciamento beneficiou as empresas importadoras de fertilizantes, pois para cada 1,0 tonelada de N adquirida da produção interna ganha-se o direito de se comprar 1,6 toneladas no exterior (anteriormente era de 0,8 tonelada). Este regime tem funcionado de uma maneira satisfatória. As críticas surgidas referem-se à época um pouco tardia para a efetivação do novo nível de contingenciamento. A época considerada ideal está relacionada com o período da entressafra estadunidense, quando a indústria misturadora teria condições de adquirir maiores volumes no exterior a preços mais baixos, além de coincidir com o pico da demanda interna. Dessa forma, a definição dos níveis de contingenciamento não deveria ultrapassar o final do mês de maio de cada ano.

No período de janeiro de 1976 a maio de 1977 os preços reais dos fertilizantes, no mercado interno, apresentaram uma leve tendência de acréscimo (figura 21).

Dos cinco principais fertilizantes selecionados para essa análise, os maiores preços reais observáveis no período se verificaram em janeiro de 1976 para o sulfato de amônia e cloreto de potássio e, em março do mesmo ano para a uréia, superfosfato triplo e superfosfato simples.

O cloreto de potássio e o sulfato de amônia em fevereiro e março de 1976, ao contrário de outros fertilizantes, tiveram decréscimo em seus preços. O sulfato de amônia, com preço real em janeiro de 1976 de Cr\$232,87/t, caiu para Cr\$171,39/t em março em cruzeiros de 1965-67. O sulfato de amônia e o superfosfato simples, no período de março de 1976 a abril de 1977, apresentaram os mesmos preços, passando de Cr\$171,39/t para Cr\$121,37/t, e ambos em abril de 1977 atingiram o preço real mínimo. A uréia, o superfosfato triplo e o superfosfato simples apresentaram a mesma tendência, no período em análise, com o preço real diminuindo de janeiro para fevereiro de 1976 e, aumentando em março, quando alcançaram preços reais máximos. O preço real máximo obtido pela uréia foi de Cr\$357,22/t, enquanto o alcançado pelo superfosfato triplo foi Cr\$412,48/t e, pelo superfosfato simples foi Cr\$171,39/t. Posteriormente ocorreu um decréscimo nos preços até abril de 1977, quando atingiram um nível mínimo, de

Cr\$276,07/t, Cr\$311,79/t e Cr\$121,37/t, respectivamente para a urêia, o superfosfato triplo e o superfosfato simples, sempre em cruzeiros de 1965-67.

Em 1976, o índice de preço real alcançou o seu menor valor (85,5); entretanto, o índice de preços correntes experimentou um aumento de 478,5% no período 1967-76 e de 1.020,4%, quando se compara os primeiros 5 meses de 1977 com o ano de 1967, diferença esta favorecida pela retirada do subsídio aos preços. Contudo, nesses cinco meses o índice de preço real de fertilizantes experimentou um aumento de 48,7% em relação a 1976, contra 11,6% relativo ao ano de 1975 e 27,2% ao ano base 1967, representando o maior valor do período analisado, exceção feita para o ano de 1974 (quadro 126).

O Brasil tem aumentado de uma forma considerável o consumo de fertilizantes, pois no período de 1971 a 1976 mais que duplicou a sua utilização (passou de 1.126 mil para 2.464 mil toneladas). Por sua vez São Paulo vem experimentando altas taxas de crescimento no uso deste insumo, sendo atualmente responsável por cerca de 30% do consumo nacional.

Para o Estado de São Paulo, no período de 1969-76 o consumo por unidade de área, quando se considera a superfície cultivada, cresceu 149,3% e a estimativa para 1976 é de 129,40kg/ha. No entanto, ao se acrescentar a área com pastagens artificiais à área cultivada a taxa de crescimento não se altera, mas a quantidade consumida cai para 60,5kg/ha. Prevê-se em 1977 um consumo ao redor de 146,9kg/ha cultivado ou 68kg/ha incluindo a superfície de pastagens (quadro 127).

A análise da evolução dos preços fertilizantes/terra, em São Paulo, objetiva avaliar as alternativas de emprego desse insumo moderno pelo agricultor, relativamente ao uso de terra.

Apresenta-se no quadro 128 a relação de preços fertilizante/terra nos últimos 9 anos. No período de 1969 a 1976, essa relação decresceu continuamente, exceto no ano de 1974, quando houve um aumento de mais de 10% em relação ao ano anterior. Isso poderia ser explicado por um aumento no preço real da terra durante esse período, invertendo-se em 1974, quando os fertilizantes alcançaram os níveis mais altos de preços reais.

Na estimativa para 1977 prevê-se um aumento em torno de 30% nesse índice em relação a 1976, ocasionado principalmente pelo aumento do preço de fertilizante, face à retirada do subsídio que incidiu nos preços desse insumo. É de se esperar que com o aumento do preço da terra o agricultor procure aumentar o consumo de fertilizantes por unidade de área, em virtude do seu efeito substituição, de modo a aumentar a produção total através do incremento à produtividade média.

Perseguindo o mesmo objetivo da relação anterior, construiu-se a relação de preços de trator/fertilizante no período 1967-77. Esta relação também se apresentou decrescente e o índice para 1977 se fixou em 39 representando uma diminuição de 50% em relação ao ano anterior. O valor mínimo foi encontrado no ano de 1974, quando o preço real de fertilizantes teve um aumento de 93,8% contra uma diminuição de 13% no preço real do trator. Assim, em 1977 os agricultores, com os mesmos recursos, poderão comprar 29 toneladas de fertilizantes ou um trator (quadro 129).

Pelo quadro 130, que mostra as quantidades necessárias de diferentes produtos para adquirir 10 toneladas de fertilizantes, verifica-se que o índice máximo da relação se deu em 1974 para todos os produtos, indistintamente; apenas para o café, esse índice foi igual aos dois primeiros anos do período em análise (1967-77). No entanto, o café apresentou em 1976 um ganho de mais de 60%, com o índice decrescendo de 43, em 1975 para 12 em 1976.

Dos 6 produtos em análise o milho, o algodão e a cana-de-açúcar apresentaram em 1976 a melhor relação de preços dos últimos 11 anos.

As informações preliminares para 1977 indicam um aumento nos índices para todos os produtos, em virtude da nova política que começou a vigorar em janeiro com a retirada do subsídio de 40% nos preços de fertilizantes. O milho foi o produto que apresentou o maior aumento no índice estimado para 1977, subindo de 63 para 101, com um aumento de 60%, enquanto para o algodão, a cana, soja e arroz estima-se um aumento no índice de 55%, 47%, 19% e 17%, respectivamente. No que concerne ao algodão, embora o índice estimado para 1977 (59) seja maior que o de 1976 (38), tem uma melhor relação de preços quando comparada com os anos de 1967 a 1975.

Em resumo, as primeiras estimativas para 1977 indicam que todos os produtos deverão apresentar perda do poder aquisitivo, relativamente ao dispêndio com fertilizantes, quando se compara com os preços subsidiados em 1975-76. Todavia, se se considerar os juros que incidiram nas operações a crédito nos anos de subsídio direto aos preços e que agora estão abolidos, o arroz e a soja apresentam em 1977 relações favoráveis de preços produto/fertilizante, relativamente a 1976, ficando ainda o milho, o algodão e a cana-de-açúcar, mesmo considerando esse critério, com perda de poder aquisitivo.

(IEA, 22/07/1977)

QUADRO 121. - Estimativa da Produção e Consumo Mundial de Fertilizantes em Termos de Nutrientes, 1977/78

(em milhão de toneladas)

Item	Nitrogênio (N)	Fósforo (P ₂ O ₅)	Potássio (K ₂ O)	Total
Oferta	49,69	30,23	29,27	109,19
Consumo	48,57	27,20	23,99	99,76
Saldo	1,12	3,03	5,28	9,43

Fonte: World Agricultural Situation, Out/76.

QUADRO 122. - Estimativas da Capacidade Produtiva de Fertilizantes, 1967/77-1980/81

(em milhão de toneladas)

Fertilizante período	Região			Total
	Desenvolvida	Em desenvolvimento	De economia planejada	
Nitrogênio (N)				
1976/77	36,79	10,88	32,87	80,54
1977/78	39,12	14,00	34,86	87,98
1978/79	40,33	18,69	37,13	96,15
1979/80	41,30	20,41	40,22	101,93
1980/81	41,63	21,75	40,77	104,15
Fósforo (P₂O₅)				
1976/77	16,77	4,53	4,77	26,16
1977/78	17,00	4,98	4,97	27,04
1978/79	17,92	5,33	5,08	28,22
1979/80	18,02	6,83	5,41	30,26
1980/81	18,02	7,22	5,41	30,65
Potássio (K₂O)				
1976/77	17,61	0,38	13,55	31,54
1977/78	18,09	0,43	13,60	32,12
1978/79	18,30	0,48	13,70	32,48
1979/80	18,53	0,48	14,75	33,76
1980/81	18,99	0,58	14,85	38,42

Fonte: World Agricultural situation, Out/76.

QUADRO 123. - Consumo de P_2O_5 em Certos Países e Regiões, 1974-76

Região/país	1974	1975	1976
Europa do Oeste	6,03	5,05	4,93
Japão	0,79	0,69	0,62
Europa do Leste	7,00	7,73	8,49 ⁽¹⁾
Estados Unidos	4,60	4,07	4,72
Austrália	1,25	0,53	0,51
África do Norte e Oriente Médio	0,62	0,82	1,05 ⁽¹⁾
Turquia	0,21	0,33	0,52
Índia	0,65	0,47	0,45
Paquistão	0,06	0,06	0,11
Ásia Socialista	1,52 ⁽¹⁾	1,41 ⁽¹⁾	1,57 ⁽¹⁾
Mundo	26,21	24,54	26,42

⁽¹⁾ Estimativas da Associação Internacional da Indústria de Fosfatos.
 Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos.

QUADRO 124. - Consumo de Fertilizantes em Termos de Nutrientes, Brasil 1969-77

(em tonelada)

Ano	N	P ₂ O ₅	K ₂ O	Total	Variação (%)
1969	165.332	265.761	195.657	626.750	4,0
1970	275.936	395.938	306.693	978.567	56,1
1971	291.975	486.127	347.902	1.126.004	15,1
1972 ⁽¹⁾	363.082	721.824	361.636	1.446.542	28,5
1973	407.704	948.011	623.431	1.979.146	36,8
1974	335.774	902.504	538.304	1.776.582	-10,2
1975	379.072	989.398	507.268	1.874.738	5,5
1976 ⁽²⁾	481.542	1.285.369	697.963	2.464.874	31,5
1977 ⁽³⁾	547.013	1.460.129	792.858	2.800.000	13,6

⁽¹⁾ Considerou-se remanejamento de estoque ainda que aproximado.

⁽²⁾ Preliminar.

⁽³⁾ Previsão.

Fonte: Dados básicos do Sindicato da Indústria de Adubos e Colas do Estado de São Paulo e Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

QUADRO 125. - Evolução das Relações entre os Nutrientes Básicos (N, P₂O₅, K₂O) na Formação do Consumo Brasileiro de Fertilizantes, 1969-77

Ano	N	P ₂ O ₅	K ₂ O
1969	1,00	1,61	1,18
1970	1,00	1,43	1,11
1971	1,00	1,66	1,19
1972	1,00	1,99	0,99
1973	1,00	2,32	1,53
1974	1,00	2,69	1,60
1975	1,00	2,61	1,34
1976	1,00	2,66	1,54
1977 (1)	1,00	2,67	1,45

(1) Previsão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 126. - Evolução dos Preços de Fertilizantes⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1967-77

(Preço médio ponderado em Cr\$/10t)

Ano	Preço corrente	Preço real ⁽²⁾	Índice ⁽³⁾	
			Corrente	Real
1967	1.834,00	1.433,00	100,0	100,0
1968	2.228,00	1.401,00	121,5	97,8
1969	2.603,00	1.356,00	141,9	94,6
1970	2.846,00	1.237,00	155,2	86,3
1971	3.552,00	1.282,00	193,7	89,5
1972	4.419,00	1.364,00	240,9	95,2
1973	5.472,00	1.539,00	298,4	107,4
1974	14.319,00	2.983,00	780,8	208,2
1975 ⁽⁴⁾	10.014,00	1.634,00	546,0	114,0
1976 ⁽⁴⁾	10.609,00	1.225,00	578,5	85,5
1977 ⁽⁴⁾	20.548,00	1.823,00	1.120,4	127,2

⁽¹⁾ Preço à vista posto São Paulo.

⁽²⁾ Em cruzeiros de 1965-67, corrigido pelo índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

⁽³⁾ Índice simples, 1967=100.

⁽⁴⁾ Média do período janeiro-maio. Sem subsídio o preço corrente, em 1975, seria de Cr\$16.689,00/10t e o real de Cr\$2.722,00/10t. Em 1976 esses valores se situariam em Cr\$17.682,00/10t e Cr\$2.042,00/10t, respectivamente, preço corrente e real.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 127. - Evolução do Consumo por Hectare de Fertilizantes ($N+P_2O_5+K_2O$) no Estado de São Paulo, 1969-77

Ano	Em relação à área cultivada (1) (kg/ha)	Índice (2)	Em relação à área cultivada mais área de pastagem artificial (kg/ha)	Índice (2)
1969	51,9	100,0	24,7	100,0
1970	69,1	133,1	30,7	124,3
1971	81,2	156,4	36,7	148,6
1972	93,6	180,3	39,8	161,1
1973	113,6	219,0	47,9	194,0
1974	110,9	213,7	48,0	194,3
1975	115,0	221,6	50,1	202,8
1976	129,4	249,3	60,5	244,9
1977 (3)	146,9	283,0	68,7	278,2

(1) Área cultivada inclui as destinadas às culturas anuais, culturas perenes e terras em descanso.

(2) Índice simples, 1969=100.

(3) Previsão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 128. - Unidades de Hectare de Terra⁽¹⁾ Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Fertilizante⁽²⁾, Estado de São Paulo, 1969-77

Ano	Nº de unidades	Índice ⁽³⁾
1969	3,7	100
1970	2,6	70
1971	2,3	62
1972	2,2	60
1973	1,7	46
1974	1,9	51
1975 ⁽⁴⁾	1,0	27
1976 ⁽⁴⁾	0,7	19
1977	0,9	24

(¹) Refere-se a Terra de Primeira.

(²) Preço médio ponderado, posto São Paulo.

(³) Índice simples, 1969=100.

(⁴) Considerando um subsídio de 40% nos preços médios de fertilizantes.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 129. - Unidades de Fertilizante⁽¹⁾ Necessárias para Adquirir um Trator Leve (44HP),
Estado de São Paulo, 1967-77

Ano	Fertilizante (10t)	Índice ⁽²⁾
1967	7,4	100
1968	7,3	99
1969	7,3	99
1970	6,7	91
1971	6,2	84
1972	5,6	76
1973	4,8	65
1974	2,1	28
1975 ⁽³⁾	3,9	53
1976 ⁽³⁾	5,8	78
1977 ⁽⁴⁾	2,9	39

⁽¹⁾ Preço médio ponderado, posto São Paulo.

⁽²⁾ Índice simples, 1969=100.

⁽³⁾ Considerando subsídio de 40% nos preços médios de fertilizantes.

⁽⁴⁾ Média dos cinco primeiros meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 130. - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Fertilizantes⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1967-77

Ano	Arroz em casca (60kg)		Milho (60kg)		Cafê beneficiado (60kg)		Soja (60kg)		Algodão em caroço (15kg)		Cana-de-açúcar (t)	
	Nº de unidades	Índice ⁽²⁾	Nº de unidades	Índice ⁽²⁾	Nº de unidades	Índice ⁽²⁾	Nº de unidades	Índice ⁽²⁾	Nº de unidades	Índice ⁽²⁾	Nº de unidades	Índice ⁽²⁾
1967	100	100	290	100	40	100	150	100	350	100	143	100
1968	100	100	360	124	40	100	130	87	320	91	146	102
1969	110	110	240	83	20	50	130	87	320	91	145	101
1970	130	130	250	86	20	50	110	73	300	86	142	99
1971	80	80	250	86	30	75	110	73	250	71	145	101
1972	90	90	260	90	20	50	120	80	260	74	151	106
1973	100	100	200	69	20	50	90	60	230	66	156	109
1974	170	170	450	155	40	100	210	140	410	117	248	173
1975 ⁽³⁾	76	76	207	71	17	43	120	80	276	79	124	87
1976 ⁽³⁾	106	106	183	63	15	12	96	64	133	38	92	64
1977 ⁽⁴⁾	124	124	294	101	7	17	114	76	205	59	135	94

⁽¹⁾ Preço médio ponderado, posto São Paulo.

⁽²⁾ Índice simples, base 1967=100.

⁽³⁾ Considerando um subsídio de 40% nos preços médios de fertilizantes.

⁽⁴⁾ Média de preços de fertilizantes de janeiro/maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

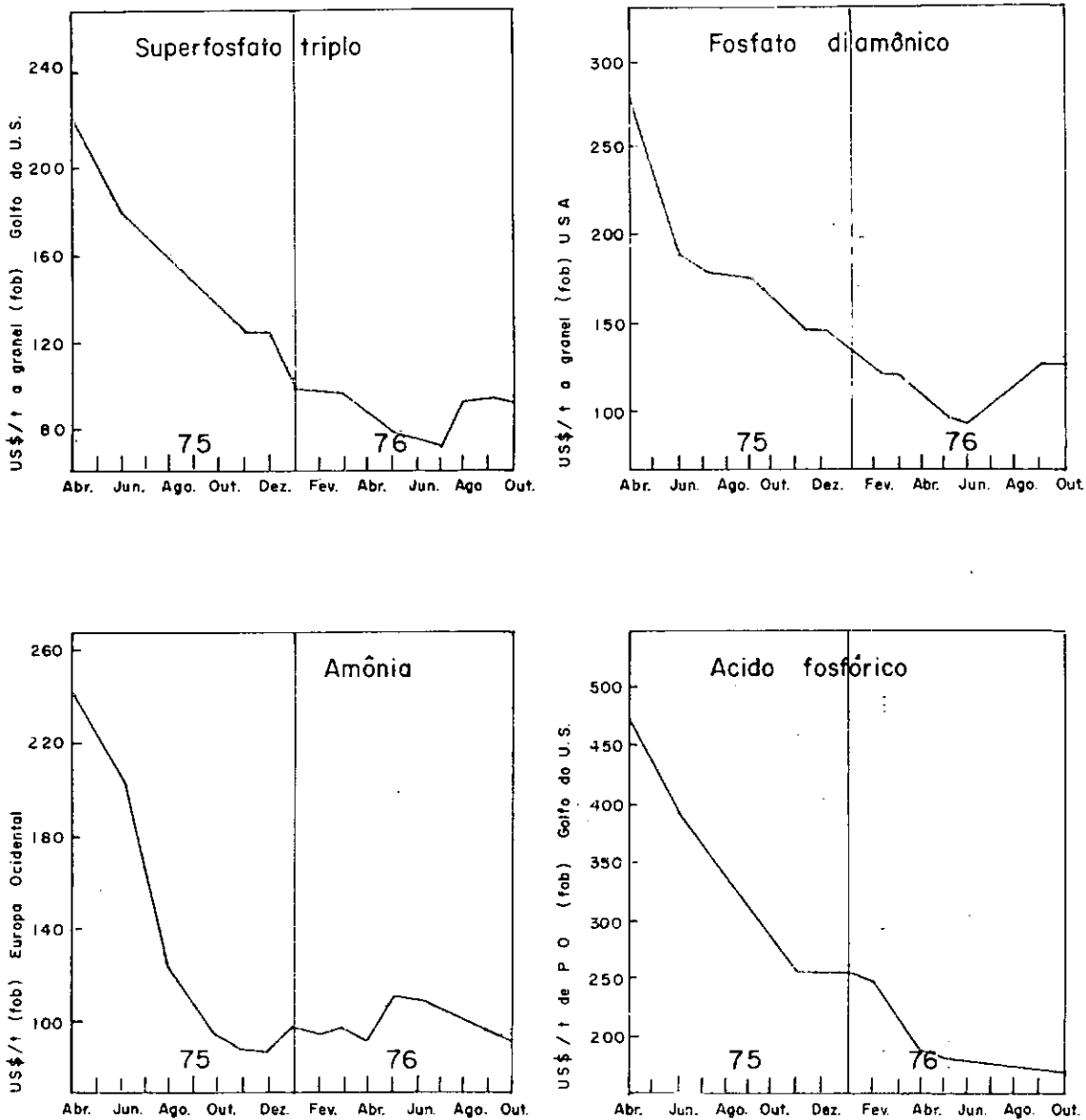


FIGURA 19. - Evolução dos Preços de Fertilizantes e Materias Primas em Algumas Regiões do Mundo, 1975/76.

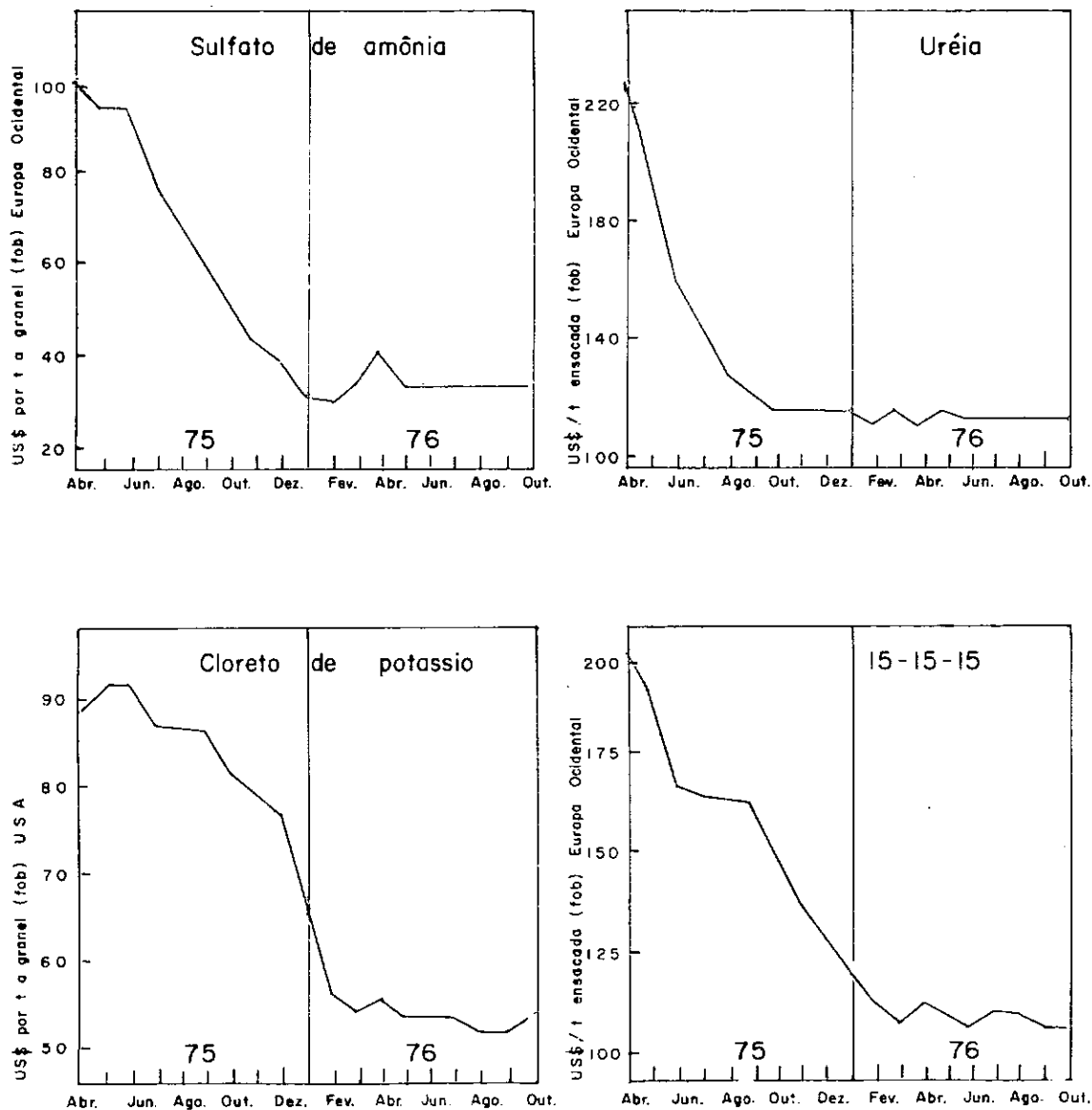


FIGURA 20. - Evolução dos Preços de Fertilizantes e Materias-Primas em Algumas Regiões do Mundo, 1975/76.

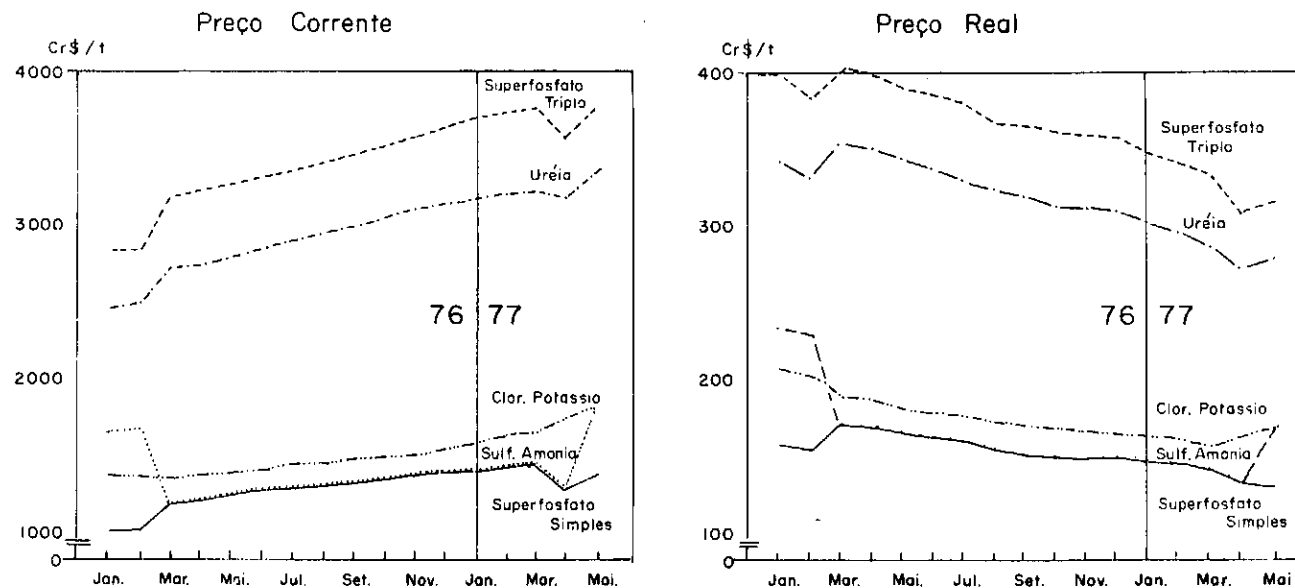


FIGURA 21. - Evolução dos Preços Correntes e Reais para os Principais Fertilizantes, no Mercado Interno, 1976/77.

- Tratores

Em 1976 a produção da indústria brasileira de tratores de 4 rodas aumentou 11% em relação ao ano anterior (O Prognóstico 1976/77 previa 14% quadro 131). Este fato pode ser considerado bastante satisfatório, se for levada em conta a política monetária do País, orientada no sentido de restrições ao crédito rural de investimento no ano de 1976. Assim, ao longo desse período, houve época de acumulação de estoques tanto a nível de indústria como dos agentes de comercialização, em decorrência das dificuldades nas liberações dos financiamentos para compra de tratores.

A produção dos cinco primeiros meses de 1977 foi de 18.193 tratores de 4 rodas, que comparada com igual período do ano anterior representa uma queda de cerca de 14%.

Nos últimos anos tem-se verificado uma preferência por tratores de maior potência; assim sendo, durante o ano de 1976 a produção de tratores pesados (acima de 65HP) correspondeu a 88% da produção total de tratores de 4 rodas. Esta preferência pode ser explicada pelo fato de que os tratores pesados têm um menor custo de aquisição por HP, muito embora a classificação em vigor para tratores pesados já esteja superada.

Quanto aos cultivadores motorizados e micro-tratores, pode ser verificado no quadro 131 que sua produção atingiu o auge em 1974, passando a decrescer em 1975 e 1976. No entanto, a produção dos cinco primeiros meses deste ano apresentou um aumento de 9% em relação à produção do mesmo período de 1976. A retração observada deve estar relacionada com a menor incidência de tratamento fitossanitário do cafeeiro em consequência das geadas de 1975.

A produção de tratores de esteira sofreu um decréscimo de 2% em 1976, comparativamente ao ano anterior. Além disto, a produção dos cinco primeiros meses de 1977 foi 2,5% inferior à produção de igual período do ano anterior. Cumpre ressaltar que o maior uso dos tratores de esteira é para a abertura de novas áreas e serviços não agrícolas.

Os preços reais do trator de 44HP, conforme mostra o quadro 132, aumentaram 11% em 1976 em relação ao ano anterior. O índice de preço real que vinha declinando de 1967 até 1974, quando apresentou o seu nível mínimo (58,31), reverteu a tendência em 1975, com acréscimo de 3,7%, fixando-se em 60,47. Portanto, em dois anos consecutivos verificou-se um aumento nos preços reais de tratores, tomado como referência o de 44HP.

A média de preço do trator de 44HP situa-se em Cr\$77.365,00 para os cinco primeiros meses de 1977, enquanto o último preço observado em maio deste ano foi Cr\$80.755,00. Por outro lado, o trator de 61HP tem um preço médio no mesmo período, de Cr\$100.818,40, sendo o preço em maio de 1977 igual a Cr\$105.343,00. Observa-se, portanto, que a unidade de potência do trator de 44HP é 6,2% mais caro que a do de 61HP.

Para se inferir quanto ao ganho ou perda de poder aquisitivo do agricultor, procedeu-se a uma análise da relação de preços produto/trator (quadro 133). Os dados indicam a quantidade necessária de produto para adquirir um trator leve (44HP), nos últimos 11 anos. Foram selecionados 5 importantes produtos da agricultura paulista e que apresentaram diversidade de comportamento nos seus preços ao longo do período analisado. Desta forma, o arroz e o milho revelaram uma tendência semelhante favorável ao trator, em 1970-75 e 1968-75, respectivamente. Em 1976 houve uma inversão da tendência para ambos; no caso do arroz a mudança foi muito brusca, sendo que a exigência de 302 sacas em 1975 passou para 617 em 1976, enquanto que para o milho a mudança foi de 818 para 1.064 sacas exigidas em 1976. O café apresentou uma tendência favorável à aquisição de tratores durante o período que vai de 1967 a 1977, com exceção

do ano de 1971. No caso do café, verifica-se que são exigidos apenas 28 sacas em 1977, enquanto que no ano de 1967 eram necessários 334 sacas de 60kg. Isto decorre dos preços sempre crescentes que o café vem obtendo nos últimos anos.

A soja é outro produto que tem melhorado sua relação de troca ao longo do período em análise, e excetuando-se os anos de 1975 e 1976, o índice foi sempre decrescente.

Quanto ao algodão em caroço, verifica-se que seu relativo de preço tem sido favorável e o seu índice tem decrescido ao longo do período 1969-74. Em 1975 houve uma inversão da tendência, quando o índice, que em 1974 era 32, passou a ser 42, ou seja, uma exigência de 29% a mais de arrobas em relação ao ano de 1974; o índice voltou a cair novamente em 1976, permanecendo o mesmo para 1977.

Uma análise conjunta dos índices para os produtos considerados mostra para o ano de 1977 que o melhor relativo de preços está sendo para o café e o pior para o arroz. Em relação ao ano anterior observa-se para todos os produtos uma melhoria da relação de preços que favorece a aquisição de tratores.

Quanto ao crédito agrícola, que é um dos fatores que vem sustentando a crescente demanda por esse fator de produção, o Banco Central do Brasil, através da Resolução 416 de 26/11/1977 alterou as taxas de juros para o crédito rural de investimento, que de acordo com o valor do empréstimo, podem oscilar entre 13% a 21% ao ano (anteriormente variavam de 13 a 15% a.a.). Por outro lado, se o valor do orçamento exceder a mais de 5.000 vezes o maior valor de referência (MVR) a parte financiada cobrirá 75% do total; no caso do valor do orçamento não exceder 200 MVR o financiamento será total.

Essas medidas certamente irão se refletir nas vendas da indústria de tratores e máquinas agrícolas, que se retrairão face as maiores dificuldades encontradas pelos agricultores na tomada de novos empréstimos. Acresça-se a isto que estima-se que serão aplicados este ano cerca de Cr\$14 bilhões para financiar a aquisição de tratores e máquinas agrícolas, quantia essa possivelmente insuficiente para atender a expansão planejada por essa indústria.

Informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil mostram que em 1976 foram contratados no País empréstimos rurais para aquisição de tratores no valor de Cr\$6.743.543 mil, contra Cr\$4.466.977 mil no ano anterior, representando assim um crescimento de 51%. Em São Paulo esse aumento foi da ordem de 59%, ou seja, Cr\$1.517.033 mil em 1976 contra Cr\$953.896 no ano anterior.

(IEA, 22/07/1977)

QUADRO 131. - Produção da Indústria Brasileira de Tratores, 1967-77

Ano	Cultivador motorizado ⁽¹⁾		Trator de esteira		Trator de 4 rodas	
	Produção	Índice ⁽²⁾	Produção	Índice ⁽²⁾	Produção	Índice ⁽²⁾
1967	2.231	100	73	100	6.223	100
1968	2.613	117	106	145	9.818	158
1969	2.281	102	91	125	9.548	153
1970	2.474	111	185	253	14.048	226
1971	2.556	114	770	1.055	22.122	355
1972	3.773	169	1.282	1.756	29.142	468
1973	5.080	228	1.961	2.686	37.170	597
1974	5.659	254	2.415	3.308	43.810	704
1975	5.330	239	3.925	5.376	57.041	917
1976	4.684	210	3.850	5.274	63.161	1.015
1977 ⁽³⁾	2.247	...	1.189	...	18.193	...

⁽¹⁾ Inclusive micro-trator de 4 rodas.

⁽²⁾ Índice 1967=100.

⁽³⁾ Acumulado até maio.

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA.

QUADRO 132. - Evolução do Preço de Tratores, Estado de São Paulo, 1967-77⁽¹⁾

Ano	Preço corrente (Cr\$)	Índice (1967=100)	Preço real ⁽²⁾ (Cr\$ de 1976)	Índice (1967=100)
1967	13.564,00	100,00	91.769,00	100,00
1968	16.320,00	120,32	88.888,00	96,86
1969	19.102,00	140,83	86.158,00	93,89
1970	19.120,00	140,96	71.991,00	78,45
1971	21.900,00	161,46	68.467,00	74,61
1972	24.786,00	182,74	66.249,00	72,19
1973	26.439,00	194,92	61.384,00	66,89
1974	29.662,00	218,68	53.515,00	58,31
1975	39.280,00	289,59	55.492,00	60,47
1976	61.689,00	454,80	61.689,00	67,22
1977 ⁽³⁾	77.365,00	570,80	55.233,00	60,19

⁽¹⁾ Tomou-se como referência a média anual de preços básicos (sem acessórios) do trator de 44HP, posto fábrica, isento de ICM e IPI. São repassados ao comprador o valor de frete e seguro.

⁽²⁾ Usado o mês de maio em 1977 (Índice "2" da Conjuntura Econômica). Para os demais anos utilizou-se a média do ano.

⁽³⁾ Média dos cinco primeiros meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 133. - Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir um Trator Leve (44HP), Estado de São Paulo, 1967-77

Ano	Arroz em casca (sc.60kg)		Milho (sc.60kg)		Cafê beneficiado (sc.60kg)		Soja (sc.60kg)		Algodão em caroço (15kg)	
	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice
1967	727	100	2.147	100	334	100	1.105	100	2.608	100
1968	729	100	2.595	121	270	81	973	88	2.330	89
1969	834	115	1.717	80	187	56	928	84	2.337	90
1970	881	121	1.698	79	131	39	754	68	2.021	77
1971	524	72	1.531	71	162	48	684	62	1.537	59
1972	518	71	1.475	69	116	35	681	62	1.449	56
1973	499	69	979	45	91	27	456	41	1.125	43
1974	362	50	927	43	89	27	443	40	847	32
1975	302	41	818	38	67	20	473	43	1.091	42
1976	617	85	1.064	50	41	12	561	51	771	30
1977 ⁽¹⁾	469	65	1.105	51	28	8	430	39	774	30

⁽¹⁾ Média dos preços de produtos agrícolas, janeiro a maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Mão-de-Obra

- Estrutura do emprego agrícola

No Estado de São Paulo, o número de trabalhadores rurais residentes tem decrescido anualmente, conforme se verifica pelos dados do quadro 134 que os apresenta para os últimos seis anos. Observa-se um decréscimo contínuo, com uma taxa geométrica de -5,6%, para o Estado. No entanto, este decréscimo não se dá da mesma forma em todas as DIRAs, sendo menor nas de Campinas (-1,2%) e Sorocaba (-3,5%) e maior na do Vale do Paraíba (-9,1%), São José do Rio Preto (-7,8%), Araçatuba (-7,8%) indicando assim que as duas primeiras estariam liberando menos mão-de-obra que as três últimas.

Confirma-se esta tendência ao se observar a participação percentual de cada região no total do Estado. Ainda que mantendo uma estrutura semelhante para os seis anos, as DIRAs de Campinas e Sorocaba tendem a aumentar ligeiramente sua participação percentual.

Em relação à estrutura de emprego, observa-se no quadro 135 a composição da mão-de-obra, considerando-se as 8 principais categorias. Mais de um terço dos trabalhadores são proprietários, aumentando sua participação no total de trabalhadores ao longo destes anos, ainda que decrescendo em números absolutos. Nota-se também o acentuado acréscimo dos mensalistas, que aumentam tanto em números absolutos como percentuais. Os parceiros e arrendatários, representando uma parte importante da mão-de-obra, vem decrescendo, possivelmente liberando contingente para a categoria dos mensalistas.

Como para o total da mão-de-obra, a análise das diversas categorias de trabalhadores apresenta diferenças quando analisadas a nível de DIRA (quadro 136). A participação dos proprietários é maior na DIRA de Sorocaba, o que se explica em parte pela existência de grande número de pequenas propriedades (as propriedades de 3 a 10 hectares representam 21% destes imóveis do Estado e 26% do total de imóveis na região em tela).

As DIRAs com menor participação dos proprietários no total de trabalhadores são as de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Esta última, juntamente com a de São José do Rio Preto, apresentaram a maior participação de parceiros e arrendatários.

Os mensalistas têm seu maior contingente, em termos relativos em Ribeirão Preto e São Paulo, diminuindo o número de pessoas em parceria e arrendamento, o que poderia explicar por um maior desenvolvimento do sistema capitalista de produção e emprego de uma tecnologia mais adiantada.

Configuram-se então três tendências principais em relação aos trabalhadores residentes: diminuição do número total de trabalhadores; aumento dos mensalistas (absoluto e relativo) e diminuição das formas tradicionais de parceria e arrendamento. As variações observadas aparentemente estão associadas com a estrutura agrária e mais especificamente com grau de desenvolvimento tecnológico alcançado.

A mão-de-obra não residente nas propriedades representa cerca de 25% do total dos trabalhadores agrícolas e, somente os volantes, representam 21%.

O número total destes trabalhadores é dificilmente avaliável, uma vez que os levantamentos registram a demanda e não a oferta, isto é, tem-se a estimativa da quantidade de mão-de-obra temporária absorvida. A média tem girado ao redor das 300.000 pessoas, mas as flutuações estacionais são muito grandes.

Com dados preliminares, que acompanham mensalmente a absorção de mão-de-obra volante

pode-se constatar que para o ano de 1976 os meses de menor demanda foram abril e maio, sendo o pique em novembro e dezembro. Para 1977 aguarda-se alguma modificação nesse comportamento, face principalmente à recuperação da produção cafeeira, cuja exígua colheita de 1976 deve ter contribuído para esse desempenho aparentemente surpreendente.

- Salário

A diminuição do número de trabalhadores residentes e o aumento da demanda de trabalhadores temporários é refletida pelos salários.

Observando-se a evolução de salário, através de índices no quadro 137, para quatro categorias de trabalhadores, nota-se que para todas houve um aumento do poder aquisitivo, face ao aumento real dos salários para o período 1971-77. Os mais beneficiados foram os volantes (66%) e administradores (46%).

Em relação aos salários dos diaristas residentes e tratoristas constata-se um aumento para o total do período 1971-77 de 38% e 26% respectivamente, sendo de 4,5% e 6,8% quando se considera apenas o último período (abril de 1976 a abril de 1977). Para estas categorias observa-se que o aumento atingiu seu ponto máximo em 1975, passando a decair em seguida.

Por outro lado, comparando-se, no quadro 138, o salário do diarista residente (que tivesse trabalhado 30 dias no mês) com o salário mínimo ponderado, observa-se que a partir de 1973 o primeiro superou o segundo. Esta relação aumenta em 1974 decaindo em 1975 e 1976. Para abril de 1977 a relação torna-se falha, uma vez que o salário mínimo foi reajustado em 44% no mês seguinte ao indicado no quadro 138 e tal aumento não se verificou para o salário do diarista, porém possibilita uma indicação que o salário do diarista rural continua acima do mínimo estipulado.

A mão-de-obra residente, tendo seus salários reais diminuídos, é de se esperar que tenderá a migrar para os centros urbanos, onde, parte dela continuará a prestar serviços temporários na agricultura, como volante. Sua diária então passará a ser superior à do diarista; no entanto, sua renda será inferior, uma vez que dados preliminares indicam que em média os volantes trabalham 15 dias por mês, como média anual.

As relações entre gastos com salários para a colheita e preços dos produtos em quatro culturas selecionadas são apresentadas no quadro 139. Comparando os últimos dados com os relativos ao período anterior constata-se que a relação salário/preço de produto aumentou para o algodão e cana, diminuindo para o amendoim e café. Para este último produto as perspectivas para 1977 são de que essa relação se manterá nas mesmas bases, uma vez que, ainda que o preço do produto tenha se elevado quase ao dobro de 1976, o salário da colheita acompanhou este aumento.

(IEA, 25/07/1977)

QUADRO 134. - Total de Trabalhadores Residentes, por DIRA, Média Móvel, no Estado de São Paulo, 1971-76

DIRA	1971/72		1972/73		1973/74		1974/75		1975/76	
	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%
São Paulo	118,3	10	110,7	09	107,2	10	97,9	11	85,3	10
Vale do Paraíba	54,5	05	53,1	05	40,9	04	32,3	03	33,8	04
Sorocaba	163,0	13	168,1	14	145,7	14	135,5	14	136,5	15
Campinas	136,0	11	134,5	11	132,9	12	130,5	14	127,5	14
Ribeirão Preto	122,0	10	123,0	10	115,7	11	97,3	10	91,0	10
Bauru	-	-	-	-	-	-	39,8	04	34,2	04
São José do Rio Preto	192,6	16	184,4	16	166,5	16	143,6	15	128,3	14
Araçatuba	93,2	08	84,6	07	62,1	06	52,0	06	62,0	07
Presidente Prudente	158,9	13	155,5	14	140,0	13	120,2	13	119,4	13
Marília	-	-	-	-	-	-	93,6	10	84,4	09
Bauru + Marília) (1)	170,8	14	168,7	14	(153,7)	14	(133,3)	(14)	(118,6)	(13)
Estado	1.209,3	100	1.182,6	100	1.064,7	100	942,7	100	902,4	100

(1) As DIRAs de Bauru e Marília foram desmembradas a partir de 1974.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 135. - Total de Trabalhadores Agrícolas Residentes, por Categoria, Média Móvel, Estado de São Paulo, 1971-76

Categoria	1971/72		1972/73		1973/74		1974/75		1975/76	
	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%
Proprietário	455,0	38	450,0	38	405,0	38	375,5	40	371,0	41
Administrador	29,5	03	32,0	03	26,5	02	23,0	02	26,0	03
Arrendatário	81,8	07	77,3	07	70,5	07	55,5	06	46,5	05
Parceiro	245,0	20	232,5	20	197,5	19	160,0	17	149,0	17
Colono	36,0	03	31,0	03	23,5	02	27,0	03	27,5	03
Mensalista	136,5	11	141,0	11	148,5	14	146,0	15	145,0	16
Diarista	136,0	11	136,0	11	122,0	11	101,5	11	92,5	10
Empreiteiro	51,5	04	48,0	04	40,0	04	28,0	03	20,5	02
Outros	38,0	03	34,5	03	31,0	03	26,0	03	24,5	03
Total	1.209,3	100	1.182,3	100	1.064,5	100	942,5	100	902,5	100

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 136. - Participação Percentual de 5 Categorias de Trabalhadores Residentes, no Total de Trabalhadores, por DIRA, e para Dois Períodos, 1971/72 e 1975/76, Estado de São Paulo

DIRA	Período	Proprietário	Parceiro arrendatário	Mensalista	Diarista	Outros	Total
São Paulo	1971/72	41	12	23	04	20	100
	1975/76	43	06	19	12	20	100
Vale do Paraíba	1971/72	48	18	12	11	11	100
	1975/76	47	04	23	09	17	100
Sorocaba	1971/72	60	18	06	06	10	100
	1975/76	57	15	12	04	12	100
Campinas	1971/72	36	19	16	17	12	100
	1975/76	44	16	16	13	11	100
Ribeirão Preto	1971/72	30	19	21	20	10	100
	1975/76	27	16	33	14	10	100
Bauru e Marília	1971/72	32	23	01	14	30	100
	1975/76	37	17	02	14	30	100
São José do Rio Preto	1971/72	33	44	07	09	07	100
	1975/76	40	36	12	09	03	100
Araçatuba	1971/72	36	37	08	08	11	100
	1975/76	45	25	14	07	09	100
Presidente Prudente	1971/72	29	44	05	11	11	100
	1975/76	32	42	11	10	05	100
Estado	1971/72	38	27	11	11	13	100
	1975/76	41	22	16	10	11	100

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 137.- Salários Agrícolas Correntes e Reais e Respectivos Índices no Estado de São Paulo, 1971-77

Ano	Mês	Diarista residente			Volante			Administrador			Tratorista		
		Cr\$/dia ⁽¹⁾	Cr\$/dia ⁽²⁾	Índice ⁽³⁾	Cr\$/dia ⁽¹⁾	Cr\$/dia ⁽²⁾	Índice ⁽³⁾	Cr\$/mês ⁽¹⁾	Cr\$/mês ⁽²⁾	Índice ⁽³⁾	Cr\$/mês ⁽¹⁾	Cr\$/mês ⁽²⁾	Índice ⁽³⁾
1971	Média	6,44	20,10	100	7,04	21,93	100	311,27	969,77	100	233,86	728,60	100
1972	Mar.	7,46	20,63	102	8,92	24,67	112	379,90	1.050,81	108	259,29	717,20	98
	Nov.	9,30	23,54	117	9,80	21,58	98	424,00	1.073,06	111	290,00	733,93	101
	Média	8,38	22,32	111	9,36	24,93	114	401,95	1.070,63	110	274,65	731,55	100
1973	Mar.	9,90	23,87	119	10,30	24,83	113	506,40	1.220,74	126	321,10	774,05	106
	Nov.	12,80	28,18	140	13,50	29,72	135	558,00	1.228,45	127	432,00	951,06	131
	Média	11,35	26,26	130	11,90	27,53	126	552,20	1.277,61	132	376,55	871,21	120
1974	Mar.	13,40	26,40	131	16,30	32,12	146	625,00	1.231,45	127	429,00	845,27	116
	Nov.	18,30	30,25	150	20,20	33,40	152	787,80	1.302,44	134	576,90	953,76	131
	Média	15,85	28,50	142	18,25	32,81	150	706,40	1.270,05	131	502,95	904,26	124
1975	Abr.	17,80	26,62	132	22,10	33,05	151	854,70	1.278,35	132	592,90	792,55	109
	Nov.	23,50	30,00	149	25,40	32,43	148	1.050,00	1.340,46	138	785,00	1.002,15	138
	Média	20,65	29,07	144	23,75	33,44	152	952,35	1.340,75	138	688,95	969,92	133
1976	Abr.	24,50	26,53	132	30,50	33,03	151	1.200,00	1.299,37	134	795,50	861,38	118
	Nov.	31,20	27,28	136	37,60	32,88	150	1.586,80	1.387,45	143	1.057,60	924,73	127
	Média	27,85	27,75	138	34,05	33,93	155	1.392,90	1.388,07	143	926,55	923,34	127
1977	Abr.	37,60	27,73	138	49,30	36,36	166	1.921,20	1.417,09	146	1.241,50	915,74	126

⁽¹⁾ Média do Estado em valores correntes.

⁽²⁾ Média do Estado em valores reais, junho/julho de 1976 pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Índice simples 1971=100, calculado a partir dos valores reais.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 138. - Evolução do Salário de Diarista Residente e Salário Mínimo, Estado de São Paulo,
1970-77

Ano	Salário do diarista residente (a)	Salário mínimo ⁽¹⁾ (b)	Relação percentual de diarista resi- dente e salário mī- nimo (a/b)
1970	154,05	174,27	88
1971	193,35	212,80	91
1972	251,40	254,40	99
1973	340,50	297,93	114
1974	475,50	355,20	134
1975	619,50	493,20	126
1976	835,50	689,60	121
1977 ⁽²⁾	1.128,00	768,00	147

⁽¹⁾ Média anual ponderada.

⁽²⁾ Dados referentes a abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 139. - Relação entre Salário de Colheita e Preço de Produto, para Algodão, Amendoim, Café e Cana, Estado de São Paulo, 1971-76

Ano	Algodão			Amendoim			Café beneficiado			Cana-de-açúcar		
	Salário (Cr\$/15kg)	Preço (Cr\$/15kg)	Relação $\frac{\text{Salário}}{\text{Preço}} \times 100$	Salário (Cr\$/sc.25kg)	Preço (Cr\$/sc.25kg)	Relação $\frac{\text{Salário}}{\text{Preço}} \times 100$	Salário (Cr\$/sc.60kg ⁽¹⁾)	Preço (Cr\$/sc.60kg)	Relação $\frac{\text{Salário}}{\text{Preço}} \times 100$	Salário (Cr\$/t)	Preço (Cr\$/t)	Relação $\frac{\text{Salário}}{\text{Preço}} \times 100$
1971	2,19	14,25	15,37	1,77	15,28	11,58	19,77	135,00	14,64	3,75	24,50	15,30
1972	3,26	17,10	19,06	2,27	15,30	14,84	23,68	213,80	11,08	4,50	29,17	15,43
1973	3,57	23,50	15,19	2,86	25,50	11,22	32,40	290,00	11,17	4,75	35,09	13,54
1974	5,60	35,00	16,00	4,70	29,00	16,21	45,28	332,64	13,61	7,59	57,67	13,16
1975	6,50	36,00	18,06	5,50	44,00	12,50	54,73	590,00	9,28	8,47	80,53	10,52
1976	10,10	80,00	12,63	8,60	51,00	16,86	137,05	1.947,86	7,04	13,00	115,08	11,29
1977 ⁽²⁾	17,80	100,00	17,80	12,10	80,00	15,13

⁽¹⁾ Salário de colheita por saco de 110 litros de café, transformado em café beneficiado, estimando-se rendimento de 19kg de café beneficiado por saca de café em coco.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Terra

Em 1977 os preços reais da terra nua apresentaram variações de preços, sendo positiva para a terra de primeira e de segunda, com acréscimo de 4,8% e 3,0% respectivamente, enquanto mostraram decréscimo a terra para pastagens (-6,2%), para reflorestamento (-3,2%) e de campo (-7,2%).

Isto evidencia a influência da cotação dos produtos agrícolas sobre o preço de terras, deixando patente que as diferentes valorizações reais se devem às diferentes expectativas de taxa de retorno. Desta forma, convém assinalar que os elevados preços de café e soja influenciaram as cotações no mercado de terras de primeira e de segunda.

Cumpra observar que o preço de terras vem sofrendo variações relativamente pequenas a partir de 1974 como pode ser observado no quadro 140. Entre 1969 e 1972 os preços da terra de primeira se elevaram 69,3%, enquanto no período 1972 a 1975 se elevaram 171,4%. Verifica-se que houve um grande aumento nos preços entre os anos de 1973 e 1974, que poderia ser explicado em parte pelos altos preços alcançados pela maioria dos produtos agrícolas, principalmente os de exportação.

Cumpra notar que grandes aumentos de preços ocorridos entre 1973 e 1974, se verificaram para todos os tipos de terra considerados e não apenas para as de primeira.

Ao longo do tempo tem se verificado que a terra de primeira vale aproximadamente 40% mais que a terra de segunda, situando-se em 36,5% para o ano de 1977. Observa-se também que os preços de terra de primeira têm sido 100% a 154% maiores do que os de terra de reflorestamento e 140% a 220% maiores que o da terra de campo.

Quanto às terras para reflorestamento é importante assinalar que sua procura se deve principalmente aos incentivos fiscais.

Em fevereiro de 1977 as terras de primeira atingiram o valor médio de Cr\$22.080,00 o hectare (ou Cr\$53.433,60 por alqueire); as terras de segunda foram cotadas a Cr\$16.180,00 o hectare (Cr\$39.155,60/alqueire); as terras para pastagens a Cr\$12.520,00 por hectare (Cr\$30.298,40/alqueire) enquanto as terras para reflorestamento alcançaram Cr\$9.340,00 o hectare (Cr\$22.602,80/alqueire) e as de campo Cr\$8.120,00 por hectare (ou Cr\$19.650,40/alqueire).

Fatores tais como o uso, a qualidade, a localização, a facilidade de infra-estrutura levam a variações amplas em torno da média. Assim, as terras de primeira têm preços que vão de Cr\$6.200,00/hectare nas DIRAs de São Paulo e Bauru até Cr\$82.640,00 na DIRA de São Paulo. Neste caso observa-se que mesmo considerando uma mesma DIRA, os preços sofrem grandes variações conseqüentemente a quantificação de todos os efeitos envolvidos nessa variação torna-se praticamente impossível.

As terras com benfeitorias, em 1977, classificadas segundo o tamanho das propriedades, voltaram a apresentar valorização em termos reais. Observa-se no quadro 141 que os preços que mais se elevaram em 1977 relativamente ao ano anterior foram os daquelas propriedades com área superior a 242 hectares, seguida daquelas com área inferior a 7,26 hectares. Se se considerar o período que vai de 1970 a 1977, observam-se as seguintes situações:

- a) propriedades com área inferior a 7,26 hectares tiveram uma valorização real de 232%;
- b) propriedades com área entre 7,26 e 24,20 hectares sofreram uma valorização de 257%;
- c) a valorização registrada nas propriedades com área de 24,20 e 72,60 hectares foi de

270%; e

e) propriedades com área superior a 242,00 hectares tiveram uma valorização de 266%.

No entanto, como pode ser observado no quadro 141 as propriedades não sofreram ao longo do período uma taxa constante de crescimento do preço real, atingindo o auge no ano de 1974, declinando em 1975, para novamente atingir um novo pico em 1977.

O preço dos arrendamentos de terras, em dinheiro, aumentaram de Cr\$504,00 por hectare em 1975 para Cr\$759,83 no ano seguinte, em termos correntes, o que representa um incremento de 6,7% em termos reais (quadro 142). Se se considerar o período 1968 a 1976, verifica-se que o aumento no valor real dos arrendamentos foi de 98,6%. Verifica-se também que a maior taxa de crescimento observada foi no ano de 1973, quando aumentou 47,7% em relação ao ano anterior, em termos reais.

Considerando-se os arrendamentos em espécie, verifica-se em 1976 um decréscimo no número de unidades pagas por hectare para o algodão e amendoim, enquanto para o arroz e milho houve um crescimento. Por outro lado, enquanto para o algodão e amendoim observam-se pequenas variações em torno da média ao longo do período, no caso do milho houve uma grande variação em 1976 em relação aos anos anteriores, exigindo 19 sacas de 60 kg/ha, quando no ano anterior exigia-se apenas 11,3, ou seja, um aumento de 68% aproximadamente.

Quanto ao aluguel de pasto tem se observado ao longo do período 1969-76 uma tendência crescente. Enquanto o valor real do aluguel mensal apresenta o seu máximo no último ano da série, o pico no caso do aluguel anual foi em 1974, ao passo o aluguel mensal por cabeça apresenta o seu máximo em 1975 (quadro 143).

A relação de preços dos produtos agrícolas/preço de terra é vista no quadro 144 onde se observa que em 1977 os seguintes produtos melhoraram suas relações de troca relativamente ao ano anterior: laranja, arroz, batata, soja, carne bovina e leite. Especificamente, como as terras de primeira e para pastagem têm sofrido um crescimento ao longo do período, os resultados obtidos portanto para estes produtos implicam em que seus preços aumentaram proporcionalmente mais em relação aos de 1976.

Por outro lado, cana-de-açúcar, milho e algodão pioraram suas relações de troca em 1977, relativamente ao ano anterior. O produto que se manteve praticamente constante foi o feijão, que nos dois últimos anos exigia cerca de 40 sacas de 60kg para comprar um hectare de terra de primeira, sem benfeitoria, enquanto o café apresentou ligeira deterioração nessa mesma relação.

Cumprе ressaltar que todos os produtos, com exceção do café, pioraram suas relações de troca em 1977, comparativamente ao ano de 1971, de uma forma bastante acentuada.

(IEA, 25/07/77)

QUADRO 140.- Valor da Terra Nua, por Tipo, Estado de São Paulo, 1969-77⁽¹⁾

Item	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977 ⁽⁵⁾
Terra de primeira									
Cr\$/ha ⁽²⁾	700	1.098	1.546	2.000	3.300	7.600	10.270	15.020	22.080
Cr\$/ha ⁽³⁾	3.157	4.134	4.833	5.346	7.662	13.712	14.509	15.020	15.743
Índice ⁽⁴⁾	100,00	130,95	153,09	169,34	242,70	434,34	459,58	475,77	498,67
Terra de segunda									
Cr\$/ha ⁽²⁾	519	690	1.054	1.400	2.400	5.800	7.690	11.200	16.180
Cr\$/ha ⁽³⁾	2.341	2.598	3.295	3.742	5.572	10.464	10.864	11.200	11.536
Índice ⁽⁴⁾	100,00	110,98	140,75	159,85	238,02	446,99	464,07	478,43	492,78
Terra para pastagens									
Cr\$/ha ⁽²⁾	459	596	871	1.200	2.000	4.400	6.520	9.520	12.520
Cr\$/ha ⁽³⁾	2.070	2.244	2.723	3.207	4.643	7.938	9.211	9.520	8.927
Índice ⁽⁴⁾	100,00	108,40	131,54	154,93	224,30	383,48	444,97	459,90	431,26
Terra para reflorestamento									
Cr\$/ha ⁽²⁾	322	449	613	835	1.300	3.700	5.120	6.880	9.340
Cr\$/ha ⁽³⁾	1.452	1.691	1.916	2.232	3.018	6.675	7.233	6.880	6.659
Índice ⁽⁴⁾	100,00	116,46	131,95	153,72	207,85	459,71	498,14	473,83	458,61
Terra de campo									
Cr\$/ha ⁽²⁾	255	352	520	680	1.200	3.200	4.290	6.240	8.120
Cr\$/ha ⁽³⁾	1.150	1.325	1.625	1.818	2.786	5.773	6.061	6.240	5.790
Índice ⁽⁴⁾	100,00	115,22	141,30	158,09	242,26	502,00	527,04	542,61	503,48

(¹) Informações coletadas em janeiro de cada ano até 1974 e em fevereiro de 1975.

(²) Média do Estado em valores correntes.

(³) Média do Estado, valores em Cr\$ de 1976, deflacionados pelo Índice "2", da Conjuntura Econômica.

(⁴) Índice simples, calculado a partir dos valores em Cr\$ de 1976, base de comparação: 1969 = 100.

(⁵) Para o ano de 1977, considerado o mês de maio do Índice "2".

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 141.- Valor da Terra com Benfeitorias, Segundo o Tamanho das Propriedades, Estado de São Paulo, 1969-77⁽¹⁾

Item	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977 ⁽⁶⁾
Inferior a 7,26ha									
Cr\$/ha ⁽²⁾	...	1.960	2.795	3.460	6.000	13.000	16.390	22.910	34.340
Cr\$/ha ⁽³⁾	...	7.380	8.738	9.248	13.930	23.454	23.154	22.910	24.484
Índice ⁽⁴⁾	...	100,00	118,40	125,31	188,75	317,80	313,74	310,43	331,76
De 7,26 a 24,20ha									
Cr\$/ha ⁽²⁾	942	1.385	2.073	2.600	4.500	10.500	11.720	17.820	26.080
Cr\$/ha ⁽³⁾	4.249	5.215	6.471	6.943	10.448	18.944	16.557	17.820	18.595
Índice ⁽⁵⁾	100,00	122,73	152,53	163,40	245,89	445,85	389,67	419,39	437,63
De 24,20 a 72,60ha									
Cr\$/ha ⁽²⁾	866	1.131	1.626	2.000	3.800	9.100	11.250	15.220	22.090
Cr\$/ha ⁽³⁾	3.906	4.258	5.083	5.346	8.822	16.418	15.893	15.220	15.750
Índice ⁽⁵⁾	100,00	109,01	130,13	136,87	225,86	420,33	406,89	389,66	403,22
De 72,60 a 242ha									
Cr\$/ha ⁽²⁾	718	967	1.401	1.800	3.300	7.800	9.830	13.180	19.230
Cr\$/ha ⁽³⁾	3.238	3.641	7.380	4.811	7.662	14.072	13.887	13.180	13.711
Índice ⁽⁵⁾	100,00	112,44	135,27	148,58	236,63	434,59	428,87	407,04	423,44
Superior a 242,00ha									
Cr\$/ha ⁽²⁾	624	891	1.234	1.620	2.700	7.000	8.430	11.410	17.210
Cr\$/ha ⁽³⁾	2.814	3.355	3.858	4.330	6.269	12.629	11.909	11.410	12.271
Índice ⁽⁵⁾	100,00	119,22	137,10	153,87	222,78	448,79	423,20	405,47	436,07

⁽¹⁾ Informações coletadas em janeiro de cada ano até 1974. A partir de 1975 coletadas em fevereiro de cada ano.

⁽²⁾ Média do Estado em valores correntes.

⁽³⁾ Média do Estado, valores em Cr\$ de 1976 pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

⁽⁴⁾ Índice simples, calculado a partir dos valores em Cr\$ de 1976, base de comparação: 1970 = 100.

⁽⁵⁾ Índice simples, calculado a partir dos valores em Cr\$ de 1976, base de comparação: 1969 = 100.

⁽⁶⁾ Para o ano de 1977, considerado o mês de maio do Índice "2".

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 142.- Arrendamento de Terras para Lavouras, Estado de São Paulo, 1968-76

Ano ⁽¹⁾	Espécie										
	Em dinheiro			Algodão		Amendoim		Arroz		Milho	
	Cr\$/ha ⁽²⁾	Cr\$/ha ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾	15kg/ha ⁽⁵⁾	Índice ⁽⁶⁾	25kg/ha ⁽⁵⁾	Índice ⁽⁶⁾	60kg/ha ⁽⁵⁾	Índice ⁽⁶⁾	60kg/ha ⁽⁵⁾	Índice ⁽⁶⁾
1968	70,25	382,62	100,00	19,0	100,00	17,8	100,00	7,4	100,00	12,0	100,00
1969	93,20	420,37	109,87	18,0	94,74	17,1	96,07	5,4	72,97	8,4	70,00
1970	104,85	394,78	103,18	18,6	97,89	14,5	81,46	7,7	104,05	10,6	88,33
1971	137,00	428,31	111,94	16,7	87,89	16,0	89,89	6,3	85,13	10,5	87,50
1972	180,00	481,11	125,74	16,3	85,79	16,0	89,89	7,1	95,94	8,9	74,17
1973	306,00	710,45	185,68	17,6	92,63	17,8	100,00	8,5	114,86	11,5	95,83
1974	397,00	716,25	187,20	17,0	89,47	16,0	89,89	9,0	121,62	11,0	91,67
1975	504,00	712,01	186,09	19,7	103,68	16,6	93,26	8,1	109,46	11,3	94,17
1976	759,83	759,83	198,59	18,0	94,74	16,0	89,89	10,0	135,13	19,0	158,33

(¹) Informações coletadas em novembro de cada ano.

(²) Média do Estado, em valores correntes.

(³) Média do Estado, valores em Cr\$ de 1976 pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(⁴) Índice simples, calculado a partir dos valores em Cr\$ de 1976, base de comparação: 1968 = 100.

(⁵) Média do Estado, ponderada pela produção em cada DIRA, com exceção de 1968.

(⁶) Índice simples, base de composição 1968 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 143.- Aluguel de Pasto, Estado de São Paulo, 1969-76

Ano ⁽¹⁾	Aluguel mensal por hectare			Aluguel anual por hectare			Aluguel mensal por cabeça		
	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾
1969	4,14	18,67	100,00	45,87	206,89	100,00	3,42	15,43	100,00
1970	5,41	20,31	109,10	59,11	222,56	107,57	4,42	16,64	107,84
1971	9,53	29,79	157,56	96,94	303,07	146,49	7,42	23,20	150,36
1972	11,95	21,93	171,08	114,80	306,84	148,31	9,64	25,77	167,01
1973	15,76	36,59	195,98	158,13	367,13	177,45	11,80	27,40	177,58
1974	25,23	45,52	243,81	277,21	500,13	241,74	17,55	31,66	205,18
1975	32,04	45,26	242,42	315,16	445,23	215,20	26,83	37,90	245,63
1976	53,00	53,00	283,88	488,10	488,10	235,92	32,98	32,98	213,74

(¹) Informações coletadas em junho de cada ano.

(²) Média do Estado em valores correntes, ponderada pela área de pastagem em cada DIRA.

(³) Média do Estado, valores em Cr\$ de 1976, corrigido pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(⁴) Índice simples, calculado com base nos valores reais, 1969 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 144.- Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir um Hectare de Terra, Estado de São Paulo, 1971-76⁽¹⁾

Produto	Unidade	Unidades necessárias para compra de um hectare						
		1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977 ⁽²⁾
Cafê	sc.60kg	11,45	9,35	11,38	22,85	17,41	7,71	7,89
Cana-de-açúcar	t	63,10	68,56	97,12	131,78	127,53	130,52	145,43
Milho	sc.60kg	108,11	119,05	122,22	237,50	213,96	258,97	315,43
Algodão	15kg	108,49	116,96	140,43	217,14	285,28	187,75	220,80
Laranja	cx.40kg	245,40	317,46	366,67	1.187,50	1.283,75	1.251,67	736,00
Arroz	sc.60kg	36,99	41,84	72,26	92,68	79,00	150,20	133,82
Batata	sc.60kg	70,40	63,69	48,53	115,15	137,48	117,34	106,67
Feijão	sc.60kg	26,63	26,99	16,84	52,41	57,06	33,91	33,97
Soja	sc.60kg	48,31	54,95	56,00	113,43	123,73	136,55	122,67
Carne bovina	15kg	20,26	22,56	15,00	41,20	34,32	68,00	65,89
Leite	l.000l	2,23	2,58	1,90	4,68	3,00	5,12	4,55

(¹) Para os produtos vegetais o valor da terra refere-se a terra sem benfeitoria, de primeira. Para a pecuária refere-se a terra para pas-
tagem.

(²) Dados provisório.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Sementes

As vendas, pela Secretaria da Agricultura, de sementes melhoradas para plantio no Estado de São Paulo, no ano agrícola 1976/77, registraram variações bastante significativas, com algumas espécies apresentando crescimento expressivo, enquanto outras mostravam decréscimo bem acentuado. Assim, as sementes de algodão (+70,9%) e soja (+64,7%) foram as de maior incremento registrado, enquanto milho variedade e arroz apresentaram os maiores decréscimos (quadro 145).

É de se notar que o crescimento verificado para a soja não chegou a compensar o decréscimo de cerca de 42% ocorrido nas vendas pelas firmas particulares (quadro 146), resultando assim, em uma redução global para o ano agrícola 1976/77 de 13%. Dessa forma, o aumento de área cultivada no Estado, registrado para essa cultura reflete o crescimento de consumo de sementes de origem não conhecida proveniente de outros estados.

Ainda observou-se variação positiva para o feijão (18,8%) e amendoim, este de 4,7% e 3,0%, para vendas realizadas pela Secretaria da Agricultura e firmas particulares, respectivamente.

A semente de arroz apresentou elevado decréscimo nas vendas efetuadas pela Secretaria da Agricultura (-30,0%), não obstante tenha ocorrido acréscimo de 9,0% nas vendas de firmas particulares, resultando assim em um decréscimo total da ordem de 20,0%.

No milho híbrido ocorreu decréscimo tanto nas vendas efetuadas pelas firmas particulares (-27,7%), como pela Secretaria da Agricultura (-7,1%), resultando num saldo negativo de 21,0%. Já o milho variedade apresentou comportamento diferente relativamente às instituições distribuidoras: enquanto as firmas particulares apresentaram acréscimo de 53,8%, as vendas da Secretaria da Agricultura decresceram em 32,2%, resultando num total de vendas praticamente igual ao do ano anterior.

É de se notar ainda que pela primeira vez as firmas particulares venderam mais sementes de milho variedade do que a Secretaria da Agricultura, com volume cerca de 43,0% superior. As vendas de sementes certificadas de milho híbrido, pelas firmas particulares nesses últimos anos, vem superando as realizadas pela Secretaria da Agricultura e, em 1976/77 foram superiores em 61,2% às oficiais.

A disponibilidade de sementes produzidas em Campo de Cooperação orientados pela Secretaria da Agricultura para a safra 1977/78 é estimada em 800 mil sacas de algodão, 140 mil sacas de arroz, 13 mil sacas de feijão, 205 mil sacas de milho híbrido, 25 mil sacas de milho variedade, 90 mil sacas de soja e 127 mil caixas de 20kg de amendoim. O Plano de Produção de semente de trigo para plantio em 1978 é estimado em 270 mil sacas, que corresponde ao dobro das vendas registradas em 1977 (cerca de 135 mil sacas).

Os preços nominais das sementes vendidas pela Secretaria da Agricultura para a safra 1977/78 apresentaram variações bastante significativas, em função principalmente do preço do produto comercial. Assim a soja sofreu um acréscimo de cerca de 113% e a mamona de 82,9%. O aumento de 130,3% para o guandu, de 94,0% para a mucuna e de 82,8% para a crotalária justificou-se pela defasagem de preço de mercado em que se encontravam essas sementes. Os acréscimos nos preços das demais sementes não chegaram a superar o índice inflacionário registrado em 1976 (quadro 147).

É de se notar, que os preços de determinadas sementes, como a do algodão, feijão e arroz, estão fortemente subsidiadas como forma de estímulo ao plantio e ao uso de sementes melhoradas nessas culturas.

(IEA, 25/07/1977)

QUADRO 145. - Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Secretaria da Agricultura, Safras 1975/76 e 1976/77

Semente	Unidade	1975/76 (a)	1976/77 (b)	Variação percentual (b/a)
Algodão	sc.30kg	271.394	463.665	70,9
Amendoim	cx.20kg	149.398	156.367	4,7
Arroz	sc.50kg	112.261	78.643	-30,0
Feijão de mesa	sc.50kg	11.637	13.822	18,8
Milho híbrido	sc.50kg	151.732	141.020	-7,1
Milho variedade	sc.50kg	15.622	10.592	-32,2
Soja	sc.50kg	58.406	96.187	64,7
Trigo	sc.50kg	-	134.479	-

Fonte: Projeto de Sementes, PSM-CAS-CATI.

QUADRO 146. - Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Firmas Particulares, Safras 1975/76 e 1976/77

Semente	Unidade	1975/76 (a)	1976/77 (b)	Variação percentual (b/a)
Amendoim	cx.20kg	68.750	70.832	3,0
Arroz	sc.50kg	10.526	11.470	9,0
Soja	sc.50kg	157.311	91.437	-41,9
Milho híbrido	sc.50kg	314.386	227.345	-27,7
Milho variedade	sc.50kg	9.859	15.167	53,8

Fonte: Projeto de Sementes, PSM-CAS-CATI.

QUADRO 147. - Preço de Venda das Sementes Produzidas em Campos de Cooperação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Plantio da Safra 1976/77 e 1977/78

Semente	Unidade	Preço(Cr\$)		Variação percentual (b/a)
		1976/77 (a)	1977/78 ⁽¹⁾ (b)	
Algodão ⁽²⁾	sc.30kg	75,00	105,00	40,0
Arroz	sc.50kg	195,00	220,00	12,8
Amendoim	cx.15kg	90,00	129,00	43,3
Feijão	sc.50kg	550,00	700,00	27,3
Milho híbrido	sc.50kg	150,00	200,00	33,3
Milho variedade	sc.50kg	120,00	170,00	41,7
Soja	sc.50kg	150,00	320,00	113,3
Mamona	sc.30kg	123,00	225,00	82,9
Mucuna	sc.50kg	165,00	320,00	94,0
Guandu	sc.50kg	165,00	380,00	130,3
Stilozantes	kg	90,00	90,00	-
Soja p. tardia	kg	75,00	75,00	-
Crotalária	sc.50kg	350,00	640,00	82,8
Galactia	kg	75,00	75,00	-
Quiabo	kg	-	27,00	-
Colonião	kg/V.C. ⁽³⁾	-	2,50	-
Dólicos	50kg	-	450,00	-
Braquiária	kg	-	46,00 ⁽⁴⁾ a 66,00 ⁽⁵⁾	-

⁽¹⁾ Dados preliminares, sujeitos a ratificação.

⁽²⁾ Não inclui taxa de seguro contra granizo.

⁽³⁾ Preço dado em quilograma por 1% de valor cultural.

⁽⁴⁾ Com 10% de valor cultural.

⁽⁵⁾ Com 25% de valor cultural.

Fonte: Comissão Permanente de Política de Preços de Sementes e Mudanças da Secretaria da Agricultura.

- Defensivos Agrícolas

- Panorama internacional

Segundo o USDA, as ofertas de defensivos no mercado internacional, para 1977 aparecem abundantes para todos os usos. Assim o seu crescimento deverá ser superior a 14% face esperar-se uma produção em 1977 superior a 10% à verificada em 1976 e aos grandes estoques em poder dos industriais e distribuidores. Há informação de que os preços aos revendedores foram majorados em cerca de 6% e o aos agricultores em 10%, com menor acréscimo para determinados produtos que apresentaram maior crescimento da oferta. Por outro lado, a demanda esperada é menor que a oferta, o que resultaria num excedente líquido de 5% a 10%. Deve-se notar que as estimativas de oferta foram baseadas em levantamentos dos fabricantes e distribuidores e as de demanda, nas intenções de plantio dos agricultores para 1977, aliadas aos dados sobre os padrões de uso desse insumo.

Há informação de que a indústria está operando, em 1977, a uma taxa de 82% de sua plena capacidade, comparado com 86% em 1976, quando houve uma expansão da capacidade total de 16%. A capacidade de produção de herbicida expandiu aproximadamente 25% em 1976, embora a taxa de operação de sua indústria tenha caído de 91% em 1976 para 83% em 1977. As taxas de operação, em 1977, para todos os outros tipos de defensivos, exceto inseticidas, estão também abaixo daquelas experimentadas no ano anterior.

Os regulamentos de inseticidas nos Estados Unidos continuam a desempenhar um importante papel no uso agrícola desse insumo. De principal importância é a implementação final, em outubro de 1977, da "Federal Insecticide, Fungicide, Rodenticide Act" (FIFRA). Isto significa que todos os defensivos registrados antes de 1972 devem ser registrados novamente e todos os aplicadores de defensivos, inclusive agricultores e firmas de prestação de serviço principalmente aqueles de "uso restrito", devem ser certificados até outubro de 1977.

As projeções do USDA para o período de 1974-85 indicam poucas mudanças nos Estados Unidos no uso de inseticidas e fungicidas e um aumento anual de 5% a 6% no uso de herbicidas. Estas projeções assumem maior uso de práticas culturais, aliadas a uma maior resistência a determinadas moléstias e maior uso de combinações de defensivos, particularmente de herbicidas.

Espera-se que a demanda de defensivos para 1977 seja cerca de 5% maior do que a de 1976, principalmente porque há uma expectativa de aumento de área de soja e algodão, culturas que normalmente são responsáveis por grande parte do consumo desse insumo.

É esperado um aumento na demanda de herbicida de cerca de 5% para o milho e soja e 14% para o algodão, permanecendo estabilizada para outras culturas.

A demanda de inseticida é estimada em 12% superior à de 1976 para o algodão e o milho, enquanto para frutas em geral é prevista por permanecer estável.

Para 10 produtos informados pelo USDA, os preços de oito avançaram e dois caíram em 1977 em relação ao ano anterior.

- Situação interna

O consumo aparente de defensivos agrícolas no Brasil, medido pelo volume físico, que vinha experimentando crescimento no período 1970-74, apresentou um arrefecimento em 1975, quando decresceu cerca de 20% em relação ao ano anterior. Em 1976 verificou-se nova queda no con-

sumo da ordem de 11% em relação ao ano anterior de 30% quando comparado com o consumo de 1974. Mesmo assim, as importações totais no período 1970-76 cresceram 107% e a produção nacional, 25%.

O grande responsável pela queda no consumo em 1976 foi o grupo dos inseticidas, cujo decréscimo foi da ordem de 32%, enquanto os fungicidas aumentaram 16,8% e os herbicidas 8,2%. Esse decréscimo teve maior reflexo na produção nacional, com redução superior a 50%, enquanto as quantidades importadas decresceram em 20%.

Os inseticidas, que no início do período apresentavam uma participação sobre o total de defensivos da ordem de 72%, em 1976 declinaram para 41%. Por outro lado, os fungicidas que participavam em cerca de 20% em 1970, passaram para 24% no final do período enquanto os herbicidas, seguindo-se o mesmo confronto, evoluíram de 8,6% no início do período para 35% em 1976 (quadro 148).

Relativamente às vendas em 1976, os herbicidas, que representaram apenas 14% do volume físico e 25% do princípio ativo, detiveram a maior participação em termos de valor de faturamento, com cerca de 45% do total. Os fungicidas, com 27% do total de princípio ativo vendido, tiveram uma participação no valor de apenas 14%. Os inseticidas, por sua vez, apresentaram participação de 43% e 36%, respectivamente, no princípio ativo e valor do faturamento (quadro 149). Isto significa que, na média do agregado, os herbicidas são os produtos mais onerosos por unidade de princípio ativo, enquanto os fungicidas são os mais baratos.

A distribuição das vendas de herbicidas em 1976, por cultura, é mostrada no quadro 150, onde se observa que a soja manteve a primeira posição, seja quando se considera o volume físico, princípio ativo ou valor. Relativamente ao volume físico, o segundo lugar coube ao arroz, seguido da cana-de-açúcar, pastagens, café, trigo, algodão, milho e citrões.

Quanto ao princípio ativo, a cana-de-açúcar em segundo lugar inverte a posição com o arroz, que ficou em terceiro. Contudo, quando se considera o valor do faturamento o arroz volta a ocupar o segundo lugar, a cana-de-açúcar o terceiro, seguindo a ordem decrescente com pastagens, café, algodão, milho e trigo (quadro 150).

(IEA, 25/07/1977)

QUADRO 148. - Consumo Aparente de Defensivos Agrícolas no Brasil, em Volume Físico, 1970-76

(em tonelada)

Defensivo	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Inseticida							
Importação	15.059	16.264	19.894	21.623	30.793	26.187	20.762
Produção nacional	13.247	10.959	14.005	16.271	14.454	15.616	7.738
Subtotal	28.306	27.223	33.899	37.894	45.247	41.803	28.500
Fungicida							
Importação	6.107	8.574	20.446	30.792	32.929	4.994	7.305
Produção nacional	1.640	2.939	4.250	6.150	7.558	9.245	9.328
Subtotal	7.747	11.513	24.696	36.942	40.487	14.239	16.633
Herbicida							
Importação	3.416	5.037	4.888	9.018	14.114	20.718	22.767
Produção nacional	-	-	-	450	826	1.700	1.500
Subtotal	3.416	5.037	4.888	9.468	14.940	22.418	24.267
T. Importação	24.582	29.875	45.228	61.433	77.836	51.899	50.834
T. Produção nacional	14.887	13.898	18.255	22.871	22.838	26.561	18.566
Total Geral	39.469	43.773	63.483	84.304	100.674	78.460	69.400

Este quadro retifica dados de importações dos quadros anteriores.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo.

QUADRO 149. - Vendas de Defensivos Agrícolas, em Volume Físico, Princípio Ativo e Valor, 1976

Defensivos	Volume Físico	Princípio Ativo	Valor (Cr\$ 1.000)
Inseticidas	136.349	24.780	1.456.860
Acaricidas	3.414	926	89.918
Formicidas	10.653	1.766	114.893
Fungicidas	23.872	15.392	569.121
Herbicidas	28.529	14.284	1.844.824
Total	202.817	57.148	4.075.616

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 150. - Distribuição das Vendas⁽¹⁾ de Herbicidas, por Cultura, Estado de São Paulo, 1976

	Volume Físico	Princípio Ativo	Valor (Cr\$ 1.000)
Algodão	928	419	81.103
Arroz	6.674	2.869	257.393
Cafê	1.643	870	89.701
Cana-de-açúcar	5.217	3.279	234.539
Citros	149	68	11.603
Milho	809	495	53.665
Pastagens	3.450	1.291	158.479
Soja	7.776	3.977	891.046
Trigo	1.147	634	31.609
Outros	736	382	35.686
Total	28.529	14.284	1.844.824

(¹) Empresas associadas do SINDAG.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

- Tendências dos mercados de fatores

As evoluções dos preços reais de alguns dos principais fatores de produção, dos salários médios e do crédito de custeio para os últimos 7 anos, podem ser observados em conjunto no quadro 151.

O fator terra, representado pelo preço de arrendamento, foi o que apresentou o maior índice de crescimento, seguido do implemento agrícola (planet), que possivelmente junto com trator, mais substituem mão-de-obra. Este último é o terceiro fator em termos de acréscimos do seu valor real.

Os fertilizantes, após o alto preço atingido em 1974, como reflexo da crise do petróleo, passaram em 1976, com os subsídios, a serem comercializados a preços reais equiparáveis aos de 1971.

Para os custos de mecanização, considerando-se como indicador os preços do trator de 44HP, nota-se um decréscimo até 1974, aumentando em seguida, apresentando um comportamento contrário ao da mão-de-obra, em 1976.

O preço do capital financeiro (medido pelos juros sobre o crédito para custeio), após haver decrescido em 1972, manteve-se estável para o resto do período. Deve-se notar que este indicador capta apenas os custos institucionais, não refletindo os onus das reciprocidades, que em determinadas ocasiões oneram sobremaneira o preço efetivamente pago por estes re cursos.

O preço da semente de milho híbrido - aqui tomado como indicador para este insumo - vem mantendo uma certa estabilidade a partir de 1971, com variações anuais não chegando a ultrapassar a 10%. O índice máximo alcançado no período foi de 139 em 1975, decrescendo em 1976 para 132.

Para 1977, considerando a série de medidas de política voltada principalmente para crédito rural e fertilizantes, os indícios são de que tais índices tenham nova evolução. Quanto aos salários rurais e os preços de tratores, deverão registrar uma certa estabilidade, enquanto para sementes são esperados maiores acréscimos, especialmente no caso da soja.

(IEA, 25/07/1977)

QUADRO 151. - Índices de Alguns dos Principais Fatores de Produção, Estado de São Paulo, 1970-76⁽¹⁾

Ano	Preço médio do arrendamento de terras para lavoura	Salário médio do diarista residente	Preço de fertilizantes	Preço do trator de 44HP	Crédito para custeio (juros) ⁽³⁾	Preço de sementes (milho híbrido)	Preço cultivador "planet" 5 tração animal
1970	100	100	100	100	100	100	100
1971	108	104	104	95	100	129	123
1972	122	116	110	92	83	123	131
1973	180	136	124	85	83	133	158
1974	181	148	241	74	83	132	183
1975	180	151	132 ⁽²⁾	77	83	139	198
1976	192	138	105 ⁽²⁾	86	83	132	175

⁽¹⁾ Índices baseados em Cr\$ de 1976 (Índice 2 da Conjuntura Econômica). Base de comparação 1970 = 100.

⁽²⁾ Considerando um subsídio de 40% nos preços médios de fertilizantes.

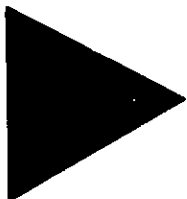
⁽³⁾ Considerou-se apenas a taxa máxima de juros (acima de 50 MVR).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

IEA

6

**PROJEÇÕES DE OFERTA
E PROCURA**



O Instituto de Economia Agrícola, ao elaborar o Prognóstico 77/78, mais uma vez incluiu as projeções de oferta e procura para alguns dos principais produtos da agricultura paulista. Estas projeções são feitas com a finalidade de fornecer aos produtores, instituições e responsáveis pela política agrícola uma informação adicional que deve ser vista como um parâmetro, em torno do qual e dentro de limites consideráveis estariam os valores reais de produção.

É necessário ser ressaltado que fenômenos puramente climáticos alteram quaisquer prognósticos feitos com relação a agricultura. Para minimizar tais dificuldades, ao se fazer a projeção da produção, foram utilizados três níveis de rendimentos agrícolas: o menor, o maior e média dos valores observados nos últimos 5 anos.

Compondo este capítulo estão as estimativas das áreas que serão cultivadas no ano agrícola 1977/78; estimativas de procura de produtos agrícolas para consumo nos meios urbanos e rural; ao se confrontar as alternativas de oferta e o consumo previsto, obtém-se as estimativas do intercâmbio líquido; e finalmente, os resumos dos valores obtidos nas projeções econométricas e as previsões subjetivas para área de alguns produtos agrícolas.

As projeções de oferta são feitas utilizando-se modelos matemáticos que procuram captar a tendência da produção principalmente através da área plantada, do preço do produto e do preço de produtos competitivos entre outros. Desta forma, neste modelo os preços e as áreas dos anos mais recentes influenciam, de forma preponderante, os resultados da projeção.

Na formulação matemática para a estimativa da procura, levou-se em conta o consumo per capita, as elasticidades renda da demanda dos produtos, o crescimento das populações urbana e rural do Estado, bem como o crescimento do Produto Interno Bruto.

- Estimativas de Oferta 1977/78

Como em anos anteriores, para se estimar as ofertas dos principais produtos agropecuários do Estado, utilizou-se o modelo desenvolvido por Nerlove, com algumas alterações. Basicamente neste modelo a área plantada de um determinado produto, em um ano qualquer, é dependente da área e do preço desse mesmo produto no ano anterior, mais uma variável tendência. Com o objetivo de medir a decisão do agricultor sobre "o que plantar" foram introduzidas na função os preços dos produtos alternativos.

Ao valor da área estimada multiplica-se os três níveis de rendimentos, obtendo-se assim três projeções para oferta que forneceriam, com um razoável grau de precisão, o intervalo dentro do qual se encontra a produção para 1977/78 (quadro 152). É necessário considerar que o rendimento utilizado é fundamental quanto a evolução da produção e conforme valor empregado a oferta poderá ser maior ou menor que a do ano anterior.

Quanto a área plantada projetada para 1977/78, pode se esperar: a) aumentos das culturas de algodão, amendoim, batata, cana-de-açúcar, cebola, feijão, café, laranja, mamona, mandioca, milho, soja e tomate; e b) redução nas áreas de arroz e banana.

Quanto aos produtos de origem animal, prevêem-se aumentos nas produções de ovos, carne suína e leite, e redução na produção de carne bovina.

Ao se fazer uma análise crítica dos modelos de área plantada e da produção animal, tem-se que modificações bruscas nas tendências não são captadas de imediato. Somente após de finida uma nova tendência é que o modelo tem capacidade de projetá-la com razoável grau de previsão.

- Estimativas de Procura e Intercâmbio Líquido

No quadro 153 podem ser observadas as estimativas da procura. Para seu cálculo considerou-se uma taxa anual de crescimento da população urbana igual a 5% e da população rural de -2%. Com isso obteve-se para os produtos de consumo direto um acréscimo na demanda de 3% a 5%, enquanto que os produtos para utilização industrial, os acréscimos obtidos são bem superiores, variando de 6% a 21%.

Quanto a análise do intercâmbio líquido (quadro 154), observa-se que os maiores déficits esperados foram encontrados para o arroz, feijão, carne bovina, cebola, batata, amendoim e leite. Os maiores superávits são esperados para milho, soja, banana, carne suína e obviamente, o café.

No caso do milho e soja, os superávits encontrados são explicados pelo fato das estimativas apresentadas estarem relacionadas somente a produção de óleo, não levando em conta outros usos como rações, mercado externo, etc.

Assim, conclui-se que São Paulo, para o seu abastecimento, tende cada vez mais a depender do intercâmbio comercial com outros estados brasileiros.

- Comparação entre as Variações de Área Plantada Estimadas pelo Modelo e para Avaliações Subjetivas

No quadro 155 pode-se observar as variações obtidas a partir das projeções econométricas de áreas e as correspondentes previsões subjetivas para alguns produtos agrícolas. Estas previsões subjetivas foram feitas pelos técnicos do IEA com informações obtidas junto a rede de técnicos da CATI, produtores, cooperativas, bancos, entidades de classe e comerciantes de insumo e de produtos.

Para amendoim, arroz, batata, feijão, mandioca, soja e banana, foi observado relativa coerência entre o modelo e o método subjetivo, enquanto que no caso do algodão, cebola e milho os resultados mostram-se divergentes, provavelmente explicados pela mudança nas tendências.

(IEA, 26/07/1977)

QUADRO 152. - Projeções de Oferta, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1977/78

Produto	Área 1976/77 ⁽¹⁾ (1.000ha)	Projeção área 1977/78 (1.000ha)	Rendimento estimado(kg/ha)			Projeção de oferta 1977/78 (1.000t)			Produção 1976/77 ⁽¹⁾ (1.000t)
			Baixo	Médio	Alto	Pessimista(S ₁)	Média(S ₂)	Otimista(S ₃)	
Algodão	298,7	305,6	1.313	1.428	1.565	401	436	478	467,6
Amendoim	144,2	156,6	1.157	1.346	1.474	181	211	231	212,5
Arroz(em casca)	356,0	322,5	974	1.165	1.355	314	376	437	399,6
Banana	38,5	35,6	15.765	16.327	16.960	561	581	604	640,2
Batata ⁽²⁾	30,6	31,1	11.704	12.926	13.686	364	402	426	307,8
Cafê	801,6	850,0	494	630	780	420	536	663	420,0
Cana de açúcar	1.006,9	1.008,5	41.927	47.487	55.865	42.283	47.891	56.340	56.449,8
Cebola	10,7	11,8	6.802	8.690	11.513	80	102	136	115,7
Feijão	346,5	380,9	454	518	583	173	197	222	199,8
Laranja	362,5	370,0	10.162	11.932	13.523	3.760	4.415	5.003	3.848,0
Mamona	18,1	83,7	1.111	1.249	1.409	93	105	118	25,5
Mandioca ⁽³⁾	50,3	53,2	11.468	15.212	18.701	610	809	995	723,0
Milho	1.150,0	1.327,6	1.899	2.061	2.228	2.521	2.736	2.958	2.580,0
Soja	445,0	492,2	1.558	1.727	1.942	767	850	956	780,0
Tomate	22,5	23,4	20.762	24.659	29.322	486	577	686	565,2
Ovos ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	527	-	514,0
Carne suína	-	-	-	-	-	-	76	-	72,8
Carne bovina	-	-	-	-	-	-	413	-	442,3
Leite ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	-	1.611	-	1.565,0

⁽¹⁾ Baseado na 4a. estimativa de safras, IEA-CATI.

⁽²⁾ Incluída estimativamente a batata de inverno.

⁽³⁾ Rendimento a partir da área colhida.

⁽⁴⁾ Milhões de dúzias.

⁽⁵⁾ Milhões de litros.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 153. - Projeções da Procura, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1977/78⁽¹⁾

Produto	Consumo per-capita (kg/ano)		Procura (1.000t)		
	Urbano	Rural	Urbana	Rural	Total
Arroz(beneficiado)	43,35	78,75	848,5	215,1	1.064
Feijão	16,16	28,54	316,3	77,9	394
Batata	26,47	15,45	518,1	42,2	560
Carne bovina	33,33	9,63	652,4	26,3	679
Carne suína	2,07	9,60	40,5	26,2	67
Frango	11,96	13,85	234,1	37,8	272
Ovos ⁽²⁾	19,81	17,46	387,7	47,7	435
Cafê	9,00	11,46	176,2	31,3	208
Laranja(in-natura)	52,51	16,78	1.027,8	45,8	1.074
Banana	17,77	14,00	347,8	38,2	386
Leite ⁽³⁾	85,43	105,00	1.672,1	286,7	1.959
Cebola ⁽⁴⁾	7,25	-	141,9	-	142
Laranja(indústria)	-	-	-	-	78.000 ⁽⁵⁾
Cana(indústria) ⁽⁶⁾	-	-	-	-	50.000
Amendoim ⁽⁷⁾	-	-	-	-	286
Milho ⁽⁷⁾	-	-	-	-	825
Soja ⁽⁷⁾	-	-	-	-	447

(¹) População urbana e rural estimadas, respectivamente, em 19,573 e 2,731 milhões de habitantes.

(²) As quantidades per capita em dúzias, as demais em milhões de dúzias.

(³) As quantidades per capita em litros, as demais em milhões de litros.

(⁴) Somente consumo urbana.

(⁵) Em mil caixas.

(⁶) Apenas para indústria.

(⁷) Somente para consumo de óleo (equivalente) no Estado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 154. - Projeções de Oferta, Procura e Intercâmbio Líquido, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1977/78

(em mil toneladas)

Produto	Procura (D)	Alternativa da oferta			Intercâmbio líquido		
		S ₁	S ₂	S ₃	S ₁ -D	S ₂ -D	S ₃ -D
Arroz(beneficiado)	1.064	213	256	297	-851	-808	-767
Batata	560	364	402	426	-196	-158	-134
Cebola ⁽¹⁾	142	80	102	136	- 62	- 40	- 6
Feijão	394	173	197	222	-221	-197	-172
Laranja ⁽²⁾	4.194	3.760	4.415	5.003	-434	221	809
Banana	386	561	581	604	175	195	218
Cafê	208	420	536	663	212	328	455
Ovos ⁽³⁾	435	-	527	-	-	92	-
Carne bovina	679	-	413	-	-	-266	-
Carne suína	67	-	76	-	-	9	-
Leite ⁽⁴⁾	1.959	-	1.611	-	-	-348	-
Amendoim ⁽⁵⁾	286	181	211	231	-105	- 75	- 55
Milho	825	2.521	2.736	2.958	1.696	1.911	2.133
Soja ⁽⁵⁾	447	767	850	956	320	403	509

(¹) Somente consumo urbano.

(²) Somado consumo industrial e consumo in natura.

(³) Em milhões de dúzias.

(⁴) Em milhões de litros.

(⁵) Somente para consumo de óleo (equivalente) no Estado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 155. - Variação Percentual na Área Plantada, no Ano Agrícola 1977/78, Estimada pelo Método dos Modelos e pela Avaliação Subjetiva, Estado de São Paulo

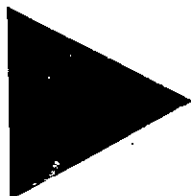
Produto	Variação Percentual $\frac{1977/78}{1976/77}$	
	Modelo	Avaliação subjetiva
Algodão	2	-20
Amendoim	9	10 a 15
Arroz	-10	-10 a -15
Batata	2	0 a 5
Cana-de-açúcar	0	15
Cebola	10	-6
Feijão	10	5
Mamona	362	10 a 15
Mandioca	6	5 a 10
Milho	15	-5 a -10
Soja	11	10
Banana	-8	-5

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

IEA

7

**DESEMPENHO DA
AGRICULTURA PAULISTA**



7 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA

- Valor da Produção Agrícola

Estimativas de preço e produção de 26 dos principais produtos da agricultura paulista, referentes a safra 1976/77, indicam um acréscimo do valor bruto da produção em relação à 1975/76, de 27,3% em valores reais (quadro 156). Para esse cálculo o deflator utilizado foi baseado na estimativa de variação do Índice "2" de Conjuntura Econômica, de junho de 1976 a junho de 1977, para o qual se obteve o valor 0,684721. Ao se excluir o café, essa taxa de crescimento passa para -0,1%, pois este produto deve apresentar uma produção física 274,3% acima da observada em 1975/76. Exclusivamente em termos físicos, ou seja, considerando somente a variação quantitativa da produção entre 1976/77 e 1975/76, a preços de 1975/76, a agricultura paulista cresceria em 32,0%; excluindo-se o café, essa taxa ainda permanece positiva, caindo, porém, ao nível de 4,4%.

Globalmente a renda agrícola do setor é avaliada em mais de 66 bilhões de cruzeiros, 86,0% acima da renda observada em 1975/76, que foi de 35,6 bilhões de cruzeiros. Os produtos vegetais respondem por 74,5% desse total e os produtos de origem animal pelos 25,5% restantes.

Os 20 produtos vegetais, ainda com base nos dados do quadro 156, apresentam aumento no valor real bruto da produção de 41,8% em 1976/77. Os principais responsáveis por essa alta taxa de crescimento são café (268,4%), laranja (65,3%), trigo (63,3%), feijão (43,7%), tangerina (32,9%), algodão (20,4%), batata (16,8%), chã verde (15,8%), soja (14,2%) e mamona (13,2%). Ao lado desses acréscimos, devem também ser assinaladas as quedas observadas para arroz (-46,3%), uva de mesa (-33,0%), amendoim (-31,1%), tomate (-30,9%), mandioca (-30,4%), milho (-21,7%), banana (-9,7%) e cebola (-8,9%). Ao se subtrair o café, a taxa de acréscimo do valor da produção vegetal, em relação ao período anterior, se reduz a 1,0%.

Os produtos animais, em número de 6, deverão ter o seu valor real diminuído em 2,0%, em 1976/77. Essa retração, em sua maior parte, é devida à carne bovina (-9,9%), que é o produto de maior importância no grupo e que sofreu queda tanto nos preços como na quantidade produzida. Os demais produtos, com exceção do casulo, tiveram maior valor real neste ano agrícola.

- Indicadores de Tendência

Considerando-se apenas os 21 produtos das séries históricas do IEA, foram calculados os índices de preços reais, quantidades produzidas (quadro 157), área plantada e rendimento (quadro 158), com base no período 1962-66.

Cabe ressaltar que o período-base empregado nas séries históricas do IEA não permite uma comparação direta entre estes resultados e aqueles resultantes da análise do quadro 156, por assumir uma composição do produto diferente da atual.

Esperam-se para este ano variação da ordem de 14,4% no Índice de preços e de 9,2% no de produção física. Excluindo-se o café, tais variações seriam de 12,1% para o Índice de preços e de 1,6% para a produção física (quadro 157).

O grupo de produtos de origem vegetal apresenta acréscimos tanto em preços reais (13,3%), quanto nas quantidades produzidas (12,0%) no ano agrícola 1976/77. Subtraindo-se o café, os índices de preços e de quantidades se elevam em relação à 1975/76 de 8,7% e 0,5%, respectivamente. Dentre os produtos que compõem esse grupo, tiveram seus preços reais acrescidos: laranja (75,0%), mamona (22,1%), chá verde (17,5%), arroz (15,5%), soja (14,6%), batata (13,2%), amendoim (9,8%), feijão (2,7%) e café (0,6%). Quanto à produção, registraram ganhos: café (274,3%), feijão (43,0%), algodão (40,7%), cebola (29,4%), mandioca (18,5%), cana-de-açúcar (12,3%), banana (9,3%), batata (5,4%), tomate (3,4%), soja (2,0%) e chá verde (1,4%) (quadro 159).

Os produtos de origem animal, por sua vez apresentam elevação de 18,7% no Índice de preços e de 3,6% no Índice de quantidades. Para esse grupo destacam-se os acréscimos nas produções de ovos (14,2%) e leite (1,9%), a estabilidade na produção de carne suína (1,0%) e as reduções em carne bovina (-3,1%) e casulo (-3,6%). Quanto aos preços reais, somente a carne suína (34,2%) e o leite (5,1%) apresentaram incrementos positivos em relação ao ano anterior. Os demais produtos apresentaram variações negativas: casulo (-19,2%), carne bovina (-5,0%) e ovos (-3,3%).

Relativamente aos preços os produtos tradicionais, em transição e modernos apresentaram acréscimos reais em relação à 1975/76: produtos tradicionais (22,1%), produtos em transição (12,7%) e produtos modernos (9,9%). Em termos de valor real, apresentaram-se com elevação: café (276,7%), laranja (69,1%), feijão (46,9%), algodão (23,2%), batata (19,4%), soja (16,8%), chá verde (18,4%), mamona (15,7%), cana-de-açúcar (3,7%), carne suína (35,5%), ovos (10,0%) e leite (5,4%).

Quanto à quantidade produzida, os produtos modernos e os em transição cresceram 10,8% e 41,0% respectivamente, enquanto que os produtos tradicionais decresceram -10,3%.

Através da evolução da área plantada dos 16 produtos de origem vegetal, nota-se uma tendência mais ou menos estável na superfície de cultivo do Estado, situando-se ao redor de 5 milhões de hectares. Em relação ao ano anterior, o Índice da área plantada decresceu -4,0% (quadro 158).

Contribuíram para a redução da superfície de cultivo do Estado: arroz (-42,6%), amendoim (-37,2%), mamona (-17,7%), laranja (-11,6%), milho (-8,8%), tomate (-6,6%) e cebola (-2,6%).

Analisando-se os grupos de produtos segundo o nível de tecnologia (modernos, em transição e tradicionais) nota-se uma expansão de 4,2% na superfície de cultivo dos produtos modernos. Os tradicionais e os em transição, apresentam reduções de área da ordem de -18,3% e -5,8%, respectivamente. Contribuíram para o aumento da área do grupo dos modernos: algodão (33,8%), soja (12,9%) e cana-de-açúcar (0,7%). Dentre os tradicionais e os em transição, destacam-se com redução na área: arroz (-42,6%), amendoim (-37,2%), mamona (-17,1%), milho (-8,8%) e cebola (-2,6%).

Quanto ao Índice de rendimento físico dos mesmos 16 produtos de origem vegetal, este apresenta-se acrescido de 11,0% em relação à 1975/76. Excluindo-se o café, o rendimento desse

grupo cresce 1,5%, pois somente aquele produto apresentou um índice de produtividade 149,3% maior que no ano passado.

Com exceção do arroz (-17,1%) e da soja (-9,7%), todos os demais produtos vegetais contribuíram positivamente para a elevação do índice de rendimento.

O grupo de produtos tradicionais sofreu decréscimo de -10,0% no seu índice de rendimento, enquanto os em transição e os modernos aumentaram em relação ao ano anterior, de 27,8% e 5,9%, respectivamente. Dentre os produtos componentes desses três grupos, os maiores ganhos em produtividade foram registrados para: café (149,3%), cana-de-açúcar (20,0%), mamona (14,8%) e laranja (9,2%).

- Perspectivas

Os índices de recuperação da economia mundial, já observados em 1976, principalmente nos países desenvolvidos, parecem se confirmar neste ano, dando assim continuidade ao processo de crescimento observado a partir daquele ano. Isto deverá assegurar a continuidade na expansão do consumo de bens primários o que, por sua vez, resultará em mais intenso comércio internacional.

Pelas mesmas razões, principalmente nos países do hemisfério norte, ocorreu um aumento na área cultivada com produtos por meio dos quais o Brasil usualmente marca sua presença no mercado internacional, como é o caso do algodão, milho e soja.

No Brasil, no que respeita aos produtos de exportação, observou-se uma sensível recuperação principalmente no valor das transações com soja, café e cacau, face as elevadas cotações desses produtos, que asseguraram o equilíbrio da balança comercial brasileira neste primeiro semestre de 1977, em que pese o relativo insucesso na exportação do açúcar. Paralelamente, os elevados custos de produção experimentados pela agricultura brasileira impediram a sua firme presença no mercado internacional de certos produtos, notadamente algodão e milho, cujos excedentes contribuíram para manter o mercado interno frouxo.

Quanto aos fatores de produção, aguarda-se um marcado acréscimo nos custos reais de produção agrícola na próxima safra, não só pelas maiores restrições e ônus que recaem sobre as importações, que incluem boa parte dos insumos modernos utilizados pelo setor, como também pela retirada dos subsídios que favoreciam a produção agrícola, notadamente no caso do preço dos fertilizantes. Simultaneamente, aguarda-se um encarecimento nos custos financeiros de custeio e investimento, face aos maiores encargos dos empréstimos rurais e, principalmente, às medidas da restrição à expansão monetária, que resultarão em maior exigência na participação de recursos próprios dos produtores rurais. Some-se a isso um incremento real nos preços de tratores, cuja reversão da tendência baixista se deu em 1975 e continuou em ascensão até a presente data.

Em outras palavras, a evolução dos preços de diversos fatores de produção, tomados como indicadores de desempenho global do setor, revela uma expectativa de perda na relação de troca produto/fator, ocasionada por um acréscimo mais que proporcional nos preços desses fatores relativamente ao aumento esperado nos preços dos produtos.

Essas perspectivas poderão resultar em menor utilização de insumos modernos na produção, com a conseqüente queda no rendimento físico.

No Estado de São Paulo é de se esperar uma estabilização na área cultivada, com a expansão que deverá se verificar em algumas culturas, como a cana-de-açúcar, feijão e soja, com-

pensando as retrações esperadas para algodão, milho e arroz. Quanto às perspectivas de elevação da renda líquida do agricultor, estas irão depender fundamentalmente do comportamento dos preços dos produtos de exportação, assim como de uma eventual contenção dos custos de produção, através de novas medidas de política agrícola.

(IEA, 02/08/1977)

QUADRO 156. - Valor da Produção de 26 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista, Final do Ano Agrícola 1975/76 e Estimativa.
Preliminar 1976/77

Produto	Quantidade (1000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1000)		Valor real em Cr\$1000 de 1976/77
	1975/76	1976/77 ⁽¹⁾	1975/76	1976/77 ⁽²⁾		1975/76	1976/77 ⁽²⁾	
Cafê	112,2	420,0	1.948,00	2.800,00	sc. 60kg	3.642.760	19.600.000	13.420.532
Cana-de-açúcar	50.100,0	56.250,0	115,08	151,83	tonelada	5.765.508	8.540.437	5.847.817
Carne bovina	456,2	442,3	140,00	190,00	arroba	4.257.867	5.602.467	3.836.127
Leite (milhões litros)	1.536,8	1.565,3	1,86	2,75	litro	2.858.448	4.304.575	2.947.433
Ovos (milhões dúzias)	450,0	514,0	4,80	6,60	dúzia	2.160.000	3.392.400	2.322.848
Algodão	332,4	467,6	80,00	100,00	arroba	1.772.800	3.117.333	2.134.503
Milho	2.724,0	2.580,0	58,00	70,00	sc. 60kg	2.633.200	3.010.000	2.061.010
Laranja	3.984,0	3.848,0	12,00	30,00	cx. 40kg	1.195.200	2.886.000	1.976.105
Soja	765,0	780,0	110,00	180,00	sc. 60kg	1.402.500	2.340.000	1.602.247
Aves para corte	275,0	280,0	6,50	8,20	quilograma	1.787.500	2.296.000	1.572.119
Feijão	139,7	199,8	443,00	650,00	sc. 60kg	1.031.452	2.164.500	1.482.079
Batata ⁽⁴⁾	397,2	418,8	128,00	207,00	sc. 60kg	847.360	1.444.860	989.326
Carne suína	72,1	72,8	120,00	230,00	arroba	576.800	1.116.267	764.331
Arroz	840,0	399,6	100,00	165,00	sc. 60kg	1.400.000	1.098.900	752.440
Tomate envarado	296,8	305,2	3,24	2,96	quilograma	961.632	903.392	618.571
Trigo	161,0	258,0	127,80	190,20	sc. 60kg	342.930	817.860	560.006
Amendoim	331,1	212,5	51,00	80,00	sc. 25kg	675.444	580.000	465.610
Banana	585,8	640,2	580,00	700,00	tonelada	339.764	448.140	306.851
Mandioca	610,0	723,0	700,00	600,00	tonelada	427.000	433.800	297.032
Cebola	133,5	172,7	105,00	108,00	sc. 45kg	311.500	414.480	283.803
Uva de mesa	124,9	113,8	27,00	29,00	cx. 8kg	421.538	412.525	282.464
Tangerina	573,8	519,8	14,00	30,00	cx. 40kg	200.830	389.850	266.938
Limão	363,9	322,5	20,00	30,00	cx. 40kg	181.950	241.875	165.617
Tomate rasteiro	250,0	260,0	0,66	0,90	quilograma	165.000	234.000	160.225
Casulo	5,5	5,3	26,00	30,00	quilograma	143.000	159.000	108.871
Mamona	27,0	25,5	2,40	4,20	quilograma	64.800	107.100	73.334
Chã verde	27,7	28,1	1,80	3,00	quilograma	49.860	84.300	57.722
Valor da produção (26 produtos)				(crescimento real = 27,3%)		35.616.643	66.240.061	45.355.961
Valor total da produção sem café (25 produtos)				(crescimento real = -0,1%)		31.973.883	46.640.061	31.935.429
Valor total da produção de origem vegetal (20 produtos)				(crescimento real = 41,8%)		23.833.028	49.369.352	33.804.232
Valor total da produção de origem vegetal s/café (19 produtos)				(crescimento real = 1,0%)		20.190.268	29.769.352	20.383.700
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)				(crescimento real = -2,0%)		11.783.615	16.870.709	11.551.729
Valor total da produção a preços de 1975/76				(crescimento físico = 32,0%)		35.616.643	47.026.044	-

⁽¹⁾ Quarta estimativa de safras, abril de 1977.

⁽²⁾ Estimativas preliminares, baseadas nas informações disponíveis até junho de 1977.

⁽³⁾ Deflatores estimado (0,684721) em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica, de junho de 1976 a junho de 1977.

⁽⁴⁾ A safra de inverno de 1976/77 foi estimada como igual à de 1975/76.

QUADRO 157 - Índices de Preços Reais e de Quantidade Produzida, por Grupo de Produtos e Evolução Percentual, Estado de São Paulo, Anos Agrícolas 1974/75 a 1976/77 (1)

Grupo(2)	Nº de produtos	Preço					Quantidade				
		1974/75	1975/76	1976/77 (3)	Evolução (%)		1974/75	1975/76	1976/77 (4)	Evolução (%)	
					1975/76	1976/77				1975/76	1976/77
					1974/75	1975/76				1974/75	1975/76
Produtos tradicionais	6	142,75	119,09	145,46	-16,57	22,14	91,84	101,74	91,24	10,78	-10,32
Produtos em transição	7	164,06	281,53	317,20	71,60	12,67	88,75	69,19	97,56	-22,04	41,00
Produtos modernos	8	98,35	119,07	130,84	21,07	9,88	157,63	172,63	191,20	9,52	10,76
Produtos de origem animal	5	136,79	116,70	138,51	-14,69	18,69	123,42	123,99	128,48	0,46	3,62
Produtos de origem vegetal	16	132,00	188,34	213,31	42,68	13,26	109,42	113,75	127,44	3,96	12,04
Produtos de origem vegetal sem café	15	116,36	125,66	136,58	7,99	8,69	111,47	132,68	133,40	19,03	0,54
Geral sem café	20	123,63	122,48	137,27	-0,93	12,08	115,72	129,59	131,65	11,99	1,59
Geral	21	133,49	165,99	189,97	24,35	14,45	113,78	116,94	127,76	2,78	9,25

(1) Índices construídos pelo método de Laspeyres, ponderação fixa no período base. Índices de preços, ponderados pela produção média do período 1962-66; preços transformados em Cr\$ de 1971, pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica. Índices de quantidade ponderados pelos preços médios do período 1962-66. Base de comparação igual à de ponderação.

(2) Composição dos índices anuais: Índice "1" - Produtos tradicionais: arroz, feijão, mamona, bovinos, leite e suínos; Índice "2" - Produtos em transição: banana, cebola, milho, amendoim, mandioca, café e chá; Índice "3" - Produtos modernos: batata, laranja, tomate, cana, casulo, soja, algodão e ovos; Índice "4" - Produtos animais: carne bovina, carne suína, casulo, leite e ovos; Índice "5" - Produtos de origem vegetal; amendoim, algodão, arroz, banana, batata, cana-de-açúcar, café, chá, cebola, feijão, laranja, mamona, mandioca, milho, soja e tomate; Índice "6" - Produtos de origem vegetal sem café; Índice "5", excluindo-se o café; Índice "7" - Geral sem café: composto dos índices "4" e "6"; Índice "8" - Geral: composto dos índices "1", "2" e "3" ou "4" e "5".

(3) Preço e deflator preliminares.

(4) Baseados na 4ª estimativa de safras, abril de 1977.

QUADRO 158. - Índices de Área Plantada e Rendimento no Estado de São Paulo, por Grupo de Produtos e Evolução Percentual, entre os Anos Agrícolas 1974/75 a 1976/77

Grupo (1)	Nº de produtos	Área plantada(2)					Rendimento(3)				
		1974/75	1975/76	1976/77 (4)	Evolução(%)		1974/75	1975/76	1976/77 (4)	Evolução(%)	
					1975/76	1976/77				1975/76	1976/77
					1974/75	1975/76				1974/75	1975/76
Produtos tradicionais	3	63,10	70,60	57,69	11,89	-18,89	104,64	139,91	125,93	33,71	- 9,99
Produtos em transição	7	75,62	80,72	76,07	6,74	- 5,76	113,40	98,25	125,54	-13,36	27,78
Produtos modernos	6	155,14	154,87	161,33	- 0,17	4,17	101,90	113,49	120,19	11,37	5,90
Produtos de origem vegetal sem café	15	92,90	99,27	93,48	6,86	- 5,83	107,07	124,22	126,13	16,02	1,54
Produtos de origem vegetal	16	92,19	96,52	92,71	4,70	- 3,95	107,29	111,14	123,32	3,59	10,96

(1) Composição dos grupos, rodapé (2) do quadro 157.

(2) Índice simples, base 1962-66=100.

(3) Índices construídos pelo método de Paasche.

(4) Baseados na 4ª estimativa de safras, abril de 1977.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 159. - Variação Percentual na Área Plantada, Produção, Rendimento, Preço e Valor da Produção de 21 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista entre os Anos Agrícolas 1975/76 e 1976/77⁽¹⁾

Produto	Participação percentual no valor		Variação percentual entre 1976/77 e 1975/76						
	1975/76	1976/77	Área	Produção	Rendimento	Preço		Valor	
						Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Café	10,23	29,59	7,51	274,33	149,33	43,74	0,63	438,05	276,68
Cana-de-açúcar	16,19	12,89	0,71	12,28	20,03	31,93	- 7,63	48,13	3,70
Carne bovina	11,95	8,46	-	- 3,05	-	35,71	- 4,98	31,58	- 7,88
Leite	8,03	6,50	-	1,85	-	47,85	5,08	50,59	5,43
Ovos	6,06	5,12	-	14,22	-	37,50	- 3,27	57,06	9,95
Algodão	4,98	4,71	33,77	40,67	5,10	25,00	-12,50	75,84	23,10
Milho	7,39	4,54	- 8,82	- 5,29	3,87	20,69	-15,53	14,31	-19,97
Laranja	3,36	4,36	-11,59	- 3,41	9,24	150,00	75,00	141,47	69,05
Soja	3,94	3,53	12,94	1,96	- 9,73	63,64	14,58	66,84	16,81
Feijão	2,90	3,27	44,56	43,02	0,79	46,73	2,72	109,85	46,91
Batata ⁽³⁾	2,38	2,18	3,69	5,44	2,29	61,82	13,21	70,51	19,37
Carne suína	1,62	1,69	-	0,97	-	91,67	34,18	93,53	35,49
Arroz	3,93	1,66	-42,61	-52,43	-17,13	65,00	15,50	-21,51	-45,05
Tomate	3,16	1,72	- 6,64	3,37	6,60	- 2,31	-31,82	0,96	-29,32
Amendoim	1,90	1,03	-37,17	-35,82	4,36	56,86	9,81	0,67	-29,52
Banana	0,95	0,68	4,05	9,29	5,03	20,69	-15,51	31,90	- 7,66
Mandioca ⁽⁴⁾	1,20	0,65	7,48	18,52	6,60	-14,29	-39,99	1,59	-28,88
Cebola	0,87	0,63	- 2,60	29,36	7,59	2,86	-28,01	33,06	- 6,85
Casulo	0,40	0,24	-	- 3,64	-	15,38	-19,23	11,19	-22,16
Mamona	0,18	0,16	-17,73	- 5,56	14,83	75,00	22,08	65,28	15,71
Chã verde	0,14	0,13	0,00	1,44	1,44	66,67	17,54	69,07	18,37

(1) Quarta estimativa de safras, abril de 1977.

(2) Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica. Valores reais em cruzeiros de 1971.

(3) A safra de inverno de 1976/77 foi estimada como igual a de 1975/76.

(4) Inclui produto para mesa e indústria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Prognóstico 1977/78

Equipe técnica responsável: Afonso Negri Neto, Alberto Veiga, Alfredo de Almeida Bessa Junior, Antônio Ambrósio Amaro, Antônio José Braga do Carmo, Antônio Roger Mazzei, Caio Takagaki Yamaguishi, Célia Regina Roncato Penteado, Claus Floriano Trench de Freitas, Clotilde Cantos, Clóvis de Toledo Piza Junior, Constantino Carneiro Fraga, Eloisa Elena Bortoleto, Fernando Antônio de Almeida Sêver, Fernando Sebastião Gomes Junior, Flavio Condê de Carvalho, Gabriela Toscano, Hiroshige Okawa, Ismar Florêncio Pereira, José Matheus Perosa, José Roberto da Silva, Luiz Flávio Barbosa Cancegliero, Luiz Henrique de Oliveira Piva, Luiz Moricochi, Maria de Lourdes do Canto Arruda, Marina Brasil Rocha, Natanael Miranda dos Anjos, Nelson Giulietti, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Paul Frans Bemelmans, Paulo David Criscuolo, Paulo Fernando Cidade de Araújo, Richard Domingues Dulley, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Sebastião Nogueira Junior, Silvia Toledo Arruda, Sonia Santana Martins, Sylvia Regina Hellmeister e Waldemar Pires de Camargo Filho.

Datilografia: Anélia Alaburda, Cleusa Batista Pastori e Maria Alaburda Katsas.

Desenho: Mário Pareto

Capa: W.G. Figueiredo